PPC

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

DIREITO

Mantenedora

ASSOCIAÇÃO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOr - ASSOBES

Mantida

INSTITUTO SALVADOR DE ENSINO E CULTURA - ISEC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

SALVADOR/BA

2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO 7

1.1 Denominação 7

1.2 Vagas 7

1.3 Dimensionamento das Turmas 7

1.4 Regime de Matrícula 8

1.5 Turnos de Funcionamento 8

1.6 Duração do Curso 8

1.7 Base Legal 9

1.8 Ato Autorizativo Anterior ou de Criação 9

1.9 Detalhamento do Curso 10

CONTEXTO INSTITUCIONAL 11

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO 11

2 A MISSÃO INSTITUCIONAL 11

3 VISÃO INSTITUCIONAL 12

4 VALORES PRETENDIDOS COM O CURSO 12

1. Ética e Responsabilidade Social 12

2. Excelência Acadêmica 13

3. Valorização Docente 13

4. Inovação e Modernidade 13

5 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 14

6. PARCERIA PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD 14

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 16

1 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 16

1.1 Relevância Social do Curso de Graduação em Direito 19

1.1.1 Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição 19

1.2 Concepção do Curso 23

1.2.1 Perfil do Curso 23

1.2.2 O Curso e as Políticas de Educação Ambiental 28

1.2.3 O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana 29
1.3 Objetivos do Curso 31
1.3.1 Objetivos Gerais 31
1.3.2 Objetivos Específicos 32
1.4 Perfil Profissional do Egresso, Competências e Habilidades 33
1.4.1 Perfil do Egresso 33
1.4.2 Competências e Habilidades 36
1.5 Estrutura Curricular 39
1.5.1 Conteúdos e Componentes Curriculares 39
1.5.1.1 Estudos Disciplinares e Atividades Práticas Supervisionadas - Componentes Curriculares 44
1.5.1.2 Trabalho de Conclusão de Curso 47
1.5.1.3 Estágio Curricular 48
1.5.1.4 Atividades Complementares 53
1.5.2 Matriz Curricular 55
1.6 Administração Acadêmica 60
1.6.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 60
1.6.2 Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) 61
1.6.3 Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE 62
1.6.4 Regime de Trabalho do NDE 62
1.6.5 Coordenação do Curso 62
1.6.6 Participação da Coordenação do Curso nos Órgãos Colegiados da IES 68
1.6.7 Titulação e Formação do Coordenador do Curso 68
1.6.8 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso 68
1.6.9 Composição e funcionamento do Colegiado de Curso 69
1.6.10 Atribuições e Competências 69
1.6.11 Equipe Multidisciplinar 70
1.6.12 Perfil dos Tutores 73
1.6.12.1. Atividades da Tutoria para as disciplinas ofertadas a distância 74
1.6.12.2. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria 77
1.6.12.3. Interação entre tutores presenciais e a distância, docentes e coordenadores do curso 79
1.6.12.4. Critérios de seleção, contratação e requisitos de titulação e experiência profissional 80

1.6.13 Organização Acadêmico-Administrativa 81
1.6.12 Organização do Controle Acadêmico 82
1.6.14 Formação Acadêmica e Profissional dos Docentes..... 82
1.6.15 Titulação 82
1.6.16 Regime de trabalho 89
1.6.17 Tempo de Experiência Acadêmica no Magistério Superior ou Experiência Profissional 90
1.7 Atenção ao Discente..... 91
1.8 Apoio psicopedagógico aos discentes..... 91
1.9 Acompanhamento dos egressos 92
1.10 Ementário e Bibliografia..... 93
1.11 Regulamento do Estágio Supervisionado..... 93
1.12 Regulamento do Trabalho de Curso..... 103
1.13 Regulamento das Atividades Complementares..... 117
1.14 Regulamento dos Estudos Disciplinares (ED) 124
1.15 Regulamento das Atividades Práticas Supervisionadas (APS) 127
1.16 Metodologia de Ensino-Aprendizagem..... 129
1.16.1 Formas de Realização da Interdisciplinaridade 131
1.16.2 Modos de Integração entre Teoria e Prática..... 133
1.17 Mecanismos de Avaliação 134
1.17.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem .. 134
1.17.2 Sistema de Avaliação do Projeto do Curso 140
1.18 Metodologia de Ensino na Modalidade de Educação à Distância (EAD)..... 142
1.19 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)..... 143
1.20 Das tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na oferta da EAD 144
1.21 Mecanismos de Nivelamento..... 147
1.21.1 Atendimento Extraclasse 148
1.21.2 Apoio à Promoção de Eventos Internos 148
1.22 Regulamento de Atividades de Extensão..... 148

INSTALAÇÕES FÍSICAS..... 153

1 INFRAESTRUTURA..... 153
1.1 Sala de Professores e Sala de Reuniões 154

1.2 Gabinetes de Trabalho para Professores/ Núcleo Docente Estruturante e Coordenação de Curso 154
1.3 Salas de Aula 154
1.4 Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado 156
1.5 Serviços de Tradução e Interpretação de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS 156
2 BIBLIOTECA 157
2.1 Acervo 157
2.1.1 Livros das Bibliografias Básicas e Complementares 157
2.1.2 Periódicos Especializados 158
2.1.3 Serviços 159
3 LABORATÓRIOS UTILIZADOS NO CURSO 159
3.1 Laboratório multiusos 159
3.2 Política de Acesso aos Equipamentos de Informática 160
4 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS 160
4.1 Laboratório de Informática 161
4.2 Núcleo de Prática Jurídica 161
ANEXO 1 163
MATRIZ CURRICULAR – 2025 163
Componentes Curriculares dos Eixos Temáticos 167
Disciplinas Optativas 167
ANEXO 2 - EMENTÁRIO 168

APRESENTAÇÃO

O presente projeto pedagógico mostra a identidade do curso de Direito do Instituto Salvador de Ensino Superior, incluindo os aspectos formativos, a missão institucional, as orientações didático-pedagógicas, a concepção da matriz curricular, os conteúdos programáticos, o sistema de avaliação do ensino-aprendizagem, a autoavaliação institucional e a estrutura acadêmica, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Este documento também apresenta um breve histórico do curso e da instituição e descreve como os elementos constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito são contemplados no curso de Direito do ISEC.

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

1.1 Denominação

Curso de Direito, modalidade Bacharelado.

1.2 Vagas

A IES oferece 100 (cem) vagas totais anuais, conforme estabelece o ato de criação do curso expedido pelo MEC.

1.3 Dimensionamento das Turmas

Os candidatos classificados em processo seletivo e matriculados serão divididos em grupos de 50 alunos.

Em aulas teóricas e/ou expositivas, poderá haver a junção de grupos. Enquanto que, nas atividades práticas, os grupos têm as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação da Coordenação de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 25 alunos por turma prática.

1.4 Regime de Matrícula

Semestral.

1.5 Turnos de Funcionamento

Diurno e Noturno

1.6 Duração do Curso

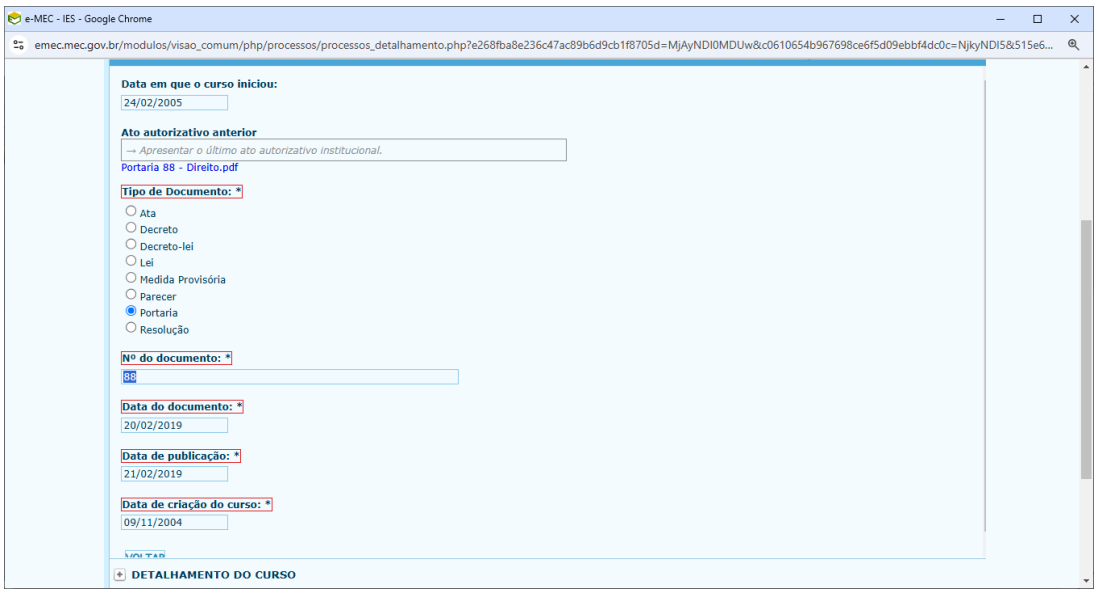
O Curso de Direito tem duração de 4.440 horas a serem integralizadas no prazo mínimo de 10 semestres.

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO – QUADRO RESUMO		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA EM HORA/AULA**	**CARGA HORÁRIA EM HORA/RELÓGIO**
Disciplinas Obrigatórias	3.670	3.058,33
Disciplinas do Eixo Temático	150	125
Disciplinas Optativas	80	66,67
Estágio Supervisionado	300	250
Trabalho de Curso	40	33,33
Atividades Complementares	200	166,67
TOTAL	**4.440**	**3.700**

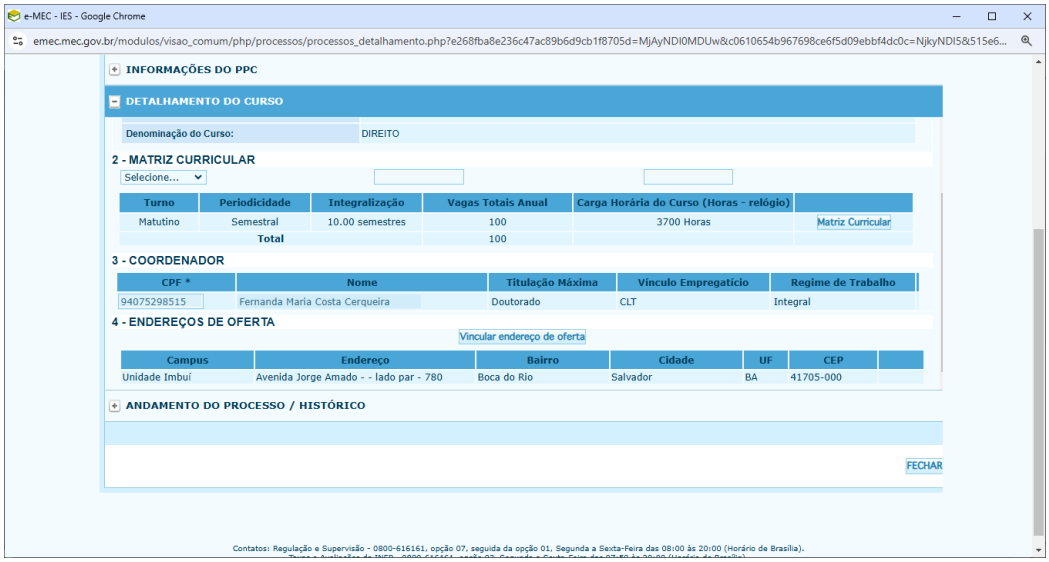
1.7 Base Legal

O Curso de Direito da IES foi estruturado para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 05/2018) e às Instruções Normativas nº 1, de 19 de agosto de 1997, nº 2 e nº 3, de 5 de dezembro de 1997, atualmente substituída pela Instrução Normativa nº 1/2008 da CNEJ – Comissão Nacional de Ensino Jurídico, todas da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB. Atende também ao disposto no Relatório Final do Grupo de Trabalho MEC-OAB (Portarias nº 3.381/2004 e 484/2005), criado com a finalidade de realizar estudos para consolidar os parâmetros já estabelecidos para a análise dos novos cursos.

1.8 Ato Autorizativo Anterior ou de Criação



1.9 Detalhamento do Curso



CONTEXTO INSTITUCIONAL

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

A (2415) ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede na Av. Paulista, 900, 1º andar, bairro Bela Vista, São Paulo, SP cadastrada no C.C.G. do Ministério da Fazenda sob o n.º 06.099.229/0001-01, é uma entidade mantenedora.

O Instituto Salvador de Ensino e Cultura – ISEC, estabelecimento isolado de ensino superior situado na Av. Jorge Amado,780, Imbuí Salvador, BA, uma vez credenciado pela Portaria Ministerial n.º 3.372, publicada no D.O.U. em 05/12/2002, passou a oferecer programas de graduação em diferentes áreas de conhecimento, a saber: Administração, autorizado pela Portaria n.º 3.373/2002; Fisioterapia, autorizado pela Portaria n.º 1.046/2006; Nutrição, autorizado pela Portaria n.º 675/2017; Direito, autorizado pela Portaria n.º 3.600/2004; Engenharia Civil, autorizado pela Portaria n.º 171/2014.

2 A MISSÃO INSTITUCIONAL

Conforme o PDI atualmente em vigor no ISEC, a missão de um Instituto está intrinsecamente relacionada a um compromisso permanente com princípios e propósitos que lhe imprimam um caráter, diferenciado-a de outras instituições congêneres.

O Instituto Salvador de Ensino e Cultura – ISEC tem como missão promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, aplicando-os a serviço do progresso da comunidade que vive em sua área de abrangência e influência, contribuindo para o fortalecimento da solidariedade entre os homens e para o esforço de desenvolvimento do País.

Na busca por seus objetivos, a Instituição obedece estritamente aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer formas de discriminação.

3 VISÃO INSTITUCIONAL

A ISEC/FACSAL define sua visão como a busca constante pela excelência acadêmica e pelo reconhecimento como instituição de referência no ensino superior, tanto na Bahia quanto em âmbito nacional. Desde sua certificação pelo MEC em 2002, a instituição tem se destacado pelo compromisso com a formação de profissionais altamente qualificados e preparados para atender às demandas do mercado de trabalho contemporâneo.

A instituição aspira a ser um agente transformador do desenvolvimento socioeconômico regional, utilizando a educação como ferramenta principal para promover mudanças positivas na sociedade. Para isso, busca oferecer uma formação integral que vai além do conhecimento técnico-científico, incorporando também princípios de responsabilidade social e cidadania ativa.

A busca pela inovação constante em metodologias de ensino e o investimento contínuo em infraestrutura educacional de ponta são elementos centrais da visão institucional, visando proporcionar experiências de aprendizagem enriquecedoras e alinhadas às necessidades do século XXI.

4 VALORES PRETENDIDOS COM O CURSO

São os valores pretendidos pelo Curso de Direito da ISEC:

1. Ética e Responsabilidade Social

Compromisso com princípios éticos em todas as práticas educacionais e administrativas, priorizando a formação de cidadãos conscientes e socialmente responsáveis.

2. Excelência Acadêmica

Dedicação à qualidade superior do ensino, estimulando a pesquisa e extensão, garantindo uma formação profissional sólida e relevante para o mercado de trabalho.

3. Valorização Docente

Reconhecimento da importância de um corpo docente qualificado e em constante desenvolvimento, incentivando a atualização profissional e acadêmica.

4. Inovação e Modernidade

Compromisso com infraestrutura moderna e inovação curricular alinhada às tendências e demandas contemporâneas do mercado.

A ISEC/FACSAL valoriza profundamente a inclusão e acessibilidade, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades equitativas de desenvolvimento acadêmico e profissional. Para isso, a instituição implementa programas de apoio estudantil como Nivelamento e Monitoria, que fortalecem o processo de aprendizagem e promovem a permanência dos alunos.

A integração entre teoria e prática constitui um valor fundamental, materializado através de estágios supervisionados, atividades complementares e, estimula a realização de projetos de extensão. Esta abordagem pedagógica proporciona aos estudantes experiências reais que complementam o conhecimento teórico adquirido em sala de aula, preparando-os de forma mais efetiva para os desafios profissionais.

A colaboração entre estudantes e docentes é incentivada como parte da metodologia de ensino-aprendizagem, promovendo um ambiente educacional participativo e dinâmico.

A ISEC/FACSAL reconhece seu papel como agente de transformação social e busca estabelecer parcerias com organizações locais, promover projetos comunitários e contribuir para o desenvolvimento regional. A instituição entende que sua responsabilidade vai além dos muros acadêmicos, estendendo-se à sociedade como um todo.

Este compromisso se reflete nas atividades desenvolvidas e na formação de profissionais conscientes de seu papel como cidadãos e agentes de mudança em suas comunidades.

5 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos da administração superior: conselho acadêmico, coordenação pedagógica e diretoria;
- Órgãos da administração básica: colegiado de curso, NDE e coordenadores.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos órgãos suplementares.

Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

6. PARCERIA PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD

O ISEC acredita que a responsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa é de todos. A atuação das instituições educacionais é

estratégica para tal, ao lado da participação de entidades filantrópicas, ONGs, movimentos sociais, institutos de origem empresarial, empresas e dos órgãos governamentais.

O ISEC buscou firmar parceria com a UNIP para viabilizar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de Educação a Distância – EAD.

Visando atender a Portaria n° 1.134, de 10 de outubro de 2016, o ISEC disponibiliza nas Matrizes Curriculares dos seus Projetos Pedagógicos de Cursos, até 40% das suas disciplinas na modalidade a distância. Esse é exemplo de ação que traz grandes benefícios administrativos e pedagógicos a ambas as partes envolvidas.

Para melhor operacionalização destas ações o ISEC criou a sua Equipe Multidisciplinar, com a finalidade de, em conjunto com a UNIP, ter prévio acesso e opinar nos conteúdos pedagógicos que são disponibilizados para seus alunos.

O Convênio entre o ISEC e a UNIP está à disposição para consulta na pasta de Documentos Institucionais**.**

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito do Instituto Salvador de Ensino – ISEC é um documento que fixa os propósitos e metas a serem alcançados durante a formação dos estudantes do Curso de Direito, em consonância com o planejamento global e com as diretrizes e princípios da Instituição, expressos no Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Tem por finalidade principal participar à comunidade acadêmica os pressupostos básicos, a organização e o funcionamento do curso de formação do Direito na IES. Desta forma, o presente projeto favorecerá:

- A uniformização dos conceitos entre professores, estudantes e pessoal administrativo;
- Identificação de expectativas em relação à qualificação dos recursos humanos;
- A seleção da metodologia ensino/aprendizagem apropriadas;
- O estabelecimento de padrões de desempenho para docentes e estudantes, visando ao aperfeiçoamento e a atualização contínua do curso;
- A identificação de modelos para a avaliação dos estudantes seja ela classificatória e/ou formativa.

O presente projeto reflete os anseios de professores e estudantes, no que tange às necessidades de elaborar estratégias que fundamentem e orientem ações interdisciplinares e multiprofissionais, voltadas para o desenvolvimento da autonomia profissional e para o agir e interagir, segundo a realidade socioeconômica complexa e mutável, sobre a qual se procura intervir positivamente.

O PPC de Direito é fruto da gestão articulada da Coordenação, discentes e Coordenação Pedagógica. Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso de Graduação Direito, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

Em vista da atual conjuntura globalizada e do rápido desenvolvimento tecnológico, é fundamental a articulação entre a construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica incorporando sempre ao futuro profissional valores humanísticos, de forma que o programa do curso propicie a inserção do indivíduo na realidade atual, agindo, interagindo e modificando positivamente o meio no qual ele se encontra. Dessa forma, podemos considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como componente essencial à formação crítica do cidadão e do futuro bacharel em Direito.

Os desafios nacionais e regionais na área do direito e o cenário mundial altamente complexo, indicam a necessidade da formação de bacharéis em direito qualificados, competentes, criativos e com habilidades desenvolvidas para atuar nos desafios propostos. Destacamos que o direito é dinâmico: seja na lógica da construção legislativa; seja na ótica dos mecanismos tecnológicos introduzidos nas relações sociais estabelecidas após à Pandemia. Um novo olhar sobre o direito se estabeleceu.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico em questão apresenta orientações para a preparação de recursos humanos que devem apresentar a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, bem como o conhecimento técnico-científico, o sociocultural e inclusivo com autonomia intelectual. O discente deverá estar capacitado ao exercício de atividades pautadas em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, bem como do que está a sua volta, dirigindo assim a atuação na busca de transformar realidades em benefício da sociedade.

São princípios básicos do PPC:

- Ensino centrado no estudante, de forma a:

- Incentivar uma sólida formação geral e o desenvolvimento da pessoa humana, necessários para que o egresso, atráves do conhecimento e habilidades, possa vir a superar os desafios relacionados ao exercício profissional e à produção do conhecimento;
- Criar oportunidades para o envolvimento dos estudantes com as disciplinas, tendo por base um projeto integrado e integrador que permita o equilíbrio entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes;
- Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia intelectual e profissional, de forma que a aprendizagem passe a ser vista como um processo contínuo;
- Encorajar o reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos dentro e fora do ambiente escolar;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Articulação de estrutura, disciplinas e atividades curriculares, voltadas à dinâmica da realidade, ao trabalho e à função social da IES;
- Fornecer condições que possibilitem uma inserção ativa no mercado de trabalho;
- Propiciar o reconhecimento das disciplinas e das atividades com flexibilidade;
- Oferecer um currículo harmônico e equilibrado entre diferentes disciplinas e atividades que o compõem;
- Garantir uma ação articulada e cooperativa dos professores, responsáveis pela efetivação deste Projeto Pedagógico;
- Incluir avaliações periódicas acerca do desenvolvimento das atividades do processo ensino-aprendizagem.

A matriz curricular do Curso de Graduação em Direito está formulada para que o acadêmico, como agente do aprendizado, venha a desenvolver um programa de estudos coerente, integrado e flexível, com sólida formação básica, para que esteja apto a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A distribuição das cargas horárias destinadas aos ambientes de aprendizado é organizada de forma equilibrada entre os conteúdos, a fim de criar oportunidades ao acadêmico para que adquira os conhecimentos indispensáveis à sua formação.

Entre os componentes curriculares, há aqueles que podem ser contabilizados como “Atividades Complementares”, pois permitem ao estudante desenvolver, trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos individuais. Essas ações, entre outras, são identificadas como monitorias, estágios extracurriculares, programas de extensão; estudos disciplinares individuais e em grupo; atividades práticas supervisionadas, participações em cursos, congressos, simpósios, realizados na área específica de atuação, ou em áreas afins. As Atividades Complementares e as Atividades Práticas Supervisionadas servem a um projeto, que utiliza uma metodologia variada essencial no projeto educativo.

1.1 Relevância Social do Curso de Graduação em Direito

1.1.1 Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição

O homem vive em sociedade. E, em viturde disso, pratica diariamente inúmeras relações sociais de diversas naturezas: não conflituosa e conflituosa. O direito, por sua vez, tem o condão de estabelecer normas para disciplinar o convívio social na busca de possibilitar ao cidadão uma vida digna.

Acerca do processo de adaptação social do direito, cumpre destacar que, a partir do momento em que o Estado (*in casu*, o Estado Brasileiro) avocou para si a competência para editar as normas de conduta (leis) e o poder de decidir os conflitos derivados do convívio em sociedade (jurisdição), como corolário, assumiu também certas obrigações, perante seus jurisdicionados, dentre as quais a de: -i- garantir-lhes acesso à direitos para diminuir as desigualdades sociais e evitar violações de direitos -ii- garantir o livre acesso à justiça para apresentar os conflitos oriundos da vida em sociedade por eles enfrentados (garantia fundamental da inafastabilidade do judiciário/direito de ação – consagrado no art. 5º, inciso XXXV da Carta Magna) e, -ii- conceder-lhes uma resposta aos conflitos apresentados, em um tempo razoável, com vistas a propiciar o pronto restabelecimento do convívio social harmônico

(garantia fundamental da duração razoável do processo – consagrado no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal).

Com o desiderato de adimplir com as obrigações precitadas, o Estado Brasileiro organizou o Sistema de Justiça Nacional - composto por entes judiciais (órgãos do Poder Judiciário - justiças federal, estadual, trabalho, eleitoral, militar) e por entes essenciais ao funcionamento da justiça (Ministérios Públicos estaduais, federal, trabalho e militar; Defensorias públicas estaduais e da união; Advocacia Pública ou Provada)-, cujo funcionamento, de forma sucinta, se dá da seguinte maneira: -i- apresentação do conflito pelo jurisdicionado, por intermédio de advogado (público ou privado), ou pelo ente dotado de legitimação extraordinária ao ente judicial dotado de competência para apreciar o conflito (acionamento do poder judiciário); -ii- manifestação da outra parte envolvida no conflito, por meio de advogado [público ou privado] (direito fundamental ao contraditório – art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal); -iii- oportunização a que as partes possam fazer prova de suas alegações (direito fundamental a ampla defesa - art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal); e, -iv- julgamento do conflito pelo ente judicial (resposta do judiciário).

Logo, se pode inferir que, sem os entes judiciais e os entes essenciais à justiça, o Estado Brasileiro não poderá cumprir com as garantias, as quais constitucionalmente assegurou aos seus jurisdicionados.

Vale mencionar que o Estado Brasileiro, além de organizar e garantir o funcionamento do Sistema de Justiça Nacional, deve buscar, incessantemente, seu aperfeiçoamento e modernização, bem como deve engendrar esforços para ampliar o número de jurisdicionados que o utilize, a fim de lhes garantir, de fato e de direito, o acesso a justiça.

Em virtude disso, a União, por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário - vinculada ao Ministério da Justiça-, em 2013, elaborou o atlas de acesso a justiça[1], que se dispôs a pesquisar e identificar os fatores que estão a impedir que o cidadão

1(Panorama do Censo 2022». *IBGE*. Consultado em 28 de junho de 2023)

tenha acesso à justiça e/ou que tenha uma resposta eficiente e célere para sua provocação.

Dentre os entraves diagnosticados, no mencionado atlas, convém destacar: -i- a falta de acesso à informação acerca dos direitos, dos quais o cidadão é titular (cuja solução se dará por meio de uma ampla campanha de conscientização acerca da existência e titularidade desses direitos e pelo investimento em educação); -ii- déficit no número de Advogados; -iii- déficit no número de membros do Ministério Público; -iv- déficit no número de Defensores Públicos; -v- déficit no número de Magistrados.

É salutar assinalar que o Estado da Bahia - quarto estado mais populoso segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 28 de junho de 2023, com base no Censo de 2022.[1]- e a cidade de Salvador, capital do Estado – segundo o IBGE, é a cidade mais populosa da Bahia com 2,5 milhões de habitantes em 2024. Muitas são as políticas públicas desenvolvidas pelo poder público e pelo sistema de justiça para que o cidadão conheça, entenda e saiba solicitar os seus direitos. Mas, ainda assim, existem violações que demandam o exercício do direito de acesso à justiça.

Vale pontuar que o Sistema de Justiça Baiano, que por muitos anos foi considerada a “pior justiça do país”. Entrentanto, em 2024, apresentou melhoras. E, conforme **dados do Relatório Justiça em Números 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia aparece como a segunda Corte de Justiça estadual do país que mais julgou processos em 2024, ficando atrás apenas do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), segundo dados coletados até 31 de outubro 2024. Muito em virtude de alguns fatores, dentre eles: -i- nomeação de novos desembargadores; -ii- o uso da tecnologia para o julgamento dos processos; -iii- a realização de mutirões. etc.

Sabe-se que ainda há muito a melhorar, principalmente, no que se refere aos processos em primeiro grau. Observa-se ainda a falta de celeridade processual em razão de déficit de juízes, servidores nos cartórios, etc.

É importante pontuar que, principalmente, após a Pandemia, vivenciada no Brasil, houve um processo rápido de pensar a resolução dos conflitos para além da judicialização de processos. Com a aplicação de métodos alternativos de resolução de conflito, que demandam a participação ativa dos advogados. E, ainda, o uso de estratégias através da advocaia para, inclusive, impedir que o conflito venha a acontecer – resolução das demandas pela via extrajudicial – ex: nos cartórios de nota. O que vem impulsionando uma outra visão, principalmente, sobre a advocacia. Não esquecendo de pontuar o uso da tecnologia a favor do direito seja na solicitação de certidões, seja nos processos 100% digitais; seja no julgamento de processos por lotes quando apresentam matérias repetivas; seja na realização de audiência virtuais; surgimento de delegacias virtuais, etc.

Essas transformações impulsionaram uma nova realidade para o exercício das diversas carreiras jurídicas dentre elas: advocacia, magistratura, defensoria, delegado de polícia, dentre outras, que nascem da conclusão do curso de Bacharelado em Direito.

Nesse esteio, conquanto a cidade de Salvador tenha mais de 11 (onze) Instituições de Ensino Superior, cujo curso de direito é autorizado ou reconhecido pelo MEC, e o Estado da Bahia tenha de cinqüenta e uma[2] Instituições de Ensino Superior nestas condições, tem-se que, as novas formas de trabalho, ainda que otimizadas pela tecnologia, demandam a presença de profissionais. Há uma carência significativa do número de profissionais nas diversas áreas das carreiras jurídicas seja Magistratura, ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, etc.Do ponto de vista de Salvador, da Bahia e do Brasil, há mercado disponível para receber novos profissionais formados em bacharéis em direito egressos dessa qualificada Instituição de Ensino Superior.

Por derradeiro, e reforçando o que já dito acima, assinalamos que o mercado de trabalho atrelado ao direito não se resume ao exercício da advocacia e/ou ao ingresso nas carreiras de estado, há também a possibilidade do bacharel em direito se dedicar a vida acadêmica, a atividade de pesquisa e extensão ou ser alocado em cargos atrelados aos entes extrajudiciais (*v.g.* Conciliador, Tabelião, etc) e políticos.

[2] http://emec.mec.gov.br/ <acesso dia 13 de maio de 2014>.

1.2 Concepção do Curso

1.2.1 Perfil do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso de Direito da IES fixa os propósitos a serem alcançados durante a formação dos alunos, em consonância com o planejamento global, diretrizes e princípios da Instituição. Tem por finalidade principal comunicar à comunidade acadêmica os pressupostos básicos, a organização e o funcionamento do Curso de Direito, além disso, visa a elaboração de estratégias que fundamentem e orientem ações interdisciplinares, tendo como predomínio o interesse de autonomia profissional para agir e interagir e manter constante aprendizagem e atualização.

O PPC foi discutido e definido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com auxílio da coordenação, docentes, discentes da área e a comunidade. Para sua elaboração, tomou-se como referência as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e demais normas legais que regem o ensino superior. Apresenta orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas referenciadas pela missão da Instituição, pela sua vocação e objetivos, pela legislação vigente e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

Em vista da atual conjuntura globalizada e do rápido desenvolvimento tecnológico, é fundamental a articulação entre a construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica com base em valores humanísticos. Para tanto, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é essencial.

Nesse contexto, o presente PPC apresenta orientações para a formação de profissionais éticos, humanísticos, autônomos, cooperativos, solidários, capazes de propor soluções inovadoras aos problemas que a sociedade propõe, de gerenciar e atuar criticamente em um mundo em incessante transformação, de proceder a tomadas de decisões fundamentadas, capazes de atuar em equipes

multidisciplinares, e que contribuam de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida individual e social.

São princípios básicos do PPC do Curso de Direito:

Ensino centrado no aluno, de forma a:

1. Incentivar uma sólida formação geral e desenvolvimento da pessoa humana, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios relacionados ao exercício profissional e de produção do conhecimento;
2. Oportunizar um envolvimento dos alunos com as diferentes atividades propiciando a integração e o equilíbrio entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes;
3. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional, de forma que a aprendizagem passe a ser vista como um processo contínuo;
4. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas dentro e fora da instituição;
5. Valorizar a participação em atividades complementares, estágios, atividades de extensão e em pesquisas;
6. Articulação de estrutura das atividades curriculares, voltadas à dinâmica da realidade e à função social da Instituição;
7. Favorecer condições que possibilitem uma inserção ativa no mercado de trabalho;
8. Aplicar a pedagogia crítico-reflexiva na construção do conhecimento;
9. Tratar disciplinas e atividades com flexibilidade e com uma visão integrada dos conhecimentos jurídicos que atendam aos cenários nacional e internacional, que aproximem a teoria à prática e às inovações tecnológicas e que tratem da interação do homem com o meio ambiente;
10. Oferecer um currículo harmônico e equilibrado entre diferentes disciplinas e atividades que o compõem;
11. Garantir que os conteúdos essenciais estarão relacionados com o processo de avaliar as implicações e resultados organizacionais, integrados à realidade do ambiente corporativo, da sociedade e à visão científica e profissional;

12. Garantir uma ação cooperativa de docentes e discentes, responsáveis pela efetivação do Projeto Pedagógico;
13. Incluir avaliações periódicas relativas ao processo ensino-aprendizagem.

Finalizando, ressaltamos que a matriz curricular do Curso de Direito foi formulada para que o aluno, como agente do aprendizado, venha a desenvolver um programa de estudo e de práticas coerente, integrado e flexível, com sólida formação básica, que o torne apto a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

O Curso de Direito da IES foi reestruturado para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 05/2018). O Projeto Pedagógico do Curso de Direito está alicerçado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e tem como fundamento as concepções do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, ambos os documentos norteadores das ações da IES.

A IES, por meio do Curso de Direito, busca alcançar a consolidação dos seguintes objetivos institucionais:

- Promover o ensino, o estímulo à pesquisa e a extensão pelo cultivo do saber, nos domínios da ciência do direito e de suas técnicas, e sua aplicação a serviço do progresso da comunidade e da pessoa humana;
- Contribuir para a formação geral e técnica da comunidade, mediante o preparo de profissionais qualificados nos diferentes campos da carreira jurídica;
- Atuar no processo de desenvolvimento da comunidade que vive em sua área de abrangência e influência;
- Colaborar no esforço de desenvolvimento do país, articulando-se com poderes públicos e com a iniciativa privada para o estudo de problemas em âmbito regional, nacional e internacional;

- Participar, mediante a promoção de iniciativas culturais e a prestação de serviços assistenciais e técnicos, na prevenção, na solução de problemas da comunidade.

No processo de reestruturação do Curso de Direito foi criado um eixo orientador para o Projeto Pedagógico do Curso, denominado de “Políticas Públicas e Desenvolvimento Jurídico Social”, que busca articular os eixos de formação preconizados na Resolução CNE/CES nº 05/2018, alterado pela Resolução nº 02/2021, e os eixos temáticos estabelecidos para as regiões de atuação da IES.

O eixo orientador do Curso de Direito está organizado de forma a fornecer um referencial mínimo que permita a formação básica do bacharel em Direito com aptidão para a compreensão do fenômeno jurídico e sua operacionalização prática, trazendo a transversalização de tema relavante social.

Secularmente, o homem busca mediante a interpretação de conceitos e regras pré-definidas viver em sociedade, de forma a estabelecer convivência harmônica e pacífica com seus pares. Assim, materializando os costumes na sociedade moderna, codificando-os por meio de constituições e leis, surge o profissional do Direito, cidadão que se formará apto a interpretar as normas de convívio, propondo sua evolução e segregando aqueles que delas se distanciam.

Cabe ao profissional do Direito, decorridos os 05 (cinco) anos de sua formação na graduação, exercitar a cidadania na exata dimensão do comando constitucional estabelecido desde 1988: dignidade da pessoa humana. No entanto, esse profissional deve necessariamente agremiar, durante o período da graduação, bases sólidas de conhecimento humano, técnico e científico, de modo a fomentar no seio social a plenitude dos dogmas e conceitos de natureza jurídica, alicerçando, com primazia, o estado democrático de direito com a devida responsabilidade social.

Nesse sentido, a proposta do Curso de Direito, a partir do eixo orientador “Políticas Públicas e Desenvolvimento Jurídico Social” é a formação de profissionais do Direito com elevado nível de preparo intelectual e consciência social, qualificados para o exercício técnico e profissional do Direito; e que percebam o Direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania.

Pretende-se fornecer ao futuro bacharel em Direito o instrumental necessário para compreender a realidade dentro da qual exercerá sua profissão, agindo sobre ela. O que se almeja é incentivar a percepção e a compreensão normativa da vida social no seu processo de mudança, ao invés de transmitir um conhecimento abstrato e, por ser dogmático, desvinculado de suas referências de realidade. Dessa forma, o domínio do conhecimento jurídico deve ultrapassar o aspecto meramente positivista, possibilitando que o aluno perceba o Direito não como um fim, mas como um instrumento de transformação social.

A partir do eixo orientador do Curso de Direito estruturam-se 04 (quatro) grandes eixos temáticos, a saber: Eixo Temático I: Cidadania e Responsabilidade Social; Eixo Temático II: Direito e Regulação; Eixo Temático III: Meio Ambiente e Sustentabilidade; Eixo Temático IV: Setor Privado e Responsabilização.

A definição dos eixos temáticos visa garantir a ideia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente. Nesse sentido, os eixos temáticos contribuem para a regionalização do Curso de Direito, na medida em que buscam articular conteúdos voltados para a realidade regional e desenvolver áreas do Direito, essenciais para a região onde o curso é oferecido.

A metodologia de ensino-aprendizagem adotada no Curso de Direito é baseada na “concepção programática de formação e desenvolvimento humano”, princípio norteador do Projeto Pedagógico Institucional da IES. Essa visão metodológica está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Dessa forma, desenvolve-se o potencial intelectual dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem uma participação ativa na solução criativa de problemas que a sociedade propõe. O bacharel em Direito estará preparado para entender e construir soluções diante da realidade dos conflitos sociais e seus desdobramentos.

Para o primeiro ciclo de implantação do curso de direito o Eixo III – Meio Ambiente e Sustentabilidade foi eleito como prioritário. Os demais eixos servirão de

núcleos temáticos para atividades complementares, trabalhos de conclusão de curso e atividades extensionistas.

1.2.2 O Curso e as Políticas de Educação Ambiental

Em harmonia com a política nacional de educação ambiental e visando assegurar a aplicação transversal, contínua e permanente da educação ambiental nas disciplinas do curso de Direito a concepção dos planos de ensino prevê de forma explícita, ou não, a ênfase na construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à sustentabilidade ambiental.

Ainda neste sentido, devido às suas características interdisciplinares, as Atividades Práticas Supervisionadas harmonizam-se com esta orientação promovendo semestre a semestre, de forma articulada, a transversalidade da educação ambiental nas disciplinas do curso, assegurando:

- A incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar;
- O estudo dos conhecimentos, tecnologias e informações relacionados à questão ambiental;
- A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

1.2.3 O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Em atendimento à resolução ***CNE/CP nº 01 de 17 de Junho de 2004***, o curso de Direito apresenta o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afro descendentes, na disciplina Homem e Sociedade e na disciplina Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os acadêmicos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira; ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando, desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Pontua a importância desse conteúdo na base curricular do curso de Direito do ISEC, pois a instituição de ensino encontra-se localizada na cidade (Salvador) – território mais afraddescente do Brasil fora da Áfica. Além de ser a primeira capital do Brasil - trazendo em seu DNA - todo processo histórico de miscigenação racial (povos originários, negros e portugueses) e a necessidade de estudo e discussão sobre a preservação da história cultural, reparação pelos prejuízos gerados por esse processo e novos processos para a inclusão e participação ativa dessas pessoas no contexto social e de cidadania.

Um adendo importante a ser feito e, para contextualizar, é o fato de Salvador ser composta, em sua maioria populacional, de mulheres negras em vulnerabilidade social e que enfretam violência pelo simples fato de ser mulher. Assim, é papel também da academia, promover a interação para fazer cumprir o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa em Salvador – Lei nº 9.451/2019 e de outros comandos legais.

Ainda nesse contexto, de forma transversal, é estudado através da disciplina Lesgilações Extravagantes, a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Isso porque, como acima dito, a maioria da população de Salvador é composta por mulheres

negras. Segundo o Observatório de Municipal de Violência contra a Mulher de Salvador (www.spmj.salvador.ba.gov.br), a maioria das mulheres que sofre a violência doméstica e familiar em Salvador são negras (pretas e pardas) e recebem até 2 (dois) salários mínimos, ou seja, enfrentam a vulnerabilidade social.

1.2.4 Forma de Acesso ao Curso

Para ingressar na Instituição, o candidato passa por processo seletivo, previsto em edital, realizado por meio de um exame constituído por uma redação em Língua Portuguesa e questões do tipo múltipla escolha, abrangendo o programa estabelecido.

Para a orientação desse processo, o candidato conta com o Manual do Candidato à sua disposição, que o informará sobre os procedimentos para a inscrição, datas e horários dos exames, assim como a publicação dos resultados e períodos de matrículas.

No início de cada ano letivo, os ingressantes recebem o Manual do Aluno, que tem por finalidade transmitir uma série de informações gerais à comunidade acadêmica, com o objetivo de proporcionar a todos o melhor aproveitamento da experiência universitária e o entrosamento entre o corpo docente, discente e administrativo da Instituição.

O Processo Seletivo compõe duas formas de acesso: 1) Prova Tradicional, que consiste em datas prefixadas pela IES, com a inscrição feita previamente pelo candidato pela internet, ou presencialmente na IES. O local de realização da prova é indicado no comprovante de inscrição e a duração da mesma consta no manual. 2) Prova Agendada, que consiste no agendamento do dia e horário de sua realização, feita sempre antes da realização da Prova Tradicional. Esta é realizada em computadores dos laboratórios da IES e com provas diferentes. O candidato deverá optar por um dos dois tipos de provas.

Quanto ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), o candidato que o realizou pode ser dispensado de fazer as provas do Processo Seletivo. Nesse caso, este faz a inscrição no campus e entrega uma cópia autenticada do Boletim Individual de Notas do ENEM, até 48 horas antes da Prova Tradicional. As notas

obtidas no ENEM, de questões objetivas, bem como de redação, serão analisadas e se não atingirem uma pontuação favorável, o candidato necessariamente realizará a Prova Tradicional ou por Agendamento, conforme sua escolha e tempo hábil para tal.

Quanto às Condições e Procedimentos, no momento da inscrição, o candidato fará a opção de curso e turno conforme instruções contidas no Manual do Aluno. Haverá também um questionário sócio-econômico e taxa de inscrição, caso haja. A inscrição pode ser feita pessoalmente ou pela internet.

Quanto à composição das provas, esta possui as disciplinas devidamente elencadas no manual, bem como a bibliografia de literaturas a serem estudadas. No que diz respeito à classificação, esta é feita de forma decrescente, referente à pontuação, e respeita a disponibilidade de vagas do curso. Já a desclassificação se dá por meio da baixa pontuação da redação e utilização de meios fraudulentos ou indisciplina durante a realização da prova.

Quanto ao resultado da prova, a lista oficial de classificação será publicada na secretaria da IES, por meio de edital de convocação, e pela internet, após alguns dias da realização da Prova Tradicional da fase correspondente. O resultado obtido através da prova feita por Agendamento e pelo ENEM será publicado juntamente com o da Prova Tradicional.

A matrícula é realizada pela internet e o modo de fazê-la consta no Manual do Candidato, passo a passo. Há também um prazo para a sua realização, indicação do curso e a data de início das aulas. Os alunos que não possuem internet podem comparecer a secretaria da IES para efetuar a matrícula.

1.3 Objetivos do Curso

1.3.1 Objetivos Gerais

O objetivo geral do Curso de Direito da IES é a formação de profissionais do Direito com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática

profissional, com postura reflexiva, visão crítica e desenvolvimento de habilidades, qualificados para o exercício das carreiras jurídicas.

O Curso de Direito possui um projeto curricular estruturado para atender às demandas profissionais imediatas e, assim, permitir ao aluno o rápido ingresso no mercado de trabalho.

Em consonância com as diretrizes curriculares do curso e com o PDI da IES, apresenta os seguintes objetivos gerais:

1. Formar bacharéis em direito com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional;
2. Assegurar profundo conhecimento do pensamento jurídico e das profissões vinculadas às carreiras jurídicas;
3. Formar bacharéis em direito com postura reflexiva e visão crítica, habilidades, valores humanizados, qualificados para o exercício das carreiras jurídicas.

1.3.2 Objetivos Específicos

Constituem objetivos específicos do Curso de Direito da IES:

- Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;
- Possibilitar ao aluno desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- Desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;

- Incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Capacitar os alunos para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania;
- Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade.

1.4 Perfil Profissional do Egresso, Competências e Habilidades

1.4.1 Perfil do Egresso

Os termos competência e habilidade introduzidos no ambiente educacional a partir da LDB de 1996 se referem àquilo que o aluno deverá aprender e incorporar ao seu perfil profissional para integrar-se ao mercado de trabalho devidamente capacitado para assumir as funções que lhe forem confiadas. Enquanto as competências pertencem ao nível abstrato do conhecimento o pensar, as habilidades pertencem ao âmbito prático do conhecimento o fazer.

Competências são próprias do processo de absorção e desenvolvimento de qualidades associadas ao ambiente abstrato - teorias, estratégias, planejamento,

conceitos e resultados esperados; habilidades estão associadas a qualidades materializáveis, práticas, táticas, estratégias, ações, especificações e resultados obtidos.

Tanto as competências quanto as habilidades demandam o ato de vontade e o compromisso com o processo de transformação de conhecimentos. A IES exerce a função de agente estimulador e facilitador e os estudantes, em sua condição de agentes receptores, podem se apropriar do conhecimento ou não, dependendo do grau de determinação, da capacidade de apropriação e do comprometimento de cada um.

A simples disponibilização do conhecimento não garante o desejado processo de transformação do conhecimento. Essa transformação exige ação proativa do receptor, sendo por esse motivo que ela varia de aluno para aluno, uma vez que toda transformação demanda determinado nível de apropriação e de instrumentalização do conhecimento disponibilizado, o que varia em conformidade com o contexto social, econômico e cultural dos indivíduos.

Ao adquirir competências, o aluno deverá ser estimulado a encontrar o uso prático desse recurso ou desenvolver habilidades para a aplicação de conceitos, de modo a conjugar teoria e prática no mesmo nível, em conformidade com a própria realidade e com os parâmetros identificáveis em seu contexto regional.

Cabe à IES desenvolver seus projetos de modo sistêmico a fim de oferecer aos alunos as condições ideais para a aquisição de competências, evitando o risco permanente de formar analfabetos profissionais que, de alguma forma, detêm o conhecimento teórico ou competências, mas não conseguem traduzir o ativo acadêmico em resultados práticos por não terem desenvolvido habilidades correspondentes às competências.

No sentido de criar condições para que os profissionais egressos do Curso de Direito possam desempenhar suas funções nas organizações, criando e agregando valores, conforme a parametrização normativa, o conteúdo programático oferece os instrumentos necessários à capacitação, possibilitando a incorporação de competências ao aluno que vier a se graduar.

É nesse sentido que o curso contempla em seus planos de ensino tanto elementos de conteúdo teórico destinados a transformar e desenvolver competências quanto elementos de ordem operacional e vivencial para o desenvolvimento de práticas.

A definição da matriz curricular levou em consideração o perfil desejado para o egresso do curso, observando a seleção de conteúdos necessários à construção de competências indispensáveis para a formação do referido perfil e, simultaneamente, a construção de habilidades.

A matriz curricular busca responder à necessidade de preparar os alunos para:

1. atender às novas demandas de trabalho e emprego;
2. o exercício de uma cidadania crítica;
3. participar do atendimento às demandas da comunidade e de seu fortalecimento;
4. atingir objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmonioso;
5. reconhecer como prioridade o ensino fundamentado em princípios éticos,

filosóficos, culturais e pedagógicos; priorizem a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável em todas as propostas de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos;

6. promover atividades de desenvolvimento da vida coletiva, estimulem a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas, sempre inspirados por princípios éticos que exaltem valores e virtudes promotores de solidariedade.

O Curso de Direito oferecido pela IES visa formar egressos com o perfil proativo, facilitador de constantes mudanças por que passa a sociedade. Assim, ao longo do Curso o egresso desenvolverá:

1. competências para atender as crescentes necessidades do mercado e das organizações, em particular, adotando por princípio a disponibilização do conhecimento científico sob forma de estudo e produção, o reconhecimento das novas tecnologias e a manutenção de uma dinâmica de aprendizagem coerente com a realidade social e econômica local;

2. postura profissional ética, respeito e compromisso com o outro, sigilo nas relações profissionais, honestidade e sociabilidade para com o público envolvido em sua atividade profissional, empenho na construção da cidadania;
3. habilidades profissionais que o tornem apto a atuar de modo humanístico, a partir de uma perspectiva global, que lhe permita compreender o meio social em que está inserido em seus aspectos político, econômico e cultural e o capacitem a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
4. capacidade para liderar, postura ética que lhe possibilite agir de modo consciente e responsável e conhecimentos que lhe possibilite realizar planejamento estratégico fundamentado em elementos internos e externos das organizações;
5. interesse e compromisso de manter-se atualizado em assuntos econômicos e legais, que lhe possibilitem compartilhar e disseminar conhecimentos sobre novas tendências jurídicas em
6. nível nacional e internacional e responder agilmente a questionamentos próprios de seu trabalho, atendendo, assim, à crescente demanda de informação nas empresas;
7. iniciativa e responsabilidade relativas à atividade profissional, capacidade de empreender e de desenvolver competências para a inovação e a criação de alternativas para toda e qualquer situação da área contábil;
8. competências relacionadas ao comportamento nos níveis individual, de grupo e organizacional, catalisando os processos referentes a seu campo de atuação profissional.

1.4.2 Competências e Habilidades

Para que o egresso alcance o perfil desejado, o Curso de Direito da IES, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 05/2018, proporciona condições para que seus alunos desenvolvam a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas teìcnico-juriìdicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontoloìgico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Por fim, o egresso do Curso de Direito expressa seu diferencial de atuação por intermédio do emprego de métodos alternativos de resolução de conflitos, pautado em uma cultura organizacional dialógica e inovadora, que almeja a consensualidade judicial ou extrajudicial.

O egresso do Curso de Direito da IES é um profissional com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional, com postura reflexiva e visão crítica, com o desenvolvimento de habilidades, qualificados para o exercício das diversas carreiras jurídicas. É conhecedor das bases constitutivas do Direito, crítico do ordenamento jurídico vigente e da realidade social em que está inserido, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.

O perfil eleito repousa em sólida sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

O bacharel em Direito IES está preparado para entender e construir soluções diante da realidade dos conflitos sociais e seus desdobramentos. Assim como, está apto a enfrentar as novas demandas jurídicas e exercer plenamente a profissão, na medida em que seus conhecimentos sobre o Direito são sólidos e calcados em uma efetiva prática da profissão. Pode-se dizer que o egresso domina as bases do Direito, enfrenta a ordem jurídica vigente, analisando e pensando soluções mais adequadas em confronto com o meio social.

Além disso, o Curso de Direito da IES estimula o desenvolvimento de algumas competências e habilidades gerais, sendo essenciais para a concretização daquelas específicas da área: leitura; cultura geral; memória apurada; rapidez de raciocínio; elevado grau de associação, análise e coordenação de idéias. Além da capacidade de inter-relacionar em múltiplos níveis interesses coletivos e individuais, na perspectiva de autoconhecimento; capacidade de escuta, inclusão.

Dessa forma, o Curso de Direito da IES prepara o seu aluno de maneira que, ao concluir a graduação, ele esteja apto a exercer a advocacia como profissional liberal; trabalhar em empresas; escritórios e em órgãos governamentais; atuar na área de consultoria; na conciliação, mediação, com método de resolução de conflitos; ou ainda, entrar para a carreira jurídica pública através de concursos

públicos, tais como: magistratura, ministério público, polícia civil, etc. Além de compreender a nova dinâmica do novo trabalho com o uso da tecnologia – ex: processo 100% digital; reuniões e audiência virtuais; usa da inteligência artifucial para identificação de demandas de massa nas procuradorias de Estado e Federal, etc.

Enfim, buscará formar profissionais competentes, com consciência ética aprimorada, alto nível educacional, perfil empreendedor e preocupação com a qualidade dos serviços prestados, além de compromisso com o desenvolvimento regional e nacional, bem como compromisso e respeito com o cidadão.

1.5 Estrutura Curricular

1.5.1 Conteúdos e Componentes Curriculares

A estrutura curricular do Curso de Direito está assentada nas disposições da Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro 2018, sem perder de vista as diretrizes contidas nos Pareceres CNE/CES que lhes dão sustentação, particularmente nos de nº 776/1997, 67/2003 e 211/2004, de sorte que a criatividade, a flexibilidade e também a responsabilidade institucional estejam presentes.

A construção da matriz curricular levou em consideração os objetivos do Curso de Direito e o perfil desejado do egresso, assim como suas competências e habilidades, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados, recentes, relevantes e inovador, de cunho multidisciplinar, além das seguintes necessidades:

- Preparação dos alunos para as novas relações sociais e o mundo do trabalho;
- Atendimento às novas demandas econômicas e de emprego;
- Formação para a cidadania crítica, inclusiva e com desenvolvimento de habilidades;
- Preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade;

- Formação para o alcance de objetivos comprometidos com a sintonia entre o desenvolvimento pessoal e profissional;
- Preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizam a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazo;
- Formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

Com esse referencial, construiu-se uma estrutura curricular calcada nos eixos de formação preconizados na Resolução CNE/CES nº 05/2018, alterada pela Resolução CNE/CES nº 02/2021, quais sejam:

- Eixo de Formação Geral: que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;
- Eixo de Formação Técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Processual, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Previdenciário e Formas Consensuais de Soluções de Conflitos; e

- Eixo de Formação Prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente, nas atividades relacionadas com a prática jurídica (Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares) e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologia de informação e comunicação.

Ante a peculiaridade curricular da IES, em conformidade com o §3º do art. 5º da Resolução nº 05/2028, visando desenvolver conhecimentos relavantes no cenário local, nacional e internacional, articulando novas competências e novos saberes antes aos desafios que se apresentam ao mundo do Direito, serão ofertadas as disciplinas de Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direitos da Criança e Adolescente, Direito Agrário, Direito Digital.

Pontua que as atividades de caráter prático-profissional e a ênfase na resolução de problemas estará presente de forma transversal em todos os eixos formativos.

Na elaboração da estrutura curricular, procurou-se considerar as afinidades entre os conteúdos ofertados a cada semestre, de sorte que a formação do aluno ocorra de maneira gradual e integrada, sem uma ruptura entre os eixos de formação fundamental, profissional e prática.

De acordo com as concepções e objetivos gerais do curso já apresentados no âmbito geográfico e social, a IES irá definir conteúdos e atividades didatico-formativas que constituem componentes curriculares que possibilitam o desenvolvimento de conteúdos, competências e habilidades necessárias à formação jurídica, e irá ser desenvolvidas por meio de estratégias e práticas pedagógicas diversificadas, inclusive extraclasse e sob a responsabilidade de determinado docente, com planejamento prévio definido em plano de ensino, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2018.

Além disso, buscou-se o equilíbrio e a integração entre os vários conteúdos, evitando a sobreposição e buscando harmonizar os componentes teóricos de formação, que desenvolvem o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um ensino

interdisciplinar voltado à realidade social, vinculando a prática à teoria, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático.

É por meio do ensino teórico/profissionalizante e prático que a IES proporciona aos alunos uma clara visão de funcionamento das novas relações sociais e do mercado de trabalho. As atividades curriculares procuram realçar ainda a formação humanista do aluno de forma a criar condições concretas para que, no exercício o profissional, esteja atento ao respeito ao outro, à característica social de seu trabalho e às constantes mutações sofridas por áreas da ciência jurídica, especialmente, aquelas atinentes à tecnologia, pautas de garantias de direitos, inclusão e aos interesses difusos e coletivos.

Complementarmente a essa conformação curricular, a IES conta ainda com uma plataforma tecnológica de última geração que faculta aos alunos o acesso remoto a conteúdos de formação fundamental comuns a vários cursos de graduação e que, de acordo com a legislação educacional vigente, pode abrigar a oferta de até 40% dos componentes curriculares do Curso de Direito.

É importante registrar também que a estrutura curricular idealizada pela IES levou em conta que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE avalia 02 (duas) vertentes de conhecimentos agregados pela Instituição: **a primeira**, que aborda conhecimentos gerais e **a segunda**, conhecimentos específicos da área do curso avaliado. Dessa forma, o aluno que optar por integralizar os conteúdos curriculares de formação geral ao longo do curso estará apto a obter um bom desempenho no Exame, haja vista que o aprendizado dos conteúdos de formação geral se deu em período mais próximo da sua participação.

Destaca-se que, no 9º e 10º semestres, foram previstas carga horária a ser integralizada em disciplinas optativas de livre escolha pelo aluno, dentro de uma lista previamente estipulada pela IES e que se volta à integração do conhecimento produzido no Curso de Direito. A lista de disciplinas optativas poderá, à medida que o novo currículo for sendo implantado, ser ampliada ou modificada, tendo por base as necessidades do mercado de trabalho e o perfil profissional que se deseja para o egresso.

No 9º e 10º semestres do Curso de Direito, o aluno deverá matricular-se em mais 02 (duas) disciplinas optativas, dentre as 04 (quatro) que serão oferecidas. Cada uma das disciplinas terá carga horária de 20 (vinte) horas relógio, sendo oferecidas na modalidade na modalidade de EAD.

Serão oferecidas como disciplinas optativas: Tópicos Especiais em Fundamentos Filosóficos e Teóricos do Direito; Tópicos Especiais em Direito Público; Tópicos Especiais em Direito Privado; Tópicos Especiais em Tutelas Difusas e Coletivas.

As disciplinas optativas oferecidas no 9º e 10º semestres do Curso de Direito têm como objetivo promover a integração horizontal e vertical dos conteúdos através da discussão de tópicos definidos no contexto local/regional/internacional do universo jurídico nos diversos espaços de atuação da IES.

Pontua que as disciplinas de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Relações Etnicos-Raciais e Afrodescência compõem a matriz curricular de forma obrogatória.

O Estágio Supervisionado, a ser realizado a partir do 5º até o 10º período do curso, leva em consideração as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem discutidos. O Estágio Supervisionado é realizado na própria Instituição de Ensino, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, podendo contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na Instituição, nos órgãos do poder judiciário, do ministério público e da defensoria pública ou ainda, em departamentos jurídicos oficiais.

O Trabalho de Curso, a ser realizado do 8º ao 10º semestres, consiste em uma prática investigativa, relatada sob a forma de monografia, conforme orientação da IES, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

Ao longo do Curso de Direito, os alunos deverão cumprir um mínimo de 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares, permeando a estrutura curricular pelos 10º semestre do Curso de tal modo que o aluno se vincule ao meio acadêmico

e interaja com a IES, com a comunidade e também com o meio jurídico, nos seus mais diversos seguimentos.

Além disso, foram criados eixos temáticos regionais, dentro do perfil institucional definido, buscando articular o Curso de Direito às necessidades das regiões de atuação da IES. A definição dos eixos temáticos visa garantir a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

A fim de alcançar alguns aspectos e características regionais ao Curso de Direito da IES, foram definidos 04 (quatro) grandes eixos temáticos. São eles:

- Eixo Temático I: Cidadania e Responsabilidade Social, abrangendo as disciplinas de Direitos Humanos; Homem e Sociedade; Libras; Ciência Política; Ciência Sociais; Relações Etnico-Raciais e Afrodecendência; Direito da Criança, Adolescente e Estatuto da Pessoa Idosa; Tópicos Constitucionais;
- Eixo Temático II: Direito e Regulação, abrangendo as disciplinas de Bases Constitucionais da Administração Pública; Bases Procedimentais da Administração Pública; Contratos Civil e Empresarial; Direito Financeiro; Direito Internacional Público;
- Eixo Temático III: Meio Ambiente e Sustentabilidade, abrangendo as disciplinas de Direito e Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável; Direito Ambiental; Direito Urbanístico; Direito Agrário;
- Eixo Temático IV: Setor Privado e Responsabilização, abrangendo as disciplinas de Direito Civil; Direito do Trabalho; Direito Digital; Responsabilidade Civil; Teoria da Empresa; Direito Internacional Privado.

Para os primeiros ciclos de implantação do curso definiu-se o Eixo Temático III como relevante para a implantação, mantendo os demais eixos como orientadores de trabalhos de curso e atividades complementares, bem como dos componentes curriculares Estudos Disciplinares e Atividades Práticas Supervisionadas.

1.5.1.1 Estudos Disciplinares e Atividades Práticas Supervisionadas - Componentes Curriculares

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei nº 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a IES vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), própria ou por meio de convênios institucionais, na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nº 2 e 3, ambas editadas em 2007, respectivamente, fixando a carga horária dos bacharelados e que a carga horária dos cursos deva ser contabilizada em horas/relógio.

Dentre outras medidas, emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares, bem como a atribuição de carga horária às atividades de estudos fora de sala de aula supervisionadas e orientadas pela equipe docente.

Nesse contexto, estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) e as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) fundamentados no inciso II, do Art. 53 da Lei n. 9.494/96.

> ***Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:***
> ***I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;***
>
> ***II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;*** (g.n.)

Nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES nº 776/97, 583/2001 e 67/2003

> ***(...)***
> ***1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;***
> ***2) indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;***
> ***(...)***
> ***4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;***
> ***5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.*** (g.n.)

Assim, a IES institucionalmente implantou as seguintes definições:

Estudos Disciplinares: são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição (IES), constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos, que se operacionalizam por meio da resolução sistemática de exercícios, criteriosamente elaborados pelo NDE, quando houver, em conjunto com responsáveis pelas disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas da sua área de formação, conforme regulamento próprio.

Atividades Práticas Supervisionadas: são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes, que se operacionalizam por meio de estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários,

desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros, conforme regulamento próprio.

1.5.1.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Direito é componente curricular obrigatório que visa proporcionar ao aluno formação teórico-prática com desenvolvimento das competências necessárias à atuação profissional.

É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, em momento mais próximo do final do curso de graduação em Direito, por meio do qual o aluno é instado a exibir as competências obtidas ao longo de sua formação. Cumpre pontuar que a construção é contínua e processual juntamente com o professor-orientador.

Nesse sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso deve evidenciar a capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, desvendar caminhos possíveis e futuros de investigação, contemplando, em seu processo de construção, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

O Trabalho de Conclusão de Curso, como componente curricular obrigatório de acordo com o art. 11 da Resolução CNE/CES nº 5 de 2018, constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial e obrigatório e realizada individualmente para a integralização curricular.

O TCC é um dos requisitos obrigatórios para a conclusão do curso de graduação. Tem como objetivos:

1. Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;
2. Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo;
3. Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;

4. Possibilitar ao estudante o desenvolvimento de sua capacidade científica por meio de realização de experiência de pesquisa, inter-relacionando o aprendizado teórico à prática, dando-lhe condições para a publicação de artigos e trabalhos científicos;

O Curso de Bacharelado em Direito, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, tem como requisito o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso. O processo de realização do TCC envolve orientação teórico-metodológica ao aluno, a ser prestada pelo professor orientador a partir do 8º semestre do Curso de Direito.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica, na perspectiva de uma educação continuada. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso envolve momentos de orientação e elaboração de um projeto de pesquisa, assim como o desenvolvimento da pesquisa e sua validação conforme parecer do professor orientador.

O acompanhamento e o cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso são feitos de forma adequada por um professor orientador, que atende o estudante regularmente em datas prefixadas ou ainda por meios de comunicação digital à distância. O aluno apresentará oralmente à banca o seu Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser dispensado, excepcionalmente, havendo fundado motivo.

O Trabalho de Conclusão de Curso possibilita a IES a avaliar, ao final do curso, de forma ampla e transdisciplinar, a capacidade intelectiva do aluno de assimilar os mais diversos ramos do saber jurídico.

O depósito e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso ficam condicionados a prévia aprovação de todas as demais disciplinas constantes na grade curricular do aluno. Assim, o aluno que tiver Dependências ou Adaptações a cursar não estará habilitado a depositar e apresentar o seu Trabalho de Curso.

O Regulamento do Trabalho de Curso está no ANEXO III: Regulamentos do PPC.

1.5.1.3 Estágio Curricular

O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, contemplando a formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a Prática Jurídica e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, ao promover uma relação direta entre os conhecimentos adquiridos durante o curso e as atividades do ambiente de trabalho.

A finalidade do Estágio Curricular Supervisionado é proporcionar ao aluno formação de caráter prático-profissional, desenvolvendo competências e habilidades necessárias ao mercado de trabalho com ênfase na resolução de problemas, de modo transversal, em todas as perspectivas formativas definidas neste instrumento.

O Estágio Curricular Supervisionado, como componente curricular que integra a formação prático-profissional, não se confunde com o estágio profissional supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho. Dessa forma, ainda que nem todos os alunos possam realizar estágio profissional, todos eles são obrigados a cumprir o Estágio Curricular Supervisionado.

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito é o órgão encarregado de organizar, coordenar, orientar, avaliar e supervisionar a realização do Estágio Curricular Supervisionado, sendo, desta forma, o ambiente próprio em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso, possuindo regulamento próprio destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas, atendendo às demandas do curso e buscando a interdisciplinaridade da matérias legais.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado são exclusivamente práticas, compreendendo, entre outras: redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas relatadas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, tudo sob o controle, orientação e supervisão do Núcleo de Prática Jurídica.

Essas atividades são oferecidas pela própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, podendo ser realizada, ainda, em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais e em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

As atividades de Estágio Supervisionado podem ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Conforme previsto na matriz curricular do Curso de Direito, o aluno deve desenvolver e cumprir uma programação de Estágio Curricular Supervisionado, envolvendo Práticas Jurídicas, que totalize a carga horária mínima de 300 horas. Essas atividades devem ser desenvolvidas de modo a proporcionar aos alunos a realização das práticas jurídicas estabelecidas neste instrumento, nas diversas áreas do saber jurídico e nas suas diferentes formas e condição de realização.

A regulamentação e o planejamento das atividades de Prática Jurídica, desenvolvendo competências e habilidades necessárias ao mercado de trabalho com ênfase na resolução de problemas, de modo transversal, em todas as perspectivas formativas definidas neste instrumento, incluem as práticas de resolução consensual de conflitos e práticas de tutela coletiva, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, a prática de processo judicial eletrônico, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação, proporcionando ao aluno ampla formação de caráter prático-profissional.

As Práticas Jurídicas contempladas pelo Estágio Curricular Supervisionado, nas suas diferentes formas e condição de realização, envolvem atividades Práticas Simuladas e Reais e Estágio Supervisionado, assim especificadas:

a) Práticas Jurídicas Simuladas

As Práticas Jurídicas Simuladas abrangem o exercício prático das atividades forenses e não forenses, por meio de metodologias ativas, com vistas à elaboração

de peças processuais e profissionais simuladas (contratos, pareces, consultas, redação de termos, etc.); realização de audiências, plenários de Tribunal do Júri, câmaras de arbitragem, e outros atos que desafiam a atuação do operador do Direito; produção de processos simulados nas múltiplas áreas do Direito; a pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos, bem como a práticas de processo judicial eletrônico mediadas por tecnologias de informação e comunicação; práticas de tutela coletiva; técnicas de resolução consensual de conflitos, abrangendo negociação, conciliação, mediação e arbitragem.

As práticas simuladas são desenvolvidas no âmbito das aulas CEP (Curso de Estágio Profissional), ministradas em grade própria, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos na demais perspectivas formativas.

b) Práticas Jurídicas Reais

As Práticas Jurídicas Reais envolvem participação do aluno em Visitas Orientadas e atuação junto ao Escritório de Assistência Jurídica (Anexos aos Juizados Especiais quando houver).

As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como assistir audiências reais e julgamentos, presencial e/ou online, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação dos respectivos relatórios e comprovantes de participação.

A atuação no Escritório de Assistência Jurídica (anexo dos juizados especiais quando houver) é destinada aos alunos matriculados a partir do 5º Semestre, podendo ser efetiva, quando o aluno frequenta, semanalmente, por determinado período, aos plantões estipulados pela supervisão do NPJ, ou pontual mediante frequência eventual dos alunos nas atividades práticas desenvolvidas no escritório de assistência jurídica. Em ambos os casos a participação do alunado está condicionada ao número de vagas disponíveis e às disposições previstas pela supervisão do NPJ.

c) Estágio Supervisionado

No Curso de Direito, o Estágio Supervisionado Profissional, entendido como um conjunto de atividades de estágio contratado, é desenvolvido pelo aluno como

atividade opcional, sendo, portanto, realizado na modalidade Não-Obrigatório. Trata-se, pois, de uma modalidade de prática jurídica baseada em atividade real. O Estágio Não-Obrigatório pode ser realizado desde o 1º Semestre do curso, obedecidas as exigências da Lei nº 11.788/2008 e as diretrizes da instituição e deve estar relacionado a área de formação do curso.

A IES firma convênio com diferentes empresas e organizações, além da parceria com os agentes de integração, a fim de oferecer melhores oportunidades e experiências para a formação do egresso, podendo ser realizada, ainda, em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais e em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas. Profissionais liberais com registros em seus respectivos órgãos de classe também podem contratar estagiários.

Dentre as regulamentações para a contratação do estagiário está a carga horária máxima limitada a 6 horas diárias e 30 horas semanais, jornada que pode ser cumprida em mais de uma organização concedente, com o cuidado de não exceder o limite total permitido por lei. Os estagiários têm direito a férias remuneradas de 30 dias a cada 12 meses de estágio na mesma instituição concedente, ou o proporcional ao período estagiado, se for inferior a um ano. A Lei nº 11.788/08 de estágio não contempla o 13º salário.

O tempo máximo de estágio em uma mesma empresa concedente é de 2 anos. A legislação de estágio não estabelece um piso mínimo para bolsa estágio, sendo esse valor definido em comum acordo entre a concedente e o estudante e devendo ser registrada no Termo de Compromisso de Estágio (TCE), contrato de estágio.

Portanto, esse modelo de interação ensino-aprendizagem requer o envolvimento dos atores sociais, IES, Estado, organizações e sociedade. Logo, entende-se por competência profissional aquela em que o indivíduo mobiliza um conjunto de saberes diferenciados que geram resultados reconhecidos individual (pessoal), coletiva (profissional), econômica (organização) e socialmente (sociedade).

A IES acredita ser seu papel formar competências profissionais, intelectuais e técnico-funcionais. Além disso, tanto os futuros profissionais quanto as organizações demandam a presença de competências comportamentais, éticas e políticas. Alinhada pelo PDI e pelo Regimento Geral (disponível no site institucional), a IES investe em convênios com ambientes profissionais para que os estudantes tenham oportunidades práticas para desenvolvimento de destrezas esperadas no mundo corporativo, o que contribui de maneira significativa para a inserção do estudante no mercado de trabalho.

Os diferentes ambientes profissionais, empresas públicas ou privadas e organismos governamentais que integram o processo de aprendizagem do estudante, considerados qualificados para se vincularem ao curso, são cuidadosamente selecionados por esta IES.

1.5.1.4 Atividades Complementares

As atividades complementares estão contempladas na matriz curricular do Curso de Direito que atendem aos campos interligados de formação e como complementação de conhecimentos em relação aos conteúdos curriculares. Os alunos devem integralizar, ao longo do curso, 200 horas de atividades complementares.

Ante, pois, as estipulações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, as atividades complementares são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estuante, respeitas as normas do curso.

Essas atividades são obrigatórias e visam complementar a formação profissional e cultural do discente, podendo ser desenvolvidas presencialmente ou a distância. Devem possibilitar o reconhecimento por avaliação de competências fora do ambiente escolar, estimulando a prática de estudos transversais, interdisciplinares, de constante atualização profissional e relacionadas, sobretudo,

com especificidades e singularidades regionais e locais em que a instituição está inserida.

Estas atividades abrangem um leque de alternativas, incluindo palestras, leituras, cursos de extensão, exposições, feiras, eventos, fóruns de discussão, conferências, workshops, visitas ligadas à área de abrangência do curso ou quaisquer outras atividades de cunho pedagógico que sejam de interesse do aluno, realizadas em dias e horários de sua conveniência, e que tenham relação direta ou indireta com o curso.

As Atividades Complementares têm por objetivos gerais no Projeto Pedagógico do Curso de Direito:

1. complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou a distância;
2. contribuir para que a formação do futuro egresso seja empreendedora, generalista, humanista, crítica e reflexiva;
3. despertar o interesse dos alunos por temas sociais, ambientais e culturais;
4. estimular a capacidade analítica do aluno na argumentação de questões;
5. auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista;
6. incentivar a participação do aluno em projetos de ações sociais;
7. promover situações que exijam posturas de tomadas de iniciativas e que revelem o espírito empreendedor dos alunos;
8. compartilhar o conhecimento e a vivência acadêmica com as comunidades externa e interna;
9. incentivar procedimentos de investigação científica.

Desta forma, as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridos fora do ambiente escolar.

Essas atividades incluem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e de interdisciplinaridade, especialmente, nas relações com o mundo do trabalho.

O Regulamento das Atividades Complementares está no ANEXO III do PPC.

1.5.2 Matriz Curricular

Série	Disc	Disciplina	Carga Horaria	Aulas Semana	Aulas Teóricas	Alunos aulas Teóricas	Aulas Práticas	Alunos aulas práticas	Lançamento Notas
1	17A7	PORTUGUES INSTR JURIDICO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
1	916U	INSTITUICOES JUDICIARIAS/ETICA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
1	936U	FILOSOFIA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
1	96C1	ESTUDOS DISCIPLINARES	20	0	0	0	0	0	Semestral
1	99A6	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
1	D277	INTERPRETAÇÃO E PROD TEXTOS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
1	D45B	ECONOMIA	60	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
1	D55B	PSICOLOGIA JURIDICA	60	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	21A1	DIREITOS HUMANOS	60	3	3	80	0	0	Bimestral
2	935Z	TEORIA GERAL DO CRIME	60	3	3	80	0	0	Bimestral
2	96C2	ESTUDOS DISCIPLINARES	20	0	0	0	0	0	Semestral
2	994Z	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
2	99A7	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
2	D05E	LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO JURÍD	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D253	COMUNICACAO E EXPRESSAO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D75E	CIÊNCIA POLÍTICA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D94E	HISTÓRIA DO DIREITO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
3	18A1	TEORIA DA EMPRESA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
3	803X	TEORIA GERAL DO PROCESSO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
3	882X	ILICITUDE E CULPABILIDADE	60	3	3	80	0	0	Bimestral
3	892X	FATOS E NEGOCIOS JURIDICOS	60	3	3	80	0	0	Bimestral
3	98A7	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
3	99A8	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
3	D01C	ORGANIZACAO DO ESTADO	60	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
3	D267	HOMEM E SOCIEDADE	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	11B6	TEORIA DAS PENAS	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	18A2	PROC E RELAC JURID PROCESSUAL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
4	18A3	TEORIA GERAL DAS OBRIGACOES	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	18A6	TITULOS DE CREDITO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	863X	CONTROLE E CONSTITUCIONALIDADE	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	883X	BASES CONST ADMINISTR PUBLICA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	98A8	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral

Série	Disc	Disciplina	Carga Horaria	Aulas Semana	Aulas Teóricas	Alunos aulas Teóricas	Aulas Práticas	Alunos aulas práticas	Lançamento Notas
4	99A9	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
4	D243	CIENCIAS SOCIAIS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D35E	RESPONSABILIDADE CIVIL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D54G	LINGUA BRASIL SINAIS - LIBRAS	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D84E	HERMENÊUTICA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	18A7	PROCEDIMENTO COMUM	60	3	3	80	0	0	Bimestral
5	18A8	RECUP JUDICIAL E FALENCIA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
5	21A5	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
5	824X	DIREITO DAS OBRIGACOES	60	3	3	80	0	0	Bimestral
5	834X	EXTINCAO DA PUNIBILIDADE	60	3	3	80	0	0	Bimestral
5	98A9	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
5	D11C	BASES PROC DA ADM PUBLICA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D194	METOD DO TRABALHO ACADEMICO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D21C	TEORIA GERAL DO PROCESSO PENAL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D64G	REL ETNICO-RAC/AFRODESCENDENC	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
6	18A9	CONTRATOS EM GERAL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
6	19A1	SENTENCA E RECURSOS CIVIL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
6	19A3	TEO GERAL DIREITO TRIBUTARIO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
6	21A6	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
6	864X	PROTECAO PENAL AO INDIVIDUO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
6	894X	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
6	99A1	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
6	D105	METODOS DE PESQUISA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
6	D63E	DIREITO E MEIO AMBIENTE	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
6	D65E	AÇÃO PENAL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
7	19A5	CUMP SENT E PROC EXECUCAO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
7	20A9	TRIBUTOS EM ESPECIE	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
7	21A7	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
7	825X	CONTRATOS CIVIL E EMPRESARIAL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
7	835X	PROTECAO PENAL AO PATRIMONIO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
7	865X	DIREITO TUTELAR COLETIVO TRAB	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
7	99A2	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
7	D11D	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
7	D31C	PROVAS PROCESSUAIS PENAIS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
8	19A7	T P U E PRO E JR CONTENCIOSA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
8	21A8	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
8	806X	PROCESSO CONHECIMENTO TRABALHO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral

Série	Disc	Disciplina	Carga Horaria	Aulas Semana	Aulas Teóricas	Alunos aulas Teóricas	Aulas Práticas	Alunos aulas práticas	Lançamento Notas
8	816X	RECURSOS E EXECUCAO PENAL	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	875X	PROT PENAL AOS INTER SOCIAIS	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	895X	DIREITO PREVIDENCIARIO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	986V	DIREITOS REAIS	60	3	3	80	0	0	Bimestral
8	99A3	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
8	D15E	MET ALTERN RESOL CONFL:NEG MED	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
8	D61D	DIREITO FINANCEIRO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	20A1	PROC ESP JUR VOLUNTARIA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	20A3	DIREITO AMBIENTAL	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	21A9	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
9	826X	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	836X	DIREITO DE FAMILIA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
9	846X	PROT PENAL INTER ADM PUBLICA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	866X	EXECUCAO TRAB PROCED ESPECIAIS	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	876X	DIREITO DO CONSUMIDOR	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	99A4	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
9	D41C	MET ALT RES CONFLITOS:ARBITRAG	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D71D	DIREITO DIGITAL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D962	TOP ESP FUND FIL TEO DIR (OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D972	TOP ESP DIR PUBLICO (OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	11B7	LEGISLACAO PENAL EXTRAVAGANTE	60	3	3	80	0	0	Bimestral
10	12B4	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
10	20A5	PROCESSO COLETIVO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
10	20A8	TRABALHO DE CURSO	40	0	0	0	0	0	Semestral
10	22A2	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO	60	0	0	0	0	0	Semestral
10	22A3	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200	0	0	0	0	0	Semestral
10	857X	DIREITO DAS SUCESSOES	60	3	3	80	0	0	Bimestral
10	998M	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	300	0	0	0	0	0	Semestral
10	99A5	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
10	D04E	DIREITO AGRÁRIO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D34E	DIREITO URBANÍSTICO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D55E	TÓPICOS CONSTITUCIONAIS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D83G	DIR CRIAN,ADOLESC EST PES IDOS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D982	TOP ESP DIR PRIVADO (OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D992	TOP ESP TUT DIF/COLETIVAS(OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral

- ✓ Disciplinas em EAD – carga horária: 1.020
- ✓ Equivalente à 40% das disciplinas

Série	Disc	Disciplina	Carga Horaria	Aulas Semana	Aulas Teóricas	Alunos aulas Teóricas	Aulas Práticas	Alunos aulas práticas	Lançamento Notas
1	D277	INTERPRETAÇÃO E PROD TEXTOS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
1	D45B	ECONOMIA	60	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
1	D55B	PSICOLOGIA JURIDICA	60	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D05E	LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO JURÍD	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D253	COMUNICACAO E EXPRESSAO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D75E	CIÊNCIA POLÍTICA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
2	D94E	HISTÓRIA DO DIREITO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
3	D01C	ORGANIZACAO DO ESTADO	60	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
3	D267	HOMEM E SOCIEDADE	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D243	CIENCIAS SOCIAIS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D35E	RESPONSABILIDADE CIVIL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D54G	LINGUA BRASIL SINAIS - LIBRAS	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
4	D84E	HERMENÊUTICA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D11C	BASES PROC DA ADM PUBLICA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D194	METOD DO TRABALHO ACADEMICO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D21C	TEORIA GERAL DO PROCESSO PENAL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
5	D64G	REL ETNICO-RAC/AFRODESCENDENC	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
6	D105	METODOS DE PESQUISA	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
6	D63E	DIREITO E MEIO AMBIENTE	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
6	D65E	AÇÃO PENAL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
7	D11D	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
7	D31C	PROVAS PROCESSUAIS PENAIS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
8	D15E	MET ALTERN RESOL CONFL:NEG MED	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
8	D61D	DIREITO FINANCEIRO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D41C	MET ALT RES CONFLITOS:ARBITRAG	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D71D	DIREITO DIGITAL	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D962	TOP ESP FUND FIL TEO DIR (OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
9	D972	TOP ESP DIR PUBLICO (OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D04E	DIREITO AGRÁRIO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D34E	DIREITO URBANÍSTICO	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D55E	TÓPICOS CONSTITUCIONAIS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D83G	DIR CRIAN,ADOLESC EST PES IDOS	30	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D982	TOP ESP DIR PRIVADO (OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral
10	D992	TOP ESP TUT DIF/COLETIVAS(OPT)	20	0,33	0,33	100	0	0	Bimestral

- ✓ Disciplinas Presenciais – carga horária: 3.420
- ✓ Horas de Extensão Aproximadamente: 450 horas. Isso porque equivale à 10% (dez por cento) da carga horária do curso.

Série	Disc	Disciplina	Carga Horaria	Aulas Semana	Aulas Teóricas	Alunos aulas Teóricas	Aulas Práticas	Alunos aulas práticas	Lançamento Notas
1	17A7	PORTUGUES INSTR JURIDICO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
1	916U	INSTITUICOES JUDICIARIAS/ETICA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
1	936U	FILOSOFIA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
1	96C1	ESTUDOS DISCIPLINARES	20	0	0	0	0	0	Semestral
1	99A6	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
2	21A1	DIREITOS HUMANOS	60	3	3	80	0	0	Bimestral
2	935Z	TEORIA GERAL DO CRIME	60	3	3	80	0	0	Bimestral
2	96C2	ESTUDOS DISCIPLINARES	20	0	0	0	0	0	Semestral
2	994Z	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
2	99A7	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
3	18A1	TEORIA DA EMPRESA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
3	803X	TEORIA GERAL DO PROCESSO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
3	882X	ILICITUDE E CULPABILIDADE	60	3	3	80	0	0	Bimestral
3	892X	FATOS E NEGOCIOS JURIDICOS	60	3	3	80	0	0	Bimestral
3	98A7	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
3	99A8	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
4	11B6	TEORIA DAS PENAS	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	18A2	PROC E RELAC JURID PROCESSUAL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
4	18A3	TEORIA GERAL DAS OBRIGACOES	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	18A6	TITULOS DE CRÉDITO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	863X	CONTROLE E CONSTITUCIONALIDADE	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	883X	BASES CONST ADMINISTR PUBLICA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
4	98A8	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
4	99A9	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVIS	50	0	0	0	0	0	Semestral
5	18A7	PROCEDIMENTO COMUM	60	3	3	80	0	0	Bimestral
5	18A8	RECUP JUDICIAL E FALENCIA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
5	21A5	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
5	824X	DIREITO DAS OBRIGACOES	60	3	3	80	0	0	Bimestral
5	834X	EXTINCAO DA PUNIBILIDADE	60	3	3	80	0	0	Bimestral
5	98A9	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
6	18A9	CONTRATOS EM GERAL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
6	19A1	SENTENCA E RECURSOS CIVIL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
6	19A3	TEO GERAL DIREITO TRIBUTARIO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
6	21A6	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
6	864X	PROTECAO PENAL AO INDIVIDUO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
6	894X	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
6	99A1	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
7	19A5	CUMP SENT E PROC EXECUCAO	60	3	3	80	0	0	Bimestral

Série	Disc	Disciplina	Carga Horaria	Aulas Semana	Aulas Teóricas	Alunos aulas Teóricas	Aulas Práticas	Alunos aulas práticas	Lançamento Notas
7	20A9	TRIBUTOS EM ESPECIE	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
7	21A7	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
7	825X	CONTRATOS CIVIL E EMPRESARIAL	60	3	3	80	0	0	Bimestral
7	835X	PROTECAO PENAL AO PATRIMONIO	60	3	3	80	0	0	Bimestral
7	865X	DIREITO TUTELAR COLETIVO TRAB	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
7	99A2	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
8	19A7	T P U E PRO E JR CONTENCIOSA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
8	21A8	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
8	806X	PROCESSO CONHECIMENTO TRABALHO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	816X	RECURSOS E EXECUCAO PENAL	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	875X	PROT PENAL AOS INTER SOCIAIS	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	895X	DIREITO PREVIDENCIARIO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
8	986V	DIREITOS REAIS	60	3	3	80	0	0	Bimestral
8	99A3	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
9	20A1	PROC ESP JUR VOLUNTARIA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	20A3	DIREITO AMBIENTAL	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	21A9	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVISIO	50	0	0	0	0	0	Semestral
9	826X	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	836X	DIREITO DE FAMILIA	60	3	3	80	0	0	Bimestral
9	846X	PROT PENAL INTER ADM PUBLICA	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	866X	EXECUCAO TRAB PROCED ESPECIAIS	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	876X	DIREITO DO CONSUMIDOR	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
9	99A4	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral
10	11B7	LEGISLACAO PENAL EXTRAVAGANTE	60	3	3	80	0	0	Bimestral
10	12B4	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
10	20A5	PROCESSO COLETIVO	30	1,5	1,5	80	0	0	Bimestral
10	20A8	TRABALHO DE CURSO	40	0	0	0	0	0	Semestral
10	22A2	ATIVIDADES PRATICAS SUPERVISIO	60	0	0	0	0	0	Semestral
10	22A3	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200	0	0	0	0	0	Semestral
10	857X	DIREITO DAS SUCESSOES	60	3	3	80	0	0	Bimestral
10	998M	ESTAGIO SUPERVISIONADO	300	0	0	0	0	0	Semestral
10	99A5	ESTUDOS DISCIPLINARES	30	0	0	0	0	0	Semestral

1.6 Administração Acadêmica

1.6.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito é composto por professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso, atendendo aos requisitos estabelecidos na Portaria MEC nº 147/2007.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- Participar plenamente da elaboração e atualização do projeto pedagógico do curso;
- Propor alterações do projeto pedagógico do curso, quando for pertinente;
- Estimular o corpo docente a apresentar propostas curriculares inovadoras para o curso;
- Motivar a participação efetiva nas mudanças curriculares e pedagógicas;
- Estabelecer mecanismos de representatividade do corpo docente nas propostas de alterações do projeto pedagógico;
- Buscar a implementação do projeto pedagógico do curso, preservando as características e peculiaridades regionais da comunidade local.

Os professores que integram o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de estágio e monografia; acompanhamento de atividades complementares; orientação de pesquisa e desenvolvimento de atividades de extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico.

1.6.2 Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Integrado pelo Coordenador de Curso e por mais quatro professores, correspondendo a 62,5,3% (sessenta e dois vírgula cinco por cento) do corpo docente previsto para os dois primeiros anos do curso, seus componentes se caracterizam pelo(a): a) concessão de uma dedicação preferencial ao curso; b) porte de título de pós-graduação *stricto sensu*; c) contratação em regime de trabalho diferenciado do modelo horista; e d) estabilidade ou perenidade, que lhes permitirá construir uma história institucional.

A seguir, apresenta-se a relação nominal dos professores, seguida da titulação e do regime de trabalho.

1.6.3 Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
VANESSA DE MATOS FERREIRA	MESTRE	DIREITO
FERNANDA MARIA COSTA CERQUEIRA	DOUTORA	DIREITO
CRISTIAN PATRIC DE SOUZA SANTOS	MESTRE	DIREITO
AQUILES SANTOS MASCARENHAS	MESTRE	DIREITO
LUCIANO BANDEIRA	MESTRE	DIREITO

1.6.4 Regime de Trabalho do NDE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO	
PROFESSOR	**REGIME DE TRABALHO**
VANESSA DE MATOS FERREIRA	PARCIAL
FERNANDA MARIA COSTA CERQUEIRA	INTEGRAL
CRISTIAN PATRIC DE SOUZA SANTOS	PARCIAL
AQUILES SANTOS MASCARENHAS	PARCIAL
LUCIANO BANDEIRA	PARCIAL

1.6.5 Coordenação do Curso

A Instituição reconhece a coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso que oferece. Para a escolha da coordenação do curso, a IES buscará respeitar os critérios indicados a seguir:

- Professores com formação acadêmica correspondente a área em questão;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não-acadêmica;
- Professores com dedicação integral (40 h) ao curso e à Instituição, preferencialmente;

- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função; e
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

A Coordenação do Curso é exercida pelo Coordenador de Curso designado pela coordenação pedagógica. São atribuições da Coordenação do Curso de acordo com o **Art. 27** do Regimento Geral da IES:

I. Administrar, coordenar e supervisionar as atividades do curso, cumprindo-lhes caráter de revisão e atualização constante;
II. Supervisionar as atividades do corpo docente e técnico-administrativo vinculados ao curso e o cumprimento das exigências do regime didático, acadêmico, administrativo e disciplinar;
III. Promover convênios, tendo em vista o desenvolvimento dos programas do curso, submetendo-se à aprovação dos órgãos superiores;
IV. Elaborar e apresentar à Coordenação Pedagógica, os relatórios das atividades do período anterior, bem como o planejamento referente ao período subsequente;
V. Encaminhar à Coordenação Pedagógica projetos de cursos, programas de iniciação à pesquisa e extensão propostas de participação em eventos científicos ou culturais, para fins de análise e aprovação;
VI. Elaborar relatório sobre o desempenho de membros do corpo docente e técnico administrativo do respectivo curso;
VII. Cumprir e fazer cumprir as determinações Estatutárias e Regimentais e as deliberações dos órgãos da Administração Superior, do Colegiado do Curso e do NDE;

VIII. Constituir comissões para estudo de temas, execução de projetos ou tarefas específicas;
IX. Exercer a ação disciplinar no âmbito do curso;
X. Apresentar medidas relativas à matéria da competência do Colegiado do Curso submetendo seu ato a ratificação ou à homologação do referido órgão;
XI. Exercer as demais funções exigidas para o bom desempenho da Coordenação do Curso.

A gestão acadêmica do Instituto Salvador de Ensino e Cultura- ISEC dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa a propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às exigências do mundo moderno.

O Curso de Direito do Instituto Salvador de Ensino e Cultura- ISEC conta com uma Coordenadora Pedagógica, que responde pela graduação e dá cumprimento às diretrizes curriculares, ao controle de frequência de professores e estudantes, ao controle de cargas horárias, implementação do projeto pedagógico e outras questões essenciais para o desempenho dos cursos, e consequentemente, da gestão acadêmica.

A Coordenação do Curso é responsável pela execução do planejamento pedagógico e pelo desempenho administrativo do curso no campus, que evidentemente estão vinculados à missão e aos valores da Instituição, e de acordo com as diretrizes do PDI e PPI.

Fazem parte do perfil esperado da Coordenação do Curso de Direito:

- Postura compromissada e vínculo com a missão e estratégias da Instituição, que está em sintonia com as diretrizes e normas do PDI, PPI e PPC;
- Formação cultural, competência profissional, postura ética, capacidade de liderança, empreendedorismo, capacidade de cobrar resultados e visão global;
- Possuir e fomentar uma visão global sobre a profissão do Advogado e suas perspectivas;
- Disposição para trabalho em equipe, assumindo posição de liderança;
- Capacidade de manutenção do projeto de expansão, compreendendo a dinâmica interna e externa da Instituição;

- Capacidade de promover a consolidação de um ensino de qualidade, oferecer serviços que correspondam aos anseios da demanda social, manter a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, avaliar a capacidade pedagógica dos educadores, articular teoria e prática, incentivar à pesquisa docente e discente, manter forte compromisso com a sociedade, com a cidadania, com o conhecimento, com a produção científica, com o desenvolvimento regional e nacional;
- Disposição para contribuir e estabelecer parcerias com diversos setores da sociedade;
- Capacidade em desenvolver planos que permitam a atuação da IES em questões sociais, por meio de projetos de extensão comunitária, tendo, portanto, o Instituto o papel de agente catalisador das demandas da sociedade;
- Demonstrar sintonia com as tendências da economia e procurar formar profissionais que reúnam condições de inserção no mercado de trabalho;
- Disposição para contribuir na produção de ideias, propostas e novas dinâmicas para o Curso e para a instituição;
- Constante atualização em relação às diretrizes e normas do Ensino Superior;
- Disposição em participar ativamente do processo de avaliação Institucional;
- Possuir informações atualizadas sobre o perfil dos cursos comuns de outras Instituições de Ensino Superior e sobre os procedimentos das comissões de avaliação do Ministério da Educação;
- Constante análise dos roteiros que apontam os indicadores de qualidade;
- Disposição para fomentar o debate contínuo com os docentes, Instituição e discentes sobre o projeto pedagógico;
- Disposição para favorecer a implantação de linhas de pesquisas, grupos, núcleos de estudos e projetos consistentes de estágios que permitam a relação entre teoria e prática;
- Atuação como agente promotor da transversalidade da educação ambiental ao longo das disciplinas do curso;
- Capacidade de identificar e resolver problemas administrativos e acadêmicos;

- Capacidade de estimular a reflexão sobre a flexibilidade dos currículos, incrementar a interdisciplinaridade, refletir sobre as propostas das diretrizes curriculares que enfatizam o perfil profissional;
- Conhecer os ambientes interno e externo da Instituição, para poder articular e resolver os problemas inerentes ao curso nos diferentes setores da Instituição;
- Capacidade de gerenciar recursos humanos e financeiros;
- Participação ativa em debates regionais e nacionais sobre as perspectivas e sobre as diretrizes que delineiam os fundamentos teóricos e organizacionais do curso.

São funções relacionadas à Coordenação do Curso de Direito:

- Pensar no Curso, nas possibilidades de consolidação dos parâmetros de qualidade, estimular a participação docente e discente na colaboração e construção de propostas pedagógicas consistentes, que satisfaçam as expectativas dos estudantes na sua formação integral em consonância com o discutido no Núcleo Docente Estruturante;
- Zelar pelo bom funcionamento pedagógico e administrativo do Curso;
- Organizar e redigir documentação pertinente ao Curso, avaliar o currículo proposto, convocar reuniões, agendar e viabilizar eventos e projetos de estágios;
- Agregar os docentes do curso na realização do plano de curso, na indicação de bibliografia atualizada, verificar se os procedimentos acadêmicos dos docentes são realizados de forma correta a fim de atender às exigências da Instituição;
- Realizar reuniões com os docentes do curso ao início de cada semestre, para disponibilizar os recursos tecnológicos de ensino oferecidos pela Instituição, mas, principalmente, para abordar o perfil do profissional que o curso está formando;
- Realizar reuniões com discentes do curso periodicamente, supervisionando e monitorando as deficiências do processo de ensino-aprendizagem, e esclarecer as dúvidas e expectativas dos discentes;

- Acompanhar os registros acadêmicos de frequência, os índices de evasão, os trancamentos, os resultados das avaliações, identificar, quando necessário, os motivos reais de baixa frequência, assim como os baixos desempenhos escolares, procurando apresentar possíveis alternativas para que os gestores da Instituição possam deliberar sobre o assunto;
- Fazer levantamento consultando os docentes sobre as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, no transcorrer do semestre letivo;
- Promover o curso em segmentos públicos e/ou privados de cada região, mostrando o papel social da IES;
- Realizar sistematicamente reuniões com os representantes discentes de cada período do curso;
- Participar ativamente das avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente;
- Revisar e atualizar o projeto pedagógico do curso, com a participação dos segmentos envolvidos no processo (órgãos superiores de deliberação e administração, docentes, discentes, comunidade e diretrizes propostas pelo MEC);
- Atendimento sistemático aos procedimentos acadêmicos e administrativos;
- Disponibilizar os meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos;
- Proporcionar aos discentes atividades de caráter extracurricular, estimulando-os à realização de atividades complementares;
- Realizar avaliação sistemática dos conteúdos ministrados em cada período no final do semestre;
- Motivar, criar condições e apontar oportunidades de qualificação docente, quando da oportunidade de participação em programas de capacitação;
- Incentivar — projetos de pesquisa, atividades de extensão comunitária, monitorias, trabalhos de conclusão de curso, a iniciação científica;
- Estimular aos alunos a participação nos programas de monitoria;
- Realizar sempre que possível o vínculo entre a Instituição e a sociedade, entre o Curso e os eventos que complementam a futura formação profissional, entre os discentes e o mercado de trabalho;

- Exercer outras atribuições conferidas pelo Regimento e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

1.6.6 Participação da Coordenação do Curso nos Órgãos Colegiados da IES

O Regimento da IES prevê a participação do Coordenador do curso no Conselho Acadêmico, órgão de coordenação e assessoramento consultivo e deliberativo em matéria didático-científica e administrativa e no Colegiado de Curso, órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente constituído.

As atribuições previstas para o coordenador do curso são de natureza política, gerencial, acadêmica e institucional, conforme consta no PDI.

1.6.7 Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador - 2001. Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil desde 2002. Doutorado em Direito Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Especialização em Direito Processual Penal pela Universidade Federal da Bahia.

A Coordenadora do curso de Direito do Instituto Salvador de Ensino e Cultura – ISEC também é Diretora de Políticas para Mulheres do Município de Salvador – Bahia e Professora de Direito Penal do Instituto Baiano de Ensino Superior - IBES. Ademais, tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Direito Processual Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. e Direito Público. Possui publicações atuais sobre o tema do Direito Penal e Violência Doméstica.

1.6.8 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Regime Integral

1.6.9 Composição e funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, previsto no Regimento da IES, é um órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente, constituído, e que tem a seu cargo a coordenação didática dos respectivos cursos.

O Colegiado de Curso é constituído, para cada curso, por três docentes que ministram disciplinas distintas do currículo pleno, pelo coordenador do curso em questão e por um representante do corpo discente.

Os docentes membros do Colegiado de Curso são indicados anualmente por seus pares e o representante do corpo discente deve ser um aluno regularmente matriculado no curso, indicado anualmente por seus pares.

1.6.10 Atribuições e Competências

São atribuições do Colegiado de Curso:

- acompanhar as atividades técnico-didáticas no âmbito do curso;
- propor diretrizes para a elaboração de currículos, programas e normas metodológicas de ensino, em atendimento às regras aprovadas pelo Conselho Acadêmico;
- propor, por iniciativa própria ou quando solicitado, projetos de ensino, de pesquisa e de extensão ao Conselho Acadêmico;
- estabelecer normas de orientação e coordenação do ensino, no âmbito do curso;
- elaborar, por solicitação de seu Presidente ou do Conselho Acadêmico, propostas de currículos e reformulações curriculares a serem submetidas à apreciação daquele Colegiado;
- fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas dos órgãos educacionais competentes;
- sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas de acordo com os objetivos de curso e do perfil do profissional a

ser formado, com base nas diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;

- promover a avaliação do curso;
- decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto no Regimento da Instituição e em normas do Conselho Acadêmico;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e
- exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso e reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de dois terços dos membros que o constituem, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

1.6.11 Equipe Multidisciplinar

Desde fevereiro de 2007, o **ISEC** e a Universidade Paulista – UNIP, instituição devidamente credenciada e autorizada a ofertar cursos à distância em todo território nacional, através de suas mantenedoras, mantêm convênio para a oferta de EAD até o limite de 40%, de acordo com a Portaria MEC nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019. Dessa forma, considera-se que a equipe Multidisciplinar, constituída por profissionais de diferentes áreas está apta para concepção, produção, e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos para educação à distância.

A Equipe Multidisciplinar é responsável pelo suporte pedagógico e operacional no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, atendendo os estudantes quanto às dúvidas no ambiente acadêmico, mediando fóruns, postando avisos, provas, questionários e demais informações pertinentes. É composta por duas frentes de trabalho, sendo a primeira desenvolvida e executada em convênio firmado

com a Universidade Paulista – UNIP, e a segunda composta por profissionais que atuam no ISEC, de diferentes áreas do conhecimento.

Compete à Equipe Multidisciplinar da UNIP:

- A produção do material que será disponibilizado na plataforma (teleaulas, slides, questionários, exercícios, textos complementares, dentre outros);

Compete à Equipe Multidisciplinar do ISEC:

- A validação do material proposto aos estudantes pela Equipe Multidisciplinar da UNIP;
- Capacitar os tutores locais para mediar as dúvidas dos estudantes.
- A equipe multidisciplinar é composta por:

a. Docente conteudista: profissional especialista que redige o material didático da disciplina e/ou produz o material para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e/ou grava o conteúdo nas mídias, áudio e vídeo (quando for o caso).

b. Docente da disciplina: profissional que interage e orienta os alunos nos momentos programados, efetua a correção das questões discursivas; organiza e participa de fóruns e chats.

c. Docente coordenador de curso: profissional responsável pela coordenação de toda a equipe de docentes da área. Conduz, direciona e orienta os profissionais envolvidos no processo. Trabalha de forma integrada com o grupo, estimulando a reflexão crítica sobre os conteúdos e as demais ações.

d. Tutor à distância: profissional especializado na área de atuação, auxiliam professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem e no uso das diversas tecnologias como e-mail, telefonia, material didático, Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, etc. Em suma, o tutor atua como

facilitador do contato entre o aluno, a instituição e o conteúdo, podendo mediar discussões com os docentes das disciplinas e com os alunos devidamente matriculados em tais espaços.

e. Professor/Tutor presencial: profissional habilitado na área específica de atuação e com conhecimento tecnológico. Orienta os alunos com relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA de forma síncrona ou não, e os auxilia na organização dos estudos e facilita a interação dos alunos.

A IES dispõe de professores especialistas nas disciplinas ofertadas e parceiros no coletivo do trabalho político-pedagógico do curso, e conta com as parcerias de profissionais das diferentes TIC, conforme a proposta do curso e ainda dispõe de educadores capazes de:

a. estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;

b. selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;

c. identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;

d. definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia etc., básicas e complementares;

e. elaborar textos para programas a distância;

f. apreciar avaliativamente o material didático antes e depois de ser impresso, videogravado, audiogravado, etc, indicando correções e aperfeiçoamentos;

g. motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos;

h. auto-avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de graduação a distância;

i. apresentar currículo e documentos necessários que comprovem a qualificação dos diretores, coordenadores, professores, tutores, comunicadores, pesquisadores e outros profissionais integrantes da equipe multidisciplinar responsável pela concepção, tecnologia, produção, marketing, suporte tecnológico e avaliação decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem para as disciplinas ofertadas na modalidade a distância;

j. considerar, na carga horária de trabalho dos professores, o tempo necessário para atividades de planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um programa de educação a distância;

k. indicar a política da instituição para capacitação e atualização permanente dos profissionais contratados.

1.6.12 Perfil dos Tutores

O objetivo da tutoria é proporcionar aos estudantes o acompanhamento personalizado e permanente do seu percurso escolar, oferecendo suporte ao desenvolvimento dos procedimentos que viabilizam o processo de ensino/aprendizagem de excelência.

O trabalho da Tutoria estabelece a relação fundamentado no clima de proximidade, confiança e respeito mútuo, com vista à identificação e concretização dos objetivos acadêmicos do estudante, numa perspectiva de autonomia. O papel do tutor é essencialmente de mediação, e não se pode esperar que este assuma responsabilidade pessoal pela resolução dos problemas dos estudantes.

Deste modo, não se deve esperar do tutor aconselhamento psicológico, nem o esclarecimento de dúvidas sobre matéria lecionada, nem que se pronuncie sobre avaliações e avaliadores.

A concepção do desenvolvimento da Tutoria no Projeto Educacional da IES na modalidade EAD compreende as atribuições do tutor como:

1. Auxiliar na integração dos estudantes, promovendo as relações interpessoais e de grupo, mediando atividades a serem desenvolvidas.
2. Encorajar e motivar, por meio do reconhecimento das dificuldades inerentes à integração na IES, do apoio do ponto de vista acadêmico e do reforço positivo face aos resultados alcançados.
3. Informar a coordenação do curso sobre eventuais problemas detectados no exercício da atividade de tutoria, apresentando sugestões para melhorar os processos de ensino.

1.6.12.1. Atividades da Tutoria para as disciplinas ofertadas a distância

O desenvolvimento da educação a distância em todo o mundo está associado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação. No entanto, o uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino-aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construção do conhecimento.

Portanto, o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e devem ser garantidos no uso de qualquer meio tecnológico a ser disponibilizado. Tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade dos cursos a distância é a interatividade entre CPA, NDE, coordenador de curso, professores, tutores e

estudantes. Hoje, este processo é facilitado pelo avanço das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

O objetivo da tutoria é proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e permanente do seu percurso escolar, num esforço de definição de procedimentos que viabilizem um processo de ensino/aprendizagem de excelência.

A relação de Tutoria apoia-se no desenvolvimento de um clima de proximidade, confiança e respeito mútuo, com vista à identificação e concretização dos objetivos acadêmicos do estudante, numa perspectiva de autonomia. O papel do tutor é essencialmente de mediação, e não se pode esperar que este assuma responsabilidade pessoal pela resolução dos problemas dos estudantes.

Deste modo, não se deve esperar do tutor aconselhamento psicológico, nem o esclarecimento de dúvidas sobre matéria lecionada, nem que se pronuncie sobre avaliações e avaliadores.

São atribuições do tutor:

a. Auxiliar na integração dos estudantes, promovendo as relações interpessoais e de grupo, mediando atividades a serem desenvolvidas;

b. Encorajar e motivar, por meio do reconhecimento das dificuldades inerentes à integração na IES, do apoio do ponto de vista acadêmico, e do reforço positivo face aos resultados alcançados;

c. Orientar, aconselhando na definição dos planos de estudo e opções de avaliação;

d. Diagnosticar potencialidades e dificuldades, identificando os “pontos fortes” e os “pontos fracos” do estudante;

e. Monitorar o percurso acadêmico, fornecendo um feedback apropriado ao estudante para que possa melhorar o seu desempenho, numa lógica de responsabilização;

f. Informar a Coordenação do Curso sobre eventuais problemas detectados no exercício da atividade de tutoria.

A tutoria a distância e tutoria presencial são os elos que completam a cadeira comunicacional entre a IES e o estudante. O enlace entre esses grupos tutoriais permite o desenvolvimento adequado das atividades pedagógicas, assim como aprofunda o vínculo do tutorando com o curso e, por conseguinte, com a instituição. O rol de atividades é composto por:

- conhecer a estrutura e o funcionamento do curso e do sistema de ensino;
- dominar a estrutura do curso nos âmbitos acadêmico, pedagógico e administrativo;

- orientar os alunos nas atividades do curso, acompanhando e prestando as orientações necessárias à sua realização;

- esclarecer dúvidas quanto ao conteúdo das disciplinas, buscando respostas junto à equipe pedagógica como um todo: professor e coordenação do curso;

- realizar a mediação entre professor, aluno e conteúdo, atuando potencialmente no processo de construção coletiva do conhecimento;

- acompanhar sistematicamente o resumo da situação de cada aluno, como também em relação à sua frequência eletrônica das disciplinas;

- colaborar para o aprimoramento do aprendizado do aluno, com vistas à prevenção no tocante aos processos de reprovação e evasão, procurando

estimulá-lo à progressão contínua e ao desenvolvimento adequado em seu curso;

- motivar os alunos para a necessidade de estabelecer rotinas de estudo, necessárias ao aprimoramento da sua aprendizagem, visando à aquisição de competências, habilidades e atitudes que o tornem responsável pelo controle de seu estudo;

- conhecer o processo de produção, transmissão e apresentação das teleaulas;

- mediar com o professor chats e fóruns de discussão, conforme houver necessidade;

- conhecer o projeto pedagógico do curso;

- assistir às teleaulas e acompanhar os conteúdos relacionados às disciplinas;

- estimular a responsabilidade e o comprometimento do aluno em todas as atividades do curso, reforçando sempre a responsabilidade necessária do aluno a quanto ao cumprimento dos procedimentos, normas, padrões e prazos definidos pela instituição de ensino.

1.6.12.2. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O tutor é especializado na área de conhecimento em que atua e desempenha suas funções, em conjunto com o corpo docente, articulado pelas diretrizes originadas na Coordenação do Curso e o corpo docente. Assim, ele dá suporte ao estudante durante a construção do conhecimento por meio de diversas mídias, como: o uso do ambiente virtual de aprendizagem, material didático, sistema de atendimento, BlackBoard (AVA), telefonia e chat.

Sua ocupação primordial é a mediação do processo ensino-aprendizagem, ele facilita o entendimento e a interação entre o estudante e a IES, através de um conjunto de ações educativas e o estabelecimento da interação entre os envolvidos no processo. Atua como facilitador para a interação entre o estudante, a Instituição e o conteúdo, podendo mediar as discussões com o professor que ministra a disciplina. Ele também orienta o estudante em relação ao modo adequado para a realização de atividades obrigatórias ao longo do seu curso, esclarecendo sempre dúvidas no tocante aos conteúdos e procedimentos para desenvolvê-las, segundo os critérios definidos pela instituição.

As habilidades requeridas para o bom desenvolvimento no processo de tutoria são:

- Destreza para mediar as discussões entre o docente e o estudante por meio de telefone.
- Prática para orientar o estudante em relação ao modo de realização das atividades obrigatórias ao longo do curso, esclarecendo dúvidas sobre os conteúdos.
- Aptidão para conduzir o estudante de forma que este se adeque aos parâmetros e exigências da IES.
- Sagacidade para facilitar a compreensão do conhecimento teórico científico e sua aplicação prática.
- Ser astuto para articular a interdisciplinaridade exigida pelo curso.
- Perspicácia e flexibilidade na apreensão das pluralidades brasileira, acolhendo adequadamente as regionalidades.
- Ter competências comunicacionais e fluidez no relacionamento interpessoal.
- Dominar as TICs disponibilizadas.

1.6.12.3. Interação entre tutores presenciais e a distância, docentes e coordenadores do curso

Tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade dos cursos presenciais que contemplam disciplinas à distância é a interatividade entre CPA, NDE, coordenador de curso, professores, tutores e estudantes. Hoje, este processo é facilitado pelo avanço das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Ancorados num sistema de comunicação que permite ao estudante resolver, com rapidez as questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação da aprendizagem como um todo, os tutores presenciais e à distância se tornam os articuladores entre os estudantes, demais docentes e coordenadores de curso, além de promover sua integração com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo.

Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos, são oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de telecomunicação (telefone, correio eletrônico, videoconferência, fórum, AVA etc.) permitindo a aproximação entre o coordenador de curso, professores, tutores e estudantes.

Dessa forma a interação entre coordenador-professor-estudante, coordenador-tutor-estudante e professor-tutor-estudante deve ser privilegiada e garantida, com o intuito de motivar a aprendizagem, facilitar a interdisciplinaridade e aprimorar as atitudes de respeito e solidariedade ao outro, possibilitando ao estudante o sentimento de pertencimento ao grupo.

Portanto, a cadeia de relacionamento do tutor estende-se à equipe multidisciplinar, que trabalha em parceria para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, sendo que a atuação de todos deve ser sinérgica em prol do estudante em suas atividades acadêmicas cotidianas.

1.6.12.4. Critérios de seleção, contratação e requisitos de titulação e experiência profissional

Os tutores (presenciais e a distância) serão selecionados a partir do curriculum vitae, considerando-se a experiência profissional e a aderência de sua formação às disciplinas que ministrarão no curso.

Os critérios mínimos de seleção dos tutores (presenciais e a distância) são:

- Formação acadêmica: bons conhecimentos na área de formação referente à disciplina para a qual é candidato a tutor;
- Competência lingüística: habilidades de comunicação escrita (correção no uso da língua padrão).
- Conhecimentos das tecnologias de informação: habilidades de navegação e pesquisa na internet; habilidades de uso de ferramentas de comunicação (e-mail, fóruns, chats, messengers e etc.); habilidades de download e upload de arquivos; habilidades de uso de aplicativos básicos do Windows.

- Equipamento de trabalho recomendado: Processador i3, 4 GB de RAM, HD 200 GB, microfone, webcam, Windows 10, MS Office, conexão banda-larga com a internet, antivírus e firewall instalados.
- Disponibilidade de horário: mínimo de 20 horas semanais para dedicar-se ao ensino a distância.

O tutor (presencial e a distância) desempenha primordialmente o papel de facilitador, mediador ou mentor do processo de aprendizagem dos alunos. Grande parte do trabalho do tutor consiste em orientar a realização de tarefas, responder mensagens, corrigir trabalhos e provas. Mais especificamente, o tutor desempenha as seguintes funções:

Funções pedagógicas: moderar fóruns de discussão, focalizando ou propondo questões; moderar reuniões on-line; responder às dúvidas dos alunos; comentar, questionar, criticar, aprofundar ideias, relacionando-as ao conteúdo disponibilizado na disciplina; articular teoria e prática, através da aplicação de estudos de caso; compartilhar experiências; sugerir possibilidades de aprofundamento dos conteúdos e indicar / fornecer materiais complementares; utilizar estratégias de facilitação e fixação da aprendizagem, propondo, eventualmente, exercícios adicionais; acompanhar a participação dos alunos.

Funções sociais: enviar mensagens de boas-vindas, suporte e estímulo à aprendizagem; contribuir para a criação de um ambiente amigável, valorizando e encorajando a participação; promover a interação e colaboração entre os alunos.

Funções administrativas: estabelecer e/ou focar os objetivos das discussões; distribuir papéis e responsabilidades nas atividades, orientando os grupos; agendar as atividades; esclarecer procedimentos e regras de trabalho, tirando dúvidas sobre a disciplina; acompanhar evasão e participação da turma; avaliar os trabalhos e atribuir notas; registrar as notas finais dos alunos.

Funções técnicas: orientar aos alunos na forma de submeter trabalhos, acessar conteúdos e enviar mensagens; encaminhar questões de problemas técnicos sobre uso da plataforma e ferramentas de aprendizagem para o suporte técnico.

1.6.13 Organização Acadêmico-Administrativa

O ISEC entende que sua organização acadêmico-administrativa deve ser estruturada com o propósito de proporcionar aos professores, estudantes e membros da comunidade um atendimento com qualidade e presteza. Nesse sentido, a Instituição dispõe de órgãos administrativos e de apoio que possibilitem alcançar este objetivo, por meio do envolvimento de uma equipe qualificada e apta a lidar com as variadas questões suscitadas pelas atividades promovidas.

Podemos listar como principais órgãos de apoio, ligados diretamente à Diretoria, voltados ao atendimento aos agentes da comunidade acadêmica: secretaria, biblioteca e administração. Outros serviços administrativos, incluindo tesouraria, contabilidade, manutenção e zeladoria poderão ser prestados diretamente por órgãos da própria Mantenedora.

1.6.12 Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas. O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Secretaria. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades, também estão a cargo da Secretaria. A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle cabe à Secretaria.

1.6.14 Formação Acadêmica e Profissional dos Docentes

O corpo docente do Curso de Direito é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região e à concepção do curso.

1.6.15 Titulação

O quadro adiante traz o corpo docente responsável pelas disciplinas dos primeiros anos do curso, com a maior titulação:

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
1º SEMESTRE				
Português Jurídico	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
Instituições Juridiciárias e Ética	Bruno Garrido	032.574.175-19	Direito/Faculdade 2 de Julho/2013	Mestre/ Direito, Governança e Políticas Públicas/UNIFACS/2021
Filosofia	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Interpretação e Produção de Texto/EAD	Bruno Garrido	032.574.175-19	Direito/Faculdade 2 de Julho/2013	Mestre/ Direito, Governança e Políticas Públicas/UNIFACS/2021
Economia/ EAD	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Psicologia Jurídica/EAD				
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
2º SEMESTRE				
Direitos Humanos	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Teoria Geral do Crime	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Teoria Geral do Processo Civil	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Ling. e Comunicação Jurídica /EAD	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
Comunicação e Expressão/EAD	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
Ciência Política /EAD	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
História do Direito /EAD	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
3º SEMESTRE				

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
Teoria da Empresa	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Teoria Geral do Processo	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Ilicitude e Culpabilidade	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Fatos e Negócios Jurídicos	Daniel M. Cerqueira	008.367.895-63	Direito/UFBA/2005	Especialização Processo Civil/ UNIANA/2006
Organização do Estado/ EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Homem e Sociedade / EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
4º SEMESTRE				
Controle de Constitucionalidade	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Bases Constitucionais da Administração Pública	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Teoria Geral das Obrigações	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Direito/UFBA/2005	Especialização Processo Civil/ UNIANA/2006
Responsabilidade Civil	Daniel M. Cerqueira	008367895-63	Direito/ Ufba/ 2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
Teoria das Penas	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Títulos de Crédito	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Proc e Relac. Jurid Processual	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Ciência Sociais / EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
Responsabilidade Civil / EAD	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Libras / EAD				
Hermenêutica / EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
5º SEMESTRE				
Bases Procedimentais da Administração Pública / EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Metodologia do Trabalho Acadêmico/ EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Teoria Geral do Processo Penal / EAD	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Relac Etnic-Rac Afrodesc – EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Recup. Judicial e Falência	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Direito das Obrigações	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Direito/UFBA/2005	Especialização Processo Civil/ UNIANA/2006
Extinção da Punibilidade	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Procedimento Comum	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
6º SEMESTRE				

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
Sentença e Recurso Civil	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Contratos em Geral	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Teoria Geral do Direito Tributário	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Proteção Penal do Indivíduo	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Ação Penal/EAD	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Direito e Meio Ambiente/ EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Métodos de Pesquisa/EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Direito Individual do Trabalho	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
7º SEMESTRE				
Tributos em Espécie	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Contratos Civil e Empresarial	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Proteção Penal ao Patrimônio	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
Cump. Sent. Proc. Execução	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Provas Processuais Penais/EAD				
Direito Tutelar e Coletivo do Trabalho	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Desenvolvimento Sustentável/EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
8º SEMESTRE				
Direitos Reais	Daniel M. Cerqueira	008367895-63	Direito/ Ufba/ 2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
Proteção Penal aos Interesses Sociais	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
TPU E PRO E JR Contenciosa	Lucas Pamponet		Direito/ UFAB/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Direito Previdenciário	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Processo de Conhecimento do Trabalho	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Recursos e Execução Penal	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos/ EAD	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Direito Financeiro	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
9º SEMESTRE				
Direito de Família	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Proc Esp Jur Voluntária	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Proteção Penal aos Interesses da Administração Pública	Luciano Bandeira	644.211.045-15	Direito/UCSAL/2005 Economia/UFBA/1999	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Cautelares e Tutela de Urgência	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Execução Trabalhista e Procedimentos Especiais	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Direito Internacional Público	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Direito do Consumidor	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Direito Ambiental	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Direito Digital/ EAD	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
DISCIPLINA OPTATIVA II/EAD – TOP ESP DIR PRIVADO / TOP ESP TUT DIF COLETIVAS	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Met. Altern. E Resolução de Conflitos: Arbitragem / EAD	Vanessa de Matos Ferreira	018.698.085-09	Direito/ Unifacs/ 2008	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2020 Especialização em Direito/Universidade de Coimbra/2020
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
10º SEMESTRE				
Direito das Sucessões	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
Legislação Penal Extravagante	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Estágio Supervisionado	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Processo Coletivo	Aquiles Mascarenhas	413.836.135-91	Direito/ Ufba/ 1989	Especialização em Direito Civil/ Ufba/ 2005 Mestre em Direito/UFBA/2020
Trabalho de Curso	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividade Complementar	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Direito Internacional Privado	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Direito da Criança, Adolescente e Estatuto do Idoso	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Tópicos Constitucionais/EAD	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
Direito Urbanístico	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007
Direito Agrário	Cristian Patric de Souza Santos	008.934.405-74	Direito/UFBA/2006	Mestre em Direito/ UFBA/2020
DISCIPLINA OPTATIVA III – TOP ESP DIR PRIVADO /TOP ESP TUT DIF/COLETIVO	Lucas Pamponet	538554265-20	Direito/ Ufba/ 1997	Mestre / Direito, Governança e Políticas Públicas/Unifacs/2021
Estudos Disciplinares	Fernanda Maria Costa Cerqueira	940.752.98515	Direito/ UCSAL/ 2001	Doutora em Direito /UFBA/2020 Mestre em Direito/UFBA/2014
Atividades Práticas Supervisionadas	Daniel M. de Cerqueira	008.367.895-63	Graduação Direito/UFBA/2005	Especialização em Direito Processual Civil/ Unyahana/ 2007

1.6.16 Regime de trabalho

O quadro a seguir apresenta o regime de trabalho dos docentes para os dois primeiros anos do curso.

CORPO DOCENTE

Tabela – Regime de Trabalho

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
BRUNO GARRIDO	MESTRE	PARCIAL
DANIEL MAJDALANI DE CERQUEIRA	ESPECIALISTA	PARCIAL
FERNANDA MARIA COSTA CERQUEIRA	DOUTORA	INTEGRAL
CRISTIAN PATRIC SANTOS	MESTRE	PARCIAL
AQUILES SANTOS MASCARENHAS	MESTRE	PARCIAL
LUCIANO BANDEIRA	MESTRE	PARCIAL
VANESSA DE MATOS FERREIRA	MESTRE	PARCIAL
LUCAS SOUZA LIMA PAMPONET	MESTRE	PARCIAL

Tabela – Regime de Trabalho em %

REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES	QUANTIDADE	
	(Nº.)	(%)
Tempo Integral	1	12,50%
Tempo Parcial	7	87,5%
Horista	0	00,00%
TOTAL	6	100%

1.6.17 Tempo de Experiência Acadêmica no Magistério Superior ou Experiência Profissional

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA
BRUNO GARRIDO	MESTRE	11 ANOS
FERNANDA MARIA COSTA CERQUEIRA	DOUTORA	23 ANOS
DANIEL MAJDALANI DE CERQUEIRA	ESPECIALISTA	19 ANOS
CRISTIAN PATRIC SANTOS	MESTRE	18 ANOS
AQUILES SANTOS MASCARENHAS	MESTRE	35 ANOS
LUCIANO BANDEIRA	MESTRE	19 ANOS
VANESSA DE MATOS FERREIRA	MESTRE	16 ANOS
LUCAS SOUZA LIMA PAMPONET	MESTRE	27 ANOS

1.7 Atenção ao Discente

Os principais meios e mecanismos de atendimento, orientação e suporte do IBES são:

- Manual de Informações Acadêmicas: entregue anualmente aos alunos.
- Atendimento dos Coordenadores, que prestam plantões de atendimento ao aluno nas “Salas de Coordenação”. Nesses atendimentos, o aluno é orientado a respeito de questões didático-pedagógicas, de normas e regulamentos, do desempenho do IBES nas avaliações interna e externa e das atividades complementares e de palestras e seminários. Além disso, os alunos podem esclarecer dúvidas sobre o exercício profissional, o mercado de trabalho, a colocação dos egressos e a formação continuada e também propor sugestões que podem ser levadas às reuniões de conselho.
- Setor de Estágio, no qual o aluno tem acesso às vagas disponíveis, publicadas em quadro de avisos. O coordenador de estágio analisa e assina, quando é o caso, os contratos de estágio firmados entre as empresas e o aluno.
- Atendimentos em geral, em órgãos como: secretaria, tesouraria, central de orientação pedagógica, diretoria de campus, chefia de campus etc.

1.8 Apoio psicopedagógico aos discentes

O Instituto Salvador de Ensino e Cultura - ISEC oferece aos alunos um serviço de apoio psicopedagógico, destinado à orientação acadêmica no que diz a respeito à vida escolar do discente, envolvendo assuntos como notas, desempenho, trabalhos, provas e frequência; além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a problemas de aprendizagem.

Com o objetivo de dar ao alunado maior apoio e orientações que ajudem no seu aprendizado, o NAPp – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO – constitui-

se num núcleo estruturado para melhor atender e orientar nosso alunado.

Atualmente, o NAPp vem buscando espaço e atuação que visa vencer dificuldades encontradas pelos próprios alunos no que diz respeito à sua própria atuação. Encontros periódicos são realizados objetivando o suporte psicopedagógico, de modo a afastar barreiras encontradas pelos alunos no seu aprendizado.

Os encontros são realizados em plantões previamente agendados pelos próprios alunos, diretamente com a professora gestora do Núcleo ou as auxiliares de coordenação.

O atendimento é realizado mediante orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenadores de Curso ou para aqueles que procuram o serviço espontaneamente.

1.9 Acompanhamento dos egressos

O Instituto Salvador de Ensino e Cultura - ISEC conta com o IAP – Instituto de Acompanhamento Profissional que busca promover o acompanhamento dos egressos.

O Instituto de Acompanhamento Profissional tem como objetivo manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho. O IAP conta com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

A partir das informações constantes na base de dados será possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual os ex-alunos cadastrados recebem informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição.

O retorno dos egressos sobre o ensino recebido é fundamental para o aprimoramento da Instituição. Para tanto, serão aplicados questionários para obter

informações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, perfil do profissional exigido no mercado, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação.

1.10 Ementário e Bibliografia

EMENTÁRIO EM ANEXO

As ementas e os programas dos componentes curriculares são atualizados periodicamente e estão adequados à concepção do curso. Os professores podem propor alterações nos conteúdos programáticos, contribuindo para o enriquecimento e atualização dos conteúdos ministrados.

A bibliografia indicada (básica e complementar) para os componentes curriculares do curso está plenamente adequada, atualizada e é relevante. Os professores têm autonomia para agregar obras que, pela sua didática e completude ou por sua relevância social e aspecto crítico, dentre outros fatores, são importantes para o aprendizado.

1.11 Regulamento do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Reserva-se, exclusivamente, para alunos matriculados no Curso de Direito da IES. Ele não se confunde com o estágio profissional. Dessa forma, ainda que nem todos os alunos possam realizar estágio profissional, todos eles são obrigados a cumprir o estágio curricular.

A finalidade do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. O Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

As atividades de Estágio Supervisionado são exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas, compreendendo, entre outras: redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, vistas relatadas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, tudo sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

O estudo do Código de Ética e Disciplina das profissões jurídicas perpassa todas as atividades vinculadas ao Estágio Supervisionado.

As atividades de Estágio Supervisionado podem ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O Estágio Supervisionado é realizado do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito da IES, distribuído em módulos semestrais. O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária mínima de 300 horas/aulas a ser cumprida, conforme determinado na matriz curricular do Curso de Direito.

As atividades de Estágio Supervisionado envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências. Das visitas programadas devem ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação. Os alunos devem cumprir 20% da carga horária destinada ao Estágio Supervisionado em visitas orientadas.

A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de

autos findos; e o treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

A prática real é desenvolvida na IES, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, por meio dos Anexos aos Juizados Especiais, bem como, em departamentos jurídicos credenciados, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório bimestral das atividades desempenhadas, cópia do controle de frequência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação, visando à atribuição de horas. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

As atividades conveniadas não devem ultrapassar 50% do tempo exigido para conclusão do estágio e são realizadas sob supervisão da IES, com elaboração de relatórios.

A seguir é apresentada a regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado, aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito da IES, que estabelece as formas de desenvolvimento do estágio.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe sobre a estruturação e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica e do Estágio Supervisionado no Curso de Direito.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a estruturação e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica e o Estágio Supervisionado no Curso de Direito.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 2º. O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, órgão encarregado de organizar, coordenar e supervisionar a realização do Estágio Supervisionado e outras atividades práticas desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

§1º. A estrutura do Núcleo de Prática Jurídica é composta de:

I – Coordenação e Supervisão de Estágio;

II – Secretaria de Estágio;

III – Escritório de Assistência Jurídica – EAJ;

IV – Ambiente para Prática Simulada.

SEÇÃO I – DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 3º. O Supervisor de Estágio é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito.

Parágrafo Único. O Supervisor de Estágio será obrigatoriamente professor integrante do corpo docente do Curso de Direito.

Art. 4º. Ao Coordenador e Supervisor de Estágio compete:

I – coordenar o Núcleo de Prática Jurídica;

II – coordenar, supervisionar e orientar as atividades dos supervisores, professores orientadores, advogados, estagiários e funcionários do Núcleo de Prática Jurídica;

III – acompanhar a execução das atividades de prática jurídica simulada e real;

IV – apresentar ao Coordenador do Curso de Direito, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido;

V – gerenciar, junto à administração, os meios necessários para regular o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica e dos estágios a seu cargo;

VI – acompanhar, supervisionar e orientar o professor orientador na execução de suas atividades em ambiente interno;

VII – assegurar a observância da carga horária prevista para as atividades de prática simulada em ambiente interno;

VIII – supervisionar as atividades externas desenvolvidas pelo estagiário (visitas orientadas, audiências, sessões, etc.);

IX – acompanhar e avaliar o desempenho do professor orientador e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nos estágios;

X – supervisionar as atividades externas desenvolvidas pelo estagiário (estágio conveniado);

XI – fixar o horário de atendimento ao público no Escritório de Assistência Jurídica;

XII – elaborar, no início de cada semestre, a escala dos professores orientadores e estagiários que atuarão no Escritório de Assistência Jurídica;

XIII – acompanhar e avaliar o desempenho do professor orientador e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nos estágios.

SEÇÃO II – DA SECRETARIA DE ESTÁGIO

Art. 5º. A Secretaria de Estágio tem como principal finalidade prestar o apoio logístico e administrativo ao Núcleo de Prática Jurídica, possibilitando o seu bom funcionamento.

Art. 6º. São atribuições específicas da Secretaria de Estágio:

I – manter arquivos de toda a documentação e legislação concernentes ao Núcleo de Prática Jurídica;

II – manter o controle da agenda e de todas as correspondências recebidas e expedidas pelo Núcleo de Prática Jurídica;

III – elaborar as declarações e certidões atinentes ao Núcleo de Prática Jurídica, visadas pelo Supervisor de Estágio, respeitadas outras de competência;

IV – manter registro do estagiário com consignação das observações e avaliações realizadas pelo professor orientador, bem como das horas de estágio acumuladas;

V – gerir os recursos materiais para o bom funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica;

VI – desempenhar as demais atividades correlatas ou decorrentes de suas atribuições.

SEÇÃO III – DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 7º. O Núcleo de Prática Jurídica tem como finalidade a execução das atividades de prática jurídica real, implementadas por meio da prestação de serviços jurídicos de consultoria, assessoria e assistência jurídica à população carente.

§ 1º O Núcleo de Prática Jurídica também poderá habilitar alunos do 7º ao 8º semestres que tenham optado pela inscrição no quadro de estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil para atendimento direto à população carente.

§ 2º Os alunos que não optarem pela inscrição no quadro de estagiários da Ordem dos Advogados do Brasil podem desenvolver o estágio supervisionado no Núcleo de Prática Jurídica, sendo limitada a sua atuação às atividades internas e de triagem da população carente, sem as prerrogativas conferidas em Lei.

Art. 8º. As atividades do Núcleo de Prática Jurídica são desenvolvidas sob a responsabilidade de advogados, propiciando aos alunos a prática jurídica em casos reais.

SEÇÃO IV – DO AMBIENTE PARA PRÁTICA SIMULADA

Art. 9º. As práticas simuladas são desenvolvidas, em ambiente próprio, por meio de orientações técnico-jurídicas e pedagógicas levadas a efeito pelos professores orientadores.

Art. 10. Compete aos professores orientadores prestar diretamente ao estagiário orientações técnico-jurídica e pedagógica em suas áreas de atuação, bem como instruções básicas ao desempenho das atividades práticas.

Art. 11. São atribuições dos professores orientadores no que se refere às atividades de prática simulada:

I – implementar a programação das atividades atinentes ao Estágio Supervisionado, elaborada pelo Supervisor de Estágio;

II – acompanhar o estagiário nas visitas orientadas em órgãos judiciários ou outros de interesse para as atividades simuladas;

III – orientar acerca dos roteiros de audiências e sessões a serem presenciadas pelo estagiário;

IV – distribuir aos estagiários casos ou questões simuladas para exame e desenvolvimento em ambiente interno, prestando as orientações coletivas e individuais necessárias;

V – com base em situações simuladas ou casos concretos, orientar o estagiário na elaboração de peças processuais e profissionais;

VI – orientar a análise e a elaboração de pareceres próprios da advocacia consultiva;

VII – realizar a exegese da legislação, orientando a elaboração de textos legais;

VIII – instruir acerca da implementação do processo simulado, a partir da apresentação de situações ou casos hipotéticos;

IX – presidir e orientar as audiências e sessões nos processos simulados, com a participação do estagiário;

X – orientar a sustentação oral em audiências, sessões e plenários;

XI – desenvolver técnicas de negociações coletivas, arbitragem e conciliação;

XII – orientar a análise de autos de processos findos;

XIII – controlar o cumprimento da carga horária e a frequência do estagiário;

XIV – avaliar o desempenho do estagiário individualmente e/ou em grupo;

XV – elaborar relatório semestral de atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida pelo estagiário aprovado;

XVI – desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 12. O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. A carga horária a ser integralizada é de 300 horas/aula.

Parágrafo Único. Será desenvolvido do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito, distribuído em módulos semestrais.

Art. 13. As atividades de estágios envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real, com assuntos que transversalizam, e estimulam a resolução de problemas emergentes.

Art. 14. As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências.

Parágrafo Único. Das visitas programadas deverão ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação.

Art. 15. A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados.

Parágrafo Único. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos; e o treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

Art. 16. A prática real será desenvolvida na IES, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, bem como, em departamentos jurídicos credenciados, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

§1º. Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório bimensal das atividades desempenhadas, cópia do controle de frequência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período.

§2º. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas serão objeto de avaliação, visando à atribuição de horas.

§3º. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO

Art. 17. Nas visitas orientadas e na prática simulada, a avaliação do estagiário é procedida pelo professor orientador tendo por base os relatórios apresentados, as peças elaboradas durante o semestre, da participação dos atos processuais simulados (audiências, sessões, etc.).

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pelo professor orientador, que certifica as atividades executadas no semestre e a carga horária cumprida.

Art. 18. Na prática real a avaliação do estagiário é realizada pelo professor orientador a partir das peças processuais elaboradas e participações em audiências.

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pelo professor orientador, que apresenta relatório semestral das atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida. O tempo efetivamente despendido pelo estagiário em audiências judiciais é computado como hora de estágio, devendo ser comprovado pela ata da audiência e atestado pelo professor orientador.

Art. 19. Na prática real conveniada os relatórios apresentados bimensalmente pelo estagiário e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação pelo Supervisor

de Estágio. O total de horas cumpridas é aferido pela folha de frequência ou declaração/certidão do órgão ou escritório conveniente.

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pelo órgão ou escritório conveniente, com a supervisão do Núcleo de Prática Jurídica.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso de Direito da IES.

Art. 21. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

1.12 Regulamento do Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, enriquecedor e implementador do perfil do formando.

É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do Curso de Direito, por meio do qual o é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação. Nesse sentido, o Trabalho de Curso deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

O Trabalho de Curso consiste em uma pesquisa, relatada sob a forma de artigo ou monografia na área do Direito, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária de 72 horas/aulas a ser cumprida nas atividades de orientação de Trabalho de Curso. A

totalização da carga horária destinada ao Trabalho de Curso e a aprovação do Trabalho de Curso do aluno são indispensáveis à colação de grau.

O processo de realização do Trabalho de Curso importa orientação teórico-metodológica ao aluno, a ser prestada do 8º ao 10º semestre do Curso de Direito, pelo professor orientador.

Estão aptos a orientar o Trabalho de Curso quaisquer professores efetivos do Curso de Direito da IES, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação. O orientador escolhido pelo aluno deve ser professor da IES, atuante na área e/ou disciplina correspondente ao tema do Trabalho de Curso.

A atividade de orientação consiste na tarefa de incentivo, acompanhamento e discussão do Trabalho de Curso pelo professor orientador. Cada professor pode ter até 10 (dez) alunos sob sua orientação. A orientação segue plano de atendimento mensal estabelecido pelo professor orientador.

A orientação é realizada obrigatoriamente nos 03 (três) últimos semestres do Curso de Direito. Neste mesmo período que compreende 03 (três) semestres de orientação deve o aluno também elaborar o seu Trabalho de Curso.

O TC deve ser elaborado considerando-se:

> I – na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;
>
> II – no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com a área de conhecimento de sua formação profissional.
>
> Parágrafo Único. As exigências quanto à forma escrita e apresentação do trabalho serão estabelecidas pelo Coordenador de TC.

Estando apto para a defesa, o Trabalho de Curso, em 04 (quatro) vias, é encaminhado pelo professor orientador ao Coordenador de TC, a quem aquele solicita data para apresentação e defesa.

O Trabalho de Curso é então apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo professor orientador e composta por mais de 1 (um) professor designado pelo Supervisor de Trabalho de Curso, consideradas as indicações do aluno e de seu orientador.

Todos os professores do Curso de Direito podem ser indicados para participação em banca de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias. Podem ainda integrar o corpo de avaliadores professores de outros cursos, desde que comprovado pelo professor orientador o reconhecido interesse de sua presença para a discussão e avaliação do trabalho, aprovada a indicação pelo Coordenador de Trabalho de Curso.

A avaliação do Trabalho de Curso é colhida das notas individuais dos professores presentes à banca. É considerado aprovado o aluno que obtiver conceito igual ou superior a Regular em cada um dos membros da banca.

A banca pode reprovar o trabalho ou submeter à aprovação a posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação. Nesse último caso, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que devem se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

O coordenador de Trabalho de Curso é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito dentre professores do quadro permanente de docentes do Curso de Direito da IES ou pode ser o próprio Coordenador do Curso de Direito, para o exercício conjunto de atividades de orientação ao aluno e de administração dos atos relativos ao planejamento e à supervisão do TC. É de competência do Coordenador de Trabalho de Curso - TC:

- fornecer esclarecimentos aos alunos inscritos sem prejuízo daqueles que já lhes prestam seus respectivos professores orientadores;
- apoiar o trabalho dos professores orientadores, assistindo-lhes nos diversos aspectos relevantes para a orientação do Trabalho de Curso;
- estabelecer procedimento permanente de discussão e de avaliação das atividades relativas ao Trabalho de Curso, convocando reuniões regulares entre professores orientadores e orientandos, conduzindo seus resultados à apreciação da Coordenação do Curso de Direito;
- organizar calendário de atividades de Trabalho de Curso, definindo cronograma de defesas e lista com a composição das bancas, informando, para divulgação, à Coordenação do Curso de Direito;
- enviar à Secretaria o resultado da avaliação do Trabalho de Curso de cada aluno, para os registros cabíveis;
- encaminhar, para arquivo na biblioteca da IES, cópia dos trabalhos defendidos que receberem conceito Excelente dos componentes da banca, ou sob sua avaliação aqueles indicados pela banca examinadora como merecedores de distinção;
- receber e arquivar as fichas de avaliação das bancas com resultado final, bem como guardar o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras, mantendo a sua atualização;
- sistematizar e manter arquivo dos documentos referentes ao Trabalho de Curso, recebendo, ao final de cada orientação, documentação mantida pelo professor orientador;
- produzir, semestralmente, relatório de atividades desempenhadas à frente da supervisão do Trabalho de Curso, informando à Coordenação do Curso de Direito a relação de trabalhos realizados, professores envolvidos na orientação, e resultados das avaliações.

A seguir é apresentada a regulamentação do Trabalho de Curso, aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito da IES, que estabelece as formas de desenvolvimento do TCC.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO

Dispõe sobre a forma de operacionalização do Trabalho de Curso do Curso de Direito.

TÍTULO I – Das disposições Preliminares

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade orientar e normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do currículo Pleno do Curso de Graduação em Direito da FACSAL, requisito indispensável para a obtenção do título de bacharel em Direito.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou ao Curso de Graduação em Direito, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente e relatada sob a forma de Artigo Acadêmico.

Art. 3º - Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos discentes do Curso de Graduação em Direito a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica.

TÍTULO II – Do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 4º - O discente deve elaborar seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com o definido neste Regulamento.

§ 1º - A estrutura formal do Artigo Acadêmico deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação.

§ 2º - Para elaboração da Proposta de Artigo Acadêmico, o discente contará com apoio pedagógico do professo da disciplina Monografia.

Art. 5º - O professor da Disciplina tem autonomia para definir a estrutura da Proposta do Artigo Acadêmico. Recomenda-se que a estrutura da Proposta do Artigo Acadêmico contenha: tema, justificativa, problema de pesquisa, pressuposto ou hipótese, objetivos, além dos procedimentos metodológicos.

Art. 6º - A Proposta de Artigo Acadêmico deve ser entregue pelos estudantes ao professor da disciplina Monografia em data definida por ele, de acordo com o calendário de aulas da faculdade.

§ 1º - Cabe ao professor da disciplina Monografia avaliar as propostas apresentadas pelos alunos a fim de definir a adequação temas ao curso de Direito

§ 2º - O estudante tem direito a refazer a Proposta de Artigo Acadêmica uma vez, no bimestre subsequente, caso o mesmo tenha sido considerado inadequado. Neste caso, o estudante terá que cumprir, adicionalmente, todo o programa previsto para o segundo bimestre.

Art. 7º - Aprovado a Proposta de Artigo Acadêmico, a mudança de tema só é permitida mediante a aprovação do professor da disciplina e do respectivo professor orientador.

Parágrafo único: Pequenas alterações que não comprometam as linhas básicas da proposta são permitidas a qualquer tempo, com o consentimento do professor orientador.

TÍTULO III – Dos Relatórios Parciais

Art. 8º - Recomenda-se a elaboração pelos alunos de relatórios parciais sobre o desenvolvimento do Artigo Acadêmico, na forma definida pelo professor orientador, para o devido acompanhamento do cronograma da atividade.

TÍTULO IV – Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 9º - O Artigo Acadêmico, expressão formal do Trabalho de Conclusão de Curso, deve ser elaborado considerando, em sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação vigente à época de sua elaboração.

Art. 10º - As cópias dos Artigos Acadêmicos deverão ser encaminhadas às bancas examinadoras devem ser apresentadas preenchendo os seguintes requisitos:

I. Cumprimento das normas ABNT;
II. Encadernadas em brochura ou espiral;
III. Possuir no mínimo 15 (quinze) e no máximo 20 (vinte) folhas de conteúdo (elementos textuais – vide NBR 14724/2011).

TÍTULO V – Da Banca Examinadora

Art. 11º - O TCC é apresentado pelo aluno em defesa pública perante uma banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por pelo menos mais um membro, designado pela Coordenação do Curso, mediante indicação do Coordenador do TCC e do professor orientador.

Art. 12º - A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com o mínimo de 2 (dois) membros presentes, devendo ser um deles o Professor Orientador.

§ 1º - Deve-se priorizar os professores da própria faculdade para composição das bancas examinadoras do TCC.

§ 2º - Pode fazer parte da banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outras áreas que demonstrem interesse direto pelo tema do trabalho a ser apresentado, bem como de Cursos de Direito de outras Instituições, ou ainda entre profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC em questão.

§ 3º - Não havendo o comparecimento do número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste Regulamento, deve ser marcada uma nova data para defesa.

Art. 13º - Todos os professores do Curso de Direito podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do professor orientador e aprovação da Coordenação do TCC.

Parágrafo único: Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 8 (oito) comissões examinadoras por semestre.

TÍTULO VI – Da Defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso

Art. 14°- As sessões de defesa dos trabalhos de conclusão de curso são públicas.

Art. 15°- O Coordenador de TCC deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega dos Artigos Acadêmicos, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

§ 1°- Quando o TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo coordenador do TCC.

Art. 16°- Ao termino da data limite para entrega das cópias dos Artigos Acadêmicos, o Coordenador de TCC divulga a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às defesas.

Art. 17°- Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, tem direito ao prazo de 15 (quinze) dias para procederem a leitura dos trabalhos.

Art. 18°- Mediante defesa, o aluno tem até 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até 10 (dez) minutos para fazer comentários, dispondo ainda o discente de outros 10 (dez) minutos para réplicas, caso seja necessário e desejável.

Art. 19°- A atribuição das notas dos Artigos Acadêmicos pelos membros da banca dá-se após o encerramento de cada sessão de banca, levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e defesa na arguição.

§ 1°- A nota final do aluno é definida em consenso pelos membros da banca examinadora.

§ 2°- Para aprovação o aluno deve obter nota igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o aluno obtenha nota inferior a 7.0 (sete), deverá proceder a revisão do Artigo Acadêmico com base nas recomendações indicadas pela banca examinadora a título de Exame Final. Neste caso, a média final para aprovação é 5,0 (cinco) e não haverá nova defesa pública.

Art. 20°- A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral pode sugerir ao aluno que reformule aspectos do seu Artigo Acadêmico.

§ 1°- O prazo para apresentar alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias.

§ 2°- Entregue a nova cópia do trabalho de conclusão de curso, já com as suas alterações realizadas, o professor orientador deve observar se o aluno cumpriu as exigências da banca examinadoras e deliberar por escrito acerca da nota final atribuída ao Artigo Acadêmico.

Art. 21°- O aluno que não entregar o trabalho de conclusão de curso, ou que não se apresentar para em defesa oral, sem motivos justificados na forma do Regulamento em vigor, está automaticamente reprovado na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão do Curso.

Art. 22° - A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata ao final da sessão de defesa.

Parágrafo único - Compete ao Colegiado de Curso analisar os recursos das avaliações

Art.- 23° - A reprovação pela banca examinadora não correspondente reprovação na disciplina Monografia. Neste caso, o estudante terá direito ao período correspondente à Prova Final para reformular o seu trabalho.

§ 1° - Se reprovado em definitivo, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de trabalho de conclusão de curso.

§ 2°- Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Cursos, desde a elaboração da Proposta de Artigo Acadêmico, num prazo total de um semestre.

Art.- 24° - Ao aluno matriculado na disciplina relativa do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo trabalho tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo

Trabalho de Conclusão de Curso, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

TÍTULO VII - Da Entrega da Versão Definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 25°- A versão definitiva do Artigo Acadêmico devidamente aprovado pela banca deve ser encaminhada á Coordenação de TCC em um exemplar encadernado e em um pen drive ou um drive, em data por ela definida.

Art. 26°- A entrega da versão definitiva do Artigo Acadêmico é requisito para a colação de grau e deve ser efetuada, no mínimo, com 15 (quinze) dias de antecedência em relação á data marcada para a formatura do seu autor.

TÍTULO VIII- Das Atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 27°- Ao Coordenador de TCC compete:

I. Elaborar semestralmente o calendário de todas as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso, em especial o cronograma das defesas;
II. Atender aos alunos matriculados na disciplina Monografia;
III. Proporcionar, em apoio professores das disciplinas das áreas de Metodologia Cientifica e Monografia, orientação aos alunos em fase de elaboração da Proposta de Artigo ou em fase de elaboração do próprio Artigo Acadêmico;
IV. Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e alunos matriculados na disciplina Monografia;
V. Indicar professores e orientadores para os alunos;
VI. Manter atualizado o livro de atas das reuniões das bancas examinadora;
VII. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo deste Regulamento;

VIII. Designar nas bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
IX. Acompanhar o desenvolvimento das atividades de orientação por parte dos professores orientadores;
X. Elaborar, ao final de cada período letivo, ou quando solicitado formalmente, relatório com um resumo das atividades de TCC.

TÍTULO IX - Da Seleção e Atribuição dos Professores Orientadores

Art. 28°- O trabalho de conclusão do curso de cada aluno é desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Direito.

§ 1°- O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores á atividade de orientação.

§ 2°- Em cada semestre haverá um quadro fixo de professores orientadores, respeitando-se o máximo de 10 (dez) alunos por orientador.

§ 3°- O professor orientador de cada aluno é designado pela Coordenação de TCC de acordo com a afinidade entre o tema dos projetos de TCC e as áreas de interesse dos professores orientadores pertencentes ao quadro, respeitando a distribuição equitativa de orientadores entre eles.

Art. 29°- A atividade de orientação pelos professores orientadores deve ocorrer preferencialmente de forma presencial e, se necessário, eletrônica (e-mail).

Art. 30°- Durante a fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído.

Art. 31°- O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC;
II. Atender seus alunos orientados, em horário previamente fixado;
III. Manter informada a Coordenação de TCC sobre atividade de orientação;
IV. Analisar e avaliar os relatórios parciais mensais e outro material qualquer que lhes forem entregues pelos orientadores;
V. Participar das defesas ás quais estiver designado;
VI. Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadoras, as atas finais das sessões de defesa;
VII. Requerer ao Coordenador de TCC a inclusão dos Trabalhadores de Conclusão de Curso de seus orientandos na pauta semestral de defesas;
VIII. Produzir relatório de acompanhamento das atividades de orientação, em que deverá constar os dias e horários de atendimento, as questões apresentadas á orientação bem como indicações e orientações oferecidas;
IX. Cumprir e fazer cumprir esse Regulamento;

Art. 32° - A responsabilidade pela elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso é integralmente do discente, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

TÍTULO XI - Das Atribuições dos Discentes em Fase de Realização do Trabalho de Conclusão de curso

Art. 33° - Consideram-se discentes em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso aquele regulamente matriculado na disciplina respectiva, pertencente ao currículo do Curso de graduação em Direito, e que esteja se formando no semestre em questão.

Art. 34° - O aluno em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do TCC ou pelo seu orientador;

II. Manter contatos quinzenais, no mínimo, com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III. Cumprir calendário divulgado pela Coordenação de TCC para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final do trabalho de conclusão de curso, participação em seminários e que for previsto para o semestre pela Coordenação de TCC;

IV. Entregar ao orientador relatórios parciais sobre as atividades se desenvolvidas;

V. Elaborar a versão final de seu trabalho de conclusão de curso, de acordo com o presente Regulamento e as instruções de seu orientador e do Coordenador de TCC;

VI. Entregar á Coordenação de TCC o Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado aos membros da banca examinador (uma copia para cada membro);

VII. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o Trabalho de Conclusão de Curso;

VIII. Cumprir e fazer cumprir esse Regulamento;

Art. 35°- Para todos os casos não previstos nesse Regulamento compete o Colegiado de Curso de Direito deliberar, mediante designação de Coordenação de TCC.

Art. 36°- Os trabalhos com conteúdos identificados como plágio em qualquer momento da atividade de elaboração do TCC serão sumariamente excluídos da atividade e o aluno responsável será automaticamente reprovado na disciplina referente ao TCC. A este tipo de situação não caberá recurso.

Art. 37º O Trabalho de Curso integraliza 40 horas na carta horário integral do Curso de Direito da ISEC.

1.13 Regulamento das Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e implementadores do perfil do formando. Possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento jurídico propiciado pelo Curso de Direito da IES.

Considera-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Direito. Deve-se levar em conta na sua admissibilidade a conexão do conteúdo formativo da atividade com o Curso de Direito, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar-se a sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares foram divididas em 03 (três) grupos, devendo o aluno obter aproveitamento ao longo do curso, em pelo menos 02 (dois) grupos:

- Grupo 1: Ensino;
- Grupo 2: Práticas de Investigação;
- Grupo 3: Extensão.

Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino, a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação,

desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Prática Investigativa a participação de alunos em investigação científica ou profissional; a publicação de documentos de autoria própria do aluno ou em colaboração com profissionais ou docentes pesquisadores.

Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária de 200 horas/aulas a ser cumprida. A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no Curso de Direito da IES, que são prioritárias.

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

A programação das Atividades Complementares está sujeita a validação do Coordenador do curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos didático-pedagógicos e profissionalizantes do Curso de Direito, expressos no Projeto Pedagógico.

Para fins de acompanhamento e controle pelo Coordenador do curso, com vistas à integralização, o aluno deve requerer o aproveitamento da atividade realizada, mediante formulário próprio. Para o aproveitamento da carga horária em Atividade Complementar o Coordenador de curso considerará as disciplinas já cursadas pelo aluno no momento da realização da atividade.

É de competência do Coordenador de curso sobre as de Atividades Complementares:

- organizar calendário de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais;
- acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento sob a forma de Atividades Complementares;
- apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de ações e eventos externos sob a forma de Atividades Complementares;
- enviar à Secretaria o resultado da avaliação das Atividades Complementares de cada aluno para os registros cabíveis.

Semestralmente, a Coordenação do Curso de Direito juntamente com o corpo docente, elabora uma série de Atividades Complementares, tais como: Cursos extracurriculares; Visitas aos Fóruns, Distritos Policiais, Tribunal do Júri, Museu do Crime, etc.; Apresentação dos projetos elaborados pelos alunos; Apresentação e novas tendências da ciência jurídica, visando sempre incentivá-los ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa; Semana Jurídica; Atividades culturais e de responsabilidade social; Palestras em áreas afins do Direito; e etc.

Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela IES, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na

comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

A seguir é apresentada a regulamentação das Atividades Complementares.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre as Atividades Complementares do Curso de Direito.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as Atividades Complementares do Curso de Direito.

CAPÍTULO II – DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º. As Atividades Complementares são componentes curriculares destinados a enriquecer o perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, englobando a prática de estudos e atividades independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 3º. Considera-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Direito.

Parágrafo Único. Deve-se levar em conta na sua admissibilidade a conexão do conteúdo formativo da atividade com o Curso de Direito, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar-se a sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

Art. 4º. Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares estão divididas em:

- Grupo 1: Ensino;
- Grupo 2: Práticas Investigativas;
- Grupo 3: Extensão;

Art. 5º. Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino, a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.

Art. 6º. Consideram-se como Atividades Complementares associadas às Práticas Investigativas a participação de alunos em investigação científica ou profissional; a publicação em revistas técnicas, especializadas ou científicas de documentos de autoria própria do aluno ou em colaboração.

Art. 7º. Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

CAPÍTULO III – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 8º. Os alunos devem integralizar ao longo do Curso de Direito 200 horas/aulas de Atividades Complementares.

Parágrafo Único. O cumprimento da carga horária destinada às Atividades Complementares é um dos requisitos para a colação de grau.

Art. 9º. A integralização da carga horária das Atividades Complementares se dá de acordo com os seguintes critérios:

GRUPOS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Grupo 1: Ensino	Frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.
Grupo 2: Práticas Investigativas	Participação de alunos em investigação científica ou profissional.
	Publicação de documentos de autoria própria do aluno ou colaborativa.
Grupo 3: Extensão	Participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES.
	Comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

Parágrafo Único. O aluno deve obter aproveitamento em pelo menos 02 (dois) grupos de Atividades Complementares, de sorte que naquele grupo com menor participação, a carga horária seja igual ou superior a 20% da carga horária prevista para as unidades de estudo.

CAPÍTULO IV – DO APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 10. Para aproveitamento das Atividades Complementares exige-se:

GRUPOS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	PROVA EXIGIDA
Grupo 1: Ensino	Frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.	Certificado de aprovação na disciplina.
Grupo 2: Pesquisa	Participação de alunos em projetos de pesquisa ou investigação científica.	Certificado de participação e apresentação de relatório.
	Publicação de documentos de autoria	Cópia do documento.

GRUPOS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	PROVA EXIGIDA
	própria do aluno ou colaborativa em revista técnica, científica ou especializada.	
	Presença colaborativa em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Atestado de participação e apresentação de relatório, quando a atividade não for promovida pela IES.
Grupo 3: Extensão	Participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES.	Certificado de participação e apresentação de relatório.
	Comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.	Certificado de participação, programação e apresentação de relatório, quando a atividade não for promovida pela IES.

Art. 11. Para fins de acompanhamento e controle pelo Coordenador do curso, com vistas à integralização, o aluno deve requerer o aproveitamento da atividade realizada, mediante formulário próprio.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador do Curso de Direito.

Art. 13. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Direito.

1.14 Regulamento dos Estudos Disciplinares (ED)

REGULAMENTO DOS ESTUDOS DISCIPLINARES

CAPÍTULO I
DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, ao abrigo do que dispõe o inciso II do Art. 53, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição (IES), constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares será definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. Propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;

b. Prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;

c. Proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;

d. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, criteriosamente elaborados pelo NDE, quando houver, em conjunto com responsáveis pelas disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas da sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação a distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da IES.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), quando houver, supervisionar e avaliar os Estudos Disciplinares de cada curso.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas atividades presenciais e a distância.

Parágrafo Único - O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

Art. 9º. A frequência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas atividades presenciais e naquelas realizadas a distância.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a frequência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da IES.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Direção da IES, ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

1.15 Regulamento das Atividades Práticas Supervisionadas (APS)

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

CAPÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, são consideradas Atividades Práticas Supervisionadas (APS): estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros.

§1º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§2º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§3º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. No início de cada período letivo, a Coordenação do Curso informará as APS que serão desenvolvidas ao longo do semestre e as datas de realização das avaliações.

Art. 7º. A avaliação de desempenho dos alunos nas APS comporá a avaliação das disciplinas às quais se vinculam, cabendo à Coordenação do Curso juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, quando houver, definir a ponderação aplicável a essas atividades.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção da IES ao qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 10º. O presente Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da Instituição.

1.16 Metodologia de Ensino-Aprendizagem

A metodologia de ensino-aprendizagem é baseada na “concepção programática de formação e desenvolvimento humano”, princípio norteador do Projeto Pedagógico Institucional da IES. Está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais.

Todo o processo acadêmico está voltado ao fortalecimento da educação centrada na autoaprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o aluno frente a situações reais de construção do conhecimento, e aos desafios que

exigem competências e habilidades desenvolvidas em cada fase da aprendizagem. Essa prática torna-o mais humano, do ponto de vista social, e possibilita, por meio de um processo de formação transformador, uma melhor preparação, do ponto de vista técnico-científico.

Na crença de que a academia é o espaço próprio para estudos e pesquisas, transformação e produção de novos saberes, a Instituição busca atualizar periodicamente seu projeto pedagógico com o propósito de preparar pessoas para atender as exigências do mundo do trabalho. Esse processo favorece o desenvolvimento crítico-reflexivo na construção do conhecimento.

A concepção político-filosófica da IES tem como pilares o Conviver, o Conhecer, o Ser e o Fazer presentes na ação pedagógica dos projetos de curso, favorecendo a formação integral do aluno e possibilitando, mediante propostas interdisciplinares, a resolução de problemas e a sistematização de processos dialógicos. Está voltada para a formação de competências, orientando o aluno para a busca e a construção do seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser o profissional, mas também a ser um cidadão integrado à realidade social em que vive.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito estabelece um currículo integrado, centrado no aluno, propondo uma prática profissional diferenciada, sintonizada com o mundo do trabalho e com as necessidades sociais e a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com indicadores importantes para a nova visão de excelência acadêmica preconizada nos documentos institucionais.

O Projeto Pedagógico oportuniza um maior envolvimento dos alunos com as disciplinas, tendo por base um projeto integrado e integrador que permite o equilíbrio entre conhecimentos, habilidades, atitudes e, ainda, que o aluno seja autodidata. A aprendizagem passa a ser vista como um processo contínuo e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade das pessoas.

A proposta da IES tem sua ação pedagógica baseada em princípios educacionais que propõem: formação crítica e construtiva; excelência de processos; autonomia intelectual; preparação técnico-científica; postura ética e profissional.

A institucionalização desses princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do aluno, considerando também: a organização global do conhecimento; a metodologia baseada em problemas; a interação do aluno com o objeto de estudo; as oportunidades diversificadas de aprendizagem; a contextualização das atividades de ensino e extensão.

Destacam-se, como metodologia de ensino-aprendizagem, as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

O Curso de Direito deve buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de tecnologia da informação, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

1.16.1 Formas de Realização da Interdisciplinaridade

A estrutura curricular do Curso de Direito da IES foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes. Desta forma, foram incluídas, além das disciplinas específicas da área do Direito, disciplinas de áreas afins e que podem contribuir para a compreensão do fenômeno jurídico em sua integralidade.

Ao lado da questão da interdisciplinaridade em sentido amplo, há no campo do Direito a peculiaridade da necessidade de uma relação interdisciplinar entre as suas próprias áreas internas. Dessa forma, na elaboração da estrutura curricular,

procurou-se considerar as afinidades entre os componentes curriculares ofertados a cada período, de modo que a formação do aluno se dê de maneira gradual e integrada, sem uma ruptura entre os eixos de Formação Fundamental, Profissional e Prática.

As ementas das unidades de estudo que compõem a matriz curricular do Curso de Direito da IES foram elaboradas de forma a permitir a integração horizontal e vertical dos conteúdos.

A interdisciplinaridade horizontal resulta da integração entre os conteúdos lecionados nas unidades de estudos de um mesmo período, e a integração vertical, isto é, a interdisciplinaridade dos conteúdos dos períodos seguintes, demonstra ao aluno a integração entre os diversos segmentos do Direito e o caráter de continuidade dos estudos jurídicos, enfatizando assim a interdisciplinaridade das ações didático-pedagógicas estruturadas.

A IES entende que a questão da autonomia didática das diversas unidades de estudos que compõem o Curso de Direito é mera questão formal, posto que, na realidade, essas unidades não são estanques, possuindo institutos que se mesclam e interagem de forma nítida.

Com efeito, não há como se negar que as unidades de estudos não se encontram isoladas, mas sim inseridas em um contexto amplo, orientado pelas regras constitucionais, pelos princípios básicos do Direito.

Desde o início do Curso de Direito, os alunos são incentivados a verificar que o conteúdo de uma determinada unidade de estudos não se esgota e se isola ao final do período letivo, pois seus conceitos e, sobretudo, seus institutos, haverão de ser utilizados ao longo de todo o curso e, mais, de toda a vida do profissional.

Destarte, entende a IES que se encontra fortalecida a interdisciplinaridade da matriz curricular, permitindo aos alunos a aquisição de conhecimentos que, no decorrer do Curso de Direito, irão se acumulando, completando e aperfeiçoando,

como forma de, ao final, prover-se à comunidade um profissional do Direito preparado para atendê-la nos seus anseios e necessidades.

Além disso, é compromisso primordial de todo o corpo docente da IES apresentar sempre o Direito como uma ciência complexa e multifacetada, composta por diversas vertentes e que, ao invés de se apresentarem como partes estanques, devem estar sempre interligadas e interagindo, como forma de promover a evolução harmônica da Ciência Jurídica.

O professor é estimulado a preparar plano de ensino conforme o critério da interdisciplinaridade. Com a autonomia própria da atividade de magistério, clássica mormente no Curso de Direito, seminários, palestras, debates são preparados e levam à reflexão interdisciplinar.

As Atividades Complementares são um importante espaço acadêmico para o exercício cotidiano da interdisciplinaridade, pois em cada uma delas os alunos têm a oportunidade não só de visualizar a complexidade da Ciência Jurídica, como um todo coeso e indivisível, mas também de verificar que nenhuma das disciplinas ministradas é um compartimento estanque e isolado, mas sim uma parte específica de um todo.

O Núcleo de Prática Jurídica constitui-se também em ambiente favorável à interdisciplinaridade dada a relação direta com a comunidade, fonte privilegiada de novos saberes. Neste espaço se encontram para um fazer coletivo professores de várias disciplinas do Curso de Direito orientando alunos de períodos variados que atuam ao lado de profissionais atendendo pessoas da comunidade, associações e outros agrupamentos, em atividades internas e externas.

1.16.2 Modos de Integração entre Teoria e Prática

A estrutura curricular delineada para o Curso de Direito da IES permite a integração entre teoria e prática, de forma que o aluno reconheça a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto, deve-se

ultrapassar a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

A proposta pedagógica do Curso de Direito busca o equilíbrio entre os eixos de Formação Fundamental, Profissional e Prática, tornando mínima a distância entre o aprendizado teórico e a adoção, na prática, dos conhecimentos adquiridos.

No desenvolvimento das disciplinas são utilizadas metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática. Entre elas, podem ser destacadas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina), ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins, etc.), etc.

O Estágio Supervisionado, por sua vez, constitui-se num *locus* privilegiado, onde a aproximação entre teoria e prática vai experimentar um aprofundamento, tanto vertical quanto horizontal. Da mesma forma, o Trabalho de Curso.

A conexão entre teoria e prática é estimulada, também, a partir da realização das Atividades Complementares.

1.17 Mecanismos de Avaliação

1.17.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

Assim, o aluno somente poderá ser aprovado e/ou prestar exames com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

Cabe ao professor a atribuição de duas notas de avaliação (NP1 e NP2) para as atividades curriculares, com pesos iguais na composição da Média Semestral (MS) de cada disciplina. Assim: MS = (NP1 + NP2) /2.

Os critérios de promoção, envolvendo, simultaneamente, a frequência e o aproveitamento escolar. São eles:

1) se a frequência do aluno for inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ele estará reprovado na disciplina. Em caso contrário, serão considerados os resultados das avaliações realizadas de acordo com o previsto no parágrafo anterior.

2) se a média semestral (MS) for igual ou maior que 7,0 (sete), o aluno estará aprovado na disciplina, naquele semestre, com média final igual a MS.

3) se MS for menor que 7,0 (sete), o aluno será submetido a um exame, quando lhe será atribuída a nota EX.

4) Após o exame, a média final (MF) da disciplina será a média aritmética simples entre MS e EX. Assim: MF = (MS + EX) /2.

5) Se a MF for igual ou maior que 5,0 (cinco), o aluno estará aprovado na disciplina.

6) Se a MF for menor que 5,0 (cinco), o aluno estará reprovado na disciplina ou poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser submetido a uma avaliação especial.

7) Mantida a reprovação, mesmo após a realização da avaliação especial, se concedido, o aluno ficará sujeito ao regime de dependência na disciplina.

8) O aluno que deixar de comparecer a uma prova poderá, a critério do Coordenador de curso, substituí-la por nova prova ou pelo exame.

9) Nas disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e nas disciplinas optativas ou eletivas serão considerados os mesmos critérios das disciplinas regulares para o cálculo da MF.

10) O aluno reprovado em período letivo que não seja oferecido no semestre seguinte deverá matricular-se em período indicado pela Coordenação do curso.

11) Cabe à Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos (CQA), quando for o caso, acompanhar, avaliar e validar as avaliações de aprendizagem, podendo realizar, em qualquer momento do curso, Avaliação Geral de Curso (AGC). Nesse caso, a nota dessa avaliação, que será designada por AG, passará a compor, juntamente com as notas do professor (NP1 e NP2), a média semestral (MS) de cada disciplina, da seguinte forma: MS = (3 x NP1 + 3 x NP2 + 4 x AG) /10.

12) Quando a Avaliação Geral de Curso (AGC) for aplicada, sua nota (AG) será utilizada para compor a média semestral de todas e somente disciplinas do período em que o aluno está matriculado, não sendo utilizada para calcular a média semestral de disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e de disciplinas optativas ou eletivas.

13) Todos os alunos terão que realizar Atividades Práticas Supervisionadas (APS), que constarão de atividades de biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas. Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

14) Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS, definida para o respectivo período letivo de seu curso. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

15) O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos); a MS será arredondada para 7,0 (sete), quando for maior ou igual a 6,7 (seis-vírgula-sete) e menor que 7,0 (sete); a MF será arredondada para 5,0 (cinco), quando for maior ou igual a 4,75 (quatro-vírgula-setenta e cinco) e menor que 5,0 (cinco).

16) A recuperação poderá ter duração variável, dependendo da disciplina, e poderá, inclusive, estender-se por um semestre ou mais, a critério do Conselho Acadêmico.

17) O exame e/ou a avaliação especial, exceção feita àqueles dos antepenúltimo e último períodos (semestres) letivos, a critério do Conselho Acadêmico, poderão ser realizados em épocas especiais, após recuperação.

18) O aluno, em casos especiais e depois de ouvida a Coordenação do curso, poderá ser autorizado a realizar o exame e/ou a avaliação especial em períodos distintos daquele determinado para os alunos de sua turma.

19) A critério do Conselho Acadêmico, poderá ser incorporado às normas vigentes o conceito de aproveitamento médio global do semestre, que é determinado pela média aritmética das médias semestrais das disciplinas cursadas no semestre regular, excetuando-se adaptações, dependências ou tutorias.

20) Se o aproveitamento médio global do período letivo for maior ou igual a 7,0, o aluno poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser dispensado de fazer o exame também nas disciplinas em que obteve média semestral maior ou igual a 5,0.

21) O lançamento da nota de aproveitamento médio global obedecerá ao critério de arredondamento do valor obtido para o meio ou inteiro imediatamente superior.

22) Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

Quanto ao Regime de Dependência, o número máximo de disciplinas em regime de dependência e de adaptação para a promoção ao semestre letivo subsequente ficam definidos da seguinte forma:

I - para a promoção ao 2º período letivo: sem limite;

II - para a promoção ao 3º período letivo: 5 disciplinas;

III - para promoção aos períodos letivos situados entre o 3º e o antepenúltimo: 5 disciplinas;

IV - para promoção ao antepenúltimo período letivo: 3 disciplinas; e

V - para o penúltimo e o último períodos letivos do curso não serão aceitas matrículas de alunos com dependência, recuperação ou adaptação em qualquer disciplina de períodos letivos anteriores.

O aluno reprovado em um período letivo poderá optar pelo regime de progressão tutelada, que foi instituído visando a oferecer orientação acadêmica diferenciada aos alunos que apresentarem desempenho acadêmico irregular no decorrer do seu processo de formação.

Entende-se por desempenho acadêmico irregular, o acúmulo de disciplinas em regime de dependência e/ou adaptação, em número maior que o permitido conforme citado no parágrafo anterior.

O ingresso no regime de progressão tutelada de matrícula decorre do interesse manifesto do aluno.

Será facultado aos alunos que estariam se promovendo para o segundo ou para até o antepenúltimo período de qualquer curso de graduação, que tenham ultrapassado o limite de disciplinas em regime de dependência, conforme citado anteriormente, adotarem o regime de progressão tutelada de matrícula.

Os alunos que atenderem às condições previstas no parágrafo anterior poderão optar pelo regime de progressão tutelada durante o período de renovação da matrícula fixado no Calendário Escolar da Instituição.

O aluno que ultrapassar o limite de disciplinas em dependência e optar pelo regime de progressão tutelada de matrícula receberá orientação diferenciada sobre a reestruturação do seu percurso acadêmico, inclusive sobre a distribuição das disciplinas em dependência, ou ainda a cursar, atividades e estágios incompletos. A orientação definirá como e quando o aluno poderá cumpri-los.

Compete à Coordenação do Curso, a partir da análise do histórico escolar do aluno optante, orientá-lo quanto à melhor alternativa para conduzir a sua progressão acadêmica, considerando tudo o que é exigido pela matriz curricular para uma formação plena (disciplinas, trabalhos de curso, estágios, entre outros).

Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com o aluno optante pelo regime de progressão tutelada, estabelecer um plano de estudos definindo como, quando e quais disciplinas deverão ser cursadas, assim como as condições e as medidas a serem adotadas para a conclusão das demais atividades curriculares ainda pendentes. Esse plano de estudos poderá ultrapassar, conforme o caso, o período mínimo de integralização curricular.

Na condição de ingressante no penúltimo período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o regime de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelo Conselho Acadêmico.

Enquanto optante pelo regime de progressão tutelada, o aluno obriga-se a cumprir integralmente o plano acadêmico estabelecido pela Coordenação do Curso e referendado pelo Conselho Acadêmico.

O desligamento do aluno do regime de progressão tutelada poderá ocorrer quando o desempenho acadêmico do aluno for avaliado como insuficiente pela instância competente da Instituição e decidido/homologado pelo Conselho Acadêmico.

Quanto à Revisão de Provas e Verificação das Notas, o Professor deve realizar a revisão e fazer a vista das provas junto com o aluno, no Período de Revisão de Notas, em horário de aula da disciplina, ocasião em que ele estará de plantão, sendo vedada a alteração do critério adotado para a correção inicial.

Toda prova realizada, com exceção dos exames, deve ser mantida com o professor até o final do semestre letivo. Os exames finais devem ser entregues na Secretaria da Instituição e as fichas das APS na Coordenação local do curso e

posteriormente entregues na Secretaria da Instituição para serem arquivadas no prontuário do aluno.

As formas de avaliação são definidas pelo Plano de Ensino de cada disciplina, devendo obrigatoriamente seguir as normas regimentais, bem como o Calendário Escolar.

O NDE sugere que a avaliação seja continuada considerando as seguintes atividades: atividades em sala de aula; nas provas práticas e dissertativas; nos trabalhos individuais; nos trabalhos em grupo; nos trabalhos que envolvem a integração com outras disciplinas; nas aulas práticas; nas atividades extraclasses; nas atividades comunitárias.

A apuração do rendimento escolar é feita por unidade de estudos, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

Cabe ao professor a supervisão do controle de frequência dos alunos.

O aproveitamento é aferido por meio de verificações parciais e exames, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de zero a dez.

O processo de avaliação está disciplinado no Regimento Geral da IES, no Título IV – Do Regime Pedagógico, Capítulo V – Do Planejamento de Ensino, Seção I – Da Avaliação da Aprendizagem.

1.17.2 Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação interna ou autoavaliação é um processo em construção articulado com as ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e deve ser entendida como parte do processo de aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o Curso de Direito.

Dentro desse princípio, a avaliação envolve todos os agentes alocados nos diferentes serviços e funções que dão suporte ao processo de formação superior, sendo elemento central da Instituição.

As questões relativas ao conjunto dos componentes curriculares do Curso de Direito (e dos demais processos pedagógicos que compõem as atividades acadêmicas) devem ser analisadas tendo-se em conta a percepção do aluno e do professor sobre o seu lugar no processo de ensino-aprendizagem. Na avaliação é importante considerar como os alunos e professores percebem o Curso de Direito e, também, a sua inserção nesse processo.

Em decorrência dos resultados obtidos no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) a IES constituiu um Grupo de Trabalho articulado com Comissão Própria de Avaliação – CPA, visando identificar as possíveis causas dos resultados obtidos e propor ações corretivas a serem implementadas no âmbito do Curso de Direito.

A autoavaliação não é novidade na IES, estando inserida no cotidiano institucional, com ampla participação da comunidade acadêmica. Os resultados são tabulados e interpretados para que possam servir de subsídios ao estabelecimento de novas diretrizes e ações institucionais.

Os principais elementos de análise resultam: a) de reuniões pedagógicas do curso, semestralmente realizadas; b) da apreciação estatística dos resultados das avaliações aplicadas às turmas, bimestralmente; c) dos resultados da avaliação institucional; d) dos resultados obtidos nas provas simuladas tanto da OAB quanto do ENADE; e) dos indicadores apresentados nos relatórios da CPA.

A autoavaliação, na dimensão adotada pela IES, se constitui em processo sistemático de reflexão na busca de todos os elementos que permitam detectar problemas para construir as intervenções eficazes, de forma coletiva e agregando todos os atores necessários, ou seja, gestores, docentes, alunos, egressos,

avaliadores externos e todos aqueles que possam contribuir para a efetivação da qualidade desejada.

Para o Curso de Direito da IES essa articulação passa a incluir dados como a formação profissional jurídica do docente, a atividade profissional exercida por egressos e a reflexão sobre o projeto pedagógico à luz desses dois dados. O que se espera é nortear o projeto pedagógico também pela dimensão da atividade profissional de docentes e egressos, articulada essa dimensão pelas características peculiares do território em que o curso é ministrado.

1.18 Metodologia de Ensino na Modalidade de Educação à Distância (EAD)

As disciplinas oferecidas na modalidade - EAD cuja característica principal é a forma de interação, tem como instrumento facilitador a comunicação baseada em recursos diversificados. Nessa perspectiva, a IES oferece o contato visual, auditivo e verbal direto e frequente por meio de suas aulas, bem como recursos didáticos e dialógicos que promovam a interatividade e estimulem a aprendizagem dos estudantes.

Cada disciplina está dividida em unidades. Para cada uma, o estudante deve assistir à teleaula, sem a obrigatoriedade de data e horário, devendo estudar o conteúdo referente a cada unidade, realizar as atividades propostas pelo professor e responder aos questionários no AVA, respeitando o período preestabelecido em calendário acadêmico.

Os slides utilizados pelos professores nas teleaulas, contendo os principais tópicos da unidade, também ficam disponíveis no AVA. O estudante deve desenvolver todas as atividades previamente descritas antes de passar para a unidade subsequente.

O material didático utilizado é desenvolvido em sintonia com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PDI da Instituição, nas

Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Seu uso é precedido de avaliação por especialistas que sugerem e orientam a adoção de medidas visando ao seu aperfeiçoamento.

A produção do material disponibilizado no AVA atende às lógicas distintas de concepção, produção, linguagem e tempo. A convergência e a integração entre as diversas mídias são garantidas pelas equipes multidisciplinares constituídas por especialistas em conteúdo, em desenvolvimento de páginas web, em desenho instrucional, em ilustração, em diagramação, em revisão do material produtivo.

1.19 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O suporte tecnológico distribui-se em três dimensões: uma dimensão ampla (que congrega os meios necessários para o desenvolvimento pedagógico dos cursos), uma dimensão de recursos de interação para o acompanhamento dos estudantes e uma de avaliação.

Neste projeto pedagógico, elucidam-se as especificidades da EAD, que originam demandas de interação entre os implicados no processo. Para tanto, detalham-se a seguir os sistemas de informação utilizados na veiculação dos conteúdos pertinentes.

A plataforma utilizada pela IES como espaço de publicação de conteúdos e de centralização das demais plataformas desenvolvidas é o Blackboard. Essa plataforma dispõe de ferramentas que permitem a interação do alunado com o corpo docente e, de modo claro e acessível, a publicação dos conteúdos pedagógicos.

Ao acessar a plataforma, o estudante terá disponível o conteúdo necessário para a realização de seu curso. O material pedagógico é disponibilizado por disciplina e turma.

1.20 Das tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na oferta da EAD

O sistema de comunicação da IES tem sua base em um serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), responsável por prover e dotar recursos de interação por meio de AVA, para que professores, estudantes e tutores mantenham relações no processo da formação. Organiza e dispõe informação fundamentada nos conteúdos afins aos programas, cursos e projetos desenvolvidos na modalidade a distância.

Toda a infraestrutura tecnológica desenvolvida pelo Núcleo de Tecnologia da IES está consolidada em conceitos de comunicação, com base em bancos de conteúdos distribuídos por dispositivos multimídia conectados ou não. A fundamentação técnico-teórica para isso está nos conceitos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em que todos os recursos tecnológicos estão organizados em estruturas computacionais gerenciadas por bancos de dados, assegurando que os conteúdos programáticos dos cursos sejam distribuídos de forma sistêmica e controlada.

Por isso, se faz necessária a organização de conteúdos, informações e dados numa base informatizada que garanta a produção e a distribuição do conhecimento em ambiente monitorado e acompanhado por professores e tutores de forma interativa. Tradicionalmente, o banco de dados era o repositório de informações; hoje, ele realiza o controle das mídias textuais e audiovisuais, transformando-se, de fato, em um banco de conteúdo multimídia.

As modernas técnicas de Business Intelligence (BI), ou Inteligência em Negócios, asseguram que esse sistema de base de conteúdos possa ser acompanhado, medido e controlado, para que a Instituição faça o monitoramento dos processos de interatividade e dialogicidade dos corpos docente e discente no modelo pedagógico proposto.

Para sustentar essa proposta, a IES mantém uma estrutura com servidores e uma equipe de desenvolvedores que avalia as ferramentas existentes no mercado, a fim de utilizar as que melhor se adaptam ao projeto pedagógico da Instituição, e desenvolve novas ferramentas e aplicativos que integrem todos os softwares próprios e de terceiros.

Para a distribuição dos conteúdos, a IES conta com sólida estrutura de Telecom baseada no tripé: acessibilidade, segurança e redundância, requisitos primordiais para que os estudantes recebam os conteúdos com acesso adequado ao AVA.

Essa composição de recursos tecnológicos viabiliza aos alunos matriculados no ISEC o acesso ao conteúdo educacional da forma prevista no projeto pedagógico.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O suporte tecnológico distribui-se em três dimensões: uma ampla (que congrega os meios necessários para o desenvolvimento pedagógico dos cursos), uma de recursos de interação para o acompanhamento dos estudantes e outra de avaliação.

Nesse projeto pedagógico, elucidam-se as especificidades da EaD, que originam demandas de interação entre os implicados no processo. Para tanto, detalhamos, a seguir, os sistemas de informação utilizados na veiculação dos conteúdos pertinentes.

Blackboard

A plataforma utilizada pela IES como espaço de publicação de conteúdos e de centralização das demais plataformas desenvolvidas é o Blackboard. Essa plataforma dispõe de ferramentas que permitem a interação do alunado com o corpo docente, bem como, de forma clara e acessível, a publicação dos conteúdos pedagógicos.

Ao acessar a plataforma, o estudante terá disponível o conteúdo necessário para a realização de seu curso.

O material pedagógico é disponibilizado por disciplina e turma.

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela IES e pela Direção em conformidade ao Regimento Geral.

Material Didático

O material didático utilizado para as disciplinas disponibilizadas na modalidade a distância é desenvolvido em sintonia com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PDI da instituição, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Seu uso é precedido de avaliação por especialistas externos, que sugerem e orientam a adoção de medidas visando ao seu aperfeiçoamento.

O conjunto de mídias selecionado para desenvolver as competências específicas propostas para cada curso respeita as características socioeconômicas dos diferentes grupos de estudantes.

A produção do material disponibilizado no AVA atende às lógicas distintas de concepção, produção, linguagem e tempo. A convergência e a integração entre as diversas mídias são garantidas pelas equipes multidisciplinares constituídas por especialistas em conteúdo, em desenvolvimento de páginas web, em desenho instrucional, em ilustração, em diagramação, em revisão do material produzido, dentre outros, conforme determina o artigo 1º, do Decreto nº 5.622/2005.

a) Livro texto: A elaboração do livro texto é realizada de forma dialógica, ancorada no tripé educador educando objeto do conhecimento, permitindo ao estudante agir, refletir e interagir no desenrolar da ação pedagógica. Os livros textos fomentam, portanto, a reflexão dos estudantes, levando os a buscarem informações em outras fontes, realizarem novas leituras, descobrirem novos caminhos e apropriarem se dos conhecimentos gerados e adquiridos. Esse processo contínuo considera o estudante como um agente ativo e capaz de auto avaliar o seu progresso no decorrer do curso.

b) Materiais didáticos da disciplina: todos os materiais utilizados numa determinada disciplina, tais como slides, questionários, exercícios, textos complementares, dentre outros.

c) Teleaulas: As tele aulas contêm a ementa e o programa da disciplina, e seu conteúdo é elaborado por um professor escolhido pelo coordenador de curso pela mantenedora UNIP em conjunto com os membros do NDE da UNIP. O professor distribui o conteúdo da disciplina nas unidades, respeitando a carga horária definida na matriz curricular e organiza a sua apresentação aos estudantes. As tele aulas são gravadas de acordo com a organização elaborada pelo professor.

É importante ressaltar que todas as tele aulas possuem intérprete de libras, o que assegura aos estudantes portadores de necessidades especiais o acompanhamento do conteúdo ministrado pelo professor.

1.21 Mecanismos de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos alunos ingressantes, a IES realiza cursos de nivelamento em Português, Matemática e Metodologia.

Os cursos de nivelamento visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não conseguem acompanhar adequadamente o aprendizado em sala de aula. Dessa forma, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio.

Atualmente, os alunos que apresentam deficiências de formação em sala de aula são identificados pelos professores ao Coordenador de Curso que encaminha a relação de alunos para a Coordenação Pedagógica, a quem compete sugerir a realização do curso de nivelamento.

Os cursos de nivelamento são realizados presencialmente e gratuitamente.

A Instituição também oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso. Dessa forma, outros conteúdos podem ser apresentados para nivelamento de acordo com as necessidades detectadas pelas Coordenações de Curso.

1.21.1 Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade.

1.21.2 Apoio à Promoção de Eventos Internos

A IES conta com mecanismos efetivos de apoio sistemático à promoção de eventos para o corpo discente.

Os eventos realizados são organizados pela Coordenação de Curso, que dispõem dos recursos necessários para o desenvolvimento das atividades.

A Coordenação de Curso promove uma série de eventos, tanto diretamente relacionados ao Curso de Direito, quanto de outras áreas do conhecimento. As Semanas Jurídicas são efetivadas com palestras, além de outras promovidas durante o período letivo.

1.22 Regulamento de Atividades de Extensão

Dispõe sobre a forma de operacionalização das Atividades de Extensão

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a forma de operacionalização das atividades de Extensão. Extensão do ISEC, apoiada em princípios da ética, da equidade, da

solidariedade e da responsabilidade social, propõe-se a interagir sistematicamente com as demandas culturais e sociais da comunidade e tornar acessível o conhecimento por ela acumulado, graças à articulação do ensino com a pesquisa e a extensão. A Extensão do ISEC segue os ditames da Resolução CNE/MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e são regidas pelo presente Regulamento.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO, FINS E OBJETIVOS

Art. 2º. São consideradas atividades de Extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Art. 3º. As atividades de Extensão compõem um conjunto articulado de ações planejado para atender a demandas da sociedade e estimular no aluno o desenvolvimento da responsabilidade ética e social, contribuindo para a formação cidadã de todos os envolvidos.

Art. 4º. As atividades de Extensão são organizadas e coordenadas pelo Conselho Acadêmico do ISEC.

Art. 5º. As atividades de extensão respeitarão os seguintes princípios:

I. Respeito à ética;
II. Equidade, respeito, solidariedade e responsabilidade social;
III. Benefícios sociais;
IV. Formação cidadã;
V. Atendimento à legislação pertinente.

Art. 6º, As atividades de Extensão terão caráter eventual ou permanente, completando, obrigatoriamente, 10% da carga horária total do curso, e podem ser organizadas na forma de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços entre outras.

CAPÍTULO III
DA OFERTA DE EXTENSÃO

Art. 7º - As atividades de Extensão propostas ao Conselho Acadêmico pelos Coordenadores de Curso serão definidas em reuniões.

Art. 8º - Os Projetos de atividades de Extensão deverão ser apresentados em formulário próprio contendo as seguintes informações:

I. Instituto(s);
II. Curso(s);
III. Identificação da atividade;
IV. Objetivo da atividade;
V. Descrição da atividade;
VI. Público-alvo;
VII. Docente(s) responsável(eis);
VIII. Critérios de participação;
IX. Duração;
X. Cronograma;
XI. Necessidades específicas para à realização.

Art. 9º. As propostas das Atividades de Extensão serão avaliadas pelo Conselho Acadêmico com base nos seguintes critérios:

I. Relevância para o desenvolvimento individual ou coletivo da comunidade;
II. Desenvolvimento dos alunos envolvidos;
III. Exequibilidade do projeto;
IV. Atenção aos preceitos éticos e legais.

Art. 10.. As atividades de Extensão serão realizadas pelo corpo social do ISEC, admitindo-se a participação de convidados externos previamente autorizados pela Vice-Reitoria de Extensão.

Art. 11. O setor de Extensão é responsável pela análise e acompanhamento da execução das atividades.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 12. As atividades de Extensão realizadas serão registradas em formulário próprio.

Art. 13. É de responsabilidade do Conselho Acadêmico:

I. Organizar as atividades de Extensão dos cursos em conjunto com os demais coordenadores e de acordo com as orientações Conselho Acadêmico.

Art. 14. É da responsabilidade do Coordenador de Curso:

I. Acompanhar as atividades de Extensão realizadas em seu curso;
II. Providenciar o lançamento das horas realizadas e as avaliações dos alunos;
III. Encaminhar um relatório anual descrevendo as atividades realizadas ao Conselho Acadêmico, acompanhada de documentos comprobatórios.

Art. 15. É da responsabilidade do professor:

I. Acompanhar a execução das atividades de Extensão de seus alunos;
II. Encaminhar ao Coordenador do curso um relatório anual referente às atividades de Extensão realizadas, com documentos comprobatórios;
III. Avaliar as atividades e os alunos.

Art. 16. É da responsabilidade do aluno:

I. preencher a Ficha de Atividades, a cada atividade;
II. Entregar ao coordenador do curso uma descrição das atividades realizadas e documentos comprobatórios (fotos, certificados e visto do professor responsável, entre outros).

Art. 17. É da responsabilidade do setor de Extensão elaborar anualmente relatório geral e institucional com base no material enviado pelos coordenadores de curso.

Art. 18. É da responsabilidade do Conselho Acadêmico disponibilizar o relatório anual de Extensão para os demais órgãos da instituto.

Art. 19. Havendo necessidade, em casos específicos, o Conselho Acadêmico do ISEC expedirá certificados aos participantes das atividades.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DE EXTENSÃO

Art. 20. As atividades de extensão devem estar sujeitas a contínua autoavaliação crítica visando o aperfeiçoamento do preparo discente e do benefício social.

Art. 21. As atividades de Extensão serão avaliadas pelo setor de Extensão.

Art. 22. Com a finalidade de aperfeiçoar as ações desenvolvidas, o Conselho Acadêmico avaliará a contribuição das atividades de Extensão, o cumprimento de seus fins para a comunidade e para os alunos.

Art. 23. As atividades de extensão não podem ser contabilizadas para estágio ou para atividades complementares.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.24. Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso de Direito.

Art. 25. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Direito.

INSTALAÇÕES FÍSICAS

1 INFRAESTRUTURA

O Campus tem 8.000 m² de área e 4.500 m² de área construída. As instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

Dependências/Serventias	Quantidade	M2
Sala de Direção	01	18 m²
Sala de Coordenação Pedagógica	01	20 m²
Salas de Coordenação de Cursos	08	7 m²
Sala de Professores	01	35 m²
Sala de Aux. De Coordenação	01	22 m²
Agencia Modelo	01	20 m²
Laboratório de RTVC	01	38 m²
Gerencia de unidade	01	20 m²
Departamento Pessoal	01	14 m²
Salas de Aula	02	25 m²
Salas de Aula	06	30 m²
Salas de Aula	09	40 m²
Salas de Aula	02	50 m²
Salas de Aula	08	60 m²
Sanitários PA1	04	15,36 m²
Sanitários PAC	03	16,80 m²
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	123,66 m²
Tesouraria/ Secretaria	01	60 m²
Praça de Alimentação	01	40 m²
Laboratórios de Informática	01	30 m²
Laboratórios de Informática	01	38 m²
Laboratórios de Informática	01	45 m²
Laboratório Multidisciplinar	01	54 m²
Laboratório de Fisioterapia	01	36 m²
Auditório	01	90 m²
Biblioteca	01	120 m²
Sala de Leitura	01	30 m²
Depósito	01	30 m²

Dependências/Serventias	Quantidade	M2
Sala de Manutenção	01	9 m²
Sala de materiais de Limpeza	01	6 m²
Almoxarifado	01	40 ²

1.1 Sala de Professores e Sala de Reuniões

Nas instalações físicas da IES há sala de professores, equipada com microcomputadores com acesso à Internet, além de sala de reuniões, que atendem às condições de salubridade e aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

1.2 Gabinetes de Trabalho para Professores/ Núcleo Docente Estruturante e Coordenação de Curso

Para os professores em regime de tempo integral são disponibilizados espaços de trabalho que favoreçam a permanência do corpo docente no ambiente da Instituição.

A Coordenação do Curso de Direito ocupa uma sala exclusiva, com boa iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo às condições de salubridade. Estão disponíveis também microcomputadores com acesso à Internet.

1.3 Salas de Aula

Todas as salas de aula são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida

Para os alunos portadores de deficiência física, o ISEC apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas no estacionamento; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, o ISEC está comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar sala de apoio contendo: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; acervo bibliográfico em fitas de áudio; *software* de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a computador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, ISEC está igualmente comprometido, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

O ISEC coloca à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida suporte técnico que permitam o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

1.4 Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado

A IES tem normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos e funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, garantindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado aos alunos e docentes portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Quaisquer falhas por parte do corpo técnico-administrativo ou docente em seguir estas normas podem ser comunicadas pelo aluno diretamente à Coordenação ou à Direção da Instituição, que tomará as providências cabíveis, conforme instrui o Regimento da Instituição, para que sejam respeitadas de fato a dignidade e a cidadania integral do indivíduo.

1.5 Serviços de Tradução e Interpretação de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS

LIBRAS é parte integrante dos conteúdos curriculares dos cursos da Instituição. Assim sendo, prevê-se que, nos próximos anos, o contingente de alunos e professores, além de funcionários do corpo técnico-administrativo, preparados para entender e fazer-se entender em LIBRAS torne-se significativo, contribuindo para mais ampla integração de eventuais novos alunos dependentes deste meio de comunicação.

2 BIBLIOTECA

Atualmente, quando informações rápidas e eficientes são um marco em qualidade de serviço, a Biblioteca tem como responsabilidade apoiar e disseminar todas as formas de conhecimento pertencentes a um contexto global de informação.

Para que estes propósitos se concretizem, a Biblioteca conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e de melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

A IES conta com Biblioteca física e virtual.

2.1 Acervo

2.1.1 Livros das Bibliografias Básicas e Complementares

No período entre a abertura de um Pedido de Reconhecimento no e-MEC e a visita *in loco*, há uma contínua atualização do material no mercado editorial. Por conta disso, há uma constante adaptação do conteúdo e

metodologia de ensino empregados nas disciplinas pelos professores, que procuram readequar os livros a serem utilizados em sala de aula buscando uma constante melhora na qualidade de ensino.

Os docentes das disciplinas e/ou coordenador do curso podem alterar as bibliografias à medida que julgarem necessário, desde que haja o material solicitado no acervo ou condição de aquisição.

Com base no Comunicado da Diretoria de Avaliação da Educação Superior de 14 de Dezembro de 2010, caso haja atualização Bibliográfica, a Comissão Verificadora receberá da Instituição a Ementa com a Bibliografia devidamente atualizada e em acordo com o acervo no período de abertura do formulário eletrônico ou até o dia imediatamente anterior ao início da visita.

2.1.2 Periódicos Especializados

Assim como as Bibliografias, a manutenção dos títulos e coleções de periódicos respeita a Legislação vigente para cada curso e/ou categoria de curso.

Política de Atualização do Acervo

MATERIAIS	DIRETRIZES
LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIA	Obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para as proporções de exemplares por número de alunos das obras indicadas nas bibliografias.
	Atualizar o editorial quando preciso.
	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.
OBRAS SERIADAS (PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS)	Adequar o acervo junto aos coordenadores de acordo com a legislação vigente.
	Consultar os conceitos das obras no Programa Qualis da CAPES (http://qualis.capes.gov.br/webqualis) sempre que possível, já que nem todas as obras em circulação foram avaliadas.
	Verificar a circulação das obras em outros acervos utilizando o Catálogo Coletivo Nacional (http://ccn.ibict.br/busca.jsf).

	Priorizar obras que possuem acesso pela Internet sempre que possível.
MULTIMÍDIA (VHSs/DVDs, Disquetes/CD ROMs e E-books/Páginas Eletrônicas	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.

2.1.3 Serviços

A biblioteca oferece os seguintes serviços:

- Acesso disponível pela internet ao acervo eletrônico;
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Capacitação de usuários;
- Pesquisa bibliográfica; e
- Reserva da bibliografia usada nos cursos.

3 LABORATÓRIOS UTILIZADOS NO CURSO

3.1 Laboratório multiusos

Os Laboratórios gerais utilizados no curso são os de Informática. Todo o campi é equipados com microcomputadores atualizados, tanto no hardware quanto nos softwares de utilização corrente no curso, interligados em rede e com acesso a internet.

Estes laboratórios destinam-se a propiciar ao corpo discente:

- Aulas acerca da utilização de linguagens de programação.
- Aulas práticas para implementação dos conceitos teóricos: banco de dados, sistemas operacionais, computação gráfica, algoritmos, etc.
- Desenvolvimento de atividades para a elaboração de trabalhos, listas de exercícios e pesquisas.

Qtde. Labs.	Qtde. Equip.	Configurações	Softwares
03	20	20 máquinas 13 monitores 18'' e 7 monitores de 15'' Lenovo, HD 160Gb, memória 1Gb, processador Intel Celeron 2.00Ghz	Turbo Pascal 7.0; * Windows Server (versão mais nova); * Windows Seven; * Office; * Antivirus (McAffee); * Vision (Versão mais nova); * SQL; * Sistema ERP (ou equivalente para simulações); * Cobit (para simulação de gerenciamento de redes); * Workbench;
	18	18 máquinas: 18 monitores de 15'' Lenovo Think Centre, HD 160Gb, memória 1Gb, processador Intel celeron 2.60Ghz	
	28	28 máquinas 14 HP, monitor de 15'', HD de 160 Gb, memória 1Gb, processador Intel Celeron 2.20Ghz 14 Lenovo E200, Monitor de 15'', HD160Gb, memória de 1Gb, processador Intel Celeron 2.20Ghz	

3.2 Política de Acesso aos Equipamentos de Informática

Os laboratórios são destinados às aulas práticas, conforme o cronograma estabelecido, e às necessidades dos professores dentro do horário de aula, que será das 19h às 22h00, podendo ser reservados com antecipação de, pelo menos, 24 horas antes das aulas.

Das 07h às 22h00, os laboratórios são destinados aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A permanência dos estudantes nesse horário é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades institucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática é realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade destes. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 2 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet.

4 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

4.1 Laboratório de Informática

Há laboratórios de informática em número suficiente e com acesso à Internet que atende ao indicador definido pelo Ministério da Educação de um terminal para cada 30 alunos, considerando o total de matrículas do Curso de Direito.

4.2 Núcleo de Prática Jurídica

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, órgão encarregado de organizar, coordenar e supervisionar a realização do Estágio Supervisionado e outras atividades práticas, desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

A estrutura do Núcleo de Prática Jurídica é composta de: I – Coordenação e Supervisão de Estágio; II – Secretaria de Estágio; III – Escritório de Assistência Jurídica – EAJ; IV – Ambiente para Prática Simulada.

O Núcleo de Prática Jurídica é servido por uma rede de microcomputadores, com terminais em todas as salas, com acesso à Internet.

Na biblioteca é disponibilizado acervo mínimo de legislação, considerados códigos e regulamentos necessários ao atendimento da clientela.

No que tange aos serviços, além da Secretaria de Estágio, há fichário individualizado dos alunos e arquivo de cópias de autos findos. A IES com o intuito de incrementar a realização das atividades simuladas, realizou convênios com Tribunais Estaduais e Federais para obtenção de cópia de processos.

ANEXO 1

MATRIZ CURRICULAR – 2025

CURSO DE DIREITO

1º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Instituições Judiciárias e Ética	3,0	60
Filosofia	3,0	60
Português Instr. Jurídico	1,5	30
Economia	3,0	60
Interpretação e Prod de Texto	1,5	30
Psicologia Jurídica	3,0	60
Estudos Disciplinares		20
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**15**	**370**

2º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Direitos Humanos	3,0	60
Teoria Geral do Crime	3,0	60
Teoria Geral do Direito Civil	3,0	60
Ling e Comunicação Jurídica	1,5	30
Comunicação e Expressão	1,5	30
Ciência Política	1,5	30
História do Direito	1,5	30
Estudos Disciplinares		20
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**15**	**370**

3º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Ilicitude e Culpabilidade	3,0	60
Teoria da Empresa	1,5	30
Teoria Geral do Processo	3,0	60
Fatos e Negócios Jurídicos	3,0	60
Organização do Estado	3,0	60
Homem e Sociedade	1,5	30
Estudos Disciplinares		30

Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**15**	**380**

4º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Controle de Constitucionalidade	1,5	30
Bases Constitucionais da Administração Pública	1,5	30
Teoria Geral das Obrigações	1,5	30
Responsabilidade Civil	1,5	30
Teoria das Penas	1,5	30
Títulos de Crédito	1,5	30
Ciências Sociais	1,5	30
Proc e Relac Jurid Processual	3,0	60
LIBRAS	1,0	20
Hermeneutica	1,5	30
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**16**	**400**

5º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Bases Procedimentais da Administração Pública	1,5	30
Recup. Judicial e Falência	1,5	30
Direito das Obrigações	3,0	60
Extinção da Punibilidade	3,0	60
Procedimento Comum	3,0	60
Teoria Geral do Processo Penal	1,5	30
Metodologia do Trabalho Acadêmico	1,5	30
Teoria Geral do Processo Penal	1,5	30
Relac Etnic-Rac Afrodesc	1,0	20
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**17,5**	**400**

6º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Teoria Geral do Direito Tributário	1,5	30
Contratos em Geral	3,0	60
Proteção Penal ao Indivíduo	3,0	60
Sentença e Recursos Civil	3,0	60
Ação Penal	1,5	30

Direito Individual do Trabalho	1,5	30
Direito e Meio Ambiente	1,5	30
Métodos de Pesquisa	1,5	30
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**16,5**	**410**

7º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Cump. Sent. e Proc. Execução	3,0	60
Tributos em Espécie	1,5	30
Contratos Civil e Empresarial	3,0	60
Proteção Penal ao Patrimônio	3,0	60
Provas Processuais Penais	1,5	30
Direito Tutelar e Coletivo do Trabalho	1,5	30
Desenvolvimento Sustentável	1,5	30
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**15**	**380**

8º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
TPU E PRO e Jr Contenciosa	3,0	60
Direitos Reais	3,0	60
Proteção Penal aos Interesses Sociais	1,5	30
Execução Civil	3,0	60
Direito Previdenciário	1,5	30
Processo de Conhecimento do Trabalho	1,5	30
Recursos e Execução Penal	1,5	30
Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos	1,5	30
Direito Financeiro	1,5	30
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		50
Carga Horária	**18**	**380**

9º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Direito de Família	3,0	60
Proteção Penal aos Interesses da Administração Pública	1,5	30
Proc Esp Jur Voluntaria	1,5	30
Execução Trabalhista e Procedimentos Especiais	1,5	30

Direito Internacional Público	1,5	30
Direito do Consumidor	1,5	30
Direito Ambiental	1,5	30
Met. Alt. Resol. Conf.: Arbitragem	1,5	30
Direito Digital	1,5	30
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		50
OPTATIVAS I	1,0	20
Carga Horária	**16**	**400**

10º SEMESTRE		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
Direito das Sucessões	3,0	60
Legislação Penal Extravagante	3,0	60
Processo Coletivo	1,5	30
Direito Internacional Privado	1,5	30
Direito da Criança, Adolescente e Estatuto do Idoso	1,5	30
Tópicos Constitucionais	1,5	30
Direito Urbanístico	1,5	30
Direito Agrário	1,5	30
Trabalho de Curso		40
Atividades Complementares		200
Estágio Supervisionado		300
DISCIPLINA OPTATIVA II	1,0	20
Estudos Disciplinares		30
Atividades Práticas Supervisionadas		60
Carga Horária	**16**	**950**

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO – QUADRO RESUMO		
COMPONENTES CURRICULARES	**CARGA HORÁRIA EM HORA/AULA**	**CARGA HORÁRIA EM HORA/RELÓGIO**
Disciplinas Obrigatórias	3.670	3.058,33
Disciplinas do Eixo Temático	150	125
Disciplinas Optativas	80	66,67
Estágio Supervisionado	300	250
Trabalho de Curso	40	33,33
Atividades Complementares	200	166,67
TOTAL	**4.440**	**3.700**

Componentes Curriculares dos Eixos Temáticos

EIXO III: MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE			
SEMESTRE	**COMPONENTES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS/AULA)**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
6º	Direito e Meio Ambiente	1,5	30
7º	Desenvolvimento Sustentável	1,5	30
9º	Direito Ambiental	1,5	30
10º	Direito Urbanístico	1,5	30
10º	Direito Agrário	1,5	30

Disciplinas Optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS			
SEMESTRE	**COMPONENTES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA EM HORAS/AULAS**	**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (HORAS/AULA)**
9º	Tópicos Especiais em Fundamentos Filosóficos e Teóricos do Direito	0,33	20
	Tópicos Especiais em Direito Público	0,33	20
10º	Tópicos Especiais em Direito Privado	0,33	20
	Tópicos Especiais em Tutelas Difusas e Coletivas	0,33	20

ANEXO 2 - EMENTÁRIO

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 10º Semestre
DISCIPLINA: Economia
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Economia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução do pensamento econômico. O conceito de economia e o funcionamento do mercado. Relações entre economia e direito. O estudo da atividade econômica nacional. Desenvolvimento e crescimento econômico. Economia internacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar, ao aluno do Curso de Direito, noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos alunos o domínio do conteúdo de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes da economia.

2. A evolução do pensamento econômico.

3. O conceito de economia e o funcionamento do mercado.

– A lei da escassez e as necessidades humanas.

– Oferta x procura, preços e equilíbrio de mercado.

– Fatores de produção, produção e custos de produção.

4. Economia e direito.

– Fundamentos jurídicos do mercado.

– Estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência.

– A relação entre fornecedores e consumidores e o Código de Defesa do Consumidor.

– Produção e recursos naturais: a legislação de proteção ao meio ambiente.

5. A atividade econômica nacional.

– Conceitos básicos: PIB, renda, investimento.

– A distribuição da renda nacional.

– Objetivos e instrumentos de política econômica: política fiscal, política monetária, política cambial.

– O setor público na economia.

6. O desenvolvimento e o crescimento econômico.

7. Economia Internacional.

– Comércio internacional.

– O balanço de pagamentos.

– O papel das instituições multilaterais: FMI, Banco Mundial, OMC.

– A globalização como fenômeno multidimensional.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões. Apresentação, análise e discussão de artigos e material divulgado pela imprensa, conceitos teóricos com referência aos problemas econômicos atuais. Comentários e breves análises sobre assuntos econômicos da atualidade, incluindo discussões sobre os planos econômicos implantados na história recente do País, procurando demonstrar o emprego dos instrumentos econômicos.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CASTRO, Antônio Barros de; LESSA, Carlos. **Introdução à economia**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

HUBERMAN, Leo**. História da riqueza do homem**. 21ª ed. São Paulo: LTC, 1987.

NUSDEO, F. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. São Paulo: RT, 2002.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval (Coord.) **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 22ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TROSTER, R. L. **Introdução à economia**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 10º Semestre
DISCIPLINA: Filosofia
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Pequeno resumo da história da filosofia. Filosofia antiga. Renascimento. Teoria do conhecimento. Pensadores dos séculos XIX e XX. Direito como objeto da filosofia. Ciência do direito. Filosofia do direito e filosofia e o direito contemporâneo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Transmitir aos alunos as noções introdutórias: objeto e divisão da Filosofia do Direito, e estimular a reflexão crítica sobre os fundamentos da ordem jurídica contemporânea, pelo domínio dos conceitos básicos da Filosofia.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as principais escolas filosóficas, situando a filosofia do direito no âmbito da filosofia geral.

Analisar as diferentes concepções filosóficas sobre o fenômeno jurídico e suas conexões históricas.

Desenvolver uma reflexão crítica sobre a relação entre filosofia do direito e dogmática jurídica, a partir das noções de justiça, ética e conhecimento.

Situar os alunos nas discussões contemporâneas da filosofia do direito, examinando as suas principais tendências.

Trabalhar as habilidades atinentes à reflexão filosófica, em especial o raciocínio lógico, a capacidade de argumentação e o senso crítico.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Resumo da história da filosofia.

2. Mito, religião, filosofia, senso comum e pensamento científico.

3. Filosofia antiga.

-- Grécia: Sócrates, Platão e Aristóteles.

-- Roma.

-- Cícero.

-- Idade Média.

-- S. Agostinho.

-- S. Tomás de Aquino.

1. Renascimento.

2. Teoria do conhecimento.

3. Empirismo.

4. Racionalismo.

5. Direito e Moral.

6. Pensadores dos séculos XIX e XX.

7. Filosofia e pensamento filosófico.

-- Natureza e essência do pensamento filosófico.

-- Nascimento da filosofia.

-- Escolas filosóficas.

-- Filosofia do direito no contexto do pensamento filosófico.

8. Do pensamento clássico ao pensamento crítico em filosofia do direito.

-- A tradição jusnaturalista.

-- As teorias juspositivistas.

-- As teorias críticas.

-- As teorias sistêmicas e a ideia de complexidade.

9. Tendências contemporâneas da filosofia do direito.

-- Filosofia do direito como epistemologia jurídica.

-- Filosofia do direito como ética.

-- Filosofia do direito como teoria da justiça.

-- Perspectivas para a filosofia do direito no século XXI.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Curso de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2002/2008.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003**.**

MONTESQUIEU, Charles Luís. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996/2005.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Fontes, 1998/2006.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 2º Semestre
DISCIPLINA: Homem e Sociedade
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Principais visões sobre a origem humana: o evolucionismo e o debate das determinações biológicas *versus* processo cultural. A antropologia social e os estudos sobre a diversidade cultural. O significado do termo cultura: senso comum e científico. As principais características da cultura como visão de mundo: herança cultural e plano biológico, participação dos indivíduos na cultura, a lógica cultural. Etnocentrismo e relativismo cultural. Tradições, assimilação e aculturação: como nos relacionamos com a diversidade cultural. Identidade cultural: das tribos para as sociedades modernas.

II – OBJETIVOS GERAIS

Instrumentalizar o aluno para analisar e interpretar a realidade social em suas dimensões antropológicas. Possibilitar uma compreensão crítica do ser humano em sua relação com a herança cultural e as constantes transformações da sociedade. Caracterizar a antropologia como uma ciência que inicia com a compreensão biocultural do Homem, desenvolvendo posteriormente a concepção de cultura como construção simbólica.

Oferecer aos alunos espaço para a discussão de temáticas que permitam a compreensão das manifestações culturais que ocorrem na sociedade contemporânea, seja de ordem da construção de identidades, da concepção de corpo, da cultura organizacional, da construção de valores e direitos, dos fenômenos e conteúdos da comunicação, e assim por diante.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver o senso crítico e analítico dos futuros profissionais para identificarem os aspectos significativos das ações individuais e coletivas.

Permitir aos alunos uma reflexão sobre o significado da cultura e suas implicações na construção e transformações das relações sociais.

Enfatizar a importância das abordagens antropológicas na compreensão das diversas manifestações sociais.

Promover uma compreensão relacional e integradora do fenômeno cultural com a multiplicidade de aspectos que caracterizam o humano – técnicas, costumes, produção de conhecimento, formulação de regras, comunicação, organização, valores, afetividade – em suas expressões de diversidade.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

10. O HOMEM

– Principais visões sobre a origem humana: o evolucionismo e o debate das determinações biológicas versus processo cultural.

Textos: “As origens do antropos”, in GUERRIERO, Silas (Org.). ANTROPOS E PSIQUE. O outro e sua subjetividade. São Paulo: Ed. Olho D’água, 5ª. Ed., 2004.

“O determinismo biológico”; “O determinismo geográfico”; “Ideia sobre a origem da cultura”, in LARAIA, Roque de Barros. CULTURA - Um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 17ª ed., 2004.

– A Antropologia Social e os estudos sobre a diversidade cultural.

Texto: “A contribuição da Antropologia à ciência da sociedade”, in COSTA, Cristina. SOCIOLOGIA: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA SOCIEDADE. 3ª ed. – São Paulo: Moderna, 2005.

Texto complementar: “A pré-história da Antropologia”, in LAPLANTINE, F. APRENDER ANTROPOLOGIA. SP: Brasiliense, 1988

11. A CULTURA

– O significado do termo cultura: senso comum e científico.

Textos: “Antecedentes históricos do conceito de cultura”, in LARAIA, Roque de Barros. CULTURA - Um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 17ª ed., 2004.

– As principais características da cultura como visão de mundo: herança cultural e plano biológico, participação dos indivíduos na cultura, a lógica cultural.

Textos: “O Passaporte”, in ROCHA, Everardo. O QUE É ETNOCENTRISMO, SP: Brasiliense, 12ª ed., 1996.

“Como opera a cultura”, segunda parte (todos os capítulos), in LARAIA, Roque de Barros. CULTURA - Um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 17ª ed., 2004.

Texto complementar: “Raça e Progresso”, in CASTRO, Celso (org.) Franz BOAS - ANTROPOLOGIA CULTURAL**,** Jorge Zahar, 2004.

– Etnocentrismo e relativismo cultural. Tradições, assimilação e aculturação: como nos relacionamos com a diversidade cultural.

Textos: “O Social e o Cultural”, in DaMATTA, ROBERTO A. RELATIVIZANDO - Uma Introdução à Antropologia Social, Rio de Janeiro: ROCCO, 5ª ed.,1987.

"Voando Alto", "A volta por cima", in ROCHA, Everardo. O QUE É ETNOCENTRISMO, SP: Brasiliense, 12ª ed., 1996.

Texto complementar: "Os métodos da etnologia", in CASTRO, Celso (org.) Franz BOAS - ANTROPOLOGIA CULTURAL**,** Jorge Zahar, 2004.

MINER, Horace. Ritos Corporais entre os Nacirema, disponível in *http://www.aguaforte.com/antropologia/nacirema.htm*

12. A SOCIEDADE

– Identidade cultural: das tribos para as sociedades modernas.

Textos: "A identidade em questão", "As culturas nacionais como comunidades imaginadas", in HALL, Stuart. A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE, RJ: DP&A, 12ª ed., 2005.

Textos complementares: "Copérnico e os selvagens", in CLASTRES, Pierre. A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO, SP: Cosac & Naify, 1ª ed., 2003 [RJ: Francisco Alves, 5ª ed.,1990].

"Tão diferentes, tão iguais: somos todos ´tribais´", in SANTOS, Rafael J. Antropologia para quem não vai ser antropólogo, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões. Indicação de leitura de livros, revistas, jornais e artigos bem como de recursos audiovisuais como filmes e produção videográficas pertinentes às relações indivíduo-cultura e contato com a diversidade cultural.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

COSTA, Cristina. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

DA MATTA, Roberto A. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 19ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Bibliografia Complementar:

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOAS, Franz; CASTRO, B. F. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, José Luís dos. **O que é cultura**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

***WEBGRAFIA* – sugestão de textos eletrônicos disponíveis a acesso público:**

ALDEIA DE SAPUKAI – Histórias Guarani. Histórias pertencem a uma coletânea levantada entre os Guarani a respeito das histórias que costumam ser contadas para as crianças mais novas. Disponível em: <http://www.highrisemarketing.com/djweb/historia/historia/sapuk.htm>.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. "A Presença Portuguesa e Africana diante dos Índios", in: http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/cehib/ferraz.html.

CARNEIRO DA CUNHA discute papel dos índios – entrevista de RENATO SZTUTMAN especial para a Folha 500 anos, in: http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/entre_7.htm.

CARVALHO, José Carlos de Paula. "Exemplos de Etnocentrismo"; "Etnocentrismo: Inconsciente, Imaginário e Preconceito no Universo das Organizações", in: http://tryck.vilabol.uol.com.br/etno.html.

LEITÃO, Débora Krischke. "A Arte de Sensibilizar o Olhar – ou Por Que Ensinar Antropologia?", in: http://www.geocities.com/deborakrischkeleitao/artigo.html.

LINTON, Ralph. "O Cidadão Norte-Americano", in: http://www.consciencia.net/2004/mes/02/linton-citacao.html.

MIDLIN, Betty. "Aculturação", in: http://www.fb.org.br/indigena/2003_acult.asp.

REVISTA DIGITAL DE ANTROPOLOGIA URBANA – "OS URBANITAS" (vários artigos disponíveis) http://www.osurbanitas.org/.

VIANNA, Hermano; LEMOS, Ronaldo. “A Tradição Remixada: A Questão da Propriedade sobre Conhecimentos Tradicionais”, in: http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=31164.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 10º Semestre
DISCIPLINA: Instituições Judiciárias e Éticas
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Ética e direito. Direito e justiça. Ética profissional. O papel do Bacharel em Direito no contexto social brasileiro. Relações interdisciplinares na ação do profissional. Regras deontológicas. Os deveres ético-profissionais. O controle de conduta dos profissionais do direito. Compreensão e visualização das estruturas e organizações dos órgãos das principais carreiras jurídicas e a conduta de regras morais. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

II – OBJETIVOS GERAIS

Dotar o aluno de conhecimentos elementares ao exercício dos diversos ramos das carreiras jurídicas inerentes à estrutura do judiciário nacional e das funções essenciais à justiça, bem como proporcionar ao acadêmico os fundamentos éticos de comportamento dos profissionais do direito nos múltiplos campos das atividades profissionais dentro das carreiras jurídicas.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as Instituições Judiciárias, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados, da Defensoria Pública, da Polícia Judiciária e seus princípios, normas, regulamento e códigos éticos que disciplinam o exercício das profissões jurídicas de forma a defender inexoravelmente o Estado Democrático de Direito, a cidadania e a moralidade pública.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ética e Direito.

– Significado do tema.

– Direito e justiça.

2. Ética profissional.

– Conceito de profissão sobre o enfoque moral.

– Princípios fundamentais e gerais da deontologia (dever ser) forense.

– A ética na visão das instituições judiciárias.

– Os códigos, regulamentos ou normas éticas nas Instituições Judiciárias.

– O Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil: regras fundamentais; nas relações com os clientes; sigilo profissional.

3. Instituições Judiciárias: noções básicas e conceituais sobre o tema.

4. Do Poder Judiciário.

– Composição: Estrutura e Órgãos do Poder Judiciário.

– Justiça Estadual Comum.

– Justiça Federal Comum.

– Justiça do Trabalho.

– Justiça Eleitoral.

– Justiça Militar.

– Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

– Magistratura: acesso, ingresso, promoção e desenvolvimento da carreira; garantias e vedações constitucionais; controle externo; dos auxiliares da justiça.

5. Da Polícia Judiciária.

– Polícia Federal.

– Polícias Civis e Militares.

– Polícia Administrativa ou de Repressão.

– Polícia Judiciária.

6. Das Funções Essenciais à Justiça.

a) Do Ministério Público:

– Origem;

– Acesso: ingresso e promoção dentro da carreira do Ministério Público;

– Atribuições do Ministério Público;

– Garantias constitucionais;

– Vedações constitucionais;

– Controle externo do Ministério Público.

b) Do Advogado:

– Origens da profissão;

– Função do advogado;

– Requisitos para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

– Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da profissão;

– Atividades privativas do advogado;

– Prerrogativas do advogado;

– Sociedade de advogados;

– Advogado empregado;

– Honorários advocatícios;

– Deveres do advogado, as consequentes infrações e respectivas sanções disciplinares;

– Sigilo profissional;

– Publicidade;

– Responsabilidade civil do advogado;

– A Ordem dos Advogados do Brasil.

c) Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados.

d) Defensoria Pública.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. **O que é ética**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme da Costa; *et al*. **Poder judiciário e carreiras jurídicas**. 2ª ed. São Paulo: Del Rey, 2007.

Bibliografia Complementar:

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FULLER, L. D. **O caso dos exploradores de caverna**. São Paulo/Porto Alegre: LEUD/Sergio Antônio Fabris, 1999-2008.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e OAB**. São Paulo: Saraiva, 2002/2007.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 10º Semestre
DISCIPLINA: Interpretação e Produção de Textos
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Leitura, interpretação e conhecimento. Temas da atualidade. Diferentes linguagens. Estilos e gêneros discursivos. Qualidade do texto. Produção de texto.

II – OBJETIVOS GERAIS

Ampliar o universo cultural e expressivo do aluno; trabalhar e analisar textos orais e escritos sobre assuntos da atualidade; produzir na linguagem oral e escrita textos diversos;

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Valorizar a leitura como fonte de conhecimento e prazer.

Aprimorar as habilidades de percepção das linguagens envolvidas na leitura.

Ler e analisar diversos estilos e gêneros discursivos com senso crítico.

Identificar as ideias centrais do texto.

Ampliar seu vocabulário ativo.

Expressar-se com coerência, concisão e clareza, visando à eficácia da comunicação.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conscientização da importância da leitura como fonte de conhecimento e participação na sociedade.

2. As diferentes linguagens: verbal, não verbal; formal e informal.

3. Noções de texto: unidade de sentido.

4. Textos orais e escritos.

5. Estilos e gêneros discursivos: jornalístico, científico, técnico, literário, publicitário entre outros.

6. Interpretação de textos diversos e de assuntos da atualidade.

7. Qualidades do texto: coerência, coesão, clareza, concisão e correção gramatical.

8. Complemento gramatical.

9. Produção de textos diversos.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e interativas, seminários, leitura e análise de textos, oficina de leitura e produção de textos.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FÁVERO, Leonor. **Coesão e coerência textuais**. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco. **Para entender o texto**: leitura e redação. 16ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 22ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto:** redação, argumentação e leitura. 3ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

FERRARA, Lucrecia. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz. C. **A coerência textual**. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2003.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 10º Semestre
DISCIPLINA: Psicologia Jurídica
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Psicologia jurídica: definição, objetivo, área de atuação, relação com outras áreas da psicologia e com outras ciências e profissões. O aporte psicológico para a elaboração de leis. As relações intersubjetivas entre o indivíduo, a família e a lei. Psicologia criminal. Motivações psicológicas para o ato delituoso. Representação psicológica do ato delituoso e das penas. Análise das tentativas de tratamento e de reinserção social do sujeito infrator. Psicologia penitenciária e judicial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Transmitir aos alunos as noções introdutórias sobre a Psicologia e prepará-los para terem um conhecimento teórico e prático que implique numa percepção interdisciplinar entre as questões psicológicas e a dogmática jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conceituar a Psicologia e sua intercomunicação com o Direito.

Proporcionar uma visão geral da Psicologia, desde a sua importância no escritório do futuro advogado ao tribunal, nas relações dos juízes e dos promotores com seus interlocutores e nas relações humanas dos profissionais do Direito.

Informar o aluno para que ele saiba discutir e analisar a prática da psicologia jurídica no Brasil em suas diversas áreas: nos sistema de justiça (penal, cível, família e sucessões e infância e juventude); no sistema prisional (prisões, hospital de custódia, acompanhamento aos egressos); nos serviços e programas de atendimento à criança, ao adolescente e à família (conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, FEBEM, abrigos temporários, famílias de apoio).

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito e importância da Psicologia para os estudantes e os profissionais do Direito.

– Escolas psicológicas. A psicologia com calcanhar de Aquiles da medicina, as questões do superego e o direito.

2. Psicologia jurídica no Brasil.

– Informar, discutir e analisar a prática da Psicologia Jurídica no Brasil em suas diversas áreas: sistemas de justiça (penal, cível, família e sucessões e infância e juventude); sistema prisional (prisões, hospital de custódia, acompanhamento aos egressos); serviços e programas de atendimento à criança, ao adolescente e à família (conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, FEBEM, abrigos temporários, famílias de apoio).

– Dilemas éticos da psicologia preditiva.

– Desafios da psicologia criminal.

3. Novos paradigmas para a psicologia.

– Aspectos psicológicos de menores infratores.

– Direito de nascer.

– Psicologia e lei. Critérios sócio legais na tomada de decisões judiciais.

– O prazer do censor.

– A prevenção dos maus tratos infantis.

– Aspectos psicológicos do fenômeno da violência na rede familiar.

– Psicologia e tribunal do júri.

– Atuação dos advogados em procedimentos matrimoniais.

– Os direitos da vítima.

– A entrevista com os clientes, uma abordagem psicológica.

– A psicologia e a prisão.

4. As práticas psicológicas e a justiça.

– Psicologia e o direito da infância e juventude.

– Psicologia e o direito de família.

– Análise institucional.

– Psicanálise e direito.

– Observação e prática institucional.

5. Formação de vínculos e o desenvolvimento humano. A família e a escola na prevenção e educação do cuidar do aparelho feito para pensar.

6. O direito também como profissão do cuidar, escutando os clientes através de uma concepção psicossomática. Da psicologia comportamental à psicanálise (noções). A Programação Neurolinguística (PNL).

7. A interface entre a psicologia da família e direito de família.

8. Corpo anatômico e corpo vivido.

– Merleau-Ponty e a fenomenologia da percepção.

– A estrutura do comportamento.

– Tutela jurídica à saúde da mente.

– Noções do modelo mental proposto por Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Bion, Skinner, Rogers, Moreno.

– Uma conceituação de saúde mental como valor agregado à abordagem psicológica.

– A importância do cuidar da saúde mental percebida pelo estudante de direito.

– Autonomia da vontade do portador de doença mental.

– Problemas do tratamento psiquiátrico involuntário,

– Direito à integridade psíquica e física do acusado e do condenado: corpo de delito, uma revisitação.

– Problemas psicológicos do enfermo com AIDS e o direito.

9. Sigmund Freud: impulsos, impulsos associativos.

– A sociedade e o direito.

– Elementos do direito e os direitos subjetivos.

– Direitos humanos. Direitos sexuais.

– O neurótico e a lei.

– Sociedade enferma ou defeito socialmente modelado.

10. Direito: conflitos mentais e mecanismos de defesa.

– Empatia, introjeção, incorporação, formação reativa, compensação, racionalização, substituição, deslocamento, restituição, motivos de projeção, delírios e projeção, ideias e referências, simbolização, fixação, regressão, dissociação, personalidade dupla ou múltipla, sonambulismo, escrita automática, fuga, resistência, negação, sublimação.

– Dos processos defensivos do ego: defesas do caráter, perfeccionismo, fantasia, sonhos.

– A doutrina criminal psicanalítica: crimes culposos, crimes dolosos.

– O crime e a pré-genitalidade: o crime oral, o crime anal, o crime fálico.

– A delinquência neurótica. O delinquente psicótico. A delinquência essencial.

– Freud: a lei e a justiça.

11. Síndrome da alienação parenteral.

12. Adoecer na classe trabalhadora.

– Introdução, questões psicológicas do trabalho. Infortúnios do trabalho.

– A psicologia do trabalho. Questões interdisciplinares.

13. Psicologia social.

– Preconceito, estereótipos e discriminação.

– Comportamento antissocial: agressão.

– Comportamento pró-social: o altruísmo.

– Justiça nas relações sociais.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA JUNIOR, A.; COSTA JUNIOR, J. B. de O. E. Noções de psicopatologia forense. In: **Lições de medicina legal**. 22ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BRANDÃO, Eduardo; GONÇALVES, Hebe Signorini (Coords.). **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.

MIRA Y LOPEZ, Emílio. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: Vida Livros, 2005/2008.

Bibliografia Complementar:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRITO, L. M. T. **Temas de psicologia jurídica**. Bonsucesso: Relume Dumara, 1999/2005.

GUERRIERO, Silas. **Antropos e psique**: o outro lado da subjetividade. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Warderley (Orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO
SÉRIE: 10º Semestre
TURNO: Noturno
DISCIPLINA: ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

I - EMENTA

As Atividades Práticas Supervisionadas são compostas por relatórios em formato acadêmico resultantes do desenvolvimento, a cada semestre, do Projeto Multidisciplinar do curso.

II - OBJETIVOS GERAIS

As Atividades Práticas Supervisionadas visam:

- propiciar aos alunos fundamentação prática dos conceitos teóricos explorados em sala de aula;

- proporcionar vivência e postura científica na busca de informações e elaboração de relatórios;

- criar um espaço positivo e propício para a troca de informações, experiências e conhecimento entre os professores e estudantes.

III - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos das Atividades Práticas Supervisionadas:

- estimular a produção de trabalhos que propulsionem o desenvolvimento intelectual integrado;

- promover reflexões de ordem científica e técnica, favoráveis à construção do conhecimento;

- promover a interdisciplinaridade e a integração curricular.

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo das Atividades Práticas Supervisionadas (APS) corresponde ao conteúdo do Projeto Multidisciplinar específico de cada curso, planejado para ser desenvolvido semestralmente.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O Projeto Multidisciplinar será apresentado aos alunos, especificando-se seu desenvolvimento, objetivo geral e objetivo de cada semestre. As Atividades Práticas Supervisionadas correspondentes ao Projeto Multidisciplinar serão orientadas por um professor designado pelo coordenador do curso.

VI- AVALIAÇÃO

As Atividades Práticas Supervisionadas serão avaliadas quanto a sua forma e conteúdo. A comprovação da realização das atividades será feita pela entrega do relatório e da ficha “Atividades Práticas Supervisionadas (APS)”, devidamente preenchida e assinada pelo aluno e pelo professor orientador.

VII – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para as Atividades Práticas Supervisionadas corresponde à bibliografia prevista para o Projeto Multidisciplinar do curso.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO
SÉRIE: 1º Semestre
DISCIPLINA: ESTUDOS DISCIPLINARES
TURNO: Noturno
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 10 horas

I - EMENTA

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação disponibilizada em sala de aula, por meio de exercícios. Os exercícios visam o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas ministradas ao longo de cada semestre letivo. Seu escopo é estimular o aluno a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

II - OBJETIVOS

- propiciar aos alunos a utilização da fundamentação teórica dos conceitos explorados na sala de aula na resolução de problemas;

- proporcionar situações similares às que o profissional enfrentará no ambiente de trabalho;

- proporcionar a integração dos conhecimentos adquiridos durante o curso;

- criar um espaço positivo e propício para a troca de informações dentro e fora da sala de aula;

- estimular a autorreflexão e a autonomia intelectual do estudante.

III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo dos Exercícios Disciplinares (ED) corresponde ao conteúdo das disciplinas do semestre.

IV – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O professor disponibilizará aos alunos, presencialmente e na ferramenta online, exercícios referentes ao conteúdo ministrado, ao final de cada atividade.

V- AVALIAÇÃO

O aluno deverá realizar no mínimo 75% dos exercícios disponibilizados pelo professor.
A realização dos Estudos Disciplinares (ED) será comprovada pela entrega dos exercícios e pela Ficha de Controle devidamente preenchida e assinada pelo aluno e pelo professor.

VII – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para a realização dos Estudos Disciplinares corresponde a bibliografia dos Planos de Ensino das disciplinas do semestre.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da Instituição, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, são consideradas Atividades Práticas Supervisionadas (APS): estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros.

§1º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§2º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§3º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. No início de cada período letivo, a Coordenação do Curso informará as APS que serão desenvolvidas ao longo do semestre e as datas de realização das avaliações.

Art. 7º. A avaliação de desempenho dos alunos nas APS comporá a avaliação das disciplinas às quais se vinculam, cabendo à Coordenação do Curso juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, quando houver, definir a ponderação aplicável a essas atividades.

Capítulo IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Coordenação Pedagógica, ouvidas as partes interessadas.

Art. 10º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 1º Semestre
DISCIPLINA: Português Instrumental Jurídico
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Esta disciplina oferece ênfase ao estudo da expressão oral e escrita propriamente em âmbito jurídico, contribuindo com a capacidade de argumentação e expressão do aluno.

II – OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o aprimoramento de habilidades de comunicação – oral e escrita – propiciando a compreensão e valorização da linguagem, especificamente, do discurso jurídico. Colaborar com a formação do profissional de forma a atender as exigências sociais da esfera jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de ler, compreender e interpretar textos jurídicos; Produzir textos argumentativos utilizando linguagem jurídica; Saber se expressar com clareza, coerência e objetividade.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Tratar da comunicação jurídica, seus conceitos, níveis e funções de linguagem, para o alcance da compreensão das disciplinas jurídicas.
2. Conhecer o vocabulário jurídico e as suas peculiaridades, com o uso cotidiano de arcaísmos e latinismos, principalmente, visando à familiarização com os termos usuais.
3. Propiciar o conhecimento dos textos jurídicos para viabilizar a elaboração de textos, como instrumento de trabalho do profissional, em qualquer área de atuação, qualquer que seja a carreira a ser seguida pelo aluno.
4. Conscientizar o aluno da importância do português instrumental jurídico para a correta interpretação dos textos, sejam petições, julgados, doutrina e a própria lei.
5. Fazê-lo conhecer o vocabulário para o desenvolvimento e a articulação dos discursos jurídicos, propiciando sejam verbalizados argumentos e teses, nas diversas disciplinas jurídicas tratadas no curso.
6. Fazê-lo examinar abreviaturas e siglas muito utilizadas no universo da ciência jurídica. 7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e comedimento, a partir da utilização da correta linguagem e dos termos adequados.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Comunicação Jurídica
    1.1. Conceitos Básicos;
    1.2. Níveis de Linguagem;
    1.3. Funções da Linguagem – Fática; poética; emotiva; conativa; referencial e metalinguística;

2. Vocabulário Jurídico
    2.1. O sentido das palavras na linguagem jurídica;
    2.2. Seleção vocabular e vocabulário jurídico: linguagem técnica x jargão;
    2.3. Palavras unívocas, equívocas e análogas;
    2.4. As formas e referência de tratamento;
    2.5. O verbo jurídico;
    2.6. Arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e latinismos no discurso jurídico;

3. O parágrafo e a redação jurídica
    3.1. Conceitos e qualidades;
    3.2. Estrutura do parágrafo;
    3.3. O encadeamento dos parágrafos;
    3.4. Elaboração do parágrafo: requisitos e qualidades;
    3.5. Parágrafo descritivo, narrativo e dissertativo;

4. Termos e locuções latinas
    4.1. Locuções latinas;
    4.2. Brocardos jurídicos;
    4.3. Expressões latinas mais usadas no discurso jurídico;

5. Abreviaturas e siglas
    5.1. Legislação acerca das abreviaturas;
    5.2. Principais abreviaturas utilizadas no discurso jurídico;
    5.3. Siglas mais utilizadas no texto jurídico.

VI – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de aulas expositivas e interativas, bem como leitura de textos jurídicos que abarquem os conceitos apresentados em aula. Serão realizadas oficinas de leitura e produção de textos jurídicos, seminários e trabalhos dirigidos.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma permanente, por meio de trabalhos, seminários, provas e participação em aula.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. **Curso de português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2023 MINHA BIBLIOTECA

SABBAG, Eduardo**. Manual de português jurídico.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

HENRIQUES, Antônio. **Prática da linguagem jurídica**: solução de dificuldades, expressões latinas. São Paulo: Atlas, 2010. MINHA BIBLIOTECA

MEDEIROS, João Bosco. **Português Forense**: Língua Portuguesa para Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2018. MINHA BIBLIOTECA

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2010. MINHA BIBLIOTECA

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antônio. **Linguagem jurídica e argumentação**: teoria e prática. Barueri: Atlas, 2021. MINHA BIBLIOTECA

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 1º Semestre
DISCIPLINA: Instituições Judiciárias e Ética
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Ética e direito. Direito e justiça. Ética profissional. O papel do Bacharel em Direito no contexto social brasileiro. Relações interdisciplinares na ação do profissional. Regras deontológicas. Os deveres ético-profissionais. O controle de conduta dos profissionais do direito. Compreensão e visualização das estruturas e organizações dos órgãos das principais carreiras jurídicas e a conduta de regras morais. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

II – OBJETIVOS GERAIS

Dotar o aluno de conhecimentos elementares ao exercício dos diversos ramos das carreiras jurídicas inerentes à estrutura do judiciário nacional e das funções essenciais à justiça, bem como proporcionar ao acadêmico os fundamentos éticos de comportamento dos profissionais do direito nos múltiplos campos das atividades profissionais dentro das carreiras jurídicas.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as Instituições Judiciárias, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados, da Defensoria Pública, da Polícia Judiciária e seus princípios, normas, regulamento e códigos éticos que disciplinam o exercício das profissões jurídicas de forma a defender inexoravelmente o Estado Democrático de Direito, a cidadania e a moralidade pública.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, das diversas profissões jurídicas, suas normas éticas e suas ligações com os diversos ramos do direito, além da estrutura judiciária brasileira.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais e deontológicos, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação às diversas profissões jurídicas. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridas.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados às diversas profissões jurídicas, enquanto verdadeiros operadores do direito na busca da aplicação da justiça.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística das profissões jurídicas e de seu papel de pacificador social na estrutura judiciária atual e extrajudicial.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das diversas profissões, inclusive as relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ética e Direito.

– Significado do tema.

– Direito e justiça.

2. Ética profissional.

– Conceito de profissão sobre o enfoque moral.

– Princípios fundamentais e gerais da deontologia (dever ser) forense.

– A ética na visão das instituições judiciárias.

– Os códigos, regulamentos ou normas éticas nas Instituições Judiciárias.

– O Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil: regras fundamentais; nas relações com os clientes; sigilo profissional.

3. Instituições Judiciárias: noções básicas e conceituais sobre o tema.

4. Do Poder Judiciário.

– Composição: Estrutura e Órgãos do Poder Judiciário.

– Justiça Estadual Comum.

– Justiça Federal Comum.

– Justiça do Trabalho.

– Justiça Eleitoral.

– Justiça Militar.

– Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

– Magistratura: acesso, ingresso, promoção e desenvolvimento da carreira; garantias e vedações constitucionais; controle externo; dos auxiliares da justiça.

5. Da Polícia Judiciária.

– Polícia Federal.

– Polícias Civis e Militares.

– Polícia Administrativa ou de Repressão.

– Polícia Judiciária.

6. Das Funções Essenciais à Justiça.

a) Do Ministério Público:

– Origem;

– Acesso: ingresso e promoção dentro da carreira do Ministério Público;

– Atribuições do Ministério Público;

– Garantias constitucionais;

– Vedações constitucionais;

– Controle externo do Ministério Público.

b) Do Advogado:

– Origens da profissão;

– Função do advogado;

– Requisitos para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

– Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da profissão;

– Atividades privativas do advogado;

– Prerrogativas do advogado;

– Sociedade de advogados;

– Advogado empregado;

– Honorários advocatícios;

– Deveres do advogado, as consequentes infrações e respectivas sanções disciplinares;

– Sigilo profissional;

– Publicidade;

– Responsabilidade civil do advogado;

– A Ordem dos Advogados do Brasil.

c) Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados.

d) Defensoria Pública.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

GONZAGA, Álvaro Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da OAB.** Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

WEBER, Thadeu. **Ética e filosofia do Direito**. Petrópolis: Vozes, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito**: uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

ALMEIDA, Guilherme de. **Ética e Direito**: uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas, 2009. MINHA BIBLIOTECA

GOLDBERG, Jacob Pinheiro. **O Direito no divã**: ética da emoção. São Paulo: Almedina, 2022. MINHA BIBLIOTECA

NODARI, Paulo César; GONZÁLEZ, David Mendieta. **Sobre ética, política e direito**. Caxias do Sul: Educs, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

SANCHEZ, Alessandro. **Ética profissional e filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Método, 2017 MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 1º Semestre
DISCIPLINA: Psicologia Jurídica
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Psicologia jurídica: definição, objetivo, área de atuação, relação com outras áreas da psicologia e com outras ciências e profissões. O aporte psicológico para a elaboração de leis. As relações intersubjetivas entre o indivíduo, a família e a lei. Psicologia criminal. Motivações psicológicas para o ato delituoso. Representação psicológica do ato delituoso e das penas. Análise das tentativas de tratamento e de reinserção social do sujeito infrator. Psicologia penitenciária e judicial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Transmitir aos alunos as noções introdutórias sobre a Psicologia e prepará-los para terem um conhecimento teórico e prático que implique numa percepção interdisciplinar entre as questões psicológicas e a dogmática jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conceituar a Psicologia e sua intercomunicação com o Direito.

Proporcionar uma visão geral da Psicologia, desde a sua importância no escritório do futuro advogado ao tribunal, nas relações dos juízes e dos promotores com seus interlocutores e nas relações humanas dos profissionais do Direito.

Informar o aluno para que ele saiba discutir e analisar a prática da psicologia jurídica no Brasil em suas diversas áreas: nos sistema de justiça (penal, cível, família e sucessões e infância e juventude); no sistema prisional (prisões, hospital de custódia, acompanhamento aos egressos); nos serviços e programas de atendimento à criança, ao adolescente e à família (conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, FEBEM, abrigos temporários, famílias de apoio).

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da psicologia jurídica, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito (direito de família, direito da criança e do adolescente, direito penal e processual penal e direito previdenciário), ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à psicologia jurídica. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a psicologia jurídica.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da psicologia jurídica.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações familiares, as relações pessoais e matrimoniais entre os cônjuges, as relações de parentesco, as questões infanto-juvenis, inclusive, as relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito e importância da Psicologia para os estudantes e os profissionais do Direito.

– Escolas psicológicas. A psicologia com calcanhar de Aquiles da medicina, as questões do superego e o direito.

2. Psicologia jurídica no Brasil.

– Informar, discutir e analisar a prática da Psicologia Jurídica no Brasil em suas diversas áreas: sistemas de justiça (penal, cível, família e sucessões e infância e juventude); sistema prisional (prisões, hospital de custódia, acompanhamento aos egressos); serviços e programas de atendimento à criança, ao adolescente e à família (conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, FEBEM, abrigos temporários, famílias de apoio).

– Dilemas éticos da psicologia preditiva.

– Desafios da psicologia criminal.

3. Novos paradigmas para a psicologia.

– Aspectos psicológicos de menores infratores.

– Direito de nascer.

– Psicologia e lei. Critérios sócio legais na tomada de decisões judiciais.

– O prazer do censor.

– A prevenção dos maus tratos infantis.

– Aspectos psicológicos do fenômeno da violência na rede familiar.

– Psicologia e tribunal do júri.

– Atuação dos advogados em procedimentos matrimoniais.

– Os direitos da vítima.

– A entrevista com os clientes, uma abordagem psicológica.

– A psicologia E a prisão.

4. as práticas psicológicas e a justiça.

– Psicologia e o direito da infância e juventude.

– Psicologia e o direito de família.

– Análise institucional.

– Psicanálise e direito.

– Observação e prática institucional.

5. Formação de vínculos e o desenvolvimento humano. A família e a escola na prevenção e educação do cuidar do aparelho feito para pensar.

6. O direito também como profissão do cuidar, escutando os clientes através de uma concepção psicossomática. Da psicologia comportamental à psicanálise (noções). A Programação Neurolinguística (PNL).

7. A interface entre a psicologia da família e direito de família.

- Corpo anatômico e corpo vivido.

– Merleau-Ponty-Ponty-Ponty e a fenomenologia da percepção.

– A estrutura do comportamento.

– Tutela jurídica à saúde da mente.

– Noções do modelo mental proposto por Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Bion, Skinner, Rogers, Moreno.

– Uma conceituação de saúde mental como valor agregado à abordagem psicológica.

– A importância do cuidar da saúde mental percebida pelo estudante de direito.

– Autonomia da vontade do portador de doença mental.

– Problemas do tratamento psiquiátrico involuntário,

– Direito à integridade psíquica e física do acusado e do condenado: corpo de delito, uma revisitação.

– Problemas psicológicos do enfermo com AIDS e o direito.

- Sigmund Freud: impulsos, impulsos associativos.

– A sociedade E o direito.

– Elementos do direito e os direitos subjetivos.

– Direitos humanos. Direitos sexuais.

– O neurótico e a lei.

– Sociedade enferma ou defeito socialmente modelado.

- Direito: conflitos mentais e mecanismos de defesa.

– Empatia, introjeção, incorporação, formação reativa, compensação, racionalização, substituição, deslocamento, restituição, motivos de projeção, delírios e projeção, ideias e referências, simbolização, fixação, regressão, dissociação, personalidade dupla ou múltipla, sonambulismo, escrita automática, fuga, resistência, negação, sublimação.

– Dos processos defensivos do ego: defesas do caráter, perfeccionismo, fantasia, sonhos.

– A doutrina criminal psicanalítica: crimes culposos, crimes dolosos.

– O crime e a pré-genitalidade: o crime oral, o crime anal, o crime fálico.

– A delinquência neurótica. O delinquente psicótico. A delinquência essencial.

– Freud: a lei e a justiça.

- Síndrome da alienação parenteral.

- Adoecer na classe trabalhadora.

– Introdução, questões psicológicas do trabalho. Infortúnios do trabalho.

– A psicologia do trabalho. Questões interdisciplinares.

- Psicologia social.

– Preconceito, estereótipos E discriminação.

– Comportamento antissocial: agressão.

– Comportamento pró-social: o altruísmo.

– Justiça nas relações sociais.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia Jurídica**. Barueri: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GALLO, Ana Carolina. **Psicologia jurídica**: entre a psicologia e o direito. Rio de Janeiro: Forense, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2023. MINHA BIBLIOTECA

HUSS, Matthew T. **Psicologia Forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. MINHA BIBLIOTECA

MYERS, David G. **Psicologia**. São Paulo: SAGAH, 2023. MINHA BIBLIOTECA

SERAFIM, Antônio de Pádua. **Psicologia e práticas forenses**. Barueri: Manole, 2019. MINHA BIBLIOTECA

SERAFIM, Antônio Pádua; SAFFI, Fabiana. **Neuropsicologia Forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2015. MINHA BIBLIOTECA

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; LAGO, Vivian De Medeiros. **A psicologia jurídica e as suas interfaces:** um panorama atual. Santa Maria: UFSM, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

WEITEN, Wayne. **Introdução à Psicologia**: temas e variações. São Paulo: Cengage Learning, 2017. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 1º Semestre
DISCIPLINA: Filosofia
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Pequeno resumo da história da filosofia. Filosofia antiga. Renascimento. Teoria do conhecimento. Pensadores dos séculos XIX e XX. Direito como objeto da filosofia. Ciência do direito. Filosofia do direito e filosofia e o direito contemporâneo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Transmitir aos alunos as noções introdutórias: objeto e divisão da Filosofia do Direito, e estimular a reflexão crítica sobre os fundamentos da ordem jurídica contemporânea, pelo domínio dos conceitos básicos da Filosofia.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as principais escolas filosóficas, situando a filosofia do direito no âmbito da filosofia geral.

Analisar as diferentes concepções filosóficas sobre o fenômeno jurídico e suas conexões históricas.

Desenvolver uma reflexão crítica sobre a relação entre filosofia do direito e dogmática jurídica, a partir das noções de justiça, ética e conhecimento.

Situar os alunos nas discussões contemporâneas da filosofia do direito, examinando as suas principais tendências.

Trabalhar as habilidades atinentes à reflexão filosófica, em especial o raciocínio lógico, a capacidade de argumentação e o senso crítico.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da filosofia, sua história e seus pensadores.
2. Assimilar a filosofia e as escolas filosóficas como base para a compreensão do direito contemporâneo.

3. Propiciar o estudo das escolas filosóficas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
4. Conhecer o pensamento crítico e a filosofia para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente.
5. Propiciar-lhe conhecimento da filosofia do direito como epistemologia jurídica, relacionando esse conhecimento com as áreas da ciência jurídica.
6. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios examinados.
8. Propiciar-lhe a captação das expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Resumo da história da filosofia.

2. Mito, religião, filosofia, senso comum e pensamento científico.

3. Filosofia antiga.

-- Grécia: Sócrates, Platão e Aristóteles.

-- Roma.

-- Cícero.

-- Idade Média.

-- S. Agostinho.

-- S. Tomás de Aquino.

- Renascimento.
    - Teoria do conhecimento.
    - Empirismo.
    - Racionalismo.
    - Direito e Moral.
    - Pensadores dos séculos XIX e XX.
    - Filosofia e pensamento filosófico.

-- Natureza e essência do pensamento filosófico.

-- Nascimento da filosofia.

-- Escolas filosóficas.

-- Filosofia do direito no contexto do pensamento filosófico.

- Do pensamento clássico ao pensamento crítico em filosofia do direito.

-- A tradição jusnaturalista.

-- As teorias juspositivistas.

-- As teorias críticas.

-- As teorias sistêmicas e a ideia de complexidade.

- Tendências contemporâneas da filosofia do direito.

-- Filosofia do direito como epistemologia jurídica.

-- Filosofia do direito como ética.

-- Filosofia do direito como teoria da justiça.

-- Perspectivas para a filosofia do direito no século XXI.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

FERNANDES, Alexandre Cortez; LUCAS, João Ignacio Pires. **Escritos sobre filosofia do direito**. Caxias do Sul: Educs, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, Renee do Ó (coord.); ASSUNÇÃO, Leandro Garcia Algarte. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Método, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

ALVES, Marco Túlio Elias. **Primeiros passos para entender a filosofia do direito**. São Paulo: Dialética, 2024. **BIBLIOTECA VIRTUAL**

BITTAR, Eduardo Carlos B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito.** São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 2014. MINHA BIBLIOTECA

JHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Forense, 2017 MINHA BIBLIOTECA

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes. São Paulo: Saraiva, 2008. MINHA BIBLIOTECA

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

WEBER, Thadeu. **Ética e filosofia do Direito**. Petrópolis: Vozes, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 1º Semestre
DISCIPLINA: Economia
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Economia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução do pensamento econômico. O conceito de economia e o funcionamento do mercado. Relações entre economia e direito. O estudo da atividade econômica nacional. Desenvolvimento e crescimento econômico. Economia internacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar, ao aluno do Curso de Direito, noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos alunos o domínio do conteúdo de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão das noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito. Aplicação de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País. Entendimento do funcionamento do mercado, assim como os fundamentos jurídicos do mercado. Assimilação das estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência. Entendimento da relação entre o setor público na economia. Compreensão da

importância da economia Internacional e a globalização como fenômeno multidimensional.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes da economia.

- A evolução do pensamento econômico.

- O conceito de economia e o funcionamento do mercado.

– A lei da escassez e as necessidades humanas.

– Oferta x procura, preços e equilíbrio de mercado.

– Fatores de produção, produção e custos de produção.

- Economia e direito.

– Fundamentos jurídicos do mercado.

– Estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência.

– A relação entre fornecedores e consumidores e o Código de Defesa do Consumidor.

– Produção e recursos naturais: a legislação de proteção ao meio ambiente.

- A atividade econômica nacional.

– Conceitos básicos: PIB, renda, investimento.

– A distribuição da renda nacional.

– Objetivos e instrumentos de política econômica: política fiscal, política monetária, política cambial.

– O setor público na economia.

- O desenvolvimento e o crescimento econômico.

- Economia Internacional.

– Comércio internacional.

– O balanço de pagamentos.

– O papel das instituições multilaterais: FMI, Banco Mundial, OMC.

– A globalização como fenômeno multidimensional.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões. Apresentação, análise e discussão de artigos e material divulgado pela imprensa, conceitos teóricos com referência aos problemas econômicos atuais. Comentários e breves análises sobre assuntos econômicos da atualidade, incluindo discussões sobre os planos econômicos implantados na história recente do País, procurando demonstrar o emprego dos instrumentos econômicos.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Barueri: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA
VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia**: micro e macro. Barueri: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA
VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Rnriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: SaraivaUni, 2023. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Eduardo do Nascimento; GUIMARÃES, Bernardo. **Introdução à economia.** São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA
HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 2017. MINHA BIBLIOTECA
MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo. Editora Cengage, 2020. MINHA BIBLIOTECA
MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2009. BIBLIOTECA VIRTUAL
PINHO, Diva Benavides; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. de; TONETO JÚNIOR, Rudnei (orgs). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA
ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2016. MINHA BIBLIOTECA

SAMUELSON, Paul A. **Economia**. São Paulo: AMGH, 2012. MINHA BIBLIOTECA
SILVA, Daniele Fernandes da; SILVA, Rosangela Aparecida da. **Fundamentos de economia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA
SINGER, Paul. Aprender **Economia**. São Paulo: Contexto, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)

NÃO UTILIZA BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal

ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 1º semestre
DISCIPLINA: Interpretação e Produção de Textos – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Leitura, interpretação e conhecimento. Temas da atualidade. Diferentes linguagens. Estilos e gêneros discursivos. Qualidade do texto. Produção de texto.

II – OBJETIVOS GERAIS

ampliar o universo cultural e expressivo do aluno;
trabalhar e analisar textos orais e escritos sobre assuntos da atualidade;
produzir na linguagem oral e escrita textos diversos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término do curso, o aluno deverá:
valorizar a leitura como fonte de conhecimento e prazer;
aprimorar as habilidades de percepção das linguagens envolvidas na leitura;
ler e analisar diversos estilos e gêneros discursivos com senso crítico;
identificar as idéias centrais do texto;
ampliar seu vocabulário ativo;
expressar-se com coerência, concisão e clareza, visando à eficácia da comunicação.

IV – COMPETÊNCIAS

reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;

conhecimento específico da estrutura gramatical e semântica, variedades linguísticas e culturais da língua portuguesa e da língua estrangeira;

consciência de como o professor, de língua portuguesa e de língua estrangeira, explora a gramática do texto em detrimento da gramática da frase;

domínio do padrão culto da língua materna e da língua estrangeira, mas também a capacidade de identificação e de uso das variedades da língua portuguesa e da língua estrangeira, em diferentes contextos;

o uso da linguagem verbal nas modalidades oral e escrita por meio de expressão, comunicação e informação.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

conscientização da importância da leitura como fonte de conhecimento e participação na sociedade;
as diferentes linguagens: verbal, não verbal; formal e informal;
noções de texto: unidade de sentido;
textos orais e escritos;
estilos e gêneros discursivos: jornalístico, científico, técnico, literário, publicitário entre outros;
interpretação de textos diversos e de assuntos da atualidade;
Qualidades do texto: coerência, coesão, clareza, concisão e correção gramatical;
complemento gramatical;
produção de textos diversos.
Prática como componente curricular;
Produção de textos, nos seus mais variados gêneros contemplando as linguagens verbal e não verbal; formal e informal;
Os textos devem ser desenvolvidos à luz da concepção da leitura como trabalho social.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **Língua Portuguesa**: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

MARTINO, Agnaldo. **Português esquematizado**: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. São Paulo: Saraiva, 2023.MINHA BIBLIOTECA

MASIP, Vicente. **Interpretação de textos**: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo: E.P.U., 2001. MINHA BIBLIOTECA

MOYSÉS, Carlos Alberto. **Língua Portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2016.MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CASTRO, Claudio de Moura. **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson, 2011. BIBLIOTECA VIRTUAL

FERNANDES, Alessandra Coutinho; PAULA, Anna Beatriz da Silveira. **Compreensão e produção de textos em língua materna e língua estrangeira**. Curitiba: InterSaberes, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

MASIP, Vicente. **Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação.** Rio de Janeiro: LTC, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MEDEIROS, João Bosco. Português Forense: **Língua Portuguesa para Curso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2018. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: Direitos Humanos
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Teoria dos direitos humanos fundamentais. Os direitos de defesa e os direitos prestacionais. A efetividade dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: os diretos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos de nacionalidade e cidadania. As garantias processuais dos direitos fundamentais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos. Compreender os mecanismos de proteção aos direitos humanos nos planos interno e internacional.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias,

administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, dos Direitos Humanos, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação aos direitos humanos, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridos.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com os direitos humanos, incluindo sua proteção internacional no sistema universal e regional.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística dos direitos humanos enquanto direitos fundamentais do cidadão e sua previsão constitucional.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos direitos humanos e sua previsão constitucional, a efetividade dos direitos humanos, sobretudo, dos direitos sociais, a proteção da vida, da liberdade, da igualdade e da propriedade. Os pressupostos dos direitos políticos e o estado democrático de direito.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria dos direitos humanos fundamentais:

Caracterização, conceito, natureza e universalidade dos direitos humanos fundamentais.

As dimensões dos direitos humanos fundamentais.

2. A internacionalização dos direitos humanos fundamentais:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos.

3. Direitos fundamentais e a Constituição de 1988 - a posição e o significado dos direitos fundamentais:

Os direitos de defesa e os direitos prestacionais.

A efetividade dos direitos fundamentais.

Diretos e deveres individuais e coletivos.

Do direito à vida e outros âmbitos existenciais.

Dos direitos de liberdade.

Dos direitos de igualdade.

Dos direitos de propriedade.

Direitos políticos.

Direitos sociais.

Direitos econômicos.

Direitos de nacionalidade e cidadania.

4. As Garantias Processuais dos Direitos Fundamentais.

5. Direitos humanos:

Direito humanitário

Proteção constitucional

6. Proteção Internacional dos Direitos Humanos

Carta das Nações Unidas.

Convenção de Viena.

Tratados Internacionais.

7. Órgãos e Tribunais Internacionais

ONU

Corte Interamericana

Corte Europeia.

Tribunal Penal Internacional

8. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

MAZZOULI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Método, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2025.MINHA BIBLIOTECA

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: SaraivaJur, 2025.MINHA BIBLIOTECA

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2023.MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

IKEDA, Cátedra Daisaki. **Direitos humanos**. Rio de Janeiro: Processo, 2024.BIBLIOTECA VIRTUAL

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direitos humanos**: da construção histórica aos dias atuais. Rio de Janeiro: Processo, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: Teoria Geral do Crime
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Conceito, teorias e correntes sobre o crime. Aplicação da lei penal. Anterioridade da lei. Lei penal no tempo. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime. Territorialidade. Lugar do crime. Extraterritorialidade. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia de sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Teoria geral do crime. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado. Tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Síntese Histórica do Pensamento Jurídico-Penal.
1.1. Tempos Primitivos.
1.2. Direito Penal Romano, Germânico, Canônico, Comum.
1.3. Escolas Penais: Clássica, Positiva, Técnico-Jurídica.
2. Evolução Histórica do Direito Penal Brasileiro: Períodos Colonial, Imperial, Republicanos.
3. Direito Penal no Estado Democrático de Direito.
3.1. Conceito, Teorias e Correntes sobre o Crime.
3.2. Os Princípios Limitadores do Poder Punitivo.
4. Fontes do Direito Penal.
5. Interpretação da Lei Penal.
6. Analogia no Direito Penal.
7. Aplicação da Lei Penal.
7.1. Princípios Constitucionais do Direito Penal.
7.2. Outros Princípios Fundamentais do Direito Penal.

7.3. Anterioridade da Lei Penal.
7.4. A Lei Penal no Tempo e sua Eficácia.
7.4.1. Irretroatividade.
7.4.2. Retroatividade.
7.4.3. Extratividade.
7.4.4. Lei Penal em Branco.
7.4.5. Tempo do Crime.
7.5. Leis Penais Temporárias e Excepcionais.
7.6. A Lei Penal no Espaço e sua Eficácia.
7.6.1. Territorialidade.
7.6.2. Extraterritorialidade.
7.6.3. Imunidades.
7.6.4. Extradição, Deportação e Expulsão.
7.6.5. Lugar do Crime.
7.8. Disposições Finais do Título I do Código Penal.
7.9. Conflito Aparente de Normas.
8. Teoria Geral do Crime.
8.1. Conceito de Crime.
8.2. Análise e Caracteres do Crime sob o Aspecto Analítico.
8.3. Sujeitos do Crime.
8.4. Objeto do Crime.
8.5. Classificação das Infrações Penais.
8.6. Elementos do Crime: Ação (Dolo e Culpa), Omissão, Nexo Causal e Resultado.
9. Conduta.
9.1. Conceito.
9.2. Teorias Clássica, Finalista e Social.
9.3. Elementos: Vontade, Finalidade, Exterioridade, Consciência.
9.4. Formas: Comissiva, Omissiva, Comissiva-Omissiva.
9.5. Elemento Subjetivo: Dolo, Culpa, Preterdolo.
9.6. Sujeitos: Ativo e Passivo; a Questão da Pessoa Jurídica.
10. Nexo Causal.
10.1. Conceito.
10.2. O Dever de Agir.
10.3. Superveniência Causal: Absoluta e Relativa Independentes. Preexistentes, Concomitantes, Supervenientes.
10.4. Caso Fortuito e Força Maior.
10.5. Imputação Objetiva.
11. Resultado.
11.1. Conceito.
11.2. Espécies.
11.3. Teorias.
12. Erro de Tipo e Erro de Proibição.
13. Discriminantes Putativas.
14. Iter Criminis.
14.1. Tentativa.
14. 2. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.
14.3. Arrependimento Posterior.
14.4. Crime Impossível.

15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1.MINHA BIBLIOTECA

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal**: parte geral (Arts. 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral (dos artigos 1 ao 120). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1.MINHA BIBLIOTECA

TORTATO, Carla Juliana. **Crimes em espécie**. Curitiba: InterSaberes, 2021.BIBLIOTECA VIRTUAL

VENERAL, Cristina; FERREIRA, Elizete Aparecida Borges. **Elementos do direito penal**. Curitiba: InterSaberes, 2020.BIBLIOTECA VIRTUAL

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 155 a 212) - Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral (artigos 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1.MINHA BIBLIOTECA

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

LIMA, Renato Sérgio. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

RAIZMAN, Daniel. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2019. MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*

2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)

(...)

4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Civil
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Codificação. Teoria da unificação do direito privado. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Ausência. Curadoria. Sucessão. Pessoas jurídicas. Associações. Fundações. Domicílio. Bens.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Formar o alicerce para o estudo do Direito Civil, com a análise dos conceitos basilares (direito positivo e direito natural; direito objetivo e direito subjetivo; direito público e direito privado; etc.), da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e dos Livros I e II do Código Civil, que tratam, respectivamente, das pessoas e dos bens.
2. Saber identificar a importância da Parte Geral do Código Civil para o desenvolvimento do estudo dos demais Livros dessa codificação.
3. Propiciar-lhe conhecimento sobre pessoas físicas e jurídicas, direitos da personalidade, personalidade civil, ausentes, domicílio, classificação de bens e sua importância para a prática jurídica.
4. Relacionar cada conceito com a sua aplicação na parte contratual, no direito das obrigações, no direito das coisas, no direito de família e no direito das sucessões.
5. Entender a constante evolução das leis e de sua interpretação doutrinária e jurisprudencial, no que tange às pessoas, como ocorre com a aplicação efetiva do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e aos bens.
6. Fazê-lo refletir sobre a importância pública do Direito Civil, sub-ramo do direito privado que apresenta em muitos casos normas cogentes, de interesse público, que não aceitam disposição em sentido contrário.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos, relacionando essa disciplina com outras áreas do direito.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Bimestre

1. Noções Introdutórias ao Direito Civil.
1.1. Conceito de Direito.
1.2. Direito Objetivo e Subjetivo.
1.3. Direito Público e Direito Privado.
1.4. Conceito de Direito Civil.
1.5. Importância do Direito Civil.
1.6. Utilidade da Codificação.
1.7. Objeto e Divisão.
1.8. Princípios do Direito Civil.
1.9. Relação do Direito Civil com os Demais Ramos do Direito.
2. História da Codificação Civil Brasileira.
2.1. O Código de 1916.
2.2. O Código Civil de 2002.

3. **Considerações sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.**

3.1. Vacância.

3.2. Revogação da lei.

3.3. A presunção do art. 3º da **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.**

3.4. Integração e lacunas da lei. Analogia, costumes e princípios gerais de direito.

3.5. Interpretação da lei.

3.6. A lei no tempo – a questão da retroatividade.

3.7. A eficácia da lei no espaço.

4. Pessoas Naturais.
4.1. A Pessoa.
4.2. Personalidade e Capacidade.
4.3. Momento da Aquisição da Personalidade: a Questão do Nascituro.
5. Incapacidades.
5.1. Capacidade de Direito e de Fato.
5.2. Incapacidade Absoluta.
5.3. Incapacidade Relativa.
5.4. Suprimento da Incapacidade.
5.5. Cessação da Incapacidade.
6. Fim da Personalidade.
6.1. A Morte como Causa de Extinção da Personalidade.
6.2. Morte Civil.
6.3. Comoriência.
7. Registro Público.
7.1. Conceito.
7.2. Atos Registráveis.
7.3. Atos Sujeitos à Averbação.
8. Direitos da Personalidade.
8.1. Conceito.
8.2. Características.
8.3. Proteção aos Direitos da Personalidade.
8.4. Classificação.
8.5. Direito à Integridade Física.
8.6. Tratamento Médico.
8.7. Proteção à Palavra e à Imagem.
8.8. Proteção à Vida Privada.
8.9. Direito ao Nome.
9. Ausência.
9.1. Conceito.
9.2. Curadoria.

9.3. Sucessão Provisória.
9.4. Sucessão Definitiva.
9.5. Dissolução do Casamento do Ausente.
10. Pessoa Jurídica.
10.1. Conceito.
10.2. Histórico.
10.3. Denominação.
10.4. Natureza Jurídica.
10.5. Classificação.
10.6. Constituição da Pessoa Jurídica.
10.7. Grupos Despersonalizados.
10.8. Administração.
10.9. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
10.10. Responsabilidade da Pessoa Jurídica.
10.11. Alteração e Extinção.
11. Associações.
11.1. Conceito.
11.2. Estatuto.
11.3. Associados.
11.4. Assembleia Geral.
11.5. Dissolução.
12. Fundação.
12.1. Conceito.
12.2. Constituição.
12.3. Estatuto.
12.4. Atuação do Ministério Público.
12.5. Extinção.
13. Domicílio.
13.1. Conceito.
13.2. Importância do Domicílio.
13.3. Elementos.
13.4. Espécies.
13.5. Pluralidade de Domicílios.
13.6. Mudança de Domicílio.
13.7. O Domicílio das Pessoas Jurídicas.
14. Bens.
14.1. Conceito.
14.2. Classificação.
14.3. Patrimônio.
15. Bens Considerados em Si Mesmos.
15.1. Classificações do Código.
15.2. Bens Imóveis.
15.3. Móveis.
15.4. Bens Fungíveis e Infungíveis.
15.5. Bens Consumíveis e Não Consumíveis.
15.6. Bens Divisíveis e Indivisíveis.
15.7. Bens Singulares e Coletivos.
15.8. Bens Corpóreos e Incorpóreos.
16. Bens Considerados uns em Relação aos Outros.

16.1. Bens Principais ou Acessórios.
16.2. Pertenças.
16.3. Frutos e Produtos.
16.4. Benfeitorias.
16.5. Acessões.
17. Bens em Relação ao Titular do Domínio.
17.1. Conceito.
17.2. Classificação.
17.3. Inalienabilidade.
18. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Parte Geral. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. MINHA BIBLIOTECA

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Introdução ao direito civil**: teoria geral de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 1). MINHA BIBLIOTECA

TEPEDINO, Gustavo. **Teoria geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Fundamentos do Direito Civil; Vol. 1.). MINHA BIBLIOTECA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e

utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: Comunicação e Expressão – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Esta disciplina trata de texto e contexto, com ênfase direcionada aos sistemas de conhecimento e ao processamento textual, bem como da intertextualidade, das informações implícitas dos textos e da alteração de sentido das palavras. Trata, ainda, da argumentação, com enfoque para os tipos de argumentos e sua aplicação no artigo de opinião e na resenha.

II – OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para a ampliação dos conhecimentos e vivências de comunicação e de novas leituras do mundo, por meio da relação texto/contexto, propiciando a compreensão e valorização das linguagens utilizadas nas sociedades atuais e de seu papel na produção de conhecimento.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término do curso, o aluno deverá:

- Saber utilizar o pensamento analítico e crítico, estabelecendo associações e correlações de conhecimentos e experiências por meio do estudo da linguagem.
- Saber usar diferentes argumentos em situações reais de comunicação.
- Saber produzir artigos de opinião e resenhas, apresentando argumentos que legitimem o ponto de vista assumido no texto.

IV – COMPETÊNCIAS

reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;

conhecimento específico da estrutura gramatical e semântica, variedades linguísticas e culturais da língua portuguesa e da língua inglesa;

desenvolvimento das competências de leitura, escritura e produção oral em língua estrangeira;

consciência de como o professor e o tradutor, de língua portuguesa e estrangeira, explora a gramática do texto em detrimento da gramática da frase;

domínio do padrão culto da língua materna e da língua estrangeira, mas também a capacidade de identificação e de uso das variedades da língua portuguesa e estrangeira, em diferentes contextos;

o uso da linguagem verbal nas modalidades oral e escrita por meio de expressão, comunicação e informação.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Texto e contexto: conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo, conhecimento interacional;
- Texto e contexto, contextualização na escrita;
- Intertextualidade;
- As informações implícitas (pressuposto e subentendido);
- As condições de produção do texto: sujeito (autor/leitor), o contexto (imediato/histórico) e o sentido (interação/interpretação);
- Alteração no sentido das palavras: a metáfora e a metonímia;
- Os procedimentos argumentativos em um texto
- O artigo de opinião e o texto crítico (resenha), enquanto gêneros discursivos.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **Língua Portuguesa**: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

LÉON, Cleide Bacil de. **Comunicação e expressão**. Curitiba: InterSaberes, 2013.BIBLIOTECA VIRTUAL

MOYSÉS, Carlos Alberto. **Língua Portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2016. MINHA BIBLIOTECA

SANGALETTI, Leticia. **Comunicação e expressão**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CAVALCANTE, Mônica Magalhaes. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.BIBLIOTECA VIRTUAL

FAULSTICH, Enilde Leite de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. São Paulo: Vozes, 2014.BIBLIOTECA VIRTUAL

FERNANDES, Alessandra Coutinho; PAULA, Anna Beatriz da Silveira. **Compreensão e produção de textos em língua materna e língua estrangeira**. Curitiba: InterSaberes, 2012.BIBLIOTECA VIRTUAL

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

MASIP, Vicente. **Interpretação de textos**: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo: E.P.U., 2001. MINHA BIBLIOTECA

NADÓLSKIS, Hêndricas. **Comunicação redacional atualizada**. São Paulo: Saraiva, 2011.MINHA BIBLIOTECA

PUPPI, Alberto Ireneu. **Comunicação e semiótica**. Curitiba: InterSaberes, 2012.BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: História do Direito
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

História do direito no mundo ocidental. O direito na Antiguidade. O direito na Grécia. Roma e a República. O direito na Idade Média. O direito germânico. O direito canônico. A recepção do direito romano. O direito na Idade Moderna. Iluminismo e a democracia moderna. História do direito brasileiro. O direito luso-brasileiro no período colonial. O direito brasileiro no Império. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do século XIX.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância da História do Direito a fim de proporcionar aos alunos os instrumentos teóricos necessários para uma releitura desmistificadora das instituições jurídicas brasileiras.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Examinar a problemática das instituições jurídicas ocidentais a partir de suas raízes históricas geradas pelo legado cultural greco-romano cristão.

Discutir criticamente a historicidade das instituições jurídicas no Brasil sob os aspectos social, ético, cultural e político.

Compreender o sistema normativo através de sua evolução histórica.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da Evolução Histórica do Direito e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à evolução histórica do direito, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a evolução histórica do direito e a correlação com o direito atual.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da evolução dos direitos, sobretudo, os direitos humanos.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre o homem e o direito e sua evolução cultural e jurídica, analisando as principais legislações que inspiraram o direito atual e a conquista dos direitos fundamentais na história.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O homem e a formação do Direito. Evolução cultural.

2. O mundo grego ou Grécia antiga.

3. Sócrates e Platão.

4. Aristóteles.

5. Direito Romano. Noção do conceito de direito. A Lei das XII Tábuas.

6. Justiniano e o *Corpus Iuris Civilis*.

7. Idade Média. A Patrística e Sto. Agostinho. A Escolástica e Sto. Tomás de Aquino.

8. O Direito inglês: *common law*.

9. O pensamento político de Hobbes

10. O iluminismo.

11. A independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

12. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

13. História do direito brasileiro no período colonial e no Império.

14. A independência do Brasil.

15. Evolução Histórica das Constituições Brasileiras.

16. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do século XIX.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

CICCO, Cláudio de. **História do Direito e do Pensamento Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2023. MINHA BIBLIOTECA

DUARTE, César Maximiano. **História do direito**: ascensão e degeneração do pensamento jurídico. Curitiba: Appris, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do direito**. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALVES, José Carlos Moreira. **O direito romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.MINHA BIBLIOTECA

ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009. BIBLIOTECA VIRTUAL

BITTAR, Eduardo Carlos B. **História do Direito Brasileiro**: leituras da ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

GRIVOT, Débora Cristina Holenbach. **História do Direito**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. MINHA BIBLIOTECA

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de História do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. MINHA BIBLIOTECA

MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de História do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **Constitucionalismo e história do direito**. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: Linguagem e Comunicação Jurídica
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Esta disciplina visa trabalhar a argumentação como recurso persuasivo. Oferece ênfase ao estudo da expressão oral e escrita propriamente em âmbito jurídico, contribuindo com a capacidade de argumentação por meio de comunicação eficaz.

II – OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o aprimoramento de habilidades de comunicação – oral e escrita – propiciando a compreensão e valorização da linguagem, especificamente, do discurso jurídico. Colaborar com a formação do profissional de forma a atender as exigências sociais da esfera jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Habilitar o aluno à leitura, interpretação e sínteses de textos jurídicos; Capacitar o alunos a elaborar textos coerentes e lógicos com eficácia argumentativa; Utilizar, adequadamente, o vocabulário e expressões jurídicas.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Assimilar as técnicas de interpretação e do recurso persuasivo.
2. Estudar a expressão oral e escrita para uso prático nas diversas carreiras jurídicas.
3. Propiciar-lhe a busca da comunicação eficaz, com clareza, objetividade e uso correto das expressões jurídicas.
4. Conscientizar o aluno da importância da leitura para o aprimoramento da interpretação e da escrita, instrumentos de trabalho em qualquer carreira jurídica.
5. Estimular o exercício da argumentação através do estudo das técnicas e da prática da leitura e da redação de textos.
6. Tratar de retórica e de oratória com destaque para a sua importância no âmbito do direito.
7. Aplicar as técnicas e conhecimentos assimilados na disciplina para uso prático no discurso jurídico, com atuação respeitosa e cooperativa, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Características do texto argumentativo em âmbito jurídico;

2. Teses argumentativas: principais e secundárias;

3. Auditório: particular e universal;

4. Lugares da Argumentação: ordem, pessoa, existente, quantidade, qualidade e essência.

5. Hierarquia de valores;

6. Retórica e Oratória;

7. Argumentação jurídica: os diferentes tipos de argumentos;

8. A aplicação da lógica no discurso jurídico.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Linguagem jurídica**: semiótica, discurso e Direito. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo: ExpressaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antônio. **Linguagem jurídica e argumentação**: teoria e prática. Barueri: Atlas, 2021.MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALVES, Alaôr Caffé. **Dialética e Direito**: linguagem, sentido e realidade: fundamentos a uma teoria crítica da interpretação do direito. Barueri: Manole, 2010. MINHA BIBLIOTECA

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Lógica, comunicação e argumentação jurídica.** Curitiba: InterSaberes, 2021.BIBLIOTECA VIRTUAL

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Argumentação jurídica**. Barueri: Manole, 2016. MINHA BIBLIOTECA

HENRIQUES, Antônio. **Prática da linguagem jurídica**: solução de dificuldades, expressões latinas. São Paulo: Atlas, 2010. MINHA BIBLIOTECA

MEDEIROS, João Bosco. Português Forense: **Língua Portuguesa para Curso de Direito.** São Paulo: Atlas, 2018. MINHA BIBLIOTECA

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2010. MINHA BIBLIOTECA

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 2º semestre
DISCIPLINA: Ciência Política
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Ciência política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. Origem da sociedade. Conceito de Estado. Soberania. Território. Povo. Finalidades e funções do Estado. Personalidade jurídica do Estado. Estado e democracia. Democracia direta e semidireta. Democracia representativa. Sistemas eleitorais e sistemas partidários. O Estado de Direito. O Estado Social de Direito. O Estado Democrático de Direito.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão de conhecimentos sobre autores e conceitos básicos da Ciência Política que funcionem como referencial teórico ao entendimento das relações políticas que permeiam a sociedade onde o Direito se insere, assim como contribuam para a uma visão crítica dessas relações.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Debater sobre as principais correntes de pensamento político ocidental e sua influência sobre a formação das instituições políticas contemporâneas

Analisar a Teoria do Estado à luz do pensamento político clássico da Idade Moderna e do Iluminismo: as instituições que formam o Estado e a noção de Democracia.

Analisar objetivamente os principais elementos da Teoria do Estado: Estado, Nação, Soberania, Formas de Governo e Sistemas Políticos e Democracia Contemporânea.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da Ciência Política e dos elementos constituintes do Estado, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em

relação à Ciência Política e a Teoria Geral do Estado, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridas.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da Ciência Política e da Democracia.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre povo, território e soberania, função estatal, estado democrático de direito e a representação política.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções de Ciência Política.

2. O conceito de política. Noção de teoria geral do Estado. Política e direito constitucional.

3. Evolução histórica e clássica do pensamento político.

4. Pensamento político contemporâneo.

5. Origem da sociedade.

6. A origem do Estado.

7. Conceito de Estado: soberania, território, povo.

8. Constituição e poder constituinte.

9. Finalidades e funções do Estado.

10. Estado e direito. Personalidade jurídica do Estado.

11. Estado absolutista. Estado totalitário. Estado liberal. Estado social.

12. Elementos essenciais do Estado. Povo e nação. Nacionalidade.

13. Soberania.

14. Território. Natureza e espécies de território. Fronteiras. O território e a CF de 88.

15. Estado moderno e democracia.

16. A separação de poderes.

17. Democracia direta, semidireta e representativa.

18. O sufrágio.

19. Formas de governo.

20. Parlamentarismo. Presidencialismo.

21. Representação política. Partidos políticos. Partidos políticos e a CF 88.

22. O Estado federal. A federação brasileira.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

BÁSICA

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo. **Curso de Ciência Política**: grandes autores do pensamento politico moderno e contemporâneo. Rio de Janeiro: Penso, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

REALE, Miguel. **Teoria do direito e do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2013.MINHA BIBLIOTECA

SCALABRIN, Felipe; MELO, Débora S. da Silva. **Ciência política e teoria geral do Estado.** Porto Alegre: SAGAH, 2017. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. Barueri: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

LUCAS, João Ignacio Pires. **Ciência política**. Educs: Caxias do Sul, 2021.BIBLIOTECA VIRTUAL

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. São Paulo: SaraivaJur, 2025.MINHA BIBLIOTECA

RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2021. MINHA BIBLIOTECA

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: texto integral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 3º semestre
DISCIPLINA: Teoria da Empresa
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Teoria da Empresa. Empresa. Empresário. Caracterização e inscrição. Capacidade. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Gerente. Contabilista e outros auxiliares. Escrituração. Teoria geral do direito societário. Sociedades não personificadas e sociedades personificadas. Sociedades empresárias no Código Civil. Sociedades por ações.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para a utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica específica;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Desenvolvimento de capacidade de julgamento e tomada de decisões;

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito empresarial, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito empresarial. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito empresarial.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do empresarial; os princípios norteadores do direito empresarial; a disciplina jurídica da atividade empresarial; o empresário e o estabelecimento empresarial; as diversas espécies de empresas e sociedades no direito empresarial;
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Disciplina jurídica da atividade empresarial
1.1. Atividade econômica e atividade empresarial
1.2. Disciplina privada da atividade econômica
1.3. Desenvolvimento histórico do tratamento dado aos comerciantes
1.4. Teoria dos atos de comércio
1.5. Teoria da empresa
1.6. Sistema brasileiro atual de caracterização do empresário

2. Empresário
2.1. Exploração da atividade empresarial (individualmente ou coletivamente)
2.2. Empresário. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
2.3. Obrigações legais
2.3.1. Registro de empresas
2.3.2. Escrituração
2.3.3. Demonstrações contábeis

3. Estabelecimento Empresarial
3.1. Conceito, natureza e elementos
3.2. Alienação do estabelecimento - Trespasse
3.3. Locação comercial
3.3.1. Ação renovatória

4. Propriedade Industrial
4.1. Propriedade intelectual
4.2. Bens da propriedade industrial
4.3. Invenções
4.4. Modelos de utilidade
4.5. Requisitos de patenteabilidade
4.6. Desenho industrial
4.7. Marcas
4.8. Requisitos de registrabilidade
4.9. Indicações Geográficas
4.10. Práticas de concorrência desleal

5. Introdução ao Direito Societário
5.1. Sociedades Não-Personificadas
5.1.1. Sociedade em comum
5.1.2. Sociedade em conta de participação
5.2. Sociedades Personificadas
5.2.1. Personificação societária: origem e extinção
5.2.2. Desconsideração personalidade jurídica

6. Sociedades no Código Civil
6.1. Sociedades Simples
6.1.1. Tipos societários
6.1.1.1. Sociedade simples pura
6.1.1.2. Sociedade cooperativa
6.2. Sociedades Empresárias
6.2.1. Tipos societários
6.2.1.1. Sociedade em nome coletivo
6.2.1.2. Sociedade em comandita simples
6.2.1.3. Sociedade limitada

7. Sociedade por Ações:
7.1. Títulos emitidos pelas sociedades por ações
7.2. Capital social
7.3. Órgãos sociais da companhia
7.4. Deveres e responsabilidades dos administradores
7.5. Consórcios
7.6. Grupo de sociedades
7.7. Sociedade em comandita por ações

8. Temas e casos práticos da área voltados para a realidade regional de inserção do curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência,

elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 8. MINHA BIBLIOTECA

FRAPORTI, Simone. **Teoria geral da empresa**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

TOMAZETTE, Marlon. **Teoria geral e direito societário**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais**. São Paulo, Saraiva, 2018. MINHA BIBLIOTECA

DINIZ, Gustavo Saad. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. MINHA BIBLIOTECA

FINKELSTEIN, Maria Eugênia. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2016. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa**: teoria geral da empresa e direito societário. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 3º semestre
DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Meios de solução dos conflitos sociais. Meios extrajudiciais de composição de conflitos. Direito Processual. Fontes, Interpretação e Eficácia da Norma Processual. Princípios Constitucionais do Processo. Jurisdição. Ação. Competência

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Meios de solução dos conflitos sociais

1.1. Autocomposição

1.2. Heterocomposição

1.3. Meios extrajudiciais de composição de conflitos

2. Direito Processual

2.1. Conceito

2.2. Autonomia

2.3. Denominação

2.4. Divisão

2.5. Relações com outras disciplinas jurídicas

2.6. Objetivo

3. Fontes, Interpretação e Eficácia da Norma Processual

4. Princípios Constitucionais do Processo

4.1. Tutela constitucional do processo

4.2. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional

4.3. Princípio do juiz natural

4.4. Princípio do devido processo legal

4.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa

4.6. Princípio da inadmissibilidade de provas ilícitas

4.7. Princípio da presunção de inocência

4.8. Princípio do duplo grau de jurisdição

4.9. Princípio da publicidade

4.10. Princípio da fundamentação das decisões judiciais

5. Princípios informativos do procedimento

5.1. Princípio da oralidade

5.2. Princípio da economia

5.3. Princípio da eventualidade ou da preclusão

5.4. Princípio da identidade física do juiz

5.5. Princípio da cooperação

5.6. Princípio dispositivo

5.7. Princípio inquisitivo

6. Jurisdição

6.1. Conceito

6.2. Objetivos do Estado ao exercer a jurisdição

6.3. Características da jurisdição

6.4. Princípios fundamentais da jurisdição

6.5. Espécies de jurisdição

6.6. Limites da jurisdição

7. Ação

7.1. Generalidades

7.2. Conceito de ação

7.3. Natureza Jurídica

7.4. Condições da Ação

7.5. Conceito

7.6. Carência da ação

7.7. Classificação das ações

8. Competência

8.1. Conceito e critério determinativos

8.2. Cooperação internacional

8.3. Cooperação nacional

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: Bookman, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sergio Pinto. **Teoria geral do processo**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; DELLORE, Luis. **Teoria geral do processo contemporâneo**. Barueri: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de Moraes. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Processo, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

PRIETO, Renata Barros; BARBERINO, Liliane da Silva; ANTUNES, Rosana Maria de Moraes e Silva. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria Geral do Processo**. Barueri: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

SILVA, Rodrigo Otávio Monteiro da. **Teoria geral do processo**. Curitiba: InterSaberes, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 3º semestre
DISCIPLINA: Ilicitude e Culpabilidade
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Tipo e tipicidade. Antijuricidade. Exclusão de ilicitude. Culpabilidade. Imputabilidade penal. Doença Mental. Menoridade. Emoção e paixão. Embriaguez. Concurso de pessoas. Regras comuns às penas privativas de liberdade. Circunstâncias incomunicáveis. Casos de impunibilidade.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte geral do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do tipo penal, da antijuridicidade, da culpabilidade, da imputabilidade e do concurso de pessoas, inclusive, das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tipo e Tipicidade.

1.1. Conceito.
1.2. Espécies de Tipo: Permissivos e Incriminadores.
1.3. Elementos do Tipo: Objetivos, Subjetivos e Normativos.
1.4. Tipicidade.

2. Antijuridicidade.

2.1. Conceito.
2.2. Causas Excludentes de Antijuridicidade.
2.3. Estado de Necessidade.
2.4. Legítima Defesa.
2.5. Estrito Cumprimento do Dever Legal.
2.6. Exercício Regular de Direito.

3. Culpabilidade.

3.1. Conceito.
3.2. Causas que Excluem a Culpabilidade.
3.3. Causas que Não Excluem a Culpabilidade.

4. Imputabilidade.

4.1. Conceito.
4.2. Inimputáveis.
4.3. Doença Mental.
4.4. Desenvolvimento Mental Incompleto ou Retardado.
4.5. Menoridade.
4.6. Emoção e Paixão.
4.7. Embriaguez.

5. Potencial de Consciência da Ilicitude.

6. Exigibilidade de Conduta Diversa.

7. Concurso de Pessoas.

7.1. Conceito.
7.2. Espécies: co-autoria e participação.
7.2. Regras Comuns às Penas Privativas de Liberdade.
7.3. Comunicabilidade e Incomunicabilidade de Elementares e Circunstâncias do Crime.
7.4. Casos de Impunibilidade.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina,

tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral (artigos 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral (dos artigos 1 ao 120). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Parte Geral. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

DINIZ, Augusta; VIANA, Ruth Araújo. **Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal**: parte geral (Arts. 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAIZMAN, Daniel. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2019. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 3º semestre
DISCIPLINA: Fatos e Negócios Jurídicos
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fatos jurídicos. A hipótese legal e o suporte fático. Formação simples e complexa dos fatos jurídicos. Existência e eficácia jurídica. Classificações dos fatos jurídicos. Negócio jurídico. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos. Invalidade. Atos jurídicos lícitos e atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Tratar dos princípios norteadores das relações jurídicas, concernentes aos fatos e negócios jurídicos.
2. Conscientizar o aluno da relação entre os fatos e negócios jurídicos e os princípios fundamentais, essenciais à dignidade da pessoa humana.
3. Fazer com que o aluno saiba relacionar a questão dos fatos e dos negócios jurídicos, seus elementos e requisitos com outros ramos do Direito, mormente a matéria contratual, para lidar com os casos de nulidade absoluta e nulidade relativa dos atos.
4. Ressaltar os pontos controvertidos da disciplina, no que tange aos atos ilícitos e aos meios de prova que são tratados na presente disciplina.
5. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação aos negócios jurídicos, seus vícios (defeitos) e elementos acidentais, permitindo um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridos.
6. Propiciar o conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com os fatos e negócios jurídicos.
7. Conscientizar o aluno da importância do Livro III da Parte Geral do Código Civil, para a compreensão posterior, nos semestres seguintes, dos Livros da Parte Especial do Código Civil, principalmente no que tange ao estudo das obrigações, mormente da responsabilidade civil.
8. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos atos ilícitos e dos negócios jurídicos, com as consequências jurídicas de cada espécie.
9. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na humanização do direito e nas novas tecnologias (por exemplo, na criação de novos meios de prova).
10. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
11. Alcançar domínio amplo das técnicas e estratégias de interpretação dos negócios jurídicos, de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fatos Jurídicos.

1.1. Conceito.

1.2. Classificação.

1.3. Classificação dos Direitos.

1.4. Modos de Aquisição dos Direitos.

2. Negócios Jurídicos.

2.1. Conceito.

2.2. Elementos de Existência.

2.3. Requisitos de Validade.

2.4. Interpretação.

2.5. Classificação.

3. Representação.

3.1. Conceito e Origem.

3.2. Vinculação ao Representado.

3.3. Contrato Consigo Mesmo.

3.4. Atos Praticados Contra o Interesse do Representado.

4. Condição, Termo e Encargo.

4.1. Condição.

4.2. Espécies de Condição.

4.3. Condição Maliciosamente Obstada ou Provocada.

4.4. Termo.

4.5. Prazos.

4.6. Encargo.

5. Defeitos dos Negócios Jurídicos.

5.1. Conceito.

5.2. Erro.

5.3. Dolo.

5.4. Coação.

5.5. Estado de Perigo.

5.6. Lesão.

5.7. Fraude Contra Credores.

6. Invalidade dos Negócios Jurídicos.

6.1. Conceito.

6.2. Distinção Entre Nulidade Absoluta e Relativa.

6.3. Nulidade Absoluta.

6.4. Simulação.

6.5. Nulidade Relativa.

6.6. Efeitos da Invalidade.

7. Dos Atos jurídicos lícitos.

8. Atos Ilícitos.

8.1. Definição.

8.2. Pressupostos.

8.3. Causas de Não Configuração de Responsabilidade.

8.4. Abuso do Direito.

9. Prescrição e Decadência.

9.1. Conceito de Prescrição.

9.2. Distinção entre Prescrição e Decadência.

9.3. Espécies de Prescrição.

9.4. Requisitos da Prescrição.

9.5. Alegação da Prescrição.

9.6. Prazos de Prescrição.

9.7. Suspensão ou Impedimento da Prescrição.

9.8. Interrupção da Prescrição.

9.9. Prescrição de Dívida Pública.

9.10. Renúncia.

9.11. Decadência.

10. Provas.

10.1. Conceito.

10.2. Confissão.

10.3. Documento.

10.4. Testemunha.

10.5. Presunção.

10.6. Perícia.

11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da validade. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

PAIANO, Daniela Braga; ESPOLADOR, Rita de Cássia Resquetti Tarifa; STROZZI, Arthur Lustosa; SCHIAVON, Guilherme Augusto Girotto; SCHIAVON, Isabela Nabas. **Negócios jurídicos**: aspectos públicos e privados. São Paulo: Almedina, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CÂMARA, Helder Moroni. **Negócios jurídicos processuais**: condições, elementos e limites. São Paulo: Almedina, 2018. MINHA BIBLIOTECA

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil**: fatos jurídicos. Caxias do Sul: Educs, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano de eficácia. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e legislação civil em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

OLIVEIRA, Ludmila Junqueira Duarte; STANCIOLI, Brunello. **Neurodireito e negócios jurídicos**. Indiatatuba: Foco, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Introdução ao direito civil**: teoria geral de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 1). MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Parte Geral. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
>
> *(...)*

4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A frequência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a frequência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.
§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 3º Semestre
DISCIPLINA: Homem e Sociedade – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O conceito antropológico de cultura. As explicações sobre a origem humana: a base biológica e cultural de nossa espécie. O estudo da complexidade do conceito antropológico de cultura. O uso do conceito de cultura pelo senso comum em comparação com o conceito científico. Importância da diversidade cultural. As relações étnico-raciais, a inclusão social e as fronteiras nacionais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Reconhecimento da antropologia como uma ciência que se caracteriza por considerar o ser humano em sua diversidade.
Compreensão crítica do ser humano em sua relação com a herança cultural e as constantes transformações da sociedade.
Análise e interpretação da realidade social como um processo de contato com as diferenças.

III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tais competências serão desenvolvidas a partir das seguintes habilidades:

Conhecer o significado da cultura e suas implicações na construção e transformação das relações sociais.
Identificar os aspectos significativos das ações individuais e coletivas com senso crítico e analítico.
Compreender o cidadão como construtor e transformador da realidade social e das relações interpessoais no trabalho e na família.
Promover estratégias e movimentos culturais de combate aos preconceitos étnico-raciais e de construção da identidade cultural.
Ler e interpretar textos e comunicações orais através dos meios convencionais e eletrônicos.
Levantar informação bibliográfica através dos meios convencionais e eletrônicos.
Expressar o pensamento de forma clara, coerente e concisa.

IV- COMPETÊNCIAS

preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

percepção de diferentes contextos interculturais;

relação da cultura a nível global e local.

atividades de pesquisa de modo a relacionar teoria e prática.

utilização dos recursos da informática e das novas tecnologias;

realização da interdisciplinaridade

desenvolvimento da criatividade, do saber conviver em grupo e do aprender a aprender.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O HOMEM

1.1 -Principais visões sobre a origem humana: o evolucionismo e o debate das determinações biológicas versus processo cultural.
1.2 - O conceito de cultura através da história.

1. A CULTURA

2.1 - A Antropologia e o estudo da cultura - senso comum e ciência; a diversidade cultural e as culturas nacionais.
2.2 - As principais características da cultura como visão de mundo: herança cultural e formas de compreender o mundo, a participação dos indivíduos na cultura.

2. A SOCIEDADE

3.1- As relações étnico-raciais: preconceito, exclusão e problemas de convivência com a diversidade. Etnocentrismo e Relativismo Cultural.
3.2 - Identidade cultural na atualidade e multiculturalismo.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.

• A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BARROSO, Priscila Farfan. **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. MINHA BIBLIOTECA

CHICARINO, Tathiana Senne (org.). **Antropologia social e cultural**. São Paulo: Pearson, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

GEERTZ, Cifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. MINHA BIBLIOTECA

KOTTAK, Conrad Phillip. **Um espelho para a humanidade**: uma introdução à antropologia cultural. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2013. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: IBPEX, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura Afro-Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2011. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 3º semestre
DISCIPLINA: Organização do Estado
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Formação constitucional do Brasil. A Constituição de 1988: origem, princípios e objetivos fundamentais. Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Organização dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito constitucional, sobretudo, a organização do Estado, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito constitucional. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito constitucional.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do Estado como célula

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da formação constitucional do Brasil, da estrutura e organização do Estado e dos Poderes, das funções essenciais à justiça, da defesa do Estado e de suas instituições democráticas, da ordem econômica, financeira e social, inclusive, das relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formação Constitucional do Brasil.
1.1. O Constitucionalismo Brasileiro Pós-88.
2. Constituinte de 1987/1988.
1.3. Aspectos Caracterizadores da Constituição de 1988.
1.4. O Desenvolvimento Constitucional Brasileiro Pós-88.
2. A Constituição de 1988: Origem, Princípios e Objetivos Fundamentais.
2.1. Origem da Constituição de 1988.
2.2. Princípios Constitucionais Fundamentais.
2.3. Objetivos Fundamentais da Constituição de 1988.

3. Estrutura e Organização do Estado Brasileiro.
3.1. Estrutura Básica da Federação.
3.2. Estado Federal e Entidades Componentes.
3.3. Repartição das Competências.
3.3.1. União: Natureza, Competência.
3.3.2. Estados Federados: Natureza, Competência.
3.3.3. Municípios: Natureza, Competência.
4. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
4.1. Poder Legislativo.
4.1.1. Organização, Atribuições e Funcionamento.
4.1.2. Processo Legislativo.
4.1.3. Espécies Normativas.
4.2. Poder Executivo.
4.2.1. Organização, Atribuições e Funcionamento.
4.2.2. Atribuições do Presidente da República.
4.2.3. Ministros de Estado.
4.3. Poder Judiciário: Organização, Atribuições e Funcionamento.
5. Funções Essenciais à Justiça.
6. Defesa do Estado e Instituições Democráticas.
8. Tributação e Orçamento.
9. Ordem Econômica e Financeira.
10. Ordem Social.
11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI– ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Direito constitucional**: da organização do Estado, dos poderes, e histórico de contribuições. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, Marcos da Cunha e. **Instituições e organização do Estado**. Curitiba: InterSaberes, 2018. BIBLIOTECA VIRTUAL

SOUZA, Marcos da Cunha e. **Organização político-administrativa do Estado Federal**. Curitiba: InterSaberes, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. Barueri: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Teoria das Penas
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Espécies de pena. Cominação das penas. Aplicação da pena. Fixação da pena. Circunstâncias agravantes e circunstâncias atenuantes. Cálculo da pena. Limite das penas. Concurso de infrações. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos genéricos e específicos da condenação.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Sanção Penal e as Penas.
   1.1. Fundamentos Históricos.
   1.2. Princípios e Conceito.
2. As Espécies de Penas.
   2.1. Penas Privativas de Liberdade.
      2.1.1. Reclusão e Detenção.
      2.1.2. Regras do Regime Fechado.
      2.1.3. Regras do Regime Semi-Aberto.
      2.1.4. Regras do Regime Aberto.
      2.1.5. Regime Especial.
      2.1.6. Direitos do Preso.
      2.1.7. Trabalho do Preso.
      2.1.8. Legislação Especial.
      2.1.9. Superveniência de Doença Mental.
      2.1.10. Detração.
   2.2. Penas Restritivas de Direitos.
      2.2.1. Substitutividade das Penas Restritivas de Direitos.
      2.2.2. Conversão das Penas Restritivas de Direitos.
      2.2.3. Prestação pecuniária e prestação inominada.
      2.2.4. Perda de bens e valores

2.2.5. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas.
2.2.6. Interdição Temporária de Direitos.
2.2.7. Limitação de Fim de Semana.
2.3. Pena de Multa.
2.3.1. Cálculo da Multa.
2.3.2. Pagamento da Multa.
2.3.3. Suspensão da Execução da Multa.
3. Cominação das Penas.
4. Aplicação da Pena.
4.1. Fixação da Pena. O sistema trifásico.
4.2. Critérios Especiais da Pena de Multa.
4.3. Multa Substitutiva.
4.4. Circunstâncias Agravantes.
4.5. Agravantes no Caso de Concurso de Pessoas.
4.6. Reincidência.
4.7. Circunstâncias Atenuantes.
4.8. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes.
4.9. Cálculo da Pena.
4.10. Concurso Material.
4.11. Concurso Formal.
4.12. Crime Continuado.
4.13. Multas no Concurso de Crimes.
4.14. Erro na Execução.
4.15. Resultado Diverso do Pretendido.
4.16. Limite das Penas.
4.17. Concurso de Infrações.
5. Suspensão Condicional da Pena.
5.1. Requisitos da Suspensão da Pena.
5.2. Revogação Obrigatória.
5.3. Revogação Facultativa.
5.4. Prorrogação do Período de Prova.
5.5. Cumprimento das Condições.
6. Livramento Condicional.
6.1. Requisitos do Livramento Condicional.
6.2. Soma de Penas.
6.3. Especificações das Condições.
6.4. Revogação do Livramento.
6.5. Revogação Facultativa.
6.6. Efeitos da Revogação.
6.7. Extinção.
7. Efeitos da Condenação Penal.
7.1. Efeitos Genéricos.
7.2. Efeitos Específicos.
8. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

 A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral (artigos 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2020. MINHA BIBLIOTECA

ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e aplicação da pena**. São Paulo: Atlas, 2014. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Petrópolis: Vozes, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

DINIZ, Augusta; VIANA, Ruth Araújo. **Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAIZMAN, Daniel. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2019. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Processo e Relação Jurídica Processual
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Estudo dos aspectos subjetivos do processo, com ênfase ao aperfeiçoamento da relação processual. Processo e Procedimento. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição Inicial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Estudar os principais institutos do Direito Processual Civil, com ênfase na teoria geral do processo civil relativo ao estudo processo, sua formação, as causas de sua extinção, os sujeitos do processo e a intervenção de terceiros no processo civil.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Situar o ramo do processo civil dentro dos demais setores em que o Direito se desenvolve, definindo e estudando toda a sua estrutura, a sua cientificidade e a sua lógica, sempre dentro da dimensão da realidade concreta. Fornecer os subsídios necessários ao aluno, de molde a torná-lo apto a enfrentar e solucionar as dificuldades que o campo processual civil apresenta. Para tanto, serão ministradas questões práticas, em relação as quais o aluno fará uso dos ensinamentos provenientes da aula teórica do curso, além da leitura de livros doutrinários feita previamente.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Processo

1.1 Conceito de processo

1.2. Objeto do processo

1.3. Tipos de processo

1.4 Teorias sobre a natureza jurídica do processo

1.5 Natureza jurídica do processo

1.6. Ação, processo e procedimento

2. Relação jurídica processual

2.1 Conceito

2.2 Relação jurídica processual e relação material

2.3 Características da relação processual

2.4 Elementos da relação processual

2.5. Sujeitos da relação processual

2.6 Objeto da relação processual

2.7. Autonomia da relação processual

3. Pressupostos processuais

3.1 Conceito

3.2 Constituição da relação processual

3.3 Desenvolvimento da relação processual

3.4 Pressupostos subjetivos

3.5. Pressupostos objetivos

4. Sujeitos do processo

4.1. Conceito

4.2 O juiz e seu papel no processo moderno

4.3. Poderes do juiz

4.4 Deveres do juiz

4.5. As partes: autor e réu

4.6 Deveres das partes

4.7 Despesas e honorários

4.8 Gratuidade da justiça

4.9 Substituição processual

4.10. Papel do Ministério Público

5. Atos processuais

5.1 Conceito

5.2 Características dos atos processuais

5.3 Forma dos atos processuais

5.4 Classificação dos atos processuais

5.5 Atos processuais do juiz

5.6 Atos processuais das partes

5.7 Atos dos auxiliares da Justiça

5.8 Documentação do ato processual

6. Vícios dos Atos processuais

6.1. Conceito

6.2 Nulidade

6.3 Nulidade absoluta e relativa

6.4 Decretação da nulidade

6.5 Convalidação do ato processual

7. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros

7.1 Conceito de parte e de terceiro

7.2 Litisconsórcio

7.3 Assistência

7.4. Denunciação da lide

7.5 Chamamento ao processo

7.6 Amicus curiae

7.7. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica

8. Formação, suspensão e extinção do processo

8.1. Formação do processo: início do processo e estabilização do processo.

8.2. Suspensão do processo: conceito; Hipóteses de suspensão do processo.

8.3. Extinção do processo: extinção do processo sem resolução de mérito e a resolução do mérito: conceito e causas.

9. Processo e Procedimento

9.1. Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

10. Petição Inicial

10.1. Requisitos

10.2. Emenda, saneamento ou complementação da inicial

10.3. Indeferimento da petição inicial

10.4. Inalterabilidade da petição inicial

10.5. Improcedência liminar do pedido

11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Haverá aula expositiva relativa ao tema já previamente definido na programação. O Professor entregará questões, teóricas ou práticas, ligadas ao tema da aula vindoura. Esse método tem a finalidade de obter o melhor rendimento e aproveitamento nas aulas, considerando que o aluno já terá lido, previamente a matéria, ainda que de forma introdutória e basilar. A apreensão do conteúdo da exposição fica, destarte, sobremaneira facilitada. As aulas transcorrem com maior desenvoltura. Sempre que necessário for, haverá debates em torno de questões práticas, que terá por finalidade a aplicação da matéria exposta em aula.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de Provas, da Prova Institucional, de Trabalhos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: Bookman, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: teoria geral. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

OSHIMA, Elaine Beatriz Ferreira de Souza. **Relação jurídica**. Curitiba: InterSaberes, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Curso de direito processual civil; Vol. 1). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; DELLORE, Luis. **Teoria geral do processo contemporâneo**. Barueri: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Teoria Geral das Obrigações
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Evolução da teoria das obrigações. A unificação do direito obrigacional. Distinções entre direitos pessoais e reais. Conceito e elementos constitutivos das obrigações. Fontes da relação obrigacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Compreender os princípios norteadores dos vínculos jurídicos obrigacionais, com noção sobre a boa-fé, a função social do contrato e a segurança jurídica, levando em conta a necessidade de circulação dos bens para servirem aos interesses sociais.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais acerca da origem, das modalidades e das características dos vínculos jurídicos obrigacionais.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos relacionados à circulação das obrigações, como a cessão de crédito, a assunção de dívida e a cessão de contrato.
4. Conscientizar o aluno do interesse social no cumprimento das prestações, posto que os bens e os serviços são essenciais para a vida e para o desenvolvimento.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica relacionada aos vários tipos de obrigação, como solidárias e não solidárias, divisíveis e indivisíveis, civis e naturais, com ou sem cláusula penal etc., para que na prática possa lidar com os seus diversos efeitos.
6. Fazê-lo refletir sobre as consequências dos vínculos jurídicos obrigacionais de acordo com cada característica, conforme prevê a lei e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º BIMESTRE

1. Noções Introdutórias de Direito das Obrigações.
1.1. Conceito de Direito das Obrigações.
1.2. Fontes e Princípios do Direito das Obrigações.
2. Conceito de obrigação e elementos constitutivos da obrigação.
3. Distinção entre Direitos Pessoais e Direitos Reais.
4. Fontes das Obrigações.
5. Das modalidades das Obrigações

5.1. Obrigações de dar.
5.1.1. Obrigações de dar coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta.
5.2. Obrigações de fazer.
5.3. Obrigações de não fazer.

6. Obrigações alternativas, conjuntivas e facultativas.

2º BIMESTRE

1. Obrigações divisíveis e indivisíveis
2. Obrigações solidárias.
3. Obrigações civis e naturais.
4. Obrigações de meio, de resultado e de garantia.
5.Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
6. Obrigações puras, condicionais, a termo e com encargo.
7. Obrigações líquidas e ilíquidas.
8. Obrigações principais e acessórias.
9. Obrigações *propter rem.*

10. Da transmissão das obrigações
10.1. Da Cessão de Crédito
10.2. Da Assunção de Dívida
10.3. Da Cessão de Contrato
11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: Obrigações e Responsabilidade Civil. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: Obrigações. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

MIRAGEM, Bruno. **Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Teoria Geral das Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 2). MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Títulos de Crédito
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Títulos de crédito. Características dos títulos de créditos. Classificação dos títulos de crédito. Requisitos para formalização dos títulos de crédito. A executoriedade dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Ações. Debêntures. Títulos de crédito e financiamento rural, industrial, comercial e imobiliário. Conhecimento de transporte. Depósito e Warrant. Letra imobiliária. Cédula hipotecária. Certificado de depósito bancário. Cédula de crédito bancário.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito empresarial, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito empresarial. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito empresarial.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do empresarial; os princípios norteadores do direito empresarial; a disciplina jurídica da atividade empresarial; o empresário e o estabelecimento empresarial; as diversas espécies de empresas e sociedades no direito empresarial;
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria Geral dos Títulos de Crédito.
2. Características dos Títulos de Crédito.
3. Classificação dos Títulos de Crédito.
3.1. Títulos ao Portador.
3.2. Títulos à Ordem.
3.3. Títulos Nominativos.
4. Formalização dos Títulos de Crédito.
5. Emissão a partir de Caracteres Eletrônicos.
6. Cláusulas Proibidas nos Títulos de Crédito.
7. Momento do Pagamento do Título.
8. Executoriedade dos Títulos de Crédito.
8.1. Eficácia Cambiária.
8.2. Titularidade e Legitimação.

9. Letra de Câmbio.
9.1. Origem e Evolução da Letra de Câmbio.
9.2. A Letra de Câmbio no Direito Brasileiro.
9.3. Natureza da Letra de Câmbio.
9.4. Criação e Emissão da Letra de Câmbio.
9.5. Modalidades da Letra de Câmbio.
9.6. Circulação da Letra de Câmbio.
9.7. Aceite, Aval, Vencimento, Pagamento, Protesto, Intervenção, Duplicatas, Cópias e Alterações de Duplicatas, Ação Cambial e sua Prescrição.
10. Nota Promissória: Conceito e Requisitos.
11. Cheques.
11.1. Pressupostos da Emissão do Cheque.
11.2. Criação e Forma do Cheque.
11.3. Modalidades de Cheques.
11.4. Transmissão do Cheque.
11.5. Aval.
11.6. Apresentação e Pagamento.
11.7. Ação por Falta de Pagamento.
12. Duplicatas.
12.1. Emissão da Fatura e da Duplicata: Requisitos da Duplicata.
12.2. Remessa e Devolução da Duplicata.
12.3. Pagamento da Duplicata – Garantias.
12.4. Protesto.
12.5. Ação para Cobrança.
13. Ações.
14. Debêntures.
15. Títulos de Crédito e Financiamento Rural, Industrial, Comercial e Imobiliário.
15.1. Títulos de Crédito Rural.
15.2. Títulos de Crédito Industrial.
15.3. Títulos de Financiamento Comercial.
15.4. Títulos de Garantia Imobiliária.
16. Conhecimento de Transporte.
17. Conhecimento de Depósito e Warrant.
18. Letra Imobiliária.
19. Cédula Hipotecária.
20. Certificado de Depósito Bancário.
21. Cédula de Crédito Bancário.
22. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

 A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com

professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ARMANI, Wagner José Penereiro. **Direito empresarial**: títulos de crédito. Indaiatuba: Foco, 2024. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa**: títulos de crédito e contratos empresariais. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**: títulos de crédito. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. São Paulo: Saraiva, 2018. MINHA BIBLIOTECA

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. MINHA BIBLIOTECA

MAMEDE, Gladston. **Teoria da empresa e títulos de crédito**. São Paulo: Atlas, 2022. (Direito Empresarial Brasileiro. Vol. 1). MINHA BIBLIOTECA

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. MINHA BIBLIOTECA

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Controle de Constitucionalidade
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Estado e Constituição. O Estado Constitucional: a ideia de Constituição, origem e características do constitucionalismo. Constituição em sentido material e formal. Poder constituinte e poder de reforma. Teoria das normas constitucionais. A supremacia jurídica da Constituição. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. O controle de constitucionalidade das leis.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito constitucional. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito constitucional brasileiro e comparado.

IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito constitucional.

V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formação Histórica do Constitucionalismo.
2. O Conceito de Constituição.
Constituição em Sentido Formal (Kelsen e Schmitt).
Constituição em Sentido Material (Lassalle, Heller e Hesse).
3. Formação e Processos de Mudança da Constituição.
Poder Constituinte Originário.
Poder Constituinte Derivado (Reformador).

Mutações Constitucionais.
4. Normas Constitucionais e sua Interpretação.
- Normas, Regras e Princípios.
- Proporcionalidade/Razoabilidade.
- Eficácia Jurídica das Normas Constitucionais.
Problema da Eficácia das Normas Constitucionais.
Normas Constitucionais de Eficácia Plena.
Normas Constitucionais de Eficácia Contida.
Normas Constitucionais de Eficácia Limitada.
Normas Programáticas.
- Interpretação das Normas Constitucionais.
Peculiaridades Justificantes de uma Hermenêutica Constitucional.
Fontes Interpretativas.
Objeto da Interpretação Constitucional.
Finalidade da Interpretação Constitucional.
Pressupostos Hermenêuticos-Constitucionais.
Princípios Constitucionais: Diretrizes Hermenêuticas da Atividade Interpretativa.
Força da Realidade face à Norma Jurídica.
Efeitos da Interpretação Constitucional na Unidade do Sistema Jurídico.
5. Controle de Constitucionalidade das Leis.
- Os Fundamentos do Controle de Constitucionalidade das Leis.
- Espécies de Controle de Constitucionalidade: Político, Jurídico ou Misto.
- Pressupostos de Constitucionalidade das Espécies Normativas.
- Os Sistemas de Controle de Constitucionalidade das Leis.
- Controle Preventivo.
- Controle Repressivo de Constitucionalidade.
Controle Repressivo Realizado pelo Poder Legislativo.
Controle Repressivo Realizado pelo Poder Judiciário.
- Controle Difuso e Concentrado.
6. Ações Relativas ao Controle de Constitucionalidade das Leis e Atos Normativos.
Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
Ação de Inconstitucionalidade por Omissão: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
Ação Declaratória de Constitucionalidade: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

 A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração

entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

FERREIRA, Emanuel de Melo. **Controle de constitucionalidade e exceção jurídica**: a superação das regras constitucionais e a realocação judicial do poder. Belo Horizonte: DelRey, 2019. BIBLIOTECA VIRTUAL

GOMES, Eduardo Biacchi. **Controle de constitucionalidade no Brasil**: tópicos sobre o controle de convencionalidade. Curitiba: InterSaberes, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Bruno Amaro Alves de. **Manual de controle de constitucionalidade**. São Paulo: Rideel, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

DELLORE, Luiz. **Estudos sobre a coisa julgada e o controle de constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. MINHA BIBLIOTECA

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SIMÃO, Calil. **Elementos do sistema de controle de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2015. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Bases Constitucionais da Administração Pública
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

A Administração Pública. Função administrativa do Estado. Órgãos públicos. Desconcentração e descentralização. Administração direta e indireta. Servidores públicos. Ato administrativo: conceito, atributos, elementos e classificação. Vícios. Extinção e convalidação. Confirmação. Licitação: conceito e princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades licitatórias. Procedimento. Anulação e revogação. Contrato administrativo: conceito, características, formalidades, modalidades e rescisão.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Administrativo, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Administrativo; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Administrativo, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do Direito Administrativo, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito administrativo, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito administrativo e à Administração Pública.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito administrativo em relação à adoção das Políticas Públicas na consecução do bem-estar social.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre direito administrativo e administração pública, a formalização dos atos e contratos administrativos e as licitações públicas.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Direito Administrativo e o regime jurídico-administrativo.
1.1. Origem, evolução histórica e conceito do Direito Administrativo.
1.2. Relações do Direito Administrativo com outros ramos do Direito.
1.3. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.
1.4. Fontes de Direito Administrativo.
1.5. Interpretação do Direito Administrativo.
2. Administração Pública.
2.1. Estado, Governo e Administração Pública.
2.2. Função administrativa do Estado.

2.3. Organização administrativa brasileira.
2.3.1. Órgãos e competências públicas.
2.3.2. Desconcentração e descentralização.
2.3.3. Estrutura administrativa: administração direta e indireta.
2.3.4. Figuras da administração indireta e entidades paralelas.
2.3.5. Servidores públicos.
2.3.5.1. Regime constitucional dos servidores públicos.
2.3.5.2. Cargo, emprego e função.
2.3.5.3. Direitos e deveres.
2.3.5.4. Responsabilidade civil, penal e administrativa.
2.4. Poderes da Administração Pública.
3. Ato administrativo.
3.1. Conceito de ato administrativo.
3.2. Perfeição, validade e eficácia.
3.3. Requisitos do ato administrativo.
3.4. Elementos do ato administrativo.
3.5. Pressupostos do ato administrativo.
3.6. Atributos do ato administrativo.
3.7. Classificação dos atos administrativos.
3.8. Vícios do ato administrativo.
3.9. Extinção: revogação, invalidação, convalidação.
4. Licitação.
4.1. Conceito e princípios da licitação.
4.2. Objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade.
4.3. Modalidades da licitação.
4.4. Procedimento: etapas internas e externas, fases da licitação.
4.5. Anulação e revogação da licitação.
5. Contrato administrativo.
5.1. Conceito de contrato administrativo.
5.2. Características e formalidades do contrato administrativo.
5.3. Modalidades de contrato administrativo.
5.4. Rescisão.
6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MAZZA, Alexandre. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Coleção Esquematizado). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BETTI, Bruno. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo facilitado**. Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende de. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Método, 2025. MINHA BIBLIOTECA

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte I. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 19). MINHA BIBLIOTECA

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte II. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 20). MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
> *5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Ciências Sociais – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Esta disciplina trata dos fundamentos e desdobramentos da sociedade moderna. São abordados o contexto histórico e as principais abordagens teóricas da modernidade. Na segunda etapa, problematiza-se as consequências sociais do intenso processo de expansão do capitalismo na atualidade e seus impactos sobre o mercado de trabalho e o exercício da cidadania

II – OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o desenvolvimento das competências requeridas dos alunos, conforme definidas no Projeto Pedagógico do Curso/PPC, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- relação da cultura a nível global e local.
- atividades de pesquisa de modo a relacionar teoria e prática;
- utilização dos recursos da informática e das novas tecnologias;
- realização da interdisciplinaridade
- Desenvolvimento da criatividade, do saber conviver em grupo e do aprender a aprender.
- Assimilação e articulação de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática da profissão e para prosseguir, se assim o desejar, estudos de pós-graduação.

IV –COMPETÊNCIAS

Capacidade de contextualização, comunicação e expressão diante dos problemas sociais, assim como capacidade de desenvolvimento pessoal com foco no trabalho em Equipe. Compreende aspectos essenciais da sociedade em que as pessoas estão inseridas e a relação desses aspectos com seu setor de trabalho em geral e mais especificamente com a área de formação do estudante.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **Introdução ao pensamento científico sobre o social**
  - As origens do pensamento sobre o social
  - A sociologia como ciência.
- **Transformações sociais do século XVIII**
  - Revoluções burguesas
- **As principais contribuições do pensamento sociológico clássico**
  - Emile Durkheim e o pensamento positivista
    - A relação indivíduo x sociedade
    - Os fatos sociais; A consciência coletiva
    - Solidariedade mecânica e orgânica
  - Karl Marx e o materialismo histórico e dialético
    - Classes Sociais
    - Ideologia e alienação
  - Max Weber e a busca da conexão de sentido
    - Ação social;
    - A ética protestante e o espírito do capitalismo
    - Teoria da burocracia
- **Globalização e suas conseqüências**
  - Modelos contemporâneos de explicação sociológica
  - Teorias da globalização
  - Pobreza e exclusão
  - O Brasil na nova ordem internacional
- **Sociedade e trabalho**
  - Transformações no mundo do trabalho
  - O processo de precarização do Trabalho
  - Desemprego estrutural; informalidade
- **Sociologia e política**
  - Democracia e direitos humanos
  - Cidadania

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

AMARAL, Felipe Bueno; MÜHL, Camila. **Fundamentos em ciências sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Introdução às ciências sociais**. Campinas: Papirus, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

TERRA, Márcia de Lima Elias (Org.). **Humanidades, ciências sociais e cidadania**. São Paulo: Pearson, 2015. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015. MINHA BIBLIOTECA

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. SãoPaulo: Contexto, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

CHINAZZO, Suzana Salete Raymundo. **Epistemologia das Ciências Sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

DIAS, Reinaldo. **Sociologia**. São Paulo: Pearson, 2018. BIBLIOTECA VIRTUAL

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. **Sociologia geral**. Curitiba: IBPEX, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Hermenêutica – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Principais escolas hermenêuticas. Especificidades e conceito de hermenêutica jurídica. Os modos de produção do Direito e os instrumentos hermenêuticos. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do Direito. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais e dos tratados internacionais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão das principais escolas de pensamento hermenêutico e sua influência na construção do pensamento jurídico contemporâneo, de forma a estimular a capacidade de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica e o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Relacionar os pressupostos metodológicos das escolas de hermenêutica jurídica e suas bases filosóficas.
Apresentar, desenvolver e proporcionar – científica, dialética e criticamente – noções propedêuticas sobre o processo racional de interpretação e aplicação do Direito.
Discutir a interpretação de casos concretos a partir da aplicação prática de critérios de interpretação jurídica e de uma metodologia fundamentada no exercício hermenêutico.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da Hermenêutica Jurídica, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em

relação à Hermenêutica Jurídica, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a hermenêutica jurídica e os modos de produção do Direito e os instrumentos de interpretação.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da hermenêutica jurídica na busca do bem-estar social e do bem comum.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da hermenêutica jurídica, sua evolução histórica e base filosófica, os aspectos técnicos das formas de interpretação e integração da norma e as metodologias dogmática e zetética da hermenêutica jurídica.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Hermenêutica: Aspecto Histórico.
1.1. Hermenêutica na Antiguidade Clássica.
1.2. Hermenêutica na Idade Média.
1.3. Hermenêutica na Idade Moderna.
1.4. Escolas de Interpretação.
2. Hermenêutica: Aspecto Técnico.
2.1. Funções da Interpretação.
2.2. Critérios da Interpretação.
2.3. Espécies de Interpretação.
2.4. Integração das Leis.
3. Hermenêutica: Aspecto Filosófico.
3.1. A Hermenêutica em Schleiermacher.
3.2. A Hermenêutica em Dilthey.
3.3. A Hermenêutica em Heidegger.
3.4. A Hermenêutica em Gadamer.
3.5. A Hermenêutica Pós-Positivista.
3.6. Hermenêutica Constitucional.
4. Ciência da Hermenêutica Jurídica, Teoria Geral da Hermenêutica e Sistema Jurídico.
4.1. Noções de Ordem Propedêutica, de Definibilidade, Terminológica e Objectual.
4.2. O Processo de Produção do Conhecimento Jurídico-Científico e a Hermenêutica Jurídica.

5. Análise Teórico-Conceptual e Historiográfico-Descritiva da Hermenêutica Jurídica.
5.1. O Direito Romano.
5.2. Os Glosadores e Pós-Glosadores.
5.3. A Escola da Exegese.
5.4. A Escola Histórica.
5.5. A Escola da Livre Investigação Científica.
5.6. A Escola do Direito Livre.
5.7. Jurisprudência dos Conceitos Versus Jurisprudência dos Interesses Versus Jurisprudência dos Valores.
6. Metodologia da Ciência da Hermenêutica Jurídica.
6.1. A Problemática da Indiscernibilidade Conceitual: Hermenêutica/Interpretação/Integração/Aplicação do Fenômeno Jurídico.
6.2. Principiologia da Hermenêutica Jurídica.
6.3. Metodologia Dogmática da Hermenêutica Jurídica.
6.4. Metodologia Zetética da Hermenêutica Jurídica.
7. A Ciência da Hermenêutica Jurídica e o seu Estatuto Teórico Contemporâneo.
7.1. As Teorias da Retórica.
7.2. As Teorias da Tópica.
7.3. As Teorias da Lógica.
7.4. As Teorias da Argumentação.
7.5. As Perspectivas da Racionalidade Jurídica Contemporânea: O Exemplo da Hermenêutica Constitucional.
8. A Hermenêutica e a Interpretação do Direito.
9. Modos de Integração do Direito.
9.1. Analogia.
9.2. Costumes.
9.3. Princípios Gerais de Direito.
9.4. Equidade.
10. Antinomias Jurídicas.
11. Hermenêutica e Aplicação do Direito.
12. Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais e dos Tratados Internacionais.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de Moraes. **Hermenêutica e Direito**. Rio de Janeiro: Processo, 2018. BIBLIOTECA VIRTUAL

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

COELHO, Inocêncio Mártires. **Da hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica**: fragmentos. São Paulo: Saraiva, 2015. MINHA BIBLIOTECA

ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo; TEIXEIRA, Juliana Kraemer Micelli; DUARTE, Melissa de Freitas. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. Barueri: Manole, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MAZOTTI, Marcelo. **As Escolas Hermenêuticas e os Métodos de Interpretação da Lei**. Barueri: Manole, 2010. MINHA BIBLIOTECA

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica e Jurisprudência no Novo CPC**: coerência e integridade. São Paulo: SaraivaJur, 2018. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Responsabilidade Civil – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Sujeitos de responsabilidade civil. Teoria da culpa. Teoria da responsabilidade objetiva. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade contratual. Ônus da prova. Dolo e culpa. Meios de defesa. Dano e sua liquidação. Dano patrimonial. Dano moral. Enriquecimento ilícito ou sem causa.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos alunos a possibilidade de construção de conhecimento científico sobre o Direito Civil por meio de um tratamento dogmático em conjunto com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil brasileiro.
Orientar para eventuais e futuras pesquisas e para a preparação de trabalhos acadêmicos em Direito Civil.
Demonstrar a essencialidade do Direito Civil na formação jurídica, política e profissional.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Assimilar o princípio da responsabilidade civil como um dos mais antigos no universo jurídico, para fins de reparação decorrente de ato ilícito, que viole lei, contrato ou dever social.
2. Relacionar a responsabilidade civil com outros ramos do direito, como direito penal, trabalhista, ambiental e consumerista, para conhecer normas e princípios fundamentais, com o intuito de se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação a obrigação de reparação de danos.
3. Propiciar-lhe posicionamento crítico a respeito dos valores fixados na indenização por dano moral, assimilando os critérios de determinação do

montante, sem que se gere enriquecimento ilícito da vítima e sem que haja perda da proteção à vítima.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da proteção à integridade física, moral e psíquica da pessoa, em matéria de dano moral e dano material, reconhecendo-se a possibilidade de cumulatividade de pedidos.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da tutela de pessoas físicas e jurídicas, compreendendo os requisitos da responsabilidade civil subjetiva e objetiva, com aprofundamento nas hipóteses de atribuição de responsabilidade civil objetiva, com a aplicação da teoria do risco.
6. Fazê-lo refletir sobre as hipóteses de responsabilidade civil aquiliana e contratual, inclusive com a aplicação da lei consumerista, em diversos casos analisados.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Responsabilidade Civil.
1.1. Conceito de Responsabilidade Civil.
1.2. Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral.
1.3. Resenha Histórica da Responsabilidade Civil.
1.4. O Seguro de Responsabilidade.
1.5. Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal.
2. Princípios Fundamentais da Responsabilidade Civil.
2.1. Ato Ilícito e Conduta do Agente.
2.2. Dano.
2.2.1. Dano patrimonial.
2.2.2. Dano moral.
2.3. Culpa e Risco.
2.4. Nexo de Causalidade.
2.5. Abuso de Direito.
2.6. Excludentes da Responsabilidade Civil.
2.7. Da Responsabilidade Civil Objetiva. A Teoria do Risco.
3. Responsabilidade Extracontratual.
3.1. Responsabilidade por Fato de Outrem.
3.2. Responsabilidade por Danos Provocados por Animais.
3.3. Danos Causados por Edifícios e Construções.
3.4. Princípios da Liquidação de Danos.
3.5. Responsabilidade Civil por Homicídio.
3.6. Responsabilidade Civil por Danos Físicos.
3.7. Responsabilidade por Usurpação ou Esbulho.
3.8. Indenização por Ofensa à Honra.

3.9. Indenização por Ofensa à Liberdade Pessoal.
3.10. Acidentes de Trânsito.
3.11. Responsabilidade do Estado.
3.12. Danos no Direito de Família.
3.13. Danos Ambientais e Nucleares.
3.14. Danos aos Direitos Autorais. Internet.
4. Responsabilidade Contratual.
4.1. Inexecução das Obrigações.
4.2. Danos na Área da Saúde.
4.3. Responsabilidade Civil do Advogado.
4.4. Responsabilidade Civil nos Transportes.
4.5. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo.
4.6. Responsabilidade Civil dos Construtores e Incorporadores.
4.7. Responsabilidade das Instituições Bancárias.
5. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 7. MINHA BIBLIOTECA

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

DONIZETTI, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Tatiane. **Curso de Direito Civil**. Barueri: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

KRELLING NETO, Antonio Osmar. **Responsabilidade civil**: cibercrimes. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Contratos**: declaração unilaterial de vontades, responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 3). MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Estudo das teorias sobre educação de surdos, cultura surda, linguística da língua brasileira de sinais e ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos. Discussão de temas relevantes para o exercício da função do professor em diferentes instituições de ensino na promoção da educação inclusiva do aluno surdo. Vocabulário básico em LIBRAS.

II – OBJETIVOS GERAIS

(1) Compreender princípios teóricos - metodológicos relacionados a educação de surdos no ensino regular e na escola bilíngue ao ensino conceitos e práticas relacionados à educação da pessoa surda.
(2) Conhecer as idiossincrasias da comunidade e da cultura surda contribuindo para a inclusão social e educacional do surdo.

(3) Analisar de forma reflexiva as mudanças que ocorrem nas instituições e na sociedade a partir da inclusão da LIBRAS na educação dos surdos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(1) Desenvolver habilidades necessárias para a compreensão e aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em nível básico I.
(2) Possibilitar a compreensão ampla e consistente da importância da LIBRAS na constituição do sujeito surdo e, na aprendizagem da Língua Portuguesa.

IV – COMPETÊNCIAS

A disciplina capacita o aluno ao desenvolvimento inicial para o mundo da comunicação através do Sistema de Língua Brasileira de Sinais, com isso o impulsiona e o estimula a se aprofundar para obter mais uma ferramenta no intuito da melhoria na comunicação com seus clientes em sua profissão.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Oralismo.

Comunicação Total.

Educação Bilíngue.

Vocabulário em LIBRAS.

LINGUISTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Aspectos fonológicos e morfológicos da LIBRAS.

Categorias gramaticais: verbos, adjetivos, pronomes e classificadores.

Aspectos sintáticos: estrutura das frases em LIBRAS.

Vocabulário em LIBRAS.

VI – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Pratice Hall, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. MINHA BIBLIOTECA

SILVA, Rafael Dias. **Língua brasileira de sinais**: LIBRAS. São Paulo: Pearson, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. **Libras**. Curitiba: InterSaberes, 2017. BIBLIOTECA VIRTUAL

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello. (org.). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. MINHA BIBLIOTECA

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Herança**: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Penso, 2017. MINHA BIBLIOTECA

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007. MINHA BIBLIOTECA

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Gestão de Equipes de Trabalho (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

1) Empreendedorismo; Competências e comportamento dos empreendedores; Empreendedorismo e Liderança; Conceitos de liderança; Estudo das teorias de liderança; Liderança para organizações que aprendem; Planejamento e liderança; O processo de planejamento e Tipos de planejamento.

II – OBJETIVOS GERAIS

2) A disciplina tem por objetivo produzir conhecimentos necessários para desenvolvimento do senso crítico e capacidade de contextualização; pensamento sistêmico; visão estratégica; orientação para processos; orientação para as necessidades dos clientes; orientação para resultados; consciência ética e social; capacidade de identificar, analisar e solucionar problemas; trabalho em equipe; comunicação e expressão; desenvolvimento pessoal; orientação para o empreendedorismo e capacidade para influenciar pessoas.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo é o de promover o conhecimento dos principais comportamentos e atitudes observados em Líderes e em equipes de sucesso. Conhecimento das Teorias sobre liderança. Conhecimento dos variados tipos de liderança e das várias formas de estudo de liderança. Liderança situacional e para organização que aprende. Estimular o desenvolvimento de comportamentos e atitudes de liderança empreendedora no alunado.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º BIMESTRE

- Empreendedorismo

Definições e histórico de empreendedorismo

- Competências e comportamentos dos empreendedores

Perseverança

Iniciativa
Criatividade
Protagonismo
Energia
Rebeldia a padrões impostos
Capacidade de diferenciar-se
Comprometimento
Capacidade incomum de trabalho
Liderança
Orientação para o futuro
Imaginação
Proatividade
Tolerância a riscos moderados
Alta tolerância a ambigüidades e incertezas

2º BIMESTRE

- Empreendedorismo e Liderança
- Conceitos de liderança
- Estudo das teorias de liderança:

Traços de personalidade
Estilos de liderança
Liderança situacional

- Liderança para organizações que aprendem:

O líder como projetista
O líder como regente
O líder como professor
O desenvolvimento dos líderes

- Planejamento e liderança
- O processo de planejamento:

Definição dos objetivos
Análise da situação atual
Desenvolvimento de premissas
Análise das alternativas
Definição do plano de ação
Implementar o plano de ação
Avaliar os resultados

- Tipos de planejamento:

Estratégico
Tático
Operacional

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VI – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**: os novos horizontes em administração. São Paulo: Atlas, 2020. MINHA BIBLIOTECA

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e diferenciar na sua empresa. São Paulo: Empreende, 2020. MINHA BIBLIOTECA

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2016. MINHA BIBLIOTECA

SCHEIN, Edgar H. **Cultura Organizacional e Liderança**. Barueri: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2016. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

AGUIAR, Maria Aparecida de. **Psicologia aplicada à Administração**: uma abordagem multi-dicisplinar. São Paulo: Saraiva, 2005. MINHA BIBLIOTECA

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas**: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 2015. MINHA BIBLIOTECA

DORNELAS, José Carlos Assis. **Dicas essenciais de empreendedorismo**. São Paulo: Empreende, 2023. MINHA BIBLIOTECA

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis estratégicos. São Paulo: Atlas, 2016. MINHA BIBLIOTECA

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2013. MINHA BIBLIOTECA

SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. Curitiba: InterSaberes, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

A partir da aprovação da Lei 10.639/2003, torna-se necessário a formação para uma prática profissional e pedagógica sob a perspectiva das relações étnico-raciais no Brasil, abordando os seguintes elementos: a legislação a respeito das relações étnico-raciais no Brasil; cultura e história das populações indígenas no Brasil; a questão da terra indígena: problema social ou ambiental? Cultura e história das populações afrodescendentes no Brasil; racismo e relações raciais no Brasil (o mito da democracia racial); imagens, representações e estereótipos de negros e índios no Brasil; identidade, diferença, interação e diversidade nas relações étnico-raciais; escola e currículo para a promoção da igualdade racial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Caberá à disciplina Relações Étnico-Raciais no Brasil contribuir para:

- a formação de uma consciência crítica em relação às questões étnico-raciais no Brasil;
- o estudo das principais correntes teóricas brasileiras acerca dos temas de história e cultura indígena e afro-brasileira;
- uma futura prática profissional e pedagógica a partir da perspectiva do respeito ao multiculturalismo, bem como da promoção da igualdade étnico-racial na escola e na comunidade.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Espera-se que o aluno seja capaz, através desta disciplina, de:

- atuar em sua área profissional para a construção de uma identidade étnico-racial positiva, favorecendo, assim, a melhoria da condição de vida das minorias étnicas no Brasil, como afrodescendentes e indígenas;

- avaliar situações de conflitos interétnicos e promover ações que incentivem a igualdade e o respeito à diversidade no contexto escolar e institucional;
- compreender a relevância do papel da escola na promoção da igualdade racial, envolvendo-se pessoalmente nesse projeto.

IV - COMPETÊNCIAS

Ser capaz de compreender o estudo dos processos de construção de fronteiras e de identidades étnicas, procurando discutir os fatores que as modificam e determinam como as teorias e concepções nativas, a competição por recursos, a hierarquia e estratificação entre grupos assimétricos, o estabelecimento de tradições e culturas regionais, a intervenção disciplinar do Estado.

V - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 – Entender as relações étnico-raciais no Brasil através das legislações atuais

Questões iniciais: a invisibilidade do negro e do índio na história, na cultura e na sociedade brasileiras.

As Leis 10639/03 e 11645/08: O Ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas e dos Afrodescendentes no Brasil.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

2 – Cultura e história das populações indígenas no Brasil

Darcy Ribeiro e sua teoria sobre os índios no Brasil e o processo civilizatório.

O projeto pombalino no século XVIII, a imposição da língua portuguesa e a identidade reafirmada por meio da língua guarani.

A questão da terra indígena: problema social ou ambiental?

A condição das populações indígenas na sociedade brasileira.

Educação escolar indígena: diagnósticos, políticas públicas e projetos.

3 – Cultura e história das populações afrodescendentes no Brasil

Africanidades: alguns aspectos da História Africana dos Negros no Brasil.

Diáspora, travessia dos escravizados e o constrangimento de seres humanos à condição de objetos.

Resistência negra e o movimento abolicionista: acontecimentos antes e depois da Lei Áurea.

Estereótipos raciais a partir da escravidão no Brasil: o processo de marginalização do negro.
O racismo científico e as ideias eugenistas no Brasil.
O racismo à brasileira: o mito da democracia racial e o arco-íris brasileiro.
A condição dos afrodescendentes na sociedade brasileira.

4 – A educação das relações étnico-raciais
A Pedagogia da Exclusão: Imagens e representações do negro e do índio na literatura e na mídia.
Escola e a promoção da igualdade étnico-racial: estratégias e possibilidades.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII - BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

AMERICO JUNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziquel Antônio. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização**: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro. São Paulo: Selo Negro, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**. São Paulo: Magnoli, 2009. BIBLIOTECA VIRTUAL

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: InterSaberes, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23/01/2025. ONLINE

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: IBPEX, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

FONSECA, Dagoberto José. **Você conhece aquela?** a piada, o riso e o racismo à brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura Afro-Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

MELO, Alessandro de. **Fundamentos socioculturais da Educação**. Curitiba: IBPEX, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

OLIVEIRA, Ranieri Carli de. **Antropologia filosófica**. Curitiba: IBPEX, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 4º Semestre
DISCIPLINA: Educação Ambiental (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Organização e orientação para a elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.

II – OBJETIVOS GERAIS

Introduzir o aluno na visão de totalidade do processo educacional em sua inserção no contexto sociocultural.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término do curso, o aluno deverá ser capaz de:

- Compreender e estabelecer reflexões sobre a atividade docente em educação ambiental e deverá realizar projetos que abordem a questão ambiental em seus desdobramentos educativos, a respeito das propostas e desafios que hoje se apresentam nas práticas da Educação Ambiental no Brasil.
- Propor discussão do ensino da educação ambiental baseado na formação de um sujeito ecológico, portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, que incidem sobre o plano individual e coletivo.

IV - COMPETÊNCIAS

Promove o desenvolvimento profissional dos alunos através de propostas educacionais que valorizam a sua formação não mais baseada na racionalidade técnica, e sim em novos conhecimentos para a teoria e prática de

ensinar. Fornece a compreensão de que a atividade docente desta disciplina está associada a uma valorização humanitária, crítica, cultural e reflexiva, de acordo com as exigências do mundo contemporâneo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução a disciplina. A crise ambiental e a questão da consciência ambiental.
- Histórico da Educação Ambiental no Brasil. A década de 60 e o movimento ambientalista.
- Os caminhos da Educação Ambiental no Brasil. A agenda 21: instrumento para a transformação social.
- A educação ambiental segundo a lei n.º 9.795 /99. A educação ambiental como disciplina curricular e os parâmetros curriculares nacionais.
- O projeto pedagógico e a Educação Ambiental no ensino fundamental, médio e universitário.
- A interdisciplinaridade como eixo norteador de projetos em educação ambiental.
- O papel do professor em educação ambiental: a reflexão sobre a sua prática pedagógica. Teoria e prática docente para a educação ambiental.
- A Educação Ambiental e o desenvolvimento de diferentes valores e de comportamentos na relação humana com o meio ambiente.
- A educação Ambiental na educação formal e informal. Educação ambiental crítica. Educação, cidadania e justiça ambiental: a luta pelo direito da existência.
- Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Discussão dos planos de ação em educação ambiental
- Metodologia de Ensino para Educação Ambiental – Modelo de Concepção. Metodologia de Ensino para Educação Ambiental – Modelo de Ação.
- A epistemologia da educação ambiental e a ética ambiental. Atitude, comportamento e ação política: elementos para pensar a formação ecológica.
- O papel do conhecimento integrado da realidade e dos procedimentos baseados na investigação dos problemas ambientais, com a utilização de estratégias interdisciplinares.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII - AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente**: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2019. MINHA BIBLIOTECA

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Penso, 2012. MINHA BIBLIOTECA

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALBANUS, Lívia Lucina Ferreira. **Ecopedagogia**: educação e meio ambiente. Curitiba: InterSaberes, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. **Formação do professor como agente letrador**. São Paulo: Contexto, 2010. BIBLIOTECA VIRTUAL

CUNHA, Belinda Pereira; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação Ambiental no Brasil**: formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2015. BIBLIOTECA VIRTUAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Secretaria de Educação Fundamental). Parâmetros curriculares nacionais 5ª a 8ª séries. Vol. 4 (Ciências Naturais). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf. Acesso em 23/10/2023. ONLINE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º Semestre
DISCIPLINA: Procedimento Comum
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Atos de Comunicação Processual. Citação. Intimação. Audiência de conciliação e mediação. Resposta do réu. Revelia e Reconhecimento do Pedido. Fase de Saneamento. Das provas. Audiência de Instrução e Julgamento.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

- **IV – COMPETÊNCIAS**

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II**. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
- **V**. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII**. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VIII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atos de Comunicação Processual

2.1 Citação

2.1. Conceito e natureza

2.2. Destinatário da citação

2.3. Efeitos da citação

2.4. Modalidades de citação

2.5. Da forma de contagem dos prazos

3. Intimação

4. Audiência de conciliação e mediação

5. Resposta do réu

5.1. Espécies de defesa contra o processo e contra o mérito

5.2. Contestação

5.3. Reconvenção

4. Revelia e Reconhecimento do Pedido

4.1. Contumácia do Réu

4.2. Efeitos da revelia

4.3. Alteração do pedido

4.4. Reconhecimento da procedência do pedido

5. Fase de Saneamento

5.1. Providências Preliminares

5.2. Julgamento conforme o Estado do Processo

5.3. Extinção do Processo

5.4. Julgamento Antecipado da Lide

5.5. Julgamento Antecipado Parcial de Mérito

5.6. Saneamento do Processo

7. Das Provas

7.1. Conceito de prova

7.2. Princípios

7.3. Classificação geral das provas

7.4. Ônus da prova

7.5. Proposição, admissão e produção

8. Das provas em espécie

8.1. Prova Documental

8.2. Depoimento Pessoal

8.3. Prova Testemunhal

8.4. Prova Pericial

8.5. Inspeção Judicial

8.6. Indícios e Presunções

8.7. Depoimento Pessoal

8.8. Prova Testemunhal

8.9. Prova Pericial

8.10. Inspeção Judicial

8.11. Produção antecipada de provas

9. Audiência de Instrução e Julgamento

10. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Curso de direito processual civil; Vol. 1). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

RIBEIRO, Marcelo. **Processo Civil**. Rio de Janeiro: Método, 2024. MINHA BIBLIOTECA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro: Forense, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º Semestre
DISCIPLINA: Recuperação Judicial e Falência
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direito falimentar e recuperação da empresa: evolução. Preservação da empresa. Disposições comuns à falência e à recuperação de empresas. Análise da empresa em crise sob a ótica da recuperação judicial e extrajudicial. Aplicação da Lei nº 11.101/2005: aspectos processuais da legislação falimentar.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para a utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica específica;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Desenvolvimento de capacidade de julgamento e tomada de decisões;

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito empresarial, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito empresarial. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito empresarial.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do empresarial; os princípios norteadores do direito empresarial; a disciplina jurídica da atividade empresarial; a disciplina jurídica dos institutos da Falência e da Recuperação Judicial; os pontos em comuns dos institutos da falência e da recuperação judicial; a caracterização dos crimes falimentares;
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução
1.1. Ordem econômica e função social da empresa
1.2. Aspectos históricos do Direito Falimentar brasileiro
1.3. Lei de Falência e Recuperação de Empresas - Lei 11.101/2005

2. Aspectos comuns à Falência e à Recuperação de Empresas
2.1. Abrangência da Lei 11.101/2015 (art. 2º)
2.2. Juízo competente (art. 3º)
2.3. Administrador judicial – aspectos gerais
2.4. Comitê de credores
2.5. Assembleia geral de credores

3. Recuperação de Empresas
3.1. Recuperação judicial
3.1.1. Pedido de processamento

3.1.2. Plano de recuperação
3.1.3. Procedimento da recuperação judicial
3.1.4. Convolação da recuperação judicial em falência
3.2. Recuperação extrajudicial

4. Falência
4.1. Hipóteses legais de caracterização da falência (arts. 94 e 105)
4.2. Efeitos da sentença declaratória de falência
4.3. Arrecadação e custódia dos bens do falido
4.4. Pedido de restituição
4.5. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência
4.6. Classificação dos créditos na falência
4.7. Realização do ativo
4.8. Pagamento aos credores
4.9. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido
4.10. Crimes falimentares

5. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras - Lei 6.024/1974

6. Temas e casos práticos da área voltados para a realidade regional de inserção do curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa**: recuperação de empresas, falência e procedimentos concursais administrativos. São Paulo, SaraivaJur, 2024. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

OLIVEIRA FILHO, Paulo Furtado de (coord.); MORONI, Ana Beatriz Martucci Nogueira; ALMEIDA, Arthur Cassemiro Moura de; PIHA, Daniella. **Lei de recuperação e falência**: pontos relevantes e controversos da reforma pela lei 14.112/20. Indaiatuba: Foco, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo : SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**: falência e recuperação de empresas. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MINHA BIBLIOTECA

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. (Curso de Direito Comercial). MINHA BIBLIOTECA

DINIZ, Gustavo Saad. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

DINIZ, Gustavo Saad. **Grupos Societários**: da formação à falência. Barueri: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. MINHA BIBLIOTECA

GORNATI, Gilberto. **História da falência e da concordata no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2024. MINHA BIBLIOTECA

LIMA, Felipe Augusto Cruz. **Recuperação judicial e convolação em falência aplicadas às microempresas e empresas de pequeno porte**: a lei n. 11.101/05 após a lei n. 14.112/20. São Paulo: Dialética, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. São Paulo: Atlas, 2022. (Direito Empresarial Brasileiro. Vol. 3). MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Falência e recuperação de empresas**: aspectos objetivos da lei 11.101/2005. São Paulo, SaraivaJur, 2022. MINHA BIBLIOTECA

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Recuperação judicial**: dos objetivos ao procedimento, incentivos regulatórios do sistema de insolvência Brasileiro. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º Semestre
DISCIPLINA: Direito das Obrigações
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Classificação das obrigações. Prestação pecuniária. Dívida de valor. Transmissão das obrigações (cessão de crédito e débito). Efeitos das obrigações. Pagamento. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Consequências da inexecução.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Tratar do pagamento como único modo direito de adimplemento obrigacional: os sujeitos envolvidos, seu lugar, seu objeto, seus princípios.
2. Relacionar o adimplemento obrigacional, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
3. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito das obrigações.
4. Permitir ao aluno um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido o tema do adimplemento e das consequências do inadimplemento das obrigações.
5. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito das obrigações.
6. Conscientizar o aluno da importância da humanística das relações jurídicas e das sanções aplicáveis ao inadimplente.
7. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos modos de adimplemento obrigacional pela via indireta, suas diversas possibilidades e as vantagens e desvantagens de cada modo.
8. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na humanização do direito e nas novas tecnologias, concernentes à quitação, ao cumprimento das obrigações, às formas de pagamento.
9. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
10. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
11. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
12. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Adimplemento e Extinção das Obrigações.

1.1. Pagamento.

1.2. Pagamento em Consignação.

1.3. Pagamento com Sub-Rogação.

1.4. Imputação do Pagamento.

1.5. Dação em Pagamento.

1.6. Novação.

1.7. Compensação.

1.8. Confusão

1.9. Remissão das Dívidas.

2. Inadimplemento das Obrigações.

2.1. Mora.

2.2. Perdas e Danos.

2.3. Juros Legais.

2.4. Cláusula Penal

2.5. Arras ou Sinal.

3. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

 A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina,

tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: Obrigações e Responsabilidade Civil. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: Obrigações. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

MIRAGEM, Bruno. **Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e legislação civil em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Teoria Geral das Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 2). MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Fundamentos de Direito Civil). Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º Semestre
DISCIPLINA: Extinção da Punibilidade
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Ação pública e de iniciativa privada. Ação penal no crime complexo. Irretratabilidade da representação. Decadência do direito de queixa ou de representação. Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa. Perdão do ofendido. Extinção da punibilidade.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte geral do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da reabilitação penal, das medidas de segurança, da ação penal, das causas de extinção da punibilidade, inclusive das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Reabilitação.

1.1. Conceito.

1.2. Efeitos.

1.3. Prazo para Requisição.

1.4. Caso de Revogação.

2. Medidas de Segurança.

2.1. Conceito.

2.2. Espécies de Medidas de Segurança.

2.3. Imposição da Medida de Segurança para Inimputável.

2.4. Prazo da Medida.

2.5. Perícia Médica.

2.6. Desinternação ou Liberação Condicional.

2.7. Substituição da Pena por Medida de Segurança para o Semi-Imputável.

2.8. Direitos do Internado.

3. Ação Penal.

3.1. Distinção entre Ação Pública e Ação Privada.

3.2. Ação Penal no Crime Complexo.

3.3. Representação.

3.3.1. Irretratabilidade da Representação.

3.3.2. Decadência do Direito de Representação.

3.4. Direito de Queixa.

3.4.1. Decadência do Direito de Queixa.

3.4.2. Renúncia Expressa ou Tácita do Direito de Queixa.

3.5. Perdão do Ofendido.

4. Causas da Extinção da Punibilidade.

4.1. Morte do Agente.

4.2. Anistia, Graça ou Indulto.

4.3. Retroatividade de Lei que não mais Considera o Fato como Criminoso.

4.4. Renúncia do Direito de Queixa ou pelo Perdão Aceito.

4.5. Retratação do Agente.

4.6. Perempção.

4.7. Decadência.

4.8. Prescrição.

4.8.1. Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença.

4.8.2. Prescrição das Penas Restritivas de Direito.

4.8.3. Prescrição Depois de Transitar em Julgado Sentença Final Condenatória.

4.8.4. Termo Inicial da Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença Final.

4.8.5. Termo Inicial da Prescrição Após a Sentença Condenatória Irrecorrível.

4.8.6. Prescrição no caso de Evasão do Condenado ou de Revogação do Livramento Condicional.

4.8.7. Prescrição da Multa.

4.8.8. Redução dos Prazos de Prescrição.

4.8.9. Causas Impeditivas da Prescrição.

4.8.10. Causas Interruptivas da Prescrição.

4.9. Reabilitação.

4.10. Perdão Judicial.

5. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral (artigos 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral (dos artigos 1 ao 120). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

DINIZ, Augusta; VIANA, Ruth Araújo. **Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal**: parte geral (Arts. 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAIZMAN, Daniel. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: SaraivaJur, 2019. MINHA BIBLIOTECA

REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MINHA BIBLIOTECA

RODRIGUES, Cristiano. **Manual de Direito Penal**. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
> *5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º semestre
DISCIPLINA: Bases Procedimentais da Administração Pública – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Serviço público. Bens públicos. Restrições do Estado sobre a propriedade privada. Supremacia do interesse público e função social da propriedade. Limitação administrativa. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Tombamento. Servidão administrativa. Edificação ou parcelamento compulsório. Desapropriação. Processo administrativo. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa. Controle da Administração Pública.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Administrativo, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Administrativo; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Administrativo, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

➢

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito administrativo, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito administrativo. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito administrativo.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito administrativo e da administração pública enquanto célula.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações com a administração pública, inclusive as relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Serviço público.

1.1. Conceito de serviço público.

1.2. Titularidade do serviço e titularidade da prestação.

1.3. Serviços públicos por determinação constitucional.

1.3. Delegação do serviço: concessão, permissão e autorização.

1.4. Contratos de gestão. Convênio e consórcio administrativo. Terceirização na Administração Pública.

2. Bens públicos.

2.1. Conceito de bens públicos.

2.2. Classificação no Direito Brasileiro.

2.3. Afetação e desafetação dos bens públicos.

2.4. Aquisição de bens públicos.

2.5. Formas de alienação de bens públicos.

2.6. Formas de utilização de bens públicos.

2.7. Bens públicos em espécie.

2. Restrições do Estado sobre a propriedade privada.

2.1. Fundamentos

2.2. Modalidades: limitação administrativa, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa, edificação ou parcelamento compulsório, desapropriação: espécies (procedimento, indenização; imissão provisória na posse; retrocessão; desvio de finalidade e anulação).

3. Processo Administrativo.

3.1. Noções gerais.

3.2. Processo e procedimento.

3.3. Modalidades de processo administrativo.

3.4. Princípios do processo administrativo.

3.5. Fases do processo administrativo.

3.6. Processo administrativo disciplinar.

3.7. Processo sumário.

4. Responsabilidade civil, penal e administrativa.

4.1. Evolução da responsabilidade.

4.2. Dano indenizável.

4.3. Causas excludentes da responsabilidade.

4.4. Ação regressiva.

4.5. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.

5. Improbidade administrativa.

6. Controle da Administração Pública.

6.1. Controle interno.

6.2. Controle externo.

6.3. Controle legislativo: Comissão Parlamentar de Inquérito, pedido de informações, convocação de autoridades e fiscalização pelo Tribunal de Contas

6.4. Controle jurisdicional.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.

- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MAZZA, Alexandre. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende de. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Método, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Coleção Esquematizado). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BETTI, Bruno. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo facilitado**. Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

CARVALHO FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. Barueri: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte I. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 19). MINHA BIBLIOTECA

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte II. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 20). MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º Semestre
DISCIPLINA: Metodologia do Trabalho Acadêmico – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I - EMENTA

Esta disciplina trata da iniciação à pesquisa científica, proporcionando informações relativas à conceituação de ciência e de seus objetivos. A disciplina fornece fundamentação teórico-científica para a realização de trabalhos acadêmicos e introduz a linguagem científica por meio de uma visão geral das várias formas de planejamento de pesquisa.

II- OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o desenvolvimento das competências requeridas dos alunos, conforme definidas no Projeto Pedagógico do Curso/PPC, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas.

III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saber como elaborar um projeto de pesquisa, redigir e apresentar relatórios e trabalhos acadêmicos. Saber a relação da produção científica e o contexto histórico social. Saber empregar o instrumental básico para a realização adequada da pesquisa bibliográfica e organização de trabalhos pautados por princípios científicos mediante o uso da fundamentação teórico-científica.

IV- COMPETÊNCIAS

preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

percepção de diferentes contextos interculturais;

relação da cultura a nível global e local.

atividades de pesquisa de modo a relacionar teoria e prática.

utilização dos recursos da informática e das novas tecnologias;

realização da interdisciplinaridade

desenvolvimento da criatividade, do saber conviver em grupo e do aprender a aprender.

desenvoassimilação e articulação de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática da profissão e para prosseguir, se assim o desejar, estudos de pós-graduação

Concepção da importância das TDIC

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

História da ciência e das universidades.
Conhecimento científico versus senso comum. Pesquisa teórica versus pesquisa empírica.
Os quatro tipos de conhecimento: popular, filosófico, religioso e científico
A determinação histórica na produção do conhecimento.
O papel da ciência na sociedade atual. A ciência e a pós-modernidade.
Iniciação à pesquisa científica.
Teorias. Métodos.
Levantamento bibliográfico. Organização, funcionamento e uso da biblioteca.
A busca nas fontes de informação: primária, secundária e terciária.
A Internet e o ciberespaço, novo plano de captação da informação. Fontes de informação: Sibi (USP),Portal Periódicos da CAPES , IBICT , SCIELO , Web of Science, Normas ABNT
Introdução à estruturação do trabalho acadêmico.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência do conhecimento cientifico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho cientifico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. Barueri: Manole, 2018. MINHA BIBLIOTECA

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2015. BIBLIOTECA VIRTUAL

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2019. MINHA BIBLIOTECA

NASCIMENTO, Luiz Paulo D. **Elaboração de projetos de pesquisa**: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2020. MINHA BIBLIOTECA

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 5º semestre
DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo Penal – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Desenvolvimento histórico do processo penal. O processo como uma das formas de composição da lide penal. *Jus puniendi.* Unidade ou dualidade do processo penal. Princípios de direito processual penal. Eficácia da lei no tempo e no espaço. A interpretação da lei. Fontes da matéria.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização

de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito processual penal, sobretudo, sua teoria geral, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito processual penal e da justiça penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da pretensão punitiva do Estado, da lide penal, dos sistemas processuais, da norma processual penal, da humanização da justiça penal, inclusive, das relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Processo Penal.

   1.1. O Direito de Punir.
   1.2. Abordagem e Evolução Histórica do Direito Processual.

2. Pretensão Punitiva e Lide Penal.

   2.1. O Direito de Punir e o Direito de Liberdade.
   2.2. O Processo Penal como Instrumento da Pretensão Estatal.
   2.3. O Processo Penal como Garantia do Cidadão.
   2.4. Finalidade do Processo e o Devido Processo Legal.

3. Sistemas Processuais.

   3.1. Origem, Evolução Histórica, Importância.
   3.2. Do Processo Acusatório.
   3.3. Do Processo Inquisitivo.
   3.4. Do Processo Misto.
   3.5. O Juiz, o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
   3.6. Processo e Procedimento.
   3.7. Fases Da Persecução Penal.

4. Norma Processual Penal.

   4.1. Fontes das Normas Processuais.
   4.2. Leis Locais de Organização Judiciária.
   4.3. Aplicação da Lei Processual no Tempo.
   4.4. Aplicação da Lei Processual no Espaço.
   4.5. Interpretação da Lei Processual Penal.

5. A Constituição Federal e o Processo Penal.
   5.1. Princípios Constitucionais do Processo Penal.

6. A Humanização da Justiça Penal.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Elementos de processo penal**. Curitiba: InterSaberes, 2021. BIBLIOTECA VIRTUAL

REIS, Anna Carolina Gomes dos; MARINO, Aline Marques; RODRIGUES, Ana Luiza; SOUSA. Cássio Vinícius Steiner de; FEREIRA, Gabriel Bonesi; MACHADO, Lécio Silva. **Teoria Geral do Processo Penal**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

LOPES JUNIOR, Aury. **Fundamentos do Processo Penal**: introdução crítica. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Código de processo penal anotado**. São Paulo : Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SILVA, Rodrigo Otávio Monteiro da. **Teoria geral do processo**. Curitiba: InterSaberes, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Contratos em Geral
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Teoria geral dos contratos. Classificação dos contratos. Formação dos contratos. Efeitos dos contratos. Arras, vícios redibitórios e evicção. Extinção dos contratos.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente

compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIA

Assimilação dos elementos concernentes à Teoria Geral dos Contratos, suas normas e princípios e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas. Conhecimento das normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à Teoria Geral dos Contratos, permitindo um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido. Propiciar o conhecimento principiológico e da regulamentação da Teoria Geral dos Contratos. Conscientização da importância da tutela jurídica da Teoria Geral dos Contratos. Demonstração do domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Direito dos Contratos.
1.1. Conceito de Direito dos Contratos.
1.2. Fontes e Princípios de Direito dos Contratos.
1.3. Resenha Histórica de Direito dos Contratos.
2. Teoria Geral dos Contratos.
2.1. Conceito de Contrato.
2.2. Elementos Constitutivos e Pressupostos de Validade do Contrato.
2.3. Princípios Contratuais.
2.4. Interpretação dos Contratos.
3. Classificação dos Contratos.
4. Formação dos Contratos.
4.1. Vontade.
4.2. Silêncio.
4.3. Negociações Preliminares.
4.4. Proposta.
4.5. Aceitação.
5. Do Lugar em que se Reputa Celebrado o contrato.
6. Estipulação em Favor de Terceiro.
7. Promessa de Fato de Terceiro.
8. Vícios Redibitórios.
9. Evicção.
10. Contratos Aleatórios.
11. Contrato Preliminar.
12. Contrato com Pessoa a Declarar.
13. Extinção do Contrato.
13.1. Distrato.
13.2. Cláusula Resolutiva.
13.3. Exceção de Contrato não Cumprido.
13.4. Resolução por Onerosidade Excessiva.
14. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Contratos. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Contratos. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

GARCIA JR., Vanderlei. **Manual prático de contratos**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GOMES, Orlando. **Contratos**. Porto Alegre: Bookman, 2022. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: Contratos. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Contratos**: declaração unilaterial de vontades, responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 3). MINHA BIBLIOTECA

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Sentença e Recursos Civil
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Sentença e coisa julgada Teoria Geral dos Recursos. Processos no Tribunal. Precedentes. Incidente de resolução de demanda repetitiva. Conflito de competência. Embargos de declaração. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos Infringentes de ofício (incidente de colegialidade). Recursos para os tribunais superiores. Recurso especial. Recurso extraordinário. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Recurso ordinário. Embargos de divergência. Reclamação. Ação Rescisória.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sentença
1.1 Definição legal e classificação doutrinária
1.2 Sentença Definitiva e Terminativa
1.3 Estrutura e formalidades da sentença
1.4 Classificação
1.5 Efeitos

2. Coisa Julgada.
2.1 Coisa Julgada Formal e Material.
2.2 Limites da Coisa Julgada: Objetivos e Subjetivos.
3. Teoria Geral dos Recursos
3.1. Noções gerais

3.2. Princípios
3.3. Pressupostos (objetivos/ subjetivos)
3.4. Efeitos
3.5. Limites: objetivo e subjetivos
3.6. Remessa necessária

4. Processos no Tribunal
4.1. Precedentes
4.2. Incidente de resolução de demanda repetitiva
4.3. Conflito de competência

5. Embargos de declaração
6. Apelação
7. Agravo de instrumento
8. Agravo interno
9. Embargos Infringentes de ofício (incidente de colegialidade)

10. Recursos para os tribunais superiores
10.1. Recurso especial
10.2. Recurso extraordinário
10.3. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário
10.4. Recurso ordinário
10.5. Embargos de divergência

11. Reclamação

12. Ação Rescisória
12.1. Conceito
12.2. Pressupostos
12.3. Admissibilidade
12.4. Prazos e procedimento
12.5. Sentença nula de pleno direito

13. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do curso

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: execução, processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

JORGE, Mário Helton; CELEGATTO, Mario Augusto Quinteiro. **Manual teórico e prático da sentença cível**. Indaiatuba: Foco, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Excecução Forçada (Cumprimento de Sentença, Execução de títulos extrajudiciais), Processos nos Tribunais, Recursos, Direito Intertemporal**. Rio de Janeiro: Forense, 2025. (Curso de direito processual civil; Vol.3). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil**. São Paulo: Atlas, 2021. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

COSTA NETO, Raimundo Silvino da. **Sentença Cível**: estrutura e técnicas de elaboração. São Paulo: Método, 2016. MINHA BIBLIOTECA

DONIZETTI, Elpídio. **Redigindo a sentença cível**. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de. **Processo civil**: cumprimento de sentença execução. Rio de Janeiro: Processo, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

STOLZE, Pablo; VIANA, Salomão. **Manual da sentença cível**. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro: Forense, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Tributário
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. O sistema tributário na Constituição. Tributos: conceito legal, legislação tributária. O poder de tributar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária: fato gerador, elementos. Crédito tributário: conceito, suspensão, extinção, exclusão, garantias, privilégios e preferência.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Tributário, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Tributário; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Tributário, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito tributário, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito tributário. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito tributário.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito tributário; os princípios norteadores do direito tributário; a disciplina jurídica da atividade arrecadatória do Estado; os diversos tipos e espécies de tributos; os tributos nas esferas municipal, estadual e federal;
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução do Fenômeno da Tributação.
2. Conceito de Direito Tributário.
3. Autonomia do Direito Tributário.
4. Relações do Direito Tributário com outros Ramos do Direito.
5. Fontes do Direito Tributário: Materiais e Formais.
6. Princípios e Conceitos Fundamentais do Direito Tributário.
7. Sistema Constitucional Tributário.
7.1. Princípios Gerais.
7.2. Espécies Tributárias.
7.3. Legislação Tributária.
7.3.1. Leis, Tratados e Convenções Internacionais, Decretos e Normas Complementares.
7.3.2. Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária.

7.4. Poder de Tributar e os Limites do Poder de Tributar.
7.5. Competência Tributária.
8. Obrigação Tributária.
8.1. Fato Gerador e Elementos da Obrigação Tributária.
8.2. Responsabilidade Tributária.
9. Crédito Tributário.
9.1. Conceito e Natureza Jurídica.
9.2. Constituição do Crédito Tributário pelo Lançamento.
9.3. Suspensão do Crédito Tributário.
9.4. Extinção do Crédito Tributário.
9.5. Exclusão de Crédito Tributário.
9.6. Garantias, Privilégios e Preferências do Crédito Tributário.
10. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

ANDRADE, Rafael Barroso de. **Princípios estruturantes no direito tributário**: conceito e influências. São Paulo: Dialética, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

COÊLHO, Sacha Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da; ALBANO, Amanda. **Manual de Direito tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GLASENAPP, Ricardo. **Direito Tributário**. São Paulo: Pearson, 2019. BIBLIOTECA VIRTUAL

KFOURI JR., Anis. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2018. MINHA BIBLIOTECA

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário essencial**. Rio de Janeiro: Método, 2021. MINHA BIBLIOTECA

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2025. MINHA BIBLIOTECA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Proteção Penal ao Indivíduo
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra a pessoa. Homicídio. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. Infanticídio. Aborto e suas espécies. Lesão corporal. Crimes de perigo para a vida e a saúde. Rixa. Crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria. Crimes contra a liberdade individual: constrangimento ilegal, ameaça, sequestro, cárcere privado, redução a condição análoga à de escravo. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos. Crimes contra os costumes. Estupro. Atentado violento ao pudor. Posse sexual mediante fraude. Atentado ao pudor mediante fraude. Assédio sexual. Corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de pessoas. Ultraje público ao pudor. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização

das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos crimes contra a pessoa.
   1.1. Crimes contra a vida.
      1.1.1. Homicídio. Homicídio simples: generalidades, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo do tipo, caso de diminuição da pena. Homicídio qualificado: generalidades, qualificação pelos motivos determinantes do crime, qualificação

pelos meios de execução, qualificação em razão dos fins pelos quais a conduta é praticada. Homicídio culposo: generalidades, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo do tipo caso de aumenta da pena.

1.1.2. Induzimento, instigação ou auxilio ao suicídio: generalidades, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo do tipo, caso de aumenta da pena.

1.1.3. Infanticídio.

1.1.4. Aborto: aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; aborto provocado por terceiro; forma qualificada; aborto necessário; aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

1.2. Lesões corporais: conceito, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo, exclusão do crime, modalidades, ação penal. Crimes contra a violência doméstica (Lei nº 11340/2006).

1.3. Periclitação da vida e da saúde: perigo de contágio venéreo; perigo de contágio de moléstia grave; perigo para a vida ou saúde de outrem; abandono de incapaz; exposição ou abandono de recém-nascido; omissão de socorro; maus-tratos.

1.4. Rixa: conceito, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo, legítima defesa, crime qualificado.

2. Dos crimes contra a honra.

2.1. Calúnia, difamação e injúria: generalidades, conduta, elemento subjetivo.

2.2. Causas de aumento e Exclusão do crime.

2.3. Retratação.

3. Dos crimes contra a liberdade individual.

3.1. Crimes contra a liberdade pessoal: constrangimento ilegal, ameaça, seqüestro e cárcere privado, redução a condição análoga a de escravo. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.

3.2. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio (conceito, conduta, dissenso, clandestinidade e astúcia, sujeitos, elemento subjetivo, formas agravadas, excludentes da criminalidade, concurso de delitos),

3.3. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência. Generalidades, violação de correspondência, sonegação ou destruição de correspondência, violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica: observações sobre a Lei de Interceptação Telefônica – Lei nº 9.296/1996. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.

4. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

4.1. Crimes contra a liberdade sexual. Estupro. Violação sexual mediante fraude. Assédio sexual. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.

4.2. DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL. Estupro de vulnerável. Induzimento de vulnerável à satisfação à lascívia de outrem. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.

4.3. Ação penal. Aumento de pena.

4.4. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Mediação para servir a lascívia de outrem. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual. Casa de prostituição. Rufianismo. Tráfico internacional e interno de pessoa para fim de exploração sexual. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

4.3. Ultraje público ao pudor. Ato obsceno. Escrito ou objeto obsceno. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

4.4. Casos de aumento de pena

5. Dos crimes contra a família.

5.1. Crimes contra o casamento. Bigamia. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Simulação de casamento. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

5.2. Crimes contra o estado de filiação. Registro de nascimento inexistente. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido. Sonegação de estado de filiação. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

5.3. Crimes contra a assistência familiar. Abandono material. Entrega de filho menor a pessoa inidônea. Abandono intelectual. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

5.

4. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes. Subtração de incapazes. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial (artigos 121 ao 154-B) - Crimes contra a pessoa. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial (arts. 121º a 212). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: Parte Especial (dos artigos 121 ao 183). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 213 a 311-A) - Crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940: código penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 23/01/2025. ONLINE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Direito Individual do Trabalho
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Contrato individual de trabalho. Empregado e empregador. Contrato de Trabalho Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Aviso Prévio. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabilidade e Garantia de Emprego.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito do Trabalho, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Trabalho; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Trabalho, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito do trabalho, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito do trabalho. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito do trabalho.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do trabalho; os princípios norteadores do direito do trabalho, inclusive insculpidos na Constituição Federal; a história do direito do trabalho e a evolução dos direitos trabalhistas; as diversas espécies de tutelas na seara do direto do trabalho; os direitos trabalhistas protetivos na relação de emprego; as relações individuais e coletivas do trabalho; o papel do sindicato nas relações de trabalho; a evolução do direito do trabalho frente à modernização da legislação trabalhista.
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação trabalhista como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução Histórica do Direito do Trabalho.
1.1. Origem do Direito do Trabalho: Escravidão, Servidão, Corporações de Oficio, Locação de Serviços e o Contrato de Trabalho. Evolução do Direito do Trabalho no Brasil.
2. Fontes do Direito do Trabalho.
3. Princípios do Direito do Trabalho.
4. Definição e Natureza Jurídica do Direito do Trabalho.
5. Sujeitos do Contrato de Trabalho.

5.1 Empregado.
5.2 Empregador. Poder de Direção do Empregador: Formas de Manifestação.
6. Contrato de Trabalho. Definição. Natureza Jurídica. Características e Requisitos de Validade. Formação do Contrato de Trabalho.
6.1. Modalidades de Contrato de Trabalho (Prazo Determinado, Contrato de Trabalho Intermitente; Contrato de Trabalho por tempo parcial; Contrato de Trabalho Temporário.
7. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho.
8. Extinção do Contrato de Trabalho.
8.1 Formas de Extinção do Contrato de Trabalho. Pedido de Demissão. Extinção do Contrato Sem Justa Causa. Extinção por Contrato Por Justa Causa. Extinção do contrato por comum acordo.
9. Aviso Prévio.
10. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Conceito e Finalidades. Legislação Aplicável. Hipóteses de Levantamento.
11. Estabilidade e Garantia de Emprego. Formas Ativas.
12. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, Renee do Ó (coord.); PORTO, Noemia; LOURENÇO FILHO, Ricardo. **Direito Individual do Trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CASSAR, Vólia Bonfim. **CLT Organizada**: Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário essencial**. Rio de Janeiro: Método, 2021. MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
> *5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Métodos de Pesquisa – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/ aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/ aula

I – EMENTA

Iniciar o aluno no trabalho intelectual alicerçado na busca do conhecimento por meio da aplicação da metodologia científica. Capacitar o aluno a utilizar os instrumentos necessários à busca de informação, mostrar os tipos de pesquisa científica, apresentar os instrumentos para a coleta de dados e propiciar as bases necessárias para a compreensão dos fundamentos da metodologia científica.

3) II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver as habilidades para escrever um projeto de pesquisa. Possibilitar o conhecimento das diferentes fases de uma pesquisa, desde a pesquisa bibliográfica até à redação de um trabalho.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saber detalhar as etapas para a elaboração de um projeto de pesquisa. Mostrar as diversas técnicas de pesquisa. Estabelecer os procedimentos para a coleta, a apresentação, o tratamento e a interpretação de dados. Mostrar as etapas para a elaboração e a divulgação de um relatório de pesquisa.

IV – COMPETÊNCIAS

Preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

Percepção de diferentes contextos interculturais;

Relação da cultura a nível global e local;

Atividades de pesquisa, de modo a relacionar a teoria e a prática;

Utilização dos recursos da informática e das novas tecnologias;

Realização da interdisciplinaridade;

Desenvolvimento da criatividade, do saber conviver em grupo e do aprender a aprender;

Assimilação e articulação de conhecimentos teóricos, e metodológicos para a prática da profissão, e para prosseguir, se assim o desejar, os estudos de pós-graduação.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Método, metodologia e pesquisa: conceitos e definições.
Os diferentes tipos de pesquisa.
Explorando e detalhando os métodos de pesquisas qualitativas.

1.1. Análise do discurso.
1.2. Estudos de caso.
1.3. Estudos culturais e etnográficos.
1.4. A pesquisa-ação.
1.5. Os experimentos.
1.6. A pesquisa documental.
1.7. A pesquisa bibliográfica.

Explorando e detalhando os métodos de pesquisas quantitativas.

1.8. Os surveys.
1.9. Os websurveys.

O projeto de pesquisa.

1.10. A escolha do tema.
1.11. A problematização.
1.12. A formulação da hipótese.
1.13. A identificação de objetivos.
1.14. Os métodos e as técnicas: as escolhas metodológicas.
1.15. A justificativa.
1.16. O referencial teórico.
1.17. O cronograma de atividades.

Aspectos éticos envolvidos em pesquisas científicas.
A apresentação dos resultados de uma pesquisa.

1.18. A comunicação científica para a comunidade acadêmica.
1.19. A comunicação científica para a comunidade não acadêmica.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho cientifico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas 2024. MINHA BIBLIOTECA

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2019. MINHA BIBLIOTECA

NASCIMENTO, Luiz Paulo D. **Elaboração de projetos de pesquisa**: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2020. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. Barueri: Manole, 2018. MINHA BIBLIOTECA

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2015. BIBLIOTECA VIRTUAL

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Direito e Meio Ambiente – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Elementos de ecologia. O homem e o meio ambiente. O meio ambiente, a sociedade e o ensino superior. Consciência ecológica e educação ambiental. Ética ambiental e cidadania. Visão do meio ambiente. O direito e meio ambiente. Conceito legal de meio ambiente. Classificação do meio ambiente. Bens ambientais. Tutela constitucional do meio ambiente.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Assimilação dos elementos concernentes ao meio ambiente, suas normas e princípios e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas. Conhecimento das normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao meio ambiente, permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido. Propiciar o conhecimento da ética ambiental e cidadania. Conscientização da importância da tutela jurídica do Meio Ambiente. Demonstração do domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Elementos de Ecologia.

1.1. Meio Ambiente e Recursos Naturais.

1.2. Dinâmica Interna, Dinâmica Externa e Intemperismo.

1.3. Minerais, Cristais, Rochas e Solos.

1.4. Recursos Hídricos, Ecossistemas e Biodiversidade.

2. Economia e Natureza Ecológica.

2.1. Relação Homem-Natureza.

2.2. Economia como Subsistema da Natureza.

2.3. Padrões de Consumo e as Implicações Ambientais.

2.4. Externalidades Ambientais da Economia.

3. Consciência Ecológica e Educação Ambiental.

4. Ética Ambiental e Cidadania.

5. Visões do Meio Ambiente: Antropocêntrica, Ecocêntrica e Biocêntrica.

6. Conceito Legal de Meio Ambiente.

7. Classificação do Meio Ambiente.

8. Bens Ambientais.

9. A Tutela Constitucional do Meio Ambiente.

9.1. Competência Ambiental dos Entes Federativos no Brasil.

9.2. Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente**: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2019. MINHA BIBLIOTECA

CUNHA, Belinda Pereira; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

RECH, Adir Ubaldo; BUTZKE Alindo; GULLO, Maria Carolina. **Direito, economia e meio ambiente**: olhares de diversos pesquisadores. Caxias do Sul: Educs, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

CAIN, Michael L.; BOWMAN, William D.; HACKER, Sally D. **Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2018. MINHA BIBLIOTECA

MILLER, G.Tyler; SPOOLMAN, Scott E. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. MINHA BIBLIOTECA

RECH, Adir Ubaldo. **Cidade sustentável**: direito urbanístico e ambiental: instrumentos de planejamento. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

RECH, Adir Ubaldo. **Direito e economia verde**. Caxias do Sul: Educs, 2011. BIBLIOTECA VIRTUAL

RECH, Adir Ubaldo. **Estudos contemporâneos de direito urbanístico e ambiental**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 6º Semestre
DISCIPLINA: Ação Penal – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Persecutio criminis. Inquérito policial. Ação penal. Condições da ação. Rejeição da denúncia ou queixa. Extinção da punibilidade. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Organização judiciária. Os juízes, os auxiliares da justiça, o Ministério Público, os sujeitos processuais, o imputado, o defensor, o assistente. Processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Conflito de jurisdição.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito processual penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito processual penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito processual penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito processual penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Considerações Preliminares sobre a Persecução Penal.
2. Características e Formas da Persecução Penal.
4. Objeto da Investigação Policial.
5. Persecução Penal e o Fato Típico.
6. Inquérito e suas Modalidades.
7. A Investigação Policial e a Constituição Federal.
8. Inquérito Policial.
   8.1. Conceito, Natureza e Finalidade.
   8.2. Competência, Valor Probatório e Vícios.
9. Iniciativa de Instauração do Inquérito Policial.
   9.1. *Notitia Criminis*.
   9.2. Portaria.
   9.3. Auto de Prisão em Flagrante.
   9.4. Várias Modalidades de Requisição de Instauração.
   9.5. Termo Circunstanciado e a Lei nº 9.099/95.

10. Atos de Instrução do Inquérito Policial.
    10.1. Direcionamento, Conveniência e Oportunidade.
    10.2. Deveres da Autoridade Policial.
11. Encerramento do Inquérito Policial.
12. Endereçamento do Inquérito Policial.
13. Ação Penal.
    13.1. Conceito de Ação Penal.
    13.2. Condições da Ação Penal.
    13.3. Condições de Procedibilidade.
    13.4. Pressupostos Processuais.
14. Classificação das Ações Penais.
    14.1. Ação Penal Pública Incondicionada.
    14.2. Ação Penal Pública Condicionada.
    14.3. Ação Penal Privada e Subsidiária da Pública.
15. Titularidade das Ações Penais.
16. Conceito, Princípios das Várias Espécies de Ação.
17. Prazos e Causas de Extinção de Punibilidade.
18. Jurisdição e Competência Penal.
    18.1. Conceitos, Princípios e Características.
    18.2. Competência Material e Funcional.
    18.3. Prorrogação da Competência.
    18.4. Competência pelo Local da Infração.
    18.5. Competência por Prevenção.
    18.6. Competência pela Prerrogativa de Função.
    18.7. Conexão e Continência.
19. Organização Judiciária em Material Penal.
20. Juiz Criminal.
    20.1. Atribuições e Poderes do Juiz no Processo.
    20.2. Prerrogativas do Juiz no Processo Penal.
    20.3. A Busca da Verdade Real e o Juiz Criminal.
21. As Partes mo Processo Penal.
    21.1. Conceito de Partes.
    21.3. Capacidade Processual e Legitimação *Ad Causam, Ad processum* e Postulatória.
    21.4. Substituição Processual.
22. Ministério Público.
    22.1. Intervenção como Parte.
    22.2. Natureza e Funções Institucionais do Ministério Público.
    22.3. O Ministério Público como Fiscal da Lei.
23. O Acusado e eu defensor.
    23.1. Legitimação Passiva *Ad Causam*.
    23.2. O Réu e a Defesa Técnica.
    23.3. O Advogado do Réu
    23.4. O defensor constituído, dativo e *ad hoc*.
24. O Ofendido.
    24.1. O Assistente de Acusação.
    24.2. Admissibilidade e requisitos.
    24.3. Intervenção e Poderes do Assistente do Ministério Público.
25. Dos auxiliares da justiça

25.1. Dos funcionários e serventuários da justiça
25.2. Dos peritos e intérpretes
25. Processos Incidentes.
26. Questões Prejudiciais.
27. Exceções.
28. Conflito de Jurisdição.
29. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito processual penal esquematizado**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Elementos de processo penal**. Curitiba: InterSaberes, 2021. BIBLIOTECA VIRTUAL

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Processo Penal**: procedimentos, nulidades e recursos. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Cumprimento de Sentença e Processo de Execução
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Execução. Regras gerais. Princípios informadores da execução. Responsabilidade patrimonial. Sujeitos do processo de execução. Espécies de execução: entrega de coisa, quantia certa, obrigação de fazer, alimentos, fazenda pública. Petição inicial. Citação. Arresto. Penhora. Avaliação. Arrematação. Pagamento: adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, dinheiro. Suspensão da execução. Remição da execução, remição de bens e remissão. Insolvência. Ações prejudiciais à execução.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Execução Forçada – Introdução

2. Execução em geral

2.1 Processo de execução e cumprimento da sentença

2.2 Requisitos da execução

2.3 Títulos executivos

2.4 Competência

2.5 Princípios da execução

3. Liquidação da sentença

4. Responsabilidade patrimonial. Fraudes

5. Execução de quantia certa contra devedor solvente (extrajudicial)

5.1 Petição inicial e estrutura procedimental

5.2. Penhora, avaliação, alienação e adjudicação

5.3 Remição, suspensão e extinção da execução

5.4 Embargos à execução

5.5 Demais meios de defesa do devedor

5.6 Exceção de pré-executividade

5.7. Ação anulatória

6. Execução de quantia certa contra devedor solvente (judicial)

6.1 Cumprimento da sentença

6.2 Impugnação

7. Execução para entrega de coisa

8. Execução das obrigações de fazer e não fazer

9. Execução da prestação alimentícia

10. Noções de execução contra a Fazenda Pública

11. Noções de execução fiscal

12. Noções de execução por quantia certa contra devedor insolvente

13. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: execução, processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: processo de conhecimento e procedimentos especiais. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Excecução Forçada (Cumprimento de Sentença, Execução de títulos extrajudiciais), Processos nos Tribunais, Recursos, Direito Intertemporal**. Rio de Janeiro: Forense, 2025. (Curso de direito processual civil; Vol.3). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil**. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de. **Processo civil**: cumprimento de sentença execução. Rio de Janeiro: Processo, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro: Forense, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Tributos em Espécie
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Os tributos em espécie. Tributos federais: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre a Renda e os Proventos de qualquer natureza, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Contribuições Sociais, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas. Tributos estaduais: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Tributos municipais: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Tributário, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Tributário; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Tributário, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito tributário, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II**. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito tributário. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito tributário.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito tributário; os princípios norteadores do direito tributário; a disciplina jurídica da atividade arrecadatória do Estado; os diversos tipos e espécies de tributos; os tributos nas esferas municipal, estadual e federal;
- **V**. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII**. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tributos Federais.

1.1. Imposto de Importação: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.2. Imposto de Exportação: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.3. Imposto sobre a Renda e os Proventos de Qualquer Natureza: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.4. Imposto sobre Produtos Industrializados: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.5. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.7. Contribuições Sociais: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.8. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.9. Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

2. Tributos Estaduais.

2.1. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

2.2. Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

2.3. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

3. Tributos Municipais.

3.1. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

3.2. Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

3.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

4. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades

complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da; ALBANO, Amanda. **Manual de Direito tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

COÊLHO, Sacha Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário completo**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário essencial**. Rio de Janeiro: Método, 2021. MINHA BIBLIOTECA

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SILVA, Renato Barbosa. **Tributos no Brasil e a reforma tributária**: desafios, perspectivas e a tecnologia. São Paulo: Dialética, 2024. MINHA BIBLIOTECA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Contratos Civil e Empresarial
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Contratos em espécie. Classificação: contratos nominados e inominados. Contratos civis e empresariais. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Contrato de transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais. Contratos Bancários. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia. Leasing e Factoring.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Ampla assimilação do conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Percepção das novas dimensões do desenvolvimento sustentável, compreendendo a saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência, diversidade cultural e meio ambiente. Conscientização da relação entre meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção ambiental, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

VI – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Compra e Venda.

1.1. Disposições Gerais.

1.2. Cláusulas Especiais à Compra e Venda: Retrovenda, Venda a Contento e Sujeita a Prova, Preempção ou Preferência, Venda com Reserva de Domínio, Venda Sobre Documentos.

2. Troca ou Permuta.

3. Contrato Estimatório.

4. Doação.

4.1. Disposições Gerais.

4.2. Revogação da Doação.

5. Locação de Coisas.

6. Empréstimo.

6.1. Comodato.

6.2. Mútuo.

7. Prestação de Serviço.

8. Empreitada.

9. Depósito.

9.1. Depósito Voluntário.

9.2. Depósito Necessário

10. Mandato.

10.1. Disposições Gerais.

10.2. Obrigações do Mandatário.

10.3. Obrigações do Mandante.

10.4. Extinção do Mandato.

10.5. Mandato Judicial.

11. Comissão.

12. Agência e Distribuição.

13. Corretagem.

14. Transporte.

14.1. Disposições Gerais.

14.2. Transporte de Pessoas.

14.3. Transporte de Coisas.

15. Seguro.

15.1. Disposições Gerais.

15.2. Seguro de Dano.

15.3. Seguro de Pessoa.

16. Constituição de Renda.

17. Jogo e a Aposta.

18. Fiança.

18.1. Disposições Gerais.

18.2. Efeitos da Fiança.

18.3. Extinção da Fiança.

19. Transação.

20. Compromisso.

21. Atos Unilaterais.

21.1. Promessa de Recompensa.

21.2. Gestão de Negócios.

21.3. Pagamento Indevido.

21.4. Enriquecimento Sem Causa.

22. Noções Gerais de Contrato por Adesão, Contrato de Construção, Contrato de Incorporação Imobiliária, Contrato de Edição, Contrato de Representação Dramática.

23. Contratos Bancários.

24. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia.

25. Arrendamento Mercantil (Leasing).

26. Factoring.

27. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

GARCIA JR., Vanderlei. **Manual prático de contratos**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: Contratos. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa**: títulos de crédito e contratos empresariais. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Contratos**: declaração unilaterial de vontades, responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 3). MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Contratos. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Contratos. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

GOMES, Orlando. **Contratos**. Porto Alegre: Bookman, 2022. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Fundamentos de Direito Civil; Vol. 3.). MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Proteção Penal ao Patrimônio
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra o patrimônio. Furto, roubo e extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Estelionato e fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a propriedade intelectual. Crimes contra a organização do trabalho.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte especial do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos crimes contra o patrimônio, dos crimes contra a propriedade imaterial, dos crimes contra a organização do trabalho, dos crimes contra a incolumidade pública, inclusive, das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos crimes contra o patrimônio.

1.1. Furto: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, furto qualificado, furto de coisa comum.
1.2. Roubo e extorsão: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, extorsão mediante seqüestro, extorsão indireta.
1.3. Usurpação: alteração de limites, usurpação de águas, esbulho possessório, supressão ou alteração de marcas em animais.
1.4. Dano: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, dano qualificado, introdução ou abandono de animais em propriedade alheia, dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico, alteração de local especialmente protegido.
1.5. Apropriação indébita: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, caso de aumento de pena, apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza, apropriação de tesouro, apropriação de coisa achada.
1.6. Estelionato e fraudes: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, disposição de coisa alheia como própria, alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria, defraudação de penhor, fraude na entrega de coisa, fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro, fraude no pagamento por meio de cheque, duplicata simulada, abuso de incapazes, induzimento à especulação, fraude no comércio, fraudes do artigo 176 do CP, fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações, emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”, fraude à excecução.
1.7. Receptação: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, receptação qualificada.

2. Dos crimes contra a propriedade imaterial.

2.1. Crimes contra a propriedade intelectual: violação de direito autoral, usurpação de nome ou pseudônimo alheio.

3. Crimes contra a organização do trabalho.

3.1. Atentado contra a liberdade de trabalho.
3.2. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
3.3. Atentado contra a liberdade de associação.
3.4. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.
3.5. Paralisação de trabalho de interesse coletivo.
3.6. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.
3.7. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.
3.8. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.
3.9. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.
3.10. Aliciamento para o fim de emigração.

3.11. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.

4. Dos crimes contra a incolumidade pública.
   4.1. Dos crimes de perigo comum
      4.1.1. Incêndio. Aumento de pena. Modalidade culposa
      4.1.2. Explosão. Aumento de pena. Modalidade culposa
      4.1.3. Uso de gás tóxico ou asfixiante
      4.1.4. Fabrico. Fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante
      4.1.5. Inundação. Perigo de inundação.
      4.1.6. Desabamento ou desmoronamento.
      4.1.7. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento. Difusão de doença ou praga.
   4.2. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.
      4.2.1. Perigo de desastre ferroviário. Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte. Arremesso de projétil. Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico.
   4.3. Dos crimes contra a saúde pública.
      4.3.1. Epidemia.
      4.3.2. Infração de medida sanitária preventiva.
      4.3.3. Omissão de notificação de doença.
      4.3.4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.
      4.3.5. Substância destinada à falsificação. Outras substâncias nocivas à saúde pública
      4.3.6. Medicamento em desacordo com receita médica. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica
      4.3.7. Charlatanismo. Curandeirismo.

5. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades

complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 155 a 212) - Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial (arts. 121º a 212). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: Parte Especial (dos artigos 121 ao 183). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal**: dos crimes contra o patrimônio aos crimes contra a propriedade imaterial. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 9. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940: código penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 23/01/2025. ONLINE

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Direito Tutelar e Coletivo do Trabalho
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direito Tutelar do Trabalho: jornada de trabalho, repousos em geral; banco de horas; salário e remuneração; participação nos lucros da empresa; adicionais de hora extra, noturno, insalubridade, periculosidade; prescrição trabalhista; Direito coletivo do trabalho: origens históricas dos sindicatos. As especificidades dos sindicatos na sociedade brasileira. Conceito, características e natureza sócio-jurídica do contrato coletivo de trabalho. Contrato coletivo de trabalho e formas de solução dos conflitos trabalhistas: convenção, acordo, negociações coletivas e formas alternativas de resolução de conflitos. A extensão do campo da negociação coletiva nas sociedades contemporâneas. Conflitos do trabalho e direito de greve na sociedade brasileira.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito do Trabalho, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Trabalho; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Trabalho, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito do trabalho, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II**. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito do trabalho. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito do trabalho.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do trabalho; os princípios norteadores do direito do trabalho, inclusive insculpidos na Constituição Federal; a história do direito do trabalho e a evolução dos direitos trabalhistas; as diversas espécies de tutelas na seara do direto do trabalho; os direitos trabalhistas protetivos na relação de emprego; as relações individuais e coletivas do trabalho; o papel do sindicato nas relações de trabalho; a evolução do direito do trabalho frente à modernização da legislação trabalhista.
- **V**. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação trabalhista como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII**. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Jornada de Trabalho.

2.1. Conceito.

2.2. Horas Extraordinárias: Hipóteses de Ocorrência.

2.3. Jornada Noturna.

2.4. Turnos Ininterruptos de Revezamento.

2.5. Empregados Excluídos das Regras de Proteção da Jornada.

2.6. Horas de Sobreaviso e Prontidão.

3. Períodos de Descanso.

3.1. Intervalos Intrajornada e Interjornada.

3.2. Descanso Semanal Remunerado.

3.3. Férias Anuais.

3.4. Banco de Horas.

4. Salário e Remuneração.

4.1. Conceito.

4.2. Formas de Estipulação.

4.3. Equiparação Salarial.

4.4. Proteção ao Salário.

5. Prescrição Trabalhista.

6. Segurança e Medicina do Trabalho.

6.1 Adicional de Insalubridade e Periculosidade

7. Direito Coletivo do Trabalho

7.1 Princípios do Direito Coletivo do Trabalho.

7.2. Organização Sindical Brasileira.

7.3 Conflitos Coletivos de Trabalho. Solução dos Conflitos Coletivos. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho.

8. Direito de Greve.

9. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BENATTO, Pedro Henrique Abreu. **Direito do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

CASSAR, Vólia Bonfim. **CLT Organizada**: Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MOTA, Vinicius. **Direito do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
> *5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Desenvolvimento Sustentável – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Desenvolvimento sustentável: novas dimensões a serem compreendidas: saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência, diversidade cultural e meio ambiente. O problema do desenvolvimento sustentável e os problemas ambientais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Ampla assimilação do conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Percepção das novas dimensões do desenvolvimento sustentável, compreendendo a saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência, diversidade cultural e meio ambiente. Conscientização da relação entre meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção ambiental, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Desenvolvimento Sustentável: Um Paradigma em Construção.

1.1. A Linha do Tempo da Sustentabilidade.

1.2. Premissas da Sustentabilidade.

1.3. Sustentabilidade na Perspectiva Econômica.

1.4. Sustentabilidade na Perspectiva Social.

1.5. Sustentabilidade na Perspectiva Ambiental.

1.6. Sustentabilidade na Perspectiva Política.

2. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável na Doutrina Nacional e Estrangeira.

3. Fusão do Direito do Desenvolvimento com o Direito Internacional Ambiental: Criação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável GATT de 1946.

3.1. Conferência de Bandoeng.

3.2. Rodada de Tóquio do GATT.

3.3. Princípios da Desigualdade Compensadora, Não Proporcionalidade das Obrigações entre os Países do Norte e do Sul e Formação de um Sistema Geral de Preferências.

3.4. Conferência de Estocolmo de 1972.

3.5. Estruturação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

3.6. Conteúdo Conceitual.

4. Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

4.1. A Questão da Saúde.

4.2. A Questão da Educação.

4.3. Expectativa de Vida.

4.4. Coesão Social.

4.5. Condições Materiais de Existência.

4.6. Diversidade Cultural e Meio Ambiente.

5. O Desenvolvimento Sustentável e os Problemas Ambientais.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

HADDAD, Paulo Roberto. **Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2015 MINHA BIBLIOTECA

MENDONÇA, Francisco; DIAS, Mariana Andreotti. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Curitiba: InterSaberes, 2019. BIBLIOTECA VIRTUAL

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos; SPINOLA, Ana Luiza Silva. **Direito Ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

BERTÉ, Rodrigo; SILVEIRA, Augusto Lima da. **Meio ambiente**: certificação e acreditação ambiental. Curitiba: InterSaberes, 2017. BIBLIOTECA VIRTUAL

CUNHA, Belinda Pereira; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014. BIBLIOTECA VIRTUAL

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

FRANCO, Dmitri Montanar. **Responsabilidade legal pelo dano ambiental**: a aplicação das excludentes de responsabilidade. São Paulo: Edgard Blücher, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MILLER, G.Tyler; SPOOLMAN, Scott E. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. MINHA BIBLIOTECA

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI**: no Brasil e no Mundo. São Paulo: Edgard Blücher, 2018. BIBLIOTECA VIRTUAL

ROSA, André Henrique; FRACETO; Leonardo Fernandes. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012. MINHA BIBLIOTECA

SGS ACADEMY. **Meio ambiente e qualidade de vida**. São Paulo: Pearson, 2015. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 7º Semestre
DISCIPLINA: Provas Processuais Penais – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Prisão. Liberdade provisória. Teoria da prova. Provas processuais penais em espécie. Exame de corpo de delito. Interrogatório do réu. Confissão. Prova testemunhal. Prova documental. Prova pericial. Busca e apreensão. Citações, intimações e notificações. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimentos comuns da competência do Juiz singular e do Tribunal do Júri. Procedimentos especiais para crimes apenados com reclusão e detenção. Procedimento das contravenções.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do

Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito processual penal, sobretudo, o instituto das provas, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito processual penal e da justiça penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da prisão penal, dos mecanismos legais para restabelecimento da liberdade da lide penal, das considerações preliminares sobre a prova penal, dos sistemas processuais, do exame de corpo de delito, do interrogatório do acusado, da confissão e do ofendido, das provas testemunhal, pericial e documental, do reconhecimento de pessoas e coisas, da acareação e indícios, da busca e apreensão, do processo e procedimentos em matéria penal, inclusive, das relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Prisão Penal.

   1.1. Conceito e Modalidades.
   1.2. Prisão Cautelar e Prisão Processual.
   1.3. Princípios e Legalidade da Prisão.
   1.4. Prisão em Flagrante.
   1.5. Prisão Temporária ou Provisória.
   1.6. Prisão Preventiva.
   1.7. Prisão por Sentença de Pronúncia.
   1.8. Prisão por Força de Sentença Condenatória Recorrível.
   1.9. Prisão por Força de Sentença Condenatória Irrecorrível.

2. Mecanismos Legais para Restabelecimento da Liberdade.

   2.1. Liberdade Provisória.
   2.2. Princípios Norteadores do Instituto.
   2.3. Casos em que o Agente se Livra Solto.
   2.5. Relaxamento da Prisão em Flagrante.
   2.6. Conversão da Prisão Temporária em Preventiva.
   2.7. A Liberdade Provisória com ou sem Vinculação.
   2.8. A Revogação da Prisão Preventiva.

3. Considerações Preliminares sobre a Prova Penal.

   3.1. Conceito e Objeto da Prova Penal.
   3.2. Classificações e Meios de Prova.
   3.3. As Fases do Procedimento Probatório.
   3.4. A Constituição Federal e os Meios de Prova.
   3.5. Teoria dos “Frutos da Árvore Envenenada”.
   3.6. Teoria da Razoabilidade ou Proporcionalidade.
   3.7. Ônus da Prova.
   3.8. O Sujeito Passivo e o Ônus da Prova.
   3.9. Sistemas de Apreciação.
   3.10. Princípios da Prova Penal.

4. Exame de Corpo de Delito.

   4.1. Exames Periciais.
   4.2. Realização das Perícias.
   4.3. Exames Necroscópicos.
   4.4. Outras Perícias.

5. Interrogatório do Acusado

5.1. Natureza e Conceito.
5.2. Oportunidade.
5.3. Características e Formalidades.
5.4. O Interrogatório e a Ampla Defesa.

6. Da confissão e do ofendido.

6.1. Conceito.
6.2. Confissão Qualificada.

7. Prova Testemunhal.

7.1. Conceito e Classificação.
7.2. Número e Espécies.
7.3. Impedimentos.
7.4. Deveres das Testemunhas.
7.5. Valor Probatório.
7.6. Oportunidade para o Questionamento da Prova.
7.7. As alterações introduzidas pelas Leis 11.690/08 e 11.900/09

8. Reconhecimento de Pessoas e Coisas

9. Acareação e Indícios

10. Prova Documental.

10.1. Conceito de Documento.
10.2. Forma e Espécies.
10.3. Normas Procedimentais.
10.4. Incidente de Falsidade.

11. Prova Pericial.

11.1. Perícias em Geral.
11.2. Natureza Jurídica.
11.3. Conceito e Importância das Perícias.
11.4. Valoração da Prova Pericial.
11.5. Obrigatoriedade da Perícia.
11.6. Indícios e Presunções.

12. Busca e Apreensão.

12.1. Conceito, Iniciativa e Execução.
12.2. Objeto da Diligência.
12.3. Busca Domiciliar.
12.4. Busca Pessoal.
12.5. A Constituição Federal e os Direitos Individuais.

13. Citações, Intimações e Notificações em Processo Penal.

14. Processo e Procedimento em Matéria Penal.

14.1. Pressupostos Processuais.
14.2. Formas Procedimentais.
14.3. Procedimento Comum. Ordinário, sumário, sumaríssimo.
14.4. Procedimento da Competência do Tribunal do Júri.
14.4.1. Da Acusação e da Instrução Preliminar. Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Do Alistamento dos Jurados. Desaforamento. Da Organização da Pauta. Do Sorteio e da Convocação dos Jurados. Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença. Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri. Da Instrução em Plenário e dos debates. Do Questionário e sua Votação dos quesitos. Sentença.
14.5. Procedimentos Especiais.
12.5.1. Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
12.5.2. Crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Crimes.
12.5.3. Crimes contra a propriedade imaterial
12.5.4. Restauração de autos extraviados ou destruídos
14.6. Procedimento das Contravenções.

15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PEDROSO, Fernando de Almeida. **Prova Penal**: doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2017. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2023. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. MINHA BIBLIOTECA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Elementos de processo penal**. Curitiba: InterSaberes, 2021. BIBLIOTECA VIRTUAL

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito processual penal esquematizado**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Tutela Provisória de Urgência e Evidência / Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

1. Princípios e Formas de Jurisdição de Urgência no CPC. Espécies de Tutela Provisória: Urgência e Evidência. Teoria geral dos procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa na legislação codificada e extravagante

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística da família como célula
V. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
VI. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VII. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VIII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
IX. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
X. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tutela provisória

1.1 Tutela de urgência

1.2 Tutela de evidência

2. Noções de Procedimentos Especiais

1. Técnicas legislativas de construção dos procedimentos especiais

2. Jurisdição contenciosa e voluntária

3. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e o CPC

3.1. Ação de consignação em pagamento

3.2. Ação de exigir contas

3.3 Ações possessórias

3.4. Manutenção e reintegração de posse

3.5. Interdito proibitório

3.6. Ação de usucapião

3.7. Ação de divisão e demarcação de terras particulares

3.8. Inventário e partilha

3.9. Embargos de terceiro

3.10. Habilitação

3.11. Restauração de autos

3.12. Ação monitória

3.13. Dissolução parcial de sociedade

3.14. Oposição

3.15. Ações de família

3.16. Homologação de penhor legal

3.17. Regulação de avaria grossa

4. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **O novo Processo Civil Brasileiro**: exposição sistemática do processo - de conhecimento; nos tribunais; de execução; da tutela provisória. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: processo de conhecimento e procedimentos especiais. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: teoria geral. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SMANIOTTO, Melissa Andréa. **Procedimentos especiais e extrajudiciais**. São Paulo: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Procedimentos especiais - Codificados (Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária); Legislação Extravagante (Arbitragem, Juizados Especiais, Ações Constitucionais, Ações Coletivas e Ações Imobiliárias)**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Curso de direito processual civil; Vol. 2). MINHA BIBLIOTECA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Curso de direito processual civil; Vol. 1). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Tutela provisória no CPC**. São Paulo: Saraiva, 2018. MINHA BIBLIOTECA

MAZINI, Paulo Guilherme. **Tutela da evidência**. São Paulo: Almedina, 2020. MINHA BIBLIOTECA

SAMPAIO JR., José Herval. **Tutelas de Urgência**: Sistematização das Liminares. São Paulo: Atlas, 2011. MINHA BIBLIOTECA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Processo de Conhecimento do Trabalho
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Princípios e singularidades do direito processual do trabalho. Organização judiciária do trabalho. Ministério Público do Trabalho. Jurisdição. Competência. Processo. Procedimento. Atos e fatos processuais. Prazos processuais. Nulidades. Partes. Litisconsórcio. Assistência. Substituição processual. Petição inicial. Defesa do reclamado. Exceções. Reconvenção. Audiência de conciliação e instrução. Prova. Sentença. Requisitos. Coisa julgada.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Trabalhista, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Trabalhista; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Trabalhista, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual do trabalho, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual do trabalho. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual do trabalho.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual do trabalho; sua autonomia frente ao direito processual civil; os princípios norteadores do direito processual do trabalho, a aplicação subsidiária do direito processual civil; as diversas espécies de tutelas na seara do direto processual do trabalho; as técnicas e os procedimentos inerente aos dissídios trabalhistas; as ações individuais e coletivas no processo trabalho; o papel da Justiça do Trabalho; a evolução do direito processual do trabalho frente à modernização da legislação trabalhista.
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação processual trabalhista como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução Histórica do Direito Processual do Trabalho.

2. Princípios do Direito Processual do Trabalho.

3. Organização da Justiça do Trabalho.

3.1. Órgãos da Justiça Laboral.

3.2. Varas do Trabalho.

3.3. Tribunal Regional do Trabalho.

3.4. Tribunal Superior do Trabalho.

4. Jurisdição e Competência.

4.1. Jurisdição e Competência Internacional.

4.2. Competência Interna: Critérios Objetivo, Territorial e Funcional.

5. Ação e Processo Trabalhista.

5.1. Conflitos Trabalhistas e suas Formas de Solução: Comissões de Conciliação Prévia, Mediação, Arbitragem e Jurisdição.

5.2. Ações Trabalhistas: Dissídios Individuais e Coletivos.

5.3. Classificação das Ações, Elementos e Condições da Ação.

5.4. Processo Trabalhista: Nomenclatura, Classificação, Partes e Procuradores. Litisconsórcio. Substituição Processual. Honorários Advocatícios. Justiça Gratuita e Assistência Judiciária Gratuita. Nulidades, Atos, Termos e Prazos Processuais.

6. Processo de Conhecimento.

6.1. Tipos de Procedimento. Procedimento Sumaríssimo e Procedimento Sumário.

6.2. Fase Postulatória: Petição Inicial e Respostas do Réu.

6.2.1. Requisitos da Petição Inicial.

6.2.2. Modalidades de Defesa e Espécies de Resposta. Exceções. Reconvenção.

6.3. Audiência Trabalhista.

6.4. Provas.

6.5. Conciliação.

6.6. Alegações ou Razões Finais.

6.7. Sentença e Coisa Julgada.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020. MINHA BIBLIOTECA

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do trabalho**: recursos trabalhistas, execução trabalhista e ações de rito especial. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de Direito e Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CASSAR, Vólia Bonfim. **CLT Organizada**: Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho sintetizado**. Rio de Janeiro: Método, 2018. MINHA BIBLIOTECA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de Direito e Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2022. MINHA BIBLIOTECA

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Recursos e Execução Penal
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Sentença e coisa julgada. Nulidades. Recursos (duplo grau, ações impugnativas autônomas – diferenças, natureza jurídica, conceito, características, princípios, efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, condições recursais e pressupostos recursais). Recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação: habeas corpus, mandado de segurança contra ato jurisdicional e revisão criminal. Execução penal.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do

Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito processual penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito processual penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito processual penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito processual penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sentença Penal.

1.1. Conceito e Classificações.
1.2. Requisitos Formais.
1.3. Os Efeitos da Sentença.
1.4. Correlação entre a Denúncia e a Decisão.
1.5. Sentença Absolutória.
1.6. Sentença Condenatória.
1.7. Sentença Absolutória Imprópria.
1.8. Sentença Penal e Perdão Judicial.
1.9. Publicação da Sentença.
1.10. Intimação da Sentença.
1.11. Retificação da Sentença.

2. Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material em Processo Penal.

3. Nulidades no Processo Penal.

- 3.1. Conceito, Legalidade e Instrumentalidade.
- 3.2. Classificações.
- 3.3. Sistema Legal.
- 3.4. Princípios Decorrentes.
- 3.5. Nulidades em Espécie.
  - 3.5.1. Considerações prévias.
  - 3.5.2. Natureza Jurídica.
  - 3.5.3. Incompetência, Suspeição e Suborno do Juiz.
  - 3.5.4. Ilegitimidade de Parte.
  - 3.5.5. Falta das Fórmulas.
  - 3.5.6. Nulidades no Procedimento do Júri.
  - 3.5.7. Defeito nas Fórmulas após a Sentença Recorrível.
  - 3.5.8. Nulidades nos Tribunais.
  - 3.5.9. Omissão de Formalidade Essencial.
  - 3.5.10. Argüição, Saneamento e Efeitos.
  - 3.5.11. Nulidades Relativas e Absolutas.
  - 3.5.12. Atos irregulares e inexistentes
- 3.6. Efeitos do seu Reconhecimento.
- 3.7. Oportunidade e Conseqüência.
- 3.8. Princípios Norteadores.
- 3.9. O “pas de nulitée sans grieff”.
- 3.10. Convalidação e Preclusão Temporal.

4. Recursos em Geral.

- 4.1. Teoria Geral dos Recursos.
- 4.2. Conceito, Natureza, Pressupostos.
- 4.3. As Condições da Ação e os Recursos no Processo Penal.

5. Recursos em Espécie.

- 5.1. Recursos Previstos no Código de Processo Penal.
  - 5.1.1. Do recurso em sentido estrito.
  - 5.1.2. Apelação.
  - 5.1.3. Embargos.
  - 5.1.4. Revisão criminal.
  - 5.1.5. Carta testemunhável.
- 5.2. Recursos Previstos nos Regimentos Internos dos Tribunais.
- 5.3. Recursos Previstos na Constituição Federal.
- 5.4. Dos agravos. Instrumento, em execução e regimental
- 5.5. Instrumentos de tutela da Liberdade individual.
  - 5.5.1. Habeas Corpus
  - 5.5.2. Mandado de Segurança
  - 5.5.3. Habeas Data.

6. Processo de Execução Penal.

6.1. Lei de Execução Penal.
6.2. Guia de Recolhimento e a Execução do Julgado.
6.3. Comentários à Lei nº 7.210/84.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Processo Penal**: procedimentos, nulidades e recursos. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BRITO, Alexis Couto. **Execução Penal**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. MINHA BIBLIOTECA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito processual penal esquematizado**. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Proteção Penal aos Interesses Sociais
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública: falsificação de documento público e particular. Falsidade ideológica. Uso de documento falso.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de

persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

1.1. Crimes contra o sentimento religioso: ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

1.2. Crime contra o respeito aos mortos: impedimento ou perturbação de cerimônia funerária, violação de sepultura, destruição, subtração ou ocultação de cadáver, vilipêndio a cadáver.

2. Dos crimes contra a paz pública.

2.1. Incitação ao crime.

2.2. Apologia de crime ou criminoso.

2.3. Quadrilha ou bando.

3. Crimes contra a fé pública.

3.1. Moeda falsa: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, crimes assimilados ao de moeda falsa, petrechos para falsificação de moeda, emissão de título ao portador sem permissão legal.

3.2. Falsidade de títulos e outros papéis públicos.

3.3. Falsificação documental.

3.4. Outras falsidades previstas no CP.

4. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 155 a 212) - Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 213 a 311-A) - Crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial (arts. 213º a 359-T). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal**: parte especial (Arts. 235 a 359H). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a fé pública até a crimes contra a administração pública. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Direito Previdenciário
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução histórica da previdência social. A previdência social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. Prestações relativas a acidente do trabalho. Repercussões no contrato de trabalho. A responsabilidade decorrente do acidente de trabalho. Ação judicial acidentária.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Previdenciário, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Previdenciário; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Previdenciário, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito previdenciário, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito previdenciário. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito previdenciário.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito previdenciário; os princípios norteadores do direito previdenciário; a disciplina jurídica da Previdência e Seguridade Social; os diversos tipos e espécies de benefícios; os reflexos do dos institutos de direito previdenciário no contrato de trabalho, especialmente o acidente de trabalho;
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Previdência Social: Conceito, Denominação, Divisão, Natureza Jurídica.

2. Previdência Social no Brasil e no Mundo.

2.1. Evolução da Previdência Social.

2.2. Origens e Desenvolvimento Histórico da Previdência Social no Brasil.

3. Conceitos Básicos de Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

4. Peculiaridades das Normas de Previdência Social.

5. Beneficiários da Previdência Social.

5.1. Segurado.

5.2. Dependentes.

5.3. Inscrições do Segurado Obrigatório.

5.4. Inscrições do Segurado Facultativo.

5.5. Inscrições dos Dependentes.

5.6. Filiação.

5.7. Perda da Qualidade de Segurado.

6. Custeio da Previdência Social.

7. Prestações da Previdência Social e Benefícios.

7.1. Período de Carência.

7.2. Salário Benefício.

7.3. Renda Mensal dos Benefícios.

7.4. Reajustes dos Benefícios.

7.5. Pagamento dos Benefícios.

7.6. Cumulação de Benefícios.

7.7. Prescrição.

7.8. Tempo de Serviço e Contagem Recíproca.

7.9. Auxílio-Doença.

7.10. Aposentadoria por Invalidez.

7.11. Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

7.12. Aposentadoria por Idade.

7.13. Aposentadoria Especial.

7.14. Auxílio Acidente.

7.15. Pensão por Morte.

7.16. Pensões Especiais.

7.17. Salário-Maternidade.

7.18. Salário-Família.

7.19. Auxílio Reclusão.

8. Acidente de Trabalho.

8.1. Teorias que Fundamentam a Proteção do Acidentado.

8.1.1. Culpa Aquiliana.

8.1.2 Teoria do Contrato.

8.1.3. Responsabilidade pelo Fato da Coisa.

8.1.4. Teoria do Risco Profissional.

8.1.5. Teoria do Risco de Autoridade.

8.1.6. Seguro Social.

8.2. Evolução da Legislação Acidentária no Brasil.

8.3. Definição de Acidente de Trabalho.

8.4. Prestações Relativas a Acidente do Trabalho.

8.4.1. Auxílio-Doença.

8.4.2. Aposentadoria por Invalidez Acidentária.

8.4.3. Auxílio Doente.

8.4.4. Abono Anual Do Acidentário.

8.5. Valor do Benefício.

8.6. Garantia de Emprego.

8.7. Estabilidade.

8.8. Cancelamento do Benefício.

8.9. Ação Judicial Acidentária.

9. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de

leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito previdenciário**: seguridade social. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SANTOS, Marisa Ferreira. **Direito Previdenciário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Coleção Esquematizado). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários**. São Paulo: Saraiva, 2023. MINHA BIBLIOTECA

ALENCAR, Hermes Arrais. **Direito Previdenciário para concursos**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Método, 2024. MINHA BIBLIOTECA

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. São Paulo: Manole, 2011. MINHA BIBLIOTECA

PORTO, Rafael Vasconcelos; ARAUJO, Gustavo Beirão. **Manual de direito previdenciário**. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Direitos Reais
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Posse: origem e evolução histórica. Teorias principais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos. Sujeito e objeto da posse. Posse e sua classificação. Aquisição, efeitos e perda da posse. Proteção possessória. Classificação dos direitos reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habilitação. Direito do promitente comprador do imóvel. Penhor. Hipoteca. Anticrese. A concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização

de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Compreender normas e princípios norteadores do direito das coisas, assimilando as características dos direitos reais em comparação com os direitos obrigacionais.
2. Alcançar entendimento sobre a posse, a sua natureza jurídica e seus efeitos, inclusive por seu caráter social e a sua importância no cumprimento do princípio da função social da propriedade.
3. Dominar as características e a importância social do direito real de propriedade, sua origem e a sua evolução, em consonância com o princípio da segurança jurídica e com as garantias e direitos individuais protegidos pela Constituição Federal.
4. Propiciar-lhe conhecimento dos limites do direito real de propriedade, decorrentes da relativização desse direito, para fazer valer o núcleo essencial de outros direitos fundamentais, como ocorre no direito de vizinhança e na proteção do meio ambiente, do bem comum e do interesse público.
5. Conscientizar o aluno da importância dos demais direitos reais, aqueles que recaem sobre coisa alheia, tornando o domínio limitado.
6. Fazê-lo conhecer os direitos reais de garantia, suas espécies, caracteres, modos de aquisição e de extinção, ressaltando-se a importância do registro público para a oponibilidade (defesa do direito) em face de qualquer pessoa.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Direito das Coisas.

1.1. Conceito de Direito das Coisas.

1.2. Fontes e Princípios de Direito das Coisas.

1.3. Resenha Histórica de Direito das Coisas.

2. Posse.

2.1. Origem e Evolução Histórica.

2.2. Teorias Principais sobre a Posse.

2.3. Conceito e Natureza Jurídica.

2.4. Elementos.

2.5. Sujeito e Objeto da Posse.

2.6. A Posse e sua Classificação.

2.7. Aquisição da Posse.

2.8. Efeitos da Posse.

2.9. Perda da Posse.

2.10. Transmissão da Posse.

2.11. Ações Possessórias.

2.12. Proteção da Posse através de Outras Ações.

3. Classificação dos Direitos Reais.

4. Propriedade.

4.1. Direito de Propriedade – Caracterização Geral.

4.2. Função Social da Propriedade.

4.3. Limitações do Direito de Propriedade.

4.5. Aquisição da Propriedade Imóvel.

4.5.1. Aquisição por Usucapião.

4.5.2. Aquisição pelo Registro do Título.

4.5.3. Aquisição por Acessão: Ilhas, Aluvião, Avulsão, Álveo Abandonado, Construções e Plantações.

4.6. Aquisição da Propriedade Móvel.

4.6.1. Usucapião.

4.6.2. Ocupação.

4.6.3. Achado do Tesouro.

4.6.4. Tradição.

4.6.5. Especificação.

4.6.6. Confusão, Comistão e Adjunção.

4.7. Perda da Propriedade.

4.8. Direitos de Vizinhança.

4.8.1. Uso Anormal da Propriedade.

4.8.2. Árvores Limítrofes.

4.8.3. Passagem Forçada.

4.8.4. Passagem de Cabos e Tubulações.

4.8.5. Águas.

4.8.6. Limites entre Prédios e do Direito de Tapagem.

4.8.7. Direito de Construir.

4.9. Condomínio Geral: Voluntário e Necessário.

4.10. Condomínio Edilício.

4.11. Do Condomínio em Multipropriedade.

4.12. Propriedade Resolúvel.

4.13. Propriedade Fiduciária.

5. Superfície.

6. Direito de Laje.

7. Servidões: Constituição, Exercício e Extinção.

8. Usufruto: Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Usufrutuário, Extinção do Usufruto.

9. Uso.

10. Habitação.

11. Direito do Promitente Comprador.

12. Penhor, Hipoteca e Anticrese.

12.1. Penhor:

12.1.1. Constituição, Direitos e Obrigações do Credor Pignoratício, Extinção do Penhor.

12.1.2. Penhor Rural, Penhor Industrial e Mercantil, Penhor de Direitos e Títulos de Crédito, Penhor de Veículos, Penhor Legal.

12.2. Hipoteca: Hipoteca Legal, Registro da Hipoteca, Extinção da Hipoteca, Hipoteca de Vias Férreas.

12.3. Anticrese.

13. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, conforme Lei nº 11.481, de 2007.

14. Concessão de Direito Real de Uso, conforme Lei nº 11.481, de 2007.

15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: direitos reais. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Direitos Reais. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil**: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: coisas. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil**: direito das coisas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Instituições de Direito Civil; Vol. 4). MINHA BIBLIOTECA

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

TEPEDINO, Gustavo. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Fundamentos do Direito Civil; Vol. 5.). MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades

interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
>
> *(...)*
>
> *6) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
>
> *7) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

e. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
f. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
g. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
h. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos: Negociação e Mediação – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O curso de Mediação tem como finalidade proporcionar conhecimentos básicos na área de Mediação, Conciliação e Negociação, como instrumentos voltados às soluções alternativas dos conflitos de interesse. Definições de negociação. Abordagem ganhos mútuos. Competição versus Cooperação. Matriz de Negociações Complexas. Etapas da Negociação – Preparação, criação de Valor, Distribuição de Valor e Implementação.

II – OBJETIVOS GERAIS

A disciplina tem como objetivos gerais a transmissão das noções gerais, princípios e regras do novo direito processual civil, numa abordagem interdisciplinar da mediação e demais temas relacionados. Utilizar o modelo da abordagem de ganhos mútuos na negociação, em diferentes contextos de uma organização, somados aos objetivos específicos a seguir descritos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estimular estudo da mediação, assegurando um arcabouço de conhecimento que possibilite a análise crítica e a escolha dos instrumentos alternativos adequados ao alcance efetivo da ordem jurídica justa, na busca da solução dos conflitos de interesses ou da transformação do conflito. Definir negociação. Abordar o conceito de ganho mútuo. Diferenciar contextos de competição e cooperação. Compreender as matrizes de negociações complexas e identificar as etapas da negociação e suas manifestações.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, dos métodos alternativos de resolução de conflitos, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos dos métodos alternativos de resolução de conflitos brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística dos métodos alternativos de resolução de conflitos.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A teoria geral do conflito:
- A cultura da pacificação;
- Princípios constitucionais.

2. A comunicação:
- CNJ e a IN 125/2010: Políticas Públicas.

3. Meios alternativos da solução de conflitos:
- Aspectos gerais;
- Histórico;
- Relevância.

4. Negociação:
- Preparação;
- Criação de Valor;
- Distribuição de Valor;
- Implementação.

5. Conciliação.

6. Mediação:
- Origem;
- Princípios;
- Modelos;
- tipos;
- Etapas.

7. Mediador

8. Mediação
- Técnicas;
- Regime jurídico.

9. Mediação familiar.

10. Mediação civil e empresarial.

11. Mediação Penal

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DALLEGRAVE, Caroline Alessandra Taborda dos Santos. **Mediação e arbitragem**: procedimentos, aplicabilidade, análise econômica e comportamental da utilização e a cultura da resolução de conflitos no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

MELLO, Cleyson de Moraes. **Mediação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Processo, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

SALLES, Carlos Alberto; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.); WATANABE, Kazuo (coord.); LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação Judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. MINHA BIBLIOTECA

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. **Mediação e gerenciamento do processo**: revolução na prestação jurisdicional: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2013. MINHA BIBLIOTECA

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. São Paulo: Érica, 2021. MINHA BIBLIOTECA

MUNIZ, Joaquim de Paiva. **Arbitragem e mediação**: temas controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, 2014. MINHA BIBLIOTECA

PIMENTEL, Roberto Luís de Oliveira. **Negociação e mediação**: conflitos difusos e coletivos. Rio de Janeiro: DelRey, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

ROCHA, Caio Cesar Vieira. **Arbitragem e mediação**: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem**: mediação, conciliação e negociação. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 8º semestre
DISCIPLINA: Participação Política e Meio Ambiente – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Instrumentos da política de proteção ambiental. Zoneamento ecológico econômico. Áreas de proteção ambiental. O estudo de impacto ambiental. O relatório de impacto ambiental. Estudo de casos. Experiência brasileira. Os planos diretores dos Municípios, a participação popular e a publicidade.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Assimilação dos elementos concernentes ao meio ambiente, suas normas e princípios e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos em relação às Políticas Ambientais. Conhecimento das normas e princípios fundamentais dos instrumentos de política ambiental para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao meio ambiente, permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido. Propiciar o conhecimento da classificação e as espécies de instrumentos de política ambiental. Demonstração do domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos das medidas de política ambiental.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Instrumentos da Política de Proteção Ambiental.
1.1. Conceito de Instrumento de Política.
1.2. Classificação dos Instrumentos de Política Ambiental.
1.2.1. Instrumentos Corretivos.
1.2.2. Instrumentos Preventivos.
1.2.3. Instrumentos de Potencialização do Uso dos Recursos.
1.2.4. Instrumentos de Persuasão.
1.3. Espécies de Instrumentos de Política Ambiental – Art. 9º da Lei nº 6.938/1981.
1.3.1. O Estabelecimento de Padrões de Qualidade Ambiental.
1.3.2. O Zoneamento Ambiental.
1.3.3. A Avaliação de Impactos Ambientais.
1.3.4. O Licenciamento e a Revisão de Atividades Efetiva ou Potencialmente Poluidoras.
1.3.5. Os Incentivos à Produção e Instalação de Equipamentos e a Criação ou Absorção de Tecnologia, Voltados para a Melhoria da Qualidade Ambiental.
1.3.6. A Criação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas.
1.3.7. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.
1.3.8. O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
1.3.9. As Penalidades Disciplinares ou Compensatórias ao Não Cumprimento das Medidas Necessárias à Preservação ou Correção da Degradação Ambiental.
1.3.10. A Instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser Divulgado Anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
1.3.11. A Garantia da Prestação de Informações Relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a Produzi-las, quando inexistentes.
1.3.12. O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais.

1.3.13. Instrumentos Econômicos, como Concessão Florestal, Servidão Ambiental, Seguro Ambiental e Outros.
2. Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) – Decreto nº 4.297, de 10 de Julho de 2002.
2.1. Objetivos e Princípios.
2.2. Processo de Elaboração.
2.3. Conteúdo do ZEE.
2.4. Uso, Armazenamento, Custódia e Publicidade dos Dados e Informações.
3. Áreas de Proteção Ambiental.
4. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
4.1. Natureza.
4.2. Procedimento Administrativo.
4.3. Estudos de Casos.
5. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
5.1. Natureza.
5.2. Procedimento Administrativo.
5.3. Estudos de Casos.
6. O Plano Diretor Municipal e a Proteção ao Meio Ambiente.
6.1. Conceito e Finalidade do Plano Diretor.
6.2. A Questão Ambiental na Elaboração do Plano Diretor.
6.3. A Participação Popular no Processo de Elaboração.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente**: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2019. MINHA BIBLIOTECA

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Direitos humanos e meio ambiente**: minorias ambientais. Barueri: Manole, 2017. MINHA BIBLIOTECA

RECH, Adir Ubaldo. **Direito e ambiente**: políticas de cidades socioambientalmente sustentáveis. Caxias do Sul: Educs, 2017. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

LUNELLI, Carlos Alberto; MARIN, Jeferson Dytz. **Ambiente, políticas públicas e jurisdição**. Caxias do Sul: EDUCs, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

ROSA, André Henrique; FRACETO; Leonardo Fernandes. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Teoria geral dos procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa na legislação codificada e extravagante. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária na legislação codificada e extravagante.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II**. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
- **IV.** Conscientizar o aluno da importância da humanística da família como célula
- **V.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
- **VI**. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VII.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VIII**. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **IX.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **X.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e o CPC

1.1 Alienações judiciais

1.2. Separação e divórcio consensual

1.3 Testamentos e codicilos

1.4. Herança jacente

1.5 Bens dos ausentes

1.6. Coisas vagas

1.7. Curatela dos interditos

1.8 Organização e fiscalização das fundações

2. Procedimentos Especiais em legislação esparsa:

2.1. Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

2.2. Juizados Especiais Cíveis Federais.

2.3. Ações Constitucionais.

2.4. Ações Locatícias.

3. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII - BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: Bookman, 2024. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Processo civil**: procedimentos especiais. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de. **Processo civil**: procedimentos especiais. Rio de Janeiro: Processo, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Procedimentos especiais - Codificados (Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária); Legislação Extravagante (Arbitragem, Juizados Especiais, Ações Constitucionais, Ações Coletivas e Ações Imobiliárias)**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Curso de direito processual civil; Vol. 2). MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de. **Lições de processo civil**: processo de execução e procedimentos especiais. Rio de Janeiro: Processo, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; DELLORE, Luís. **Teoria geral do processo contemporâneo**. Barueri: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **O Novo CPC e o Direito Civil**. Rio de Janeiro: Método, 2016. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Direito Ambiental
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução histórica da legislação do meio ambiente no Brasil. O conceito e os princípios de Direito Ambiental. Fontes do Direito Ambiental. Direito ambiental na Constituição Federal. Bens ambientais. Responsabilidade civil, penal e administrativa em Direito Ambiental. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental. Áreas de prevenção ambiental permanente. Limitações e restrições ao direito de propriedade em razão do Direito Ambiental. Meio ambiente natural: flora, fauna, águas e ar.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Ambiental, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Ambiental; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Ambiental, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do

Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão e a importância do Direito Ambiental, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Ambiental. Compreensão de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Ambiental, com uma visão crítica e consciência sociopolítica. Entendimento dos fundamentos Constitucionais da Responsabilidade Administrativa em Matéria Ambiental. Compreensão do regime da Responsabilidade Administrativa em Face de Conduta e Atividades Consideradas Lesivas ao Meio Ambiente. Entendimento sobre o controle Administrativo Repressivo no Âmbito Infraconstitucional.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos Introdutórios.

1.1. Direitos Difusos e Coletivos.

1.2. Fenômeno da Jurisdição Coletiva.

1.3. Direito Ambiental como Integrante dos Direitos Difusos e Coletivos.

1.4. Histórico do Movimento Ambientalista.

1.5. Ordenação Brasileira do Direito Ambiental.

2. Definição de Meio Ambiente.

3. Natureza Jurídica do Direito Ambiental.

4. Princípios de Direito Ambiental na Constituição Federal de 1988.

5. Fontes de Direito Ambiental.

6. O Desenvolvimento Sustentável.

7. Bens Ambientais.

7.1. Classificação: Bens Públicos, Privados e Difusos.

7.2. A Natureza do Bem Ambiental.

8. Sistema Nacional do Meio Ambiente – Política Nacional do Meio Ambiente.

9. Responsabilidade Civil em Direito Ambiental.

9.1. Responsabilidade Civil Objetiva pelos Danos Ambientais.

9.2. Responsabilidade Solidária da Administração por Danos ao Meio Ambiente.

9.3. Excludentes da Responsabilidade Solidária da Administração.

10. Responsabilidade Penal em Direito Ambiental.

10.1. Distinção entre Ilícito Civil e Ilícito Penal.

10.2. Tutela Penal do Meio Ambiente.

10.3. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.

11. Responsabilidade Administrativa em Direito Ambiental.

11.1. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade Administrativa em Matéria Ambiental.

11.2. Poder de Polícia em Matéria Ambiental.

11.3. Regime da Responsabilidade Administrativa em Face de Conduta e Atividades Consideradas Lesivas ao Meio Ambiente.

11.4. Controle Administrativo Repressivo no Âmbito Infraconstitucional. Embargos de Obras. Interdições de Atividades. Fechamento de Estabelecimentos.

12. Competência em Matéria Ambiental.

13. Licenciamento Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

13.1. EIA/RIMA.

13.2. Natureza.

13.3. Procedimento Administrativo.

13.4. Audiência Pública.

14. Zoneamento Ambiental e Espaços Especialmente Protegidos.

15. A Flora.

15.1. Conceito e Características.

15.2. Natureza Jurídica.

15.3. Classificação.

15.4. Código Florestal.

16. A Fauna.

16.1. Conceito e Características.

16.2. Natureza Jurídica.

16.3. Finalidades.

16.4. A Caça.

17. Recursos Hídricos.

17.1. Classificação.

17.2. Competência.

17.3. O Meio Marinho e as Águas Doces.

18. Poluição Sonora.

18.1. Conceito.

18.2. Natureza Jurídica.

18.3. As Formas de Meio Ambiente Afetadas.

19. Poluição Visual.

19.1. Conceito.

19.2. Natureza Jurídica.

19.2. Limitações ao Direito de Propriedade e de Expressão.

20. Poluição Atmosférica.

20.1. Conceito.

20.2. Natureza Jurídica.

21. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. MINHA BIBLIOTECA

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. MINHA BIBLIOTECA

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos; SPINOLA, Ana Luiza Silva. **Direito Ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016. MINHA BIBLIOTECA

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Legislação de direito ambiental**. São Paulo: Rideel, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

STRUCHEL, Andrea Cristina de Oliveira. **Licenciamento ambiental municipal**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Direito ambiental empresarial**. São Paulo: SaraivaJur, 2017. MINHA BIBLIOTECA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Direito Internacional Público
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução histórica do direito internacional público. Fontes. Relações entre o direito internacional e o direito interno. Sujeitos. Os Estados. Teoria geral do reconhecimento de Estado. Direitos e deveres dos Estados. Restrições aos direitos dos Estados. O dever de não intervenção. Soberania e supremacia territorial. Domínio terrestre, aéreo, marinho e fluvial do Estado. Áreas que estão fora da jurisdição dos Estados. Organizações internacionais. Responsabilidade internacional dos Estados. Litígios internacionais. Nacionalidade. Condição jurídica dos estrangeiros. Proteção internacional dos direitos humanos.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Internacional Público, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Internacional Público; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Internacional Público, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito internacional público, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito internacional público, permitindo ao aluno um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito internacional público.
4. Conscientizar o aluno da importância humanística do direito internacional público, com suas normas inclusive costumeiras, ressaltando que tais valores humanísticos devem ser defendidos pela comunidade internacional e pelas organizações internacionais.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos tratados e pactos internacionais, com o princípio da relativização da soberania para o resguardo dos direitos humanos.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na humanização do direito e nas novas tecnologias em favor dos direitos humanos.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Esboço Histórico do Direito Internacional Público.
2. A Sociedade Internacional e as Relações Internacionais.
3. Conceito, Fundamentos, Denominação e Autonomia do Direito Internacional Público.
4. As Fontes do Direito Internacional Público.
4.1. Sentido de Fontes do Direito.
4.2. Tratados Internacionais.

4.3. Costume.
4.4. Princípios Gerais do Direito.
4.5. Doutrina.
4.6. Jurisprudência.
5. Princípios do Direito Internacional Público.
5.1. Soberania.
5.2. Igualdade.
5.3. Boa-Fé.
5.4. Princípio do *Pacta Sunt Servanda*.
6. Sujeitos do Direito Internacional Público.
7. Estados.
7.1. Conceito e Elementos: Formação dos Estados.
7.2. Teoria Geral do Reconhecimento de Estado.
7.3. Personalidade Internacional.
7.4. Direitos e Deveres dos Estados.
7.5. Restrições aos Direitos dos Estados.
7.6. O Dever de Não Intervenção.
8. Soberania e Supremacia Territorial.
8.1. Território do Estado.
8.2. Limites e Fronteiras.
9. Domínio Público Internacional.
9.1. Domínio Terrestre.
9.2. Domínio Fluvial e Lacustre.
9.3. Domínio Marítimo.
9.4. Domínio Aéreo.
9.5. O Espaço Extra-Atmosférico.
9.6. Plataforma Submarina.
9.7. Regiões Polares.
10. Organizações Internacionais.
10.1. Conceitos Gerais.
10.2. Espécies de Organizações Internacionais.
10.3. ONU – Organização das Nações Unidas.
10.4. MERCOSUL – Integração Econômica da América Latina.
10.5. A União Européia.
11. Responsabilidade Internacional.
11.1. Conceito.
11.2. Fundamento.
11.3. Elementos Essenciais: Ato Ilícito, Imputabilidade e Dano.
11.4. Conseqüências da Responsabilidade Internacional.
11.5. Proteção Diplomática.
12. Representação dos Estados.
13. Litígios Internacionais.
13.1. Meios de Solução Pacífica dos Litígios Internacionais.
13.2. Formas Diplomáticas, Jurídicas, Coercitivas e Políticas.
13.3. Arbitragem Internacional.
13.4. Corte Internacional de Justiça.
15. Nacionalidade.
15.1. A nacionalidade Brasileira: Natos e Naturalizados.
15.2. Perda da Nacionalidade Brasileira.

15.3. O Estatuto da Igualdade.
16. Condição Jurídica do Estrangeiro.
16.1. Títulos de Ingresso e Direitos do Estrangeiro.
16.2. Saída Compulsória de Estrangeiros: Deportação, Expulsão, Extradição.
16.3. Asilo Político.
17. Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

18. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva,[1] 2023. MINHA BIBLIOTECA

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2015. MINHA BIBLIOTECA

ARAS, Vladimir. **Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Método, 2023. MINHA BIBLIOTECA

KNIHS, Karla Kariny. **Direito Internacional Público**. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

REIS, Henrique Marcello dos. **Direito para Administradores**. Vol. II: Direito Internacional Público (Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos) e Direito Internacional Privado. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2004. MINHA BIBLIOTECA

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Direito de Família
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Casamento. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Processo de habilitação. Celebração e provas do casamento. Invalidade / eficácia do casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar: exercício, suspensão e extinção. Pacto antenupcial. Regimes de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bens de família. União estável. Tutela. Curatela.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização

de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

- **IV – COMPETÊNCIAS**

- 1. Tratar dos princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito de família, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos da disciplina.
- 2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito de família, permitindo um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- 3. Propiciar o conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito de família.
- 4. Conscientizar o aluno da importância do direito de família para os direitos fundamentais, observando-se a família como célula da sociedade.
- 5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações familiares; as relações pessoais e patrimoniais entre os cônjuges; na união estável; as relações de parentesco; inclusive as relações de caráter protetivo e assistencialista.
- 6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
- 7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- 8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- 9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- 10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Direito de Família.

1.1. Conceito de Direito de Família.

1.2. Fontes e Princípios de Direito de Família.

1.3. Resenha Histórica de Direito de Família.

2. Direito Pessoal.

2.1. Casamento.

2.1.1. Noções Gerais sobre o Casamento.

2.1.2. Capacidade para o Casamento.

2.1.3. Impedimentos.

2.1.4. Causas Suspensivas.

2.1.5. Processo de Habilitação para o Casamento.

2.1.6. Celebração do Casamento.

2.1.7. Provas do Casamento.

2.1.8. Invalidade do Casamento

2.1.9. Eficácia do Casamento.

2.1.10. Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal – Separação. Divórcio.

2.1.11. Proteção da Pessoa dos Filhos.

2.2. Relações de Parentesco.

2.2.1. Filiação e Reconhecimento dos Filhos.

2.2.2. Investigação de Paternidade.

2.2.3. Fecundação Artificial.

2.2.4. Adoção.

2.2.5. Poder Familiar.

3. Direito Patrimonial.

3.1. Regime de Bens entre os Cônjuges: Pacto Antenupcial, Regime de Comunhão Parcial, Regime de Comunhão Universal, Regime de Participação Final nos Aquestos, Regime de Separação de Bens.

3.2. Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores.

3.3. Alimentos.

3.4. Bem de Família.

4. União Estável.

5. Tutela e Curatela

5.1. Tutela.

5.1.1. Tutores.

5.1.2. Incapazes de Exercer a Tutela.

5.1.3. Escusa dos Tutores.

5.1.4. Exercício da Tutela.

5.1.5. Bens do Tutelado.

5.1.6. Prestação de Contas.

5.1.7. Cessação da Tutela.

5.2. Curatela.

5.2.1. Interditos.

5.2.3. Curatela do Nascituro e do Enfermo ou Portador de Deficiência Física.

5.2.4. Exercício da Curatela.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII - BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de família. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 6. MINHA BIBLIOTECA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 5). MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Família e Sucessões. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CALMON, Patricia Novais. **Direito de família internacional**. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 6. MINHA BIBLIOTECA

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Proteção Penal aos Interesses da Administração Pública
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra a administração pública: peculato. Concussão. Excesso de exação. Corrupção ativa e passiva. Prevaricação. Resistência. Desobediência. Desacato. Contrabando e descaminho. Denunciação caluniosa. Falso testemunho. Exercício arbitrário das próprias razões. Favorecimento real e pessoal. Patrocínio infiel.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte especial do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, dos crimes praticados por particular contra a administração em geral, dos crimes praticados por particular contra a administração estrangeira, dos crimes contra a administração da justiça, dos crimes contra as finanças públicas, inclusive, das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

    1.1. Peculato, peculato culposo, peculato mediante erro de outrem.
    1.2. Inserção de dados falsos em sistema de informações, modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
    1.3. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.
    1.4. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
    1.5. Concussão.
    1.6. Excesso de exação.
    1.7. Corrupção passiva.
    1.8. Facilitação de contrabando ou descaminho.
    1.9. Prevaricação.
    1.10. Condescendência criminosa.
    1.11. Advocacia administrativa.
    1.12. Violência arbitrária.
    1.13. Abandono de função.
    1.14. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
    1.15. Violação de sigilo funcional.
    1.16. Violação do sigilo de proposta de concorrência.

2. Crimes praticados por particular contra a administração em geral.

    2.1. Usurpação de função pública.
    2.2. Resistência.
    2.3. Desobediência.
    2.4. Desacato.
    2.5. Tráfico de influência.
    2.6. Corrupção ativa.
    2.7. Contrabando e descaminho.
    2.8. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.
    2.9. Inutilização de edital ou de sinal.
    2.10. Subtração ou inutilização de livro ou documento.
    2.11. Sonegação de contribuição previdenciária.

3. Crimes praticados por particular contra a administração estrangeira.

4. Crimes contra a administração da justiça.

    4.1. Reingresso de estrangeiro expulso.
    4.2. Denunciação caluniosa.
    4.3. Comunicação falsa de crime ou de contravenção.
    4.4. Auto-acusação falsa.
    4.5. Falso testemunho ou falsa perícia.
    4.6. Coação no curso do processo.
    4.7. Exercício arbitrário das próprias razões.
    4.8. Fraude processual.

4.9. Favorecimento real e pessoal.
4.10. Exercício arbitrário ou abuso de poder.
4.11. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.
4.12. Evasão mediante violência contra a pessoa.
4.13. Arrebatamento de preso.
4.14. Motim de presos.
4.15. Patrocínio infiel, patrocínio simultâneo ou tergiversação.
4.16. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
4.17. Exploração de prestígio.
4.18. Violência ou fraude em arrematação judicial.
4.19. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

5. Crimes contra as finanças públicas

5.1. Contratação de operação de crédito
5.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar
5.3. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura
5.4. Ordenação de despesa não autorizada
5.5. Prestação de garantia graciosa
5.6. Não cancelamento de restos a pagar
5.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura
5.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 312 a 337-D e 338 a 359) - Crimes contra a Administração Pública. Crimes praticados por particular contra a Administração em geral. Crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira. Crimes contra a Administração da Justiça. São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Especial (artigos 337-E a 337-P e 359-A a 359-R) - Crimes em licitações e contratos administrativos (Lei n. 14.133/2021). Crimes contras as finanças públicas. Crimes práticados por prefeitos (Lei n. 10.028/2000). Crimes contra o Estado democrático de direito (lei n. 14.197/2021). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 6. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: Parte Especial (dos artigos 184 ao 359-R). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial (arts. 213º a 359-T). São Paulo: Saraiva, 2024. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2022. MINHA BIBLIOTECA

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal**: parte especial (Arts. 235 a 359H). São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2025. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a fé pública até a crimes contra a administração pública. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Execução Trabalhista e Procedimentos Especiais
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Recursos. Reclamação correcional. Requisitos de admissibilidade. Liquidação. Execução. Recurso na execução. Ações especiais. Dissídio coletivo. Instrução. Sentença normativa. Recursos nos processos de dissídio coletivo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Trabalhista, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Trabalhista; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Trabalhista, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito processual do trabalho, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II**. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual do trabalho. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual do trabalho.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual do trabalho; sua autonomia frente ao direito processual civil; os princípios norteadores do direito processual do trabalho, a aplicação subsidiária do direito processual civil; as diversas espécies de tutelas na seara do direto processual do trabalho; as técnicas e os procedimentos inerente aos dissídios trabalhistas; as ações individuais e coletivas no processo trabalho; o papel da Justiça do Trabalho; a evolução do direito processual do trabalho frente à modernização da legislação trabalhista.
- **V**. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação processual trabalhista como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII**. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Recursos Trabalhistas.

1.1. Princípios Informadores da Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas.

1.2. Recurso Ordinário.

1.3. Recurso de Revista.

1.4. Embargos de Declaração.

1.5. Embargos para o TST.

1.6. Agravo de Instrumento e de Petição / Recurso de Agravo.

1.7. Recurso Extraordinário.

2. Reclamação Correcional.

3. Processo de Execução.

3.1. Pressupostos e Princípios Gerais.

3.2. Liquidação de Sentença.

3.3. Tipos e Espécies de Execução.

3.4. Penhora e Tipos de Expropriação de Bens.

3.5. Defesas Cabíveis na Execução.

3.5.1. Tipos e Espécies de Defesas.

3.5.2. Defesas Oponíveis pelo Executado.

3.5.3. Defesas Oponíveis por Terceiros.

4. Tutelas de Urgência e de Tutelas de Evidência

4.1. Fundamentos.

4.2. Aplicação ao processo do trabalho.

4.3. Hipóteses de cabimento.

4.4. Espécies.

5. Procedimentos especiais:

5.1. Inquérito para apuração de falta grave;

5.2. Ação monitória;

5.3. Ação de consignação em pagamento

5.4. Mandado de segurança

5.5. Dissídio coletivo

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**: execução, processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões.[1] São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de Direito e Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020. MINHA BIBLIOTECA

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do trabalho**: recursos trabalhistas, execução trabalhista e ações de rito especial. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

CASSAR, Vólia Bonfim. **CLT Organizada**: Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho sintetizado**. Rio de Janeiro: Método, 2018. MINHA BIBLIOTECA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de Direito e Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2022. MINHA BIBLIOTECA

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Direito do Consumidor
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Estrutura, abrangência e destinação do Código de Defesa do Consumidor. Conceitos fundamentais (consumidor, fornecedor, produto e serviço). Política das relações de consumo. Os direitos do consumidor. Responsabilidade no Direito do Consumidor. Publicidade enganosa e abusiva. Práticas abusivas. Proteção contratual.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito do Consumidor, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Consumidor; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Consumidor, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão da importância do Direito do Consumidor, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Consumidor. Assimilar o domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos. Utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Consumidor, com uma visão crítica e consciência sociopolítica. Entendimento da Estrutura, Abrangência e Destinação do Código de Defesa do Consumidor.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos Introdutórios.

1.1. Direitos Difusos e Coletivos.

1.2. Fenômeno da Jurisdição Coletiva.

1.3. Direito do Consumidor como Integrante dos Direitos Difusos e Coletivos.

1.4. Histórico do Movimento Consumerista.

1.5. Ordenação Brasileira dos Direitos do Consumidor.

2. Aspectos Constitucionais.

2.1. Princípios Gerais: Dignidade da Pessoa Humana.

2.2. Princípios Gerais da Atividade Econômica.

2.3. Princípio da Eficiência.

2.3. Princípio da Isonomia.

3. Código de Defesa do Consumidor.

3.1. Campo de Incidência do Código de Defesa do Consumidor.

3.2. Estrutura, Abrangência e Destinação do Código de Defesa do Consumidor.

4. Conceito de Consumidor, Fornecedor, Produto e Serviço.

5. Política Nacional das Relações de Consumo.

6. Direitos do Consumidor.

6.1. Princípio da Vulnerabilidade.

6.2. Proteção do Consumidor Pré-Contratual e Contratual.

7. Responsabilidade no Direito do Consumidor.

7.1. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço.

7.2. Responsabilidade pelo Vício do Produto e do Serviço.

8. Publicidade Enganosa e Abusiva.

9. Inversão do Ônus da Prova em Publicidade.

10. Práticas Comerciais Abusivas.

11. Proteção Contratual do Consumidor.

11.1. Princípios.

11.2. Cláusulas Abusivas.

11.3. Contratos de Adesão.

12. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de; LENZA, Pedro. **Direito do consumidor esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio; GIANCOLI, Brunno. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

Código de defesa do consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em 03/01/2025. ONLINE

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor**: Volume Único. Rio de Janeiro: Método, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ADORNO, Alberto Manuel Poletti; ALCÓN, Alejandro; LÓPEZ, Andrés Mariño; PENCO, Ángel Acedo. **Direito do consumidor no cenário Ibero-Americano**. Indaiatuba: Paco, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

AZEVEDO, Fernando Costa de. **Relação jurídica de consumo**: elementos para uma teoria geral. Jundiai: Foco, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direitos do Consumidor**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2021. MINHA BIBLIOTECA

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. MINHA BIBLIOTECA

SANTANNA, Gustavo. **Direito do consumidor**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *8) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
> *9) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

i. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
j. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
k. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
l. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos: Arbitragem – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I - EMENTA

Métodos alternativos de soluções de Conflitos. Origem, conceituação e fundamentos históricos dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Aspectos sociais, políticos e econômicos dos métodos alternativos de resolução de conflitos A arbitragem na Constituição Federal de 1988. A novidade legislativa infraconstitucional. Noções prévias. Convenção de Arbitragem. Árbitros. Procedimento Arbitral. Sentença arbitral. Sentença arbitral estrangeira.

II - OBJETIVOS GERAIS

Apresentar os meios alternativos não estatais para a solução de conflitos, especialmente a Arbitragem. Capacitar o aluno para a correta forma de sua utilização com o fito de promover a pacificação social, de acordo com os fundamentos legais vigentes, apresentando os métodos extrajudiciais de resolução de conflitos com conhecimento técnico e aplicação ética, com a finalidade de ampliar e garantir o acesso à justiça.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Arbitral, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, dos métodos alternativos de resolução de conflitos, sobretudo, a Arbitragem, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à Arbitragem. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com à Arbitragem, enquanto meio alternativo de resolução de conflitos.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da Arbitragem.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos meios legais de pacificação social, do histórico da Arbitragem no Brasil e no mundo, do procedimento e da sentença Arbitral, inclusive, das relações de caráter protetor.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito de Conflito:

- Meios legais de pacificação social e arbitragem.

- Fundamentos da justiça conciliativa.

– Técnicas de negociação para advogados.

2. Breve conceito histórico da arbitragem no mundo:

- Arbitragem no Direito Brasileiro.

– Conceitos Fundamentais.

- Agente Capaz.

– Direito Patrimonial Disponível e Direito Indisponível.

- Convenção arbitral.

- Cláusula Compromissória.

- Termo de Compromisso Arbitral.

- Impossibilidade de resistência para a Instituição do Compromisso Arbitral.

-Árbitro: Responsabilidades / Atribuições.

– Procedimento Arbitral.

- Condições de Impedimento e Suspeição.

- Produção de provas.

- Termo de início de procedimento arbitral.

3. Sentença Arbitral:

- Recurso.

- Ação Anulatória ou Nulidade da Sentença Arbitral.

- Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.

-Alcance da utilização da Lei de Arbitragem.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DALLEGRAVE, Caroline Alessandra Taborda dos Santos. **Mediação e arbitragem**: procedimentos, aplicabilidade, análise econômica e comportamental da utilização e a cultura da resolução de conflitos no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

MELLO, Cleyson de Moraes. **Mediação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Processo, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. **Teoria geral da arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel. **Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

GUERRERO, Luís Fernando. **Lei de arbitragem interpretada**. São Paulo: Almedina, 2023. MINHA BIBLIOTECA

MESSA, Ana Flavia; ROVAIU, Armando Luiz. **Manual de arbitragem**. São Paulo: Almedina, 2021. MINHA BIBLIOTECA

MUNIZ, Joaquim de Paiva. **Arbitragem e mediação**: temas controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, 2014. MINHA BIBLIOTECA

ROCHA, Caio Cesar Vieira. **Arbitragem e mediação**: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

SALLES, Carlos Alberto; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem**: mediação, conciliação e negociação. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Direito Internacional do Meio Ambiente – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Tutela internacional do meio ambiente. Fontes do direito Internacional do meio ambiente. A regulação global do meio ambiente. Regimes internacionais ambientais. Princípios do poluidor-pagador, da prevenção e da precaução. Temas específicos: biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos, florestas e espécies ameaçadas de extinção. Documentos internacionais. Cooperação e coordenação internacional para a efetividade do direito internacional ambiental.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão da tutela internacional do meio ambiente e das respectivas fontes do direito Internacional do meio ambiente. Assimilação dos meios de regulação global do meio ambiente e regimes internacionais ambientais. Relacionar temas específicos, como a biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos, florestas e espécies ameaçadas de extinção às questões ambientais contemporâneas. Aplicação dos institutos internacionais da cooperação e coordenação para a efetividade do direito internacional ambiental. Desenvolvimento de conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico da Proteção Internacional do Meio Ambiente.

2. A Construção do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

3. Regimes Internacionais Ambientais e Instrumentos de Análise da Efetividade.

3 A Formação do Direito Internacional Ambiental.

3.1. Normas Esparsas do Início do Século.

3.2. A Evolução de Normas e de Preocupações da Sociedade Civil a Partir dos Anos 70.

3.3. A Pressão Exercida pelos Países do Norte.

3.4. A Resistência dos Países do Sul: Brasil, China e Índia.

3.5. A Incorporação das Preocupações Ambientais pelos Países do Sul e seu Desenvolvimento Global.

3.6. A Construção e a Desconstrução do Conceito de Patrimônio Comum da Humanidade.

4. Características Específicas do Direito Internacional Ambiental.

4.1. A Importância da Soft Law.

4.2. Diferenças de Formação e Evolução do Direito Internacional Ambiental em Relação a Outras Áreas do Direito Internacional Público.

4.3. Mecanismos de Sanção das Normas Ambientais.

4.4. Evolução dos Instrumentos de Cogência e Controle de Eficácia das Normas Ambientais.

4.4.1. Evolução Temporal dos Mecanismos de Controle.

4.4.2. Controle por Relatórios.

4.4.3. Controle por Inspeções.

4.4.4. Controle por Organizações Internacionais.

4.4.5. Controle por Organizações Não Governamentais.

5. Princípios do Direito Ambiental.

5.1. Poluidor-Pagador.

5.2. Prevenção.

5.3. Precaução.

6. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

7. Desenvolvimento Sustentável e Acesso aos Recursos Genéticos.

7.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.

7.3. Compliance e Enforcement.

7.4. Mecanismos de Efetividade.

8. Biossegurança.

8.1. Aspectos Gerais Sobre a Convenção.

8.3. Compliance e Enforcement.

8.4. Mecanismos de Efetividade.

9. Proteção da Camada de Ozônio.

10. Mudanças Climáticas.

10.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.

10.3. Compliance e Enforcement.

10.4. Mecanismos de Efetividade.

11. Dejetos Tóxicos (PIC E POP).

11.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.

11.3. Compliance e Enforcement.

11.4. Mecanismos de Efetividade.

12. Recursos Hídricos.

12.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.

12.3. Compliance e Enforcement.

12.4. Mecanismos de Efetividade.

13. Espécies Ameaçadas de Extinção.

13.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.

13.3. Compliance e Enforcement.

13.4. Mecanismos de Efetividade.

14. A Participação das Organizações Não-Governamentais.

14.1. Definições de ONG.

14.2. Formas de Atuação.

14.3. Capacidade de Influência.

14.4. Influência Real Versus Influência Imaginária.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios,

discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Direito internacional e desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2005. MINHA BIBLIOTECA

ASSUNÇÃO, Thiago. **Direito ambiental internacional**. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente**: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2019. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RECH, Adir Ubaldo; BUTZKE Alindo; GULLO, Maria Carolina. **Direito, economia e meio ambiente**: olhares de diversos pesquisadores. Caxias do Sul: Educs, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

ROSA, André Henrique; FRACETO; Leonardo Fernandes. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012. MINHA BIBLIOTECA

STEIN, Ronei Tiago. **Meio ambiente**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional para o século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2013. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Fundamentos Filosóficos e Teóricos do Direito (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

- Estudo dos principais tópicos filosóficos que fundamentam o Direito, particularmente no que se refere ao histórico e ao conceitual do significado de justiça. Análise das teorias que de um modo geral amparam a legitimidade e a legalidade do discurso jurídico.

II – OBJETIVOS GERAIS

- Oferecer aos discentes os princípios da Filosofia que incorporam a Filosofia do Direito no sentido de desenvolver a capacidade crítica de análise dos discursos jurídicos.

- Disponibilizar aos alunos as principais concepções dos fundamentos teóricos do Direito para a compreensão histórica e conceitual das modificações que ocorreram ao longo da História no que se refere ao entendimento do significado do Direito, tanto como construção filosófica quanto social.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar ao corpo discente momentos de reflexão do significado de legalidade como anseio e desejo cultural, no sentido de que o Direito é antes de tudo uma construção para a Justiça.

- Oferecer aos alunos elementos teóricos da transformação do legítimo para o legal, na perspectiva de que os discursos do Direito pertencem às esferas do que é determinado pelo ordenamento jurídico.

- Propiciar ao corpo discente a oportunidade de estudos do significado da distinção entre a hermenêutica e a interpretação dos discursos jurídicos.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão dos principais tópicos filosóficos que fundamentam o Direito, particularmente no que se refere ao histórico e ao conceitual do significado de justiça. Assimilação das teorias que de um modo geral amparam a legitimidade e a legalidade do discurso jurídico. Capacidade crítica de análise dos discursos jurídicos, segundo fundamentos filosóficos. Compreensão dos fundamentos teóricos do Direito, segundo uma perspectiva histórica e conceitual das modificações que ocorreram ao longo da História no que se refere ao entendimento do significado do Direito, tanto como construção filosófica quanto social. Reflexão do significado de legalidade como anseio e desejo cultural, no sentido de que o Direito é antes de tudo uma construção para a Justiça. Capacidade de distinção entre a hermenêutica e a interpretação dos discursos jurídicos.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **Tópicos filosóficos:**

1. Filosofia: conhecimento do universal diferente do conhecimento particular da ciência.
2. Filosofia do Direito: estudo dos fundamentos do discurso do Direito e do discurso jurídico.
3. Da Filosofia para a Filosofia do Direito: justiça como tema de ligação entre tais campos de estudos.
4. Justiça.
4.1. Direito Moral
4.1.2. Justiça na concepção grega clássica;
4.1.3. Justiça na concepção teológica;
4.2. Jusnaturalismo/ jusnaturalismo racional: Hugo Grócio.
5. Direito Positivo
5.1. A concepção filosófica de Hans Kelsen
6. A tríplice concepção do Direito
6.1. Del Vecchio
6.2. Miguel Reale
7. A noção de justiça de John Rawls.
8. Justiça e discurso jurídico: Chaïm Perelmann

- **Tópicos Teóricos do Direito**

1. Os fundamentos teóricos do Direito: a noção de Ronald Dworkin.
2. Da sociedade para a cultura: construção das regras para a convivência social.
3. Da cultura para o Direito: construção das normas jurídicas.
4. Significados da palavra direito.
5. Direito e Moral: Kant
6. Os conceitos de legitimidade e de legalidade.

7. Ordenamento jurídico.
8. Da hermenêutica e interpretação jurídica: Pierre Bourdieu.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALVES, Marco Túlio Elias. **Primeiros passos para entender a filosofia do direito**. São Paulo: Dialética, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

BITTAR, Eduardo Carlos B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

FERNANDES, Alexandre Cortez; LUCAS, João Ignacio Pires. **Escritos sobre filosofia do direito**. Caxias do Sul: Educs, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito**: uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

BRANDÃO, Cláudio. **Princípios da legalidade**: da dogmática jurídica à teoria do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2009. MINHA BIBLIOTECA

RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2021. MINHA BIBLIOTECA

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. **Teoria do Direito**. São Paulo: SaraivaJur, 2019. MINHA BIBLIOTECA

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de. **Filosofia geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, Renee do Ó (coord.); ASSUNÇÃO, Leandro Garcia Algarte. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 9º Semestre
DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Direito Público (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Visão do Direito Público. Atuação do Estado. Organização Política – Administrativa da República. Princípios da Administração Pública. Visão elementar do Direito Financeiro. O processo administrativo. Servidores e os atos de improbidade administrativa. Contratos administrativos.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Público, e assim apresentar e discutir o significado de alguns institutos fundamentais do Direito Público, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Público, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

Interpretação e aplicação do Direito;

Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

Julgamento e tomada de decisões;

Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito público, em especial do direito administrativo, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito público, sobretudo, o direito administrativo. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito público e a administração pública.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da administração pública enquanto célula.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações com o Estado, inclusive, as de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão do Direito Público.

1.1. Razão de ser do Estado e a busca do bem comum.

2. Atuação Estatal.

2.1. As atividades financeiras do Estado para atingir o bem comum.

2.2. Prestação de Serviços Públicos.

2.3. Exercício regular do Poder de Polícia Administrativo.

2.4. Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

3. Organização Política – Administrativa da República.

3.1. As pessoas políticas de Direito Público Interno.

3.2. As atribuições e compentências constitucionais dessas pessoas políticas.

3.3. A “divisão de poder” e as atribuições específicas e exclusivas de cada “poder”.

4. Os princípios da administração pública.

4.1. O art. 37 “caput” da Constituição e seus desdobramentos.

4.2. Legalidade.

4.3. Impessoalidade.

4.4. Moralidade.

4.5. Publicidade.

4.6. Eficiência.

5. Visão do Direito Financeiro

5.1. As normas gerais de D. Financeiro.

5.2. A receita pública originária e a derivada.

5.3. As regras de orçamento público.

5.4. A despesa pública e sua operacionalidade.

6. Processo Administrativo

6.1. Princípios elementares constitucionais como o contraditório e a ampla defesa;

6.2 – As regras da Lei Federal .....

7. Os servidores públicos e os atos de improbidade administrativa.

7.1 Legislação e os efeitos da condenação por atos de improbidade.

8.Contratos Administrativo

8.1. Peculiaridades

8.2. Formalização do contrato administrativo

8.3. Execução do contrato administrativo

8.4. Inexecução do contrato e seus efeitos

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII– AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2023. MINHA BIBLIOTECA

BARBOZA, Hellisa Helena; MELLO, Cleyson de Moraes; SIQUEIRA, Gustavo Silveira; PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; BAPTISTA, Patrícia. **Direito público**: o futuro do direito. Rio de Janeiro: Processo, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2015. MINHA BIBLIOTECA

KNIHS, Karla Kariny. **Direito Internacional Público**. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

NOHARA, Irene Patrícia. **Fundamentos de Direito Público**. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

REIS, Henrique Marcello dos Reis. **Direito para Administradores**. Vol. II: Direito Internacional Público (Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos) e Direito Internacional Privado. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2004. MINHA BIBLIOTECA

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Legislação Penal Extravagante
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Crime de colarinho branco. Crime organizado. Estatuto do Desarmamento. Abuso de autoridade. Tortura. Crimes hediondos. Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens. Crimes de trânsito. Crimes de imprensa. Leis dos Entorpecentes. A Lei das Contravenções Penais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.
IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Crime de colarinho branco): Lei nº 7.492/86.

2. Crime organizado: Lei nº 9.034/1995.

3. Estatuto do Desarmamento: Lei nº 10.826/2003.

4. Abuso de autoridade: Lei nº 4.898/1965 - o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

5. Tortura: Lei nº 9.455/1997 - definição dos crimes de tortura.

6. Crimes hediondos: Lei nº 8.072/1990.

7. Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens: Lei nº 9.613/1998.

8. Crimes de trânsito: Lei 9.503/97 - Capítulo XIX

9. Leis de Drogas: tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/06).

10. A Lei das Contravenções Penais: Lei nº 3.688/41.

11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva, 2021. MINHA BIBLIOTECA

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial**. Tomo 1: Crimes Hediondos, Drogas, Terrorismo, Tortura, Arma de Fogo, Contravenções Penais, Crimes de Trânsito. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RAMOS, Samuel Ebel Braga. **Leis penais especiais**. Curitiba: InterSaberes, 2021. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

DELMANTO, Roberto. **Leis penais especiais comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2025. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTZAR JUNIOR, José. **Legislação penal especial esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a fé pública até a crimes contra a administração pública. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 4. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 2. MINHA BIBLIOTECA

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**: parte especial: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 3. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Direito Internacional Privado
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O domínio do direito internacional privado. Fontes do direito internacional privado. Normas do direito internacional privado no Brasil. Elementos de conexão – lei determinadora. Elementos de conexão no direito brasileiro. Preceitos básicos do direito internacional privado. Princípios gerais de direito processual civil internacional. Homologação de sentença estrangeira. Contratos internacionais e contratos específicos do comércio internacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Internacional Privado, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Internacional Privado; de forma a estimular a capacidade de análise,

domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Internacional Privado, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIA

Assimilação dos elementos concernentes ao Direito Internacional Privado, suas normas e princípios e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas. Conhecimento das normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao Direito Internacional Privado, permitindo um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido. Propiciar o conhecimento da regulamentação do Direito Internacional Privado. Conscientização da importância da tutela jurídica do Direito Internacional Privado. Demonstração do domínio amplo das técnicas e estratégias de

mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Esboço Histórico do Direito Internacional Privado.

2. Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil.

3. Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado

3.1. O Objeto.

3.2. A Denominação.

3.3. O Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público.

3.4. O Direito Público no Âmbito do Direito Internacional Privado.

3.5. Os Conflitos Interespaciais.

3.6. Os Conflitos Interpessoais.

4. Fontes do Direito Internacional Privado.

4.1. Lei.

4.2. Tratado Internacional.

4.3. Jurisprudência.

4.4. Doutrina.

4.5. Direito Costumeiro.

4.6. Código de Bustamante.

5. Normas do Direito Internacional Privado no Brasil.

5.1. Lei de Introdução ao Código Civil – LICC (Art. 7º ao 19).

5.2. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal-STF.

5.3. Estatuto dos Estrangeiros (Lei nº 6.815/1980).

6. Elementos de Conexão – Lei Determinadora.

6.1. Os Elementos de Conexão: Local da Prática do Ato, Lei do Domicílio, Local da Execução do Contrato, Lei do Foro e Lei da Coisa.

6.2. As Regras de Conexão.

6.3. Elementos de Conexão no Direito Brasileiro.

7. Dispositivos Legais-Aplicação do Direito Estrangeiro no Brasil.

7.1. Direito Societário.

7.2. Direito Processual.

7.3. Direito de Família.

7.4. Direito das Sucessões.

7.5. Direito das Coisas.

7.6. Direito Obrigacional.

8. Preceitos Básicos do Direito Internacional Privado.

8.1. Ordem Pública.

8.2. Fraude á Lei.

8.3. Reenvio.

8.4. Questão Prévia.

8.5. Adaptação ou Aproximação.

8.6. Alteração de Estatuto ou Conflito Móvel.

8.7. Direitos Adquiridos.

9. Aplicação do Direito Estrangeiro

9.1. Aplicação do Direito Estrangeiro no Processo.

9.2. Verificação do Conteúdo e Aplicação do Direito Estrangeiro no Processo.

9.3 Temas Específicos do Direito Processual Civil Internacional.

9.3.1. Litispendência Internacional.

9.3.2. Caução de Processo.

9.3.3. Capacidade Processual da Parte.

9.3.4. Assistência Judiciária Gratuita.

9.3.5. Regime Jurídico dos Documentos de Procedência Estrangeira.

10. Homologação de Sentença Estrangeira.

10.1. Conceitos e Princípios Básicos.

10.2. Homologação de Sentença Estrangeira no Direito Brasileiro.

11. Contratos Internacionais.

11.1. Conceito.

11.2. Elementos de Conexão nos Contratos Internacionais.

11.3. Conflitos de Leis.

11.4. Normas Primárias e Secundárias.

11.5. Autonomia da Vontade.

11.6. Estrutura de um Contrato Internacional.

11.7. Cláusulas Essenciais a um Contrato Internacional.

11.8. Venda e Compra Internacional.

11.9. Inconterms.

11.10. Contratos Específicos do Comércio Internacional: *Franchising, Factoring, Leasing, Joint Ventures,* Crédito Documentário, *Catering*, Agência.

12. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DOLINGER, Jacob; Carmem Tiburcio; ALBUQUERQUE, Felipe. **Direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2025. MINHA BIBLIOTECA

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. MINHA BIBLIOTECA

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. São Paulo: Atlas, 2020. MINHA BIBLIOTECA

MALHEIRO, Emerson. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Instituições de direito público e privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional Privado**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

REIS, Henrique Marcello dos Reis. **Direito para Administradores**. Vol. II: Direito Internacional Público (Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos) e Direito Internacional Privado. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2004. MINHA BIBLIOTECA

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Processo Coletivo
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Os interesses transindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos). Aspectos peculiares da tutela coletiva na ação civil pública e nos demais instrumentos de defesa dos direitos coletivos lato sensu.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do

Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
III. Propiciar lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil, especialmente quanto aos direitos coletivos *lato sensu*.
IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil, especialmente traçando um paralelo entre o processo individual e o processo coletivo;
V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo coletivo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo coletivo de busca da efetiva realização da justiça, especialmente em razão da atuação do Ministério Público como titular da ação civil pública.
IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução. Evolução histórica da tutela coletiva. Os direitos transindividuais no direito brasileiro.

2. Interesses coletivos lato sensu. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

3. Ação coletiva para a tutela de interesses coletivos lato sensu.

3.1. Legitimidade para a propositura de ações coletivas.

3.2. Ônus da prova nas ações coletivas.

3.3. Tutela antecipada e tutela específica nas ações coletivas.

3.4. Sentença e liquidação no processo coletivo.

3.5. Coisa julgada nas ações coletivas.

3.6. Inquérito Civil.

4.Noções gerais da execução individual da sentença proferida em processo coletivo

5. Noções gerais do procedimento na ação civil pública e na ação popular.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

BASTOS, Fabrício. **Curso de processo coletivo**. Indaiatuba: Foco, 2024. MINHA BIBLIOTECA

LOURENÇO, Haroldo. **Processo coletivo sistematizado**. Indaiatuba: Foco, 2021. BIBLIOTECA VIRTUAL

RUDINIKI NETO, Rogério. **Processo coletivo passivo**: uma propossta de sistematização e operacionalização. São Paulo: Almedina, 2018. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil: parte geral do código de processo civil. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 1. MINHA BIBLIOTECA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

Código de defesa do consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em 03/01/2025. ONLINE

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º Semestre
DISCIPLINA: Trabalho de Curso
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas/aula

I - EMENTA

A disciplina trata da elaboração da redação final do Trabalho para conclusão do curso e da preparação do acadêmico concluinte para a defesa perante banca examinadora.

II – OBJETIVOS GERAIS

Orientar os alunos na elaboração do Trabalho de Curso final bem como prepará-los para a exposição oral do trabalho, parente a Banca Examinadora, incentivando, aprimorando seus conhecimentos e auxiliando o desenvolvimento da pesquisa já iniciada, durante a elaboração do projeto monográfico.

III - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Adequação às normas técnicas da ABNT aplicáveis;

Desenvolvimento e conclusão do trabalho proposto, à redação e defesa do trabalho desenvolvido;

Qualidades das referências utilizadas;

Tema abordado (relevância; inovação e grau de dificuldade);

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão da sistemática adequada à elaboração e apresentação do Trabalho para conclusão do curso para a defesa perante banca examinadora. Assimilação dos métodos de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho, durante a elaboração do projeto monográfico. Compreensão da adequação às normas técnicas da ABNT aplicáveis e da qualidade das referências utilizadas. Abordagem de temas relevantes, inovadores e com grau de dificuldade.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão Global sobre a Pesquisa.

1.1 Conceitos e Definições Preliminares;

1.2. Origem das Investigações Científicas.

1.3. A Mudança de Rumos na Concepção da Pesquisa.

2. A Ciência Jurídica e seu Objeto de Investigação.

3. A Pesquisa na Área do Direito.

3.1. Conceito de Pesquisa Jurídica.

3.2. Classificações dos Tipos de Investigações na Área do Direito.

3.3. Metodologias Aplicadas na Pesquisa Jurídica.

4. Princípios Teórico-Metodológicos da Produção Científica na Área Jurídica.

4.1. Linha da Tecnologia Social Cientifica.

4.2. Linha Metodológica de Sentido Jurisprudencial.

4.3. Linha Crítico-Metodológica.

5. Métodos e Técnicas de Estudos Aplicados à Pesquisa Jurídica.

5.1. Pesquisa Bibliográfica.

5.2. Pesquisa Documental.

5.3. Pesquisa Experimental.

5.4. Pesquisa *Ex-Post Facto.*

5.5. Estudo de Corte.

5.6. Levantamento.

5.7. Estudo de Campo.

5.8. Estudo de Caso.

5.9. Pesquisa-Ação.

5.10. Pesquisa Participante.

6. Produção e Apresentação de Trabalhos Científicos: A Monografia, a Dissertação e a Tese.

6.1. A Estrutura de Monografias, Dissertações e Teses.

6.2. Normas da ABNT.

7. As Etapas da Pesquisa.

7.1. Organização da Pesquisa.

7.2. Coleta e Tratamento dos Dados.

7.3. Redação do Trabalho Científico.

8. Elaboração de Projeto de Pesquisa Jurídica.

8.1. Escolha do Tema.

8.2. Revisão de Literatura.

8.3. Delimitação do Problema da Pesquisa.

8.4. Geração de Hipóteses.

8.5. Formulação do Objetivo Geral.

8.6. Formulação dos Objetivos Específicos.

8.7. Metodologia/Procedimentos de Coleta de Dados.

8.7.1. Tipos de Pesquisa.

8.7.2. Técnicas de Pesquisa.

8.7.3. Recursos Metodológicos.

8.8. Recursos.

8.9. Cronograma.

8.10. Referências Bibliográficas.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios,

discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

A avaliação do Trabalho de Curso será colhida das notas individuais dos professores presentes à banca. É considerada aprovado o aluno que obtiver conceito igual ou superior a Regular em cada um dos membros da banca.

As fichas de avaliações conterão a discriminação de cada item a ser observado na avaliação do trabalho, a que será atribuída conceitos Insuficiente, Regular, Muito Bom e Excelente.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MINHA BIBLIOTECA

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica**: passo-a-passo. Rio de Janeiro: Método, 2015. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. Barueri: Manole, 2018. MINHA BIBLIOTECA

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência do conhecimento cientifico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho cientifico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas 2024. MINHA BIBLIOTECA.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da IES, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) constarão de atividades de Biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

§1º Para os cursos de licenciatura, acrescentam-se a essas atividades os seminários de práticas e outras atividades inerentes às licenciaturas.

§2º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§3º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§4º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS definida para seu curso.

§1º A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da Ficha de Supervisão da APS.

§2º Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção a qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 9º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da IES.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º Semestre
DISCIPLINA: Atividades Complementares
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 200 horas

I – EMENTA

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mudo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.
Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e freqüência a peças teatrais e mostras cinematográficas, fazem parte das Atividades Complementares.

II – OBJETIVOS GERAIS

Complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou a distância.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista, crítica e reflexiva.
Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais.
Estimular a capacidade analítica do aluno na argumentação de questões e problemas.
Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista.
Incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais.
•

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Produções técnicas, culturais, bibliográficas e artísticas.
Visitas a museus, exposições, centros culturais e feiras.
Visitas técnicas.
Participação em palestras, simpósios, cursos e seminários.
Leituras: livros, artigos técnicos, atualidades.

Participação em projetos e ações sociais, além de atividades de cunho comunitário.
Frequência em peças teatrais e mostras cinematográficas.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Discussões de temas.
Visitas externas.
Leitura de textos previamente indicados.
Verificação de leitura.
Palestras e cursos.
Exibição de filmes e peças teatrais.

VI – AVALIAÇÃO

Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às Atividades Complementares.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Direito das Sucessões
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Sucessão em geral. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Codicilos. Legados: efeitos, pagamento e caducidade. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições: vulgar, recíproca e fideicomissária. Deserdação. Inventário. Sonegados. Pagamento das dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização

de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores da sucessão *causa mortis*, de acordo com as interpretações recentes dos tribunais e doutrinadores, conhecendo críticas ao direito de suceder e suas garantias no direito moderno.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais da sucessão legítima, para se chegar ao domínio da matéria com a possibilidade de atuação na área preventiva e no direito contencioso em questões relacionadas ao tema das sucessões.
3. Conscientizar o aluno das normas sobre herdeiros necessários e o direito à quota reservatória da herança, para a resolução de questões práticas.
4. Propiciar-lhe conhecimento acerca da sucessão testamentária, inclusive dos limites e das reduções das disposições testamentárias, bem como, de sua interpretação com fulcro na lei.
5. Aprofundar-se no exame das normas relativas ao inventário e à partilha, no campo judicial e extrajudicial.
6. Inteirar-se das decisões dos tribunais superiores sobre o tema das sucessões, em vista da importância da análise jurisprudencial.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito das Sucessões.

1.1. Conceito e Espécies.

1.2. Breve Notícia Histórica.

1.3. Conteúdo.

2. Sucessão em Geral.

2.1. Disposições Gerais.

2.1.1. Abertura da Sucessão.

2.1.2. Procedimento da Sucessão.

2.2. Herança e sua Administração.

2.3. Vocação Hereditária.

2.4. Aceitação e Renúncia.

2.4.1. Aceitação de herança.

2.4.2. Renúncia à herança.

2.5. Excluídos da Sucessão.

2.6. Herança Jacente e Vacante.

2.7. Ação de Petição de Herança.

3. Sucessão Legítima.

3.1. Ordem da Vocação Hereditária.

3.1.1. Descendentes.

3.1.2. Ascendentes.

3.1.3. Cônjuge e convivente.

3.1.4. Colaterais.

3.1.5. Legislação Estrangeira.

3.2. Herdeiros Necessários.

3.3. Direito de Representação.

4. Sucessão Testamentária.

4.1. Testamento em Geral.

4.2. Capacidade de Testar.

4.3. Formas Ordinárias do Testamento.

4.3.1. Disposições Gerais.

4.3.2. Testamento Público.

4.3.3. Testamento Cerrado.

4.3.4. Testamento Particular.

4.4. Codicilos.

4.5. Testamentos Especiais.

4.5.1. Disposições Gerais.

4.5.2. Do testamento Marítimo e do Testamento Aeronáutico.

4.5.3. Do testamento Militar.

4.6. Disposições Testamentárias.

4.7. Legados.

4.7.1. Disposições Gerais.

4.7.2. Efeitos do Legado e do seu Pagamento.

4.7.3. Caducidade dos Legados.

4.8. Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários.

4.9. Substituições.

4.9.1. Substituição Vulgar e Recíproca.

4.9.2. Substituição Fideicomissária.

4.10. Deserdação.

4.11. Redução das Disposições Testamentárias.

4.12. Revogação do Testamento.

4.13. Rompimento do Testamento.

4.14. Testamenteiro.

5. Inventário e Partilha.

5.1. Inventário.

5.2. Sonegados.

5.3. Do Pagamento das Dívidas.

5.4. Colação.

5.5. Partilha.

5.6. Garantia dos Quinhões Hereditários.

5.7. Anulação da Partilha.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 6. MINHA BIBLIOTECA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil**: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Vol. 6. MINHA BIBLIOTECA

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Família e Sucessões. Barueri: Atlas, 2025. Vol. 5. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

FARIAS, Mario Roberto de. **Inventários e testamentos**: direito das sucessões - teoria e prática. Indaiatuba: Foco, 2023. BIBLIOTECA VIRTUAL

GOMES, Orlando. **Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: sucessões. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Vol. 6. MINHA BIBLIOTECA

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito civil**: Sucessões. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MOREIRA, Carlos Roberto Barbosa. **Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Instituições de Direito Civil; Vol. 6). MINHA BIBLIOTECA

TEIXEIRA, Ana Carolina; FRAZÃO, Ana; NEVARES, Ana Luiza Maia; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **Direito das sucessões**: problemas e tendências. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. **Direito Civil**: Direito das sucessões. Indaiatuba: Foco, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

REGULAMENTO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Reserva-se, exclusivamente, para alunos matriculados no Curso de Direito do ISEC. Ele não se confunde com o estágio profissional. Dessa forma, ainda que nem todos os alunos possam realizar estágio profissional, todos eles são obrigados a cumprir o estágio curricular.

A finalidade do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. O Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

As atividades de Estágio Supervisionado são exclusivamente práticas, compreendendo, entre outras: redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, vistas relatadas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, tudo sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

O estudo do Código de Ética e Disciplina das profissões jurídicas perpassa todas as atividades vinculadas ao Estágio Supervisionado.

As atividades de Estágio Supervisionado podem ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O Estágio Supervisionado é realizado do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito, distribuído em módulos. O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária mínima de 300 horas a ser cumprida, conforme determinado na matriz curricular do Curso de Direito.

Da mesma forma, enquanto atividade prática, somente será integralizada pela IES mediante aprovação de todas as demais disciplinas dos eixos de formação fundamental e profissional constantes na grade curricular do discente.

Por consequência, o aluno que tiver Dependências ou Adaptações a cursar não estará habilitado a apresentar e cumprir o Estágio Supervisionado.

As atividades de Estágio Supervisionado envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências. Das visitas programadas devem ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação.

A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos; e o treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

A prática real é desenvolvida na IES, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, por meio dos Anexos aos Juizados Especiais, bem como, em departamentos jurídicos credenciados, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatórios por períodos estabelecidos pela coordenação auxiliar da unidade das atividades desempenhadas, cópia do controle de freqüência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação, visando à atribuição de horas. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

O Estágio Profissional de Advocacia, previsto na Lei nº 8.906/1994, é oferecido pela IES, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, mediante a celebração de convênio com o Conselho Seccional da OAB.

O Estágio Profissional de Advocacia pode computar a carga horária do Estágio Supervisionado.

Os alunos poderão cumprir as atividades do Estágio Profissional de Advocacia tanto no Escritório de Assistência Jurídica como em escritório ou departamento jurídicos, ou ainda, outras atividades curriculares previstas no Estágio Supervisionado.

A seguir é apresentada a regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado, aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito desta IES, que estabelece as formas de desenvolvimento do estágio.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe sobre a estruturação e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica e do Estágio Supervisionado no Curso de Direito.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a estruturação e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica e o Estágio Supervisionado no Curso de Direito.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 2º. O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, órgão encarregado de organizar, coordenar e supervisionar a realização do Estágio Supervisionado e outras atividades práticas, desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

§1º. A estrutura do Núcleo de Prática Jurídica é composta de:

I – Supervisão de Estágio;

II – Secretaria de Estágio;

III – Escritório de Assistência Jurídica – EAJ;

IV – Anexos aos Juizados Especiais – JE;

V – Ambiente para Prática Simulada.

SEÇÃO I – DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 3º. O Supervisor de Estágio é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito.

Parágrafo Único. O Supervisor de Estágio será obrigatoriamente professor integrante do corpo docente do Curso de Direito.

Art. 4º. Ao Supervisor de Estágio compete:

I – coordenar o Núcleo de Prática Jurídica;

II – coordenar, supervisionar e orientar as atividades dos supervisores, professores orientadores, advogados, estagiários e funcionários do Núcleo de Prática Jurídica;

III – acompanhar a execução das atividades de prática jurídica simulada e real;

IV – gerenciar, junto à administração, os meios necessários para regular o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica e dos estágios a seu cargo;

V – acompanhar, supervisionar e orientar o professor orientador na execução de suas atividades em ambiente interno;

VI – assegurar a observância da carga horária prevista para as atividades de prática simulada em ambiente interno;

VII – supervisionar as atividades externas desenvolvidas pelo estagiário (visitas orientadas, audiências, sessões, etc.);

VIII – acompanhar e avaliar o desempenho do professor orientador e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nos estágios;

X – supervisionar as atividades externas desenvolvidas pelo estagiário (estágio conveniado);

XI – fixar o horário de atendimento ao público no Escritório de Assistência Jurídica;

XII – estabelecer em conjunto com o Coordenador Auxiliar, no início de cada semestre, a escala dos professores orientadores e estagiários que atuarão no Escritório de Assistência Jurídica;

XIII – acompanhar e avaliar o desempenho do professor orientador e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nos estágios.

SEÇÃO II – DA SECRETARIA DE ESTÁGIO

Art. 5º. A Secretaria de Estágio tem como principal finalidade prestar o apoio logístico e administrativo ao Núcleo de Prática Jurídica, possibilitando o seu bom funcionamento.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estágio poderá ser alocada junto à coordenação auxiliar do curso ou outro órgão do curso que venha a realizar suas tarefas, mas sempre sob a orientação do Supervisor de Estagio.

Art. 6º. São atribuições específicas da Secretaria de Estágio:

I – manter arquivos de toda a documentação e legislação concernentes ao Núcleo de Prática Jurídica;

II – manter o controle da agenda e de todas as correspondências recebidas e expedidas pelo Núcleo de Prática Jurídica;

III – elaborar as declarações e certidões atinentes ao Núcleo de Prática Jurídica, visadas pelo Supervisor de Estágio, respeitadas outras de competência;

IV – manter registro do estagiário com consignação das observações e avaliações realizadas pelo professor orientador, bem como das horas de estágio acumuladas;

V – gerir os recursos materiais para o bom funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica;

VI – desempenhar as demais atividades correlatas ou decorrentes de suas atribuições.

SEÇÃO III – DO ESCRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 7º. O Escritório de Assistência Jurídica tem como finalidade a execução das atividades de prática jurídica real, implementadas por meio da prestação de serviços jurídicos de consultoria, assessoria e assistência jurídica à população carente.

Parágrafo Único. O EAJ também poderá habilitar alunos do 7º ao 10º semestres com inscrição no quadro de estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil para atendimento direto à população carente.

Art. 8º. As atividades do EAJ são desenvolvidas sob a responsabilidade de advogados, propiciando aos alunos a prática jurídica em casos reais.

SEÇÃO IV – DOS ANEXOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS

Art. 9º. Os Anexos aos Juizados Especiais – JE, nas unidades nas quais fora realizado convênio com Tribunais que possuem tais órgãos - , compreendem os órgãos do Poder Judiciário por meio de Anexos do próprio órgão, instalados nas dependências de unidades universitárias, objetivando levar o aluno a atuar diretamente junto ao Poder Judiciário sem se distanciar desta IES, bem como, prestar auxílio à própria justiça e à população.

Parágrafo Único. O serviço, quando instalado por convênio, funcionará sob a responsabilidade de um membro do Judiciário e, ainda, advogado (s) orientador (es) dos alunos, funcionário (s), alunos monitores ou/e voluntários.

SEÇÃO V – DO AMBIENTE PARA PRÁTICA SIMULADA

Art. 10. As práticas simuladas são desenvolvidas, em ambiente próprio, por meio de orientações técnico-jurídicas e pedagógicas levadas a efeito pelos professores orientadores.

Art. 11. Compete aos professores orientadores prestar diretamente ao estagiário as orientações técnico-jurídica e pedagógica em suas áreas de atuação, bem como as instruções básicas ao desempenho das atividades práticas.

Art. 12. São atribuições dos professores orientadores no que se refere às atividades de prática simulada:

I – implementar a programação das atividades atinentes ao Estágio Supervisionado, elaborada pelo Supervisor de Estágio;

II – orientar o estagiário nas visitas orientadas em órgãos judiciários ou outros de interesse para as atividades simuladas;

III – orientar acerca dos roteiros de audiências e sessões a serem presenciadas pelo estagiário;

IV – distribuir aos estagiários casos ou questões simuladas para exame e desenvolvimento em ambiente interno, prestando as orientações coletivas e individuais necessárias;

V – com base em situações simuladas ou casos concretos, orientar o estagiário na elaboração de peças processuais e profissionais;

VI – orientar a análise e a elaboração de pareceres próprios da advocacia consultiva;

VII – realizar a exegese da legislação, orientando a elaboração de textos legais;

VIII – instruir acerca da implementação do processo simulado, a partir da apresentação de situações ou casos hipotéticos;

IX – presidir e orientar as audiências e sessões nos processos simulados, com a participação do estagiário;

X – orientar a sustentação oral em audiências, sessões e plenários;

XI – desenvolver técnicas de negociações coletivas, arbitragem e conciliação;

XII – orientar a análise de autos de processos findos;

XIII – controlar o cumprimento da carga horária e a freqüência do estagiário;

XIV – avaliar o desempenho do estagiário individualmente e/ou em grupo;

XV – desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 13. O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. A carga horária a ser integralizada é de 300 horas.

Parágrafo Único. Será desenvolvido do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito, devendo ser integralizado mediante aprovação de todas as demais disciplinas dos eixos de formação fundamental e profissional constantes na grade curricular do discente.

Art. 14. As atividades de estágios envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

Art. 15. As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências.

Parágrafo Único. Das visitas programadas deverão ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação.

Art. 16. A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados.

Parágrafo Único. A pauta de atividades simuladas inclui ainda a possibilidade do estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos; e o treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

Art. 17. A prática real será desenvolvida na IES, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, por meio dos Anexos aos Juizados Especiais, bem como, em departamentos jurídicos credenciados, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

§1º. Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório das atividades desempenhadas, cópia do controle de freqüência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período.

§2º. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas serão objeto de avaliação, visando à atribuição de horas.

§3º. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO

Art. 18. Nas visitas orientadas e na prática simulada, a avaliação do estagiário é procedida pelo professor responsável tendo por base os relatórios apresentados, as peças elaboradas durante o semestre, da participação dos atos processuais simulados (audiências, sessões, etc.).

Parágrafo Único. A freqüência do aluno é controlada por professor responsável, que certifica as atividades executadas no semestre e a carga horária cumprida.

Art. 19. Na prática real a avaliação do estagiário é realizada por professor responsável a partir das peças processuais elaboradas e participações em audiências.

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pela Secretaria que apresenta relatório semestral das atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida. O tempo efetivamente despendido pelo estagiário em audiências judiciais é computado como hora de estágio, devendo ser comprovado pela ata da audiência e atestado pelo professor orientador.

Art. 20. Na prática real conveniada os relatórios apresentados pelo estagiário e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação pelo Supervisor de Estágio. O total de horas cumpridas é aferido pela folha de freqüência ou declaração/certidão do órgão ou escritório conveniente.

Parágrafo Único. A freqüência do aluno é controlada pelo órgão ou escritório conveniente, com a supervisão do Núcleo de Prática Jurídica.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso de Direito desta IES.

Art. 22. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

> *(...)*
> *1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)*
>
> *2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino- aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)*
> *(...)*
> *10)Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)*
> *11)Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)*

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares é definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

m. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;

n. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;

o. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;

p. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, indutores do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá aos docentes responsáveis pelo ED supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas diferentes atividades.

§1º. O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

§2º. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) aos Estudos Disciplinares.

Art. 9º. A freqüência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas diferentes atividades.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a freqüência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Direito Agrário – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução do direito agrário. Conceito de imóvel rural. Propriedade privada da terra. Formação territorial. Usucapião. Dicotomia do Direito Agrário. Instrumentos de distribuição de terras. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Contratos agrários. Justiça agrária.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

➢

IV – COMPETÊNCIAS

Assimilação dos elementos concernentes ao Direito Agrário, suas normas e princípios e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas. Conhecimento das normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao Direito Agrário, permitindo lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido. Propiciar o conhecimento da regulamentação do Direito Agrário. Conscientização da importância da tutela jurídica do Direito Agrário. Demonstração do domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

➢

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão Histórica sobre o Direito Agrário e sua Evolução.
2. Histórico do Direito Agrário no Brasil – Surgimento e Desenvolvimento, até a Situação Atual.
3. Teoria Geral do Direito Agrário.
3.1. Conceitos, Autonomia, Objeto, Atividade Agrária.
3.2. Natureza Jurídica e Importância do Direito Agrário Na Realidade Atual.
3.3. Fontes, Interpretação e Aplicação do Direito Agrário.
3.4. Princípios do Direito Agrário.
4. Imóvel Rural: Conceito, Elementos, Critério Distintivo do Imóvel Urbano.
5. Função Social da Terra e seus Elementos Componentes.
6. Dimensionamento Eficaz do Imóvel Rural: Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento.
7. Classificação dos Imóveis Rurais: Latifúndio, Minifúndio, Propriedade Familiar, Pequena, Média e Grande Propriedade, Propriedade Produtiva, Propriedade Improdutiva.
8. Formação Territorial: Terras Públicas e Particulares; Direito de Propriedade, Limitações Atuais ao Direito de Propriedade. Cadastro de Imóveis Rurais.
9. Usucapião.
9.1. Modalidades e suas Diferenças.
9.2. Requisitos do Usucapião Agrário.
10. Dicotomia do Direito Agrário: Reforma Agrária, Política Agrícola (Conceito, Objetivos e Instrumentos).
11. Instrumentos de Distribuição de Terras: Desapropriação, Colonização, Tributação da Terra, Aquisição. Plano Nacional de Reforma Agrária.
12. A Reforma Agrária no Contexto Jurídico Constitucional Brasileiro.
13. Contratos Agrários.
13.1. Conceito e Características.
13.2. Modalidades.
13.3. Elementos Obrigatórios nos Contratos.
13.4. Diferenças entre Arrendamento e Parceria.
13.5. Forma de Contratos, Prazos, Valor, Prorrogação e Renovação do Contrato.

13.6. Extinção dos Contratos.
14. Justiça Agrária.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

HAVRENNE, Michel François Drizul. **Direito agrário**. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

MATTOS NETO, Antonio José de. **Curso de Direito agroambiental brasileiro**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

OPTIZ, Silvia C.B.; OPTIZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 2019. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BOSA, Cláudia Regina. **Impactos ambientais**: direito e agronegócio. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

FERRETTO, Vilson. **Contratos agrários**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2016. MINHA BIBLIOTECA

RECH, Adir Ubaldo; BUTZKE Alindo; GULLO, Maria Carolina. **Direito, economia e meio ambiente**: olhares de diversos pesquisadores. Caxias do Sul: Educs, 2012. BIBLIOTECA VIRTUAL

SILVA, João Paulo Hecker da (coord.); BUENO, Francisco de Godoy. **Contratos agrários**: novas modalidades e cláusulas obrigatórias. São Paulo: Almedina, 2023. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Direito Urbanístico – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O urbanismo no Brasil. Tratamento jurídico-constitucional da matéria urbanística. Legislação infraconstitucional sobre o urbanismo. A ocupação desordenada e os loteamentos clandestinos no Brasil. A questão urbanística no Município e no Estado.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.
Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- **1.** Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do Direito Urbanístico, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **2.**. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito urbanístico, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **3.** Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito urbanístico e o urbanismo no Brasil.
- **4.** Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito urbanístico e o direito constitucional fundamental ao lazer.
- **5.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre urbanismo e direito urbanístico, a matéria urbanística na CF/88, as legislações infraconstitucionais sobre o tema, com enfoque no Estatuto da Cidade, o planejamento urbanístico e a ocupação do solo, a intervenção do Estado e a função social da propriedade.
- **6.** Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
- **7.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **8.** Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **9.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **10.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Urbanismo.
1.1. Evolução do Urbanismo.
1.2. Urbanismo no Brasil.
1.3. Distinção entre Direito Urbanístico e Urbanismo.
2. Direito Urbanístico.
2.1. Evolução Histórica, Objeto e Definição.
2.2. O Direito Urbanístico como Ramo Autônomo do Direito.
3. Ordem Urbanística.
3.1. Regime Jurídico de Direito Urbanístico.
3.2 Princípios Específicos Informadores do Direito Urbanístico.
4. A Matéria Urbanística na Constituição de 1988.
4.1. Competências em Matéria Urbanística.
4.1.1. O Regime Federativo.
4.1.2. As Competências Constitucionais: Espécies.
4.1.3. Competências Constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em Matéria Urbanística.
4.2. A Política Urbana na Constituição Federal.

5. Legislação Infraconstitucional sobre Matéria Urbanística: O Estatuto da Cidade.
6. Planejamento Urbanístico.
6.1. Regime Jurídico do Planejamento Urbanístico.
6.2. Planejamento Urbanístico no Brasil.
6.3. Planos Urbanísticos Federais (Concepção; Planos Urbanísticos Nacional, Macrorregionais e Setoriais).
6.4. Planos Urbanísticos Estaduais.
6.5. Planos Urbanísticos Municipais (Planejamento Municipal; Planos Urbanísticos Geral, Executivo e Especiais).
6.6. Plano Urbanístico Metropolitano.
7. Ordenação Jurídico-Urbanística do Solo.
7.1. Regime Urbanístico do Solo.
7.2. Ordenação Jurídica do Sistema Viário (Função Urbana de Circular; Sistema Nacional de Viação; Sistema Viário Urbano; Acessos, Variantes e Travessias; Ordenação dos Transportes Urbanos).
7.3. Ordenação do Uso e da Ocupação do Solo (Zoneamento de Uso do Solo; Modelos de Assentamento Urbano; Solo Criado; Espaços Não-Edificáveis; Usos e Assentamentos Conformes e Não-Conformes).
7.4. Ordenação da Paisagem Urbana (Traçado Urbano; Áreas Verdes; Fachadas Arquitetônicas; Mobiliário Urbano).
7.5. Regime Jurídico da Urbanificação (Urbanificação em Geral; Parcelamento Urbanístico do Solo; “Loteamentos Fechados”).
8. Ordenação de Áreas de Interesse Urbanístico Especial.
8.1. Áreas de Interesse Urbanístico Especial.
8.2. Áreas de Urbanificação Especial (Áreas de Renovação Urbana; Operações Urbanas e dos Consórcios Imobiliários; Áreas de Urbanificação Prioritária e de Urbanificação Restrita; Formação de Distritos Industriais; Formação de Núcleos Residenciais e de Recreio; Execução de Obras de Grande Porte).
8.3. Regime Jurídico das Urbanificações para a Construção de Casas Populares.
8.4. Ordenação Urbanística para Fins Turísticos.
9. Formas Estatais de Intervenção e o Poder Local.
10. Instrumentos de Intervenção Urbanística.
10.1. Instrumentos de Atuação Urbanística (Limitações e Restrições Urbanísticas à Propriedade; Servidão Urbanística; Desapropriações Urbanísticas; Desapropriação Urbanística no Brasil).
10.2. Aproveitamento Adequado Compulsório.
10.3. Instrumentos de Controle Urbanístico.
11. Função Social da Propriedade.
12. Patrimônio Cultural – Proteção Cultural.
13. A Questão Urbanística no Município e no Estado.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios,

discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALVES, Alceli Ribeiro. **Direito urbanístico**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. BIBLIOTECA VIRTUAL

BORDALO, Rodrigo. **Direito urbanístico**. Rio de Janeiro: Método, 2022. MINHA BIBLIOTECA

SOARES, Alessandro; ARAÚJO, Alexandra Fuchs de; LIQUIDATO, Alexandre G. N.; CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. **Direito urbanístico, ambiental e imobiliário** a partir de casos complexos. Indaiatuba: Foco, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

MARQUES, Carolina Corso Rodrigues. **Legislação urbanística aplicada**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINHA BIBLIOTECA

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. **Dispersão urbana e mobilidade populacional**: implicações para o planejamento urbano e regional. São Paulo: Edgard Blücher, 2016. MINHA BIBLIOTECA

RECH, Adir Ubaldo. **Cidade sustentável**: direito urbanístico e ambiental: instrumentos de planejamento. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. BIBLIOTECA VIRTUAL

RECH, Adir Ubaldo. **Estudos contemporâneos de direito urbanístico e ambiental**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017. BIBLIOTECA VIRTUAL

ROSE, Jonathan F.P. **A Cidade em Harmonia**: o que a ciência moderna, civilizações antigas e a natureza humana nos ensinam sobre o futuro da vida urbana. Porto Alegre: Bookman, 2019. MINHA BIBLIOTECA

SANTOS, Maria Helena Abdanur Mendes dos. **Direito urbanístico**. Curitiba: Contentus, 2020. BIBLIOTECA VIRTUAL

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Tópicos Constitucionais – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Abordagem dos conteúdos de Direito Constitucional numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito. Estimular os discentes a procurarem soluções para problemas práticos verdadeiros.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao aluno, em complementação ao Conteúdo Programático do curso, o estudo teórico-reflexivo e prático dos conteúdos de Direito Constitucional, numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a utilização de processos, atos e procedimentos práticos efetivamente existentes no mundo profissional;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Filosofia e Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica sobre temas práticos atuais do Direito Constitucional;

- Julgamento e tomada de decisões. Pesquisa e compreensão plena de acórdãos, legislação e todo tipo de decisões judiciais ou produção legiferante;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do Direito Constitucional, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito constitucional, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito constitucional numa dimensão interdisciplinar.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito constitucional, com enfoque nos direitos fundamentais do cidadão.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da intervenção federal, dos princípios constitucionais, sobretudo, da dignidade da pessoa humana, das comissões parlamentares, dos direitos políticos e sigilo bancário numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Intervenção. Intervenção Federal e Estadual. Conceitos, procedimentos e explanações. Artigos 34 a 36, CF (aula expositiva e participativa – 2h).

1.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Pedido de Intervenção nº 2.915, em que o STF não determinou a intervenção federal no Estado de São Paulo em razão da comprovada falta de recursos do Estado para quitar Precatórios em dia. A discussão girou em torno do mínimo existencial x reserva do possível e o princípio da proporcionalidade (leitura prévia do acórdão ou em sala de aula e discussão: 2h).

2. Ampla defesa e contraditório. Direitos Fundamentais. Princípios processuais constitucionais. Conceitos, explanação e abordagem das duas Declarações de Direitos do Homem formuladas até hoje (1789, após a Revolução Francesa, e

1948, elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU). Artigo 5º, incs. LIV e LV, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

2.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 201.819, em que o STF decidiu pela aplicação da ampla defesa e do contraditório também no âmbito do Direito Privado, no caso de expulsão ou exclusão de sócio de sociedade sem fins lucrativos. Ainda, no Mandado de Segurança nº 24.268, o STF determinou a aplicação da ampla defesa e contraditório nos procedimentos administrativos e, no Recurso Extraordinário nº 158.215/RS, determinou a aplicação da ampla defesa e do contraditório no procedimento de expulsão ou exclusão de associado de Cooperativa. Análise da expressão "constitucionalização do Direito Privado" (leitura prévia dos acórdão ou em sala e discussão: 2h).

3. Dignidade da Pessoa Humana e Princípios Fundamentais (Título I, CF e art. 1º, inc. III, CF). Conceito e explanações. Eliminação do preconceito e da discriminação de qualquer espécie no Brasil (art. 3º, incs. I e IV, e XLV, CF). Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil. Aula expositiva e participativa – 2h.

3.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132/RJ (União Homoafetiva). Conjugação dos artigos 226 e 227, CF com a dignidade da pessoa humana e a não discriminação e preconceito (casamento homoafetivo, adoção de crianças por casais do mesmo sexo e questões correlatas). Leitura prévia do acórdão ou em sala de aula e discussão – 2h.

3.2 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na ADIN nº 3.510 – permissão de extração de células-tronco e descarte do embrião fecundado. Discussão sobre o Direito à Vida. O *caput* do art. 5º, CF. Preservação e proteção da vida. A ADPF nº 54, que firmou entendimento no sentido da possibilidade do aborto, pela gestante, do feto anencéfalo (decisão pela interpretação conforme a Constituição). Princípios constitucionais correlatos, como liberdade, intimidade e vida privada. Conceituação, explanação e debate em sala de aula. Leitura e discussão dos acórdãos – 2h.

4. Princípios penais na Constituição Federal. Conceitos, explanações e discussões. Nova e ampla abordagem da dignidade da pessoa humana na Constituição refletida na área criminal. O *Habeas Corpus*. Direito constitucional de ir e vir. Liberdade, igualdade e legalidade. Artigo 5º, incs. II, III, XV, XXXV (inafastabilidade da jurisdição), XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX e L. Aula expositiva e participativa – 2h.

4.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no *Habeas Corpus* nº 82.959, em que restou facultada aos presos por crimes hediondos, cumprindo a pena integralmente em regime fechado, a oportunidade de progredirem para o regime semiaberto. Inconstitucionalidade declarada do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90 (aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão e discussão – 2h).

5. Liberdade de expressão e liberdade de expressão artística. Conceitos e explanações. Liberdade em sentido amplo. Direitos de personalidade. Art. 5º, IV e IX, CF. Exercício prático → Análise do *Habeas Corpus* nº 83.996, em que se discutiu se havia ato obsceno ou não em peça teatral. Análise do *Habeas Corpus* nº 59.104, em que se discute se atividades imorais ou ilícitas, como prostituição, são protegidas ou não pelos Direitos Fundamentais. Direito de imagem: diferença entre pessoas públicas e comuns. *Paparazzi*. Princípio da proporcionalidade (aula expositiva e participativa; leitura prévia dos acórdãos – 2h).

5.1 Exercício prático → Limites à liberdade de expressão. Proibição de livros ou qualquer tipo de manifestação antissemita. Vedação de apologia ou propaganda nazista, sob qualquer forma. Vedação do racismo (art. 3º, inc. IV e IX, CF e art. 5º, inc. XLII, CF). Acórdão do STF no *Habeas Corpus* nº 82.424. Leitura do texto "A liberdade de expressão na Constituição de 1988", de Samantha Meyer-Pflug, na obra "DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha; NEVES, Mariana Barboza Baeta (Coord.). *Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao Professor Michel Temer*. São Paulo: Quartier Latin, 2012". O tema do artigo é o "Discurso do Ódio" (aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão e do texto – 2h).

6. Direito de manifestação jornalística. Liberdade de imprensa (art. 5º, incisos IV, V, IX, XIII e XIV, CF). A não recepção da Lei nº 5.250/67, assim declarada pelo STF na ADPF nº 130/08. A desnecessidade de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, declarada no Recurso Extraordinário nº 511.961. Exercício prático → Análise da lei e dos acórdãos. Aula expositiva e participativa; leitura prévia dos dois acórdãos e discussão – 2h.

7. Direitos Políticos. Artigos 14 a 16, CF. Conceitos, explanações, situações e procedimentos práticos. Perda ou suspensão dos Direito Políticos (art. 15, CF). As características do voto. Os demais modos de sufrágio: plebiscito, referendo e iniciativa popular. A excepcionalidade do voto indireto no Brasil (art. 81, § 1º, CF). Aula expositiva e participativa – 2h.

7.1 Exercício prático → Análise do Processo Administrativo nº 18.483/04, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, o qual redundou na Resolução nº 21.920 do TSE, criando no Brasil o voto facultativo também para os portadores de deficiência física. O STF determinou a harmonização do art. 14, § 1º, inc. II, CF com o art. 6º, inc.. I, alínea "a", do Código Eleitoral (este último permitia o voto facultativo para "inválidos"). Temas correlatos à saúde pública e atendimento dos desamparados. Aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão do TSE – 2h.

8. Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3º, CF). Limites constitucionais. Prisão e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Aula expositiva e participativa – 2h.

8.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no Mandado de Segurança nº 27.483/DF, sobre interceptação telefônica por CPI e independência dos Poderes. Atuação exclusiva ou não do Judiciário em tais

casos (emprego ou não da cláusula de reserva judicial neste caso de interceptação telefônica e em outros casos). Aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão – 2h.

9. Sigilo bancário. Discussão sobre a possibilidade de quebra do sigilo bancário e/ou fiscal diretamente pela autoridade administrativa. Art. 5º, incs. X e XII, CF. Intimidade e vida privada. Cláusula de reserva judicial. Empate (5x5) no STF sobre o tema. Princípio da proporcionalidade. Colisão de direitos. Conceitos e explanações – 2h.

9.1 Exercício prático → Análise das ADINs 2.386, 2.390, 2.397 e 4.010, apensadas para julgamento em conjunto. A Medida Cautelar nº 33/03 e a polêmica no RE nº 389.808/03 e no RE nº 601.314, este último com repercussão geral decretada. Os argumentos nos votos de cada Ministro do STF contra e a favor da quebra do sigilo bancário e fiscal diretamente pelas autoridades administrativas. Aula expositiva e participativa; leitura prévia dos acórdãos – 2h.

10. Liberdade religiosa. Liberdade de culto. Estado laico, por expressa prescrição constitucional. Imunidade tributária dos templos de qualquer culto. Art. 5º, incs. VI e VII, CF. Artigos 19, 210, § 1º, 213 e 226, § 2º, CF. Artigos 150, VI, alínea "b" e § 4º, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

10.1 Exercício prático → Análise da sentença proferida pela Justiça Federal na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.017604-0, movida pelo Ministério Público Federal, ainda sob recurso. A polêmica dos crucifixos em salas de audiência e Plenários de Tribunais como STJ e STF. Ensino religioso nas escolas, subvenção a entidades religiosas, tópicos também objeto da Ação Civil Pública supracitada. Análise do acórdão do STF proferido no Recurso Extraordinário nº 325.822/SP, sobre a maior e menor extensão da imunidade tributária aos templos religiosos (de qualquer culto). Comparação com as demais imunidades tributárias previstas na Constituição Federal. Análise e discussão da sentença supra sobre a laicidade do Estado e do acórdão do STF sobre imunidade tributária dos templos religiosos. Leitura prévia ou em sala de aula – 2h.

11. Controle de Constitucionalidade. Conceito, explanação e procedimentos. Artigos 102 e 103, CF. A legislação infraconstitucional reguladora do controle de constitucionalidade (Lei nº 9.868/99, Lei nº 9.882/99, Lei nº 8.038/90 e artigos 541 a 545, CPC). Controle de normas municipais e estaduais em face de normas da Constituição Estadual repetidas ou que façam remissão a normas da Constituição Federal. Possibilidade. Art. 125, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

11.1 Exercício prático → Análise da Reclamação nº 4.432 – STF. Possibilidade de controle de constitucionalidade na via estadual, pelo TJ do Estado respectivo, de normas locais que violem preceitos da Constituição Estadual, porém repetidos ou remissivos a preceitos da Constituição Federal. O conceito e procedimento do recurso denominado "Reclamação". Leitura prévia do acórdão na Reclamação em referência e discussão em sala de aula – 2h.

12. Tema extra: Eficácia das normas constitucionais. Eficácia Plena, Contida e Limitada. Conceitos e explanações. Artigos 9º e 37, VII, CF. Ausência de norma regulamentadora de greve para o setor público. Norma constitucional de eficácia contida. Aplicação da Lei nº 7.783/89, que regulamenta a greve para o setor privado, para o setor público, conforme julgamento do Mandado de Injunção nº 708/07. O Mandado de Injunção e a Omissão Infraconstitucional. Aula expositiva e participativa. Exercício prático → Leitura do acórdão proferido no Mandado de Injunção nº 708/07 e discussão – 2h.

13. Tema extra: Controle de Constitucionalidade pela via difusa. O papel do Senado Federal na via difusa. Proposta, ainda não votada pelo Plenário do STF, feita na Reclamação nº 4.335, de transformação dos efeitos *inter partes* no julgamento de Recursos Extraordinários em efeitos *erga omnes* e vinculantes próprio do controle pela via concentrada, retirando do Senado Federal a prerrogativa de suspensão discricionária da execução da norma declarada inconstitucional pelo STF pela via difusa. Art. 52, X, CF – 2h.

13.1 Exercício prático → Mutação dos efeitos do controle de constitucionalidade pela via difusa para os efeitos do controle de constitucionalidade na via concentrada, por intermédio da técnica da "mutação constitucional". Leitura do acórdão na Reclamação nº 4.3335 e discussão em sala de aula – 2h.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MINHA BIBLIOTECA

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2022. MINHA BIBLIOTECA

BELLO, Enzo. **Ensaios críticos sobre Direitos Humanos e constitucionalismo**. Caxias do Sul: Educs, 2015. BIBLIOTECA VIRTUAL

FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. BIBLIOTECA VIRTUAL

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2024. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
PERÍODO: 10º Semestre
DISCIPLINA: Direito da Criança, Adolescente e Estatuto da Pessoa Idosa - **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Prevenção no Direito da Criança e do Adolescente. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Competência. Acesso à justiça. Crimes e as infrações administrativas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais da pessoa idosa. Medidas de proteção à pessoa idosa. Política de atendimento à pessoa idosa. Acesso à justiça no Estatuto da Pessoa Idosa. Crimes no Estatuto da Pessoa Idosa.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito da Criança e do Adolescente e do Direito da Pessoa Idosa, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais relacionados; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica dos direitos relacionados, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da

doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação aos direitos da criança e do adolescente e da pessoa idosa, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridos.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com os direitos da criança e do adolescente, assim como, da pessoa idosa.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística dos direitos da criança, do adolescente e da pessoa idosa e sua proteção enquanto direito fundamental.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, sobretudo da vida, da saúde, da liberdade e da dignidade, além da adoção das políticas públicas. Proteção aos direitos fundamentais da pessoa idosa, a política de atendimento e o acesso à justiça.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direitos fundamentais da criança e do adolescente.

1.1. Direito à vida e à saúde.

1.2. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

1.3. Direito à convivência familiar e comunitária.

1.4. Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

1.5. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

2. prevenção no direito da criança e do adolescente.

2.1. Disposições gerais.

2.2. Prevenção especial.

3. Política de atendimento à criança e ao adolescente.

4. Medidas de proteção à criança e ao adolescente.

5. Prática de ato infracional.

5.1. Garantias processuais.

5.2. Procedimento relativo à apuração do ato infracional.

5.3. Medidas socioeducativas.

5.4. Remissão.

6. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.

6.1. Procedimento relativo à perda e suspensão do pátrio poder.

6.2. Procedimento relativo à destituição da tutela.

6.3. Procedimento relativo à colocação em família substituta.

7. Competência em matéria de criança e adolescente.

7.1. Competência jurisdicional.

7.2. Conselhos de Direitos.

7.3. Conselhos Tutelares.

8. Acesso à justiça no Estatuto da Criança e do Adolescente.

8.1. Justiça da Infância e da Juventude.

8.2. Procedimentos.

8.3. Recursos.

8.4. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.

9. Crimes e as infrações administrativas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

10. Direitos fundamentais da pessoa idosa.

10.1 Direito à vida como fundamento maior.

10.2. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

10.3. Alimentos.

10.4. Direito à saúde.

10.5. Educação, cultura, esporte e lazer.

10.6. Da profissionalização e do trabalho.

10.7. Previdência Social.

10.8. Assistência Social.

10.9. Habitação.

10.10. Transporte.

11. Medidas de proteção à pessoa idosa.

12. Política de atendimento à pessoa idosa.

13. Acesso à justiça no Estatuto da Pessoa Idosa.

14. Crimes no Estatuto da Pessoa Idosa.

15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios,

discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. **Estatuto do idoso: comentários à lei 10.741/2003**. São Paulo: Foco, 2021. BIBLIOTECA VIRTUAL

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Curso de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2024. MINHA BIBLIOTECA

RODRIGUES, Oswaldo Peregrina. **Direitos da pessoa idosa**. Indaiatuba: Foco, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2019. MINHA BIBLIOTECA

DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

NEVES, Gustavo Bregalda. **ECA: Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Rideel, 2019. BIBLIOTECA VIRTUAL

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente: comentado artigo por artigo**. São Paulo: SaraivaJur, 2020. MINHA BIBLIOTECA

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do idoso comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Direito Privado (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

A sociedade está em constante mutação e com essa as relações de Direito Privado. Diante da multiplicidade de relações e da dificuldade em sua análise detida, necessário aquilatar as de maior utilidade prática e estruturar o seu estudo. Trata-se do estudo de temas específicos do Direito Privado, os quais pela sua importância, relevância e atualidade devem ser abordados de forma especial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao Direito Privado e a legislação específica acerca do tema.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Apurar os pontos de destaque propostos nessa disciplina, concernentes a atualizações em direito das relações privadas.
2. Assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito privado, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
3. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito privado, para um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
4. Propiciar ao aluno conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados ao direito privado.
5. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito privado, que dita normas ao particular, mas atinge interesse social.
6. Fazê-lo conhecer pontos de destaque da disciplina de Direito Civil, com questões relacionadas a locação, sucessões, direito de família, responsabilidade civil e interpretação dos negócios jurídicos.
7. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
8. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
9. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
10. Estimular a atuação em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. NEGÓCIO JURÍDICO: Interpretação e Reserva Mental
1.1 Conceito
1.2 Classificação
1.3 Sistemas de interpretação
1.4 Reserva Mental e sua aplicação.

2. AS INOVAÇÕES DA LEI DE LOCAÇÃO
2.1 Conceito
2.2 Disciplinas Afins
2.3 Locação Comercial e Residência
2.4 Ações

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS
3.1 Conceito
3.2 Espécies de serviços prestados
3.3 Jurisprudência

4. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL
4.1 Direitos Reais
4.2 Princípios
4.3 Distinção da alienação fiduciária de bem móvel
4.4 Procedimento

5. DO ESTADO ATUAL DO DIREITO DE FILIAÇÃO
5.1 Conceito
5.2 Histórico
5.3 Presunção *Pater is est*
5.4 Trilogia da filiação (biológica – legal e social)

6. DOS ALIMENTOS: atualidades
6.1 Conceito
6.2 Classificação
6.3 Procedimento

7. DO DIVÓRCIO: uma abordagem teórica e prática
7.1 Conceito
7.2 Divórcio e Separação
7.3 Divórcio Extrajudicial
7.4 Procedimento

8. DO ARROLAMENTO EXTRAJUDICIAL
8.1 Conceito
8.2 Aplicação
8.3 Formas
8.4 Cálculo do Imposto

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audio-visuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII - AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII - BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2017. MINHA BIBLIOTECA

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Ensaios de direito privado e social: contratos, meio ambiente e tutela coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa fé no direito privado: critérios para sua aplicação**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. MINHA BIBLIOTECA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Instituições de direito público e privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MINHA BIBLIOTECA

TERRA, Aline de Miranda Valverde; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz; STEINER, Renata C. Agire. **direito privado em ação**. Rio de Janeiro: Processo, 2024. BIBLIOTECA VIRTUAL

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2010. MINHA BIBLIOTECA

BARBIERI, Catarina Helena Cortada. **Filosofia e Direito Privado**. São Paulo: Almedina, 2019. MINHA BIBLIOTECA

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do Direito Privado: uma teoria da Justiça e da Dignidade Humana**. Rio de Janeiro: Processo, 2019. BIBLIOTECA VIRTUAL

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; AMORIM, Maria Carolina Cancella de. **Novos paradigmas do direito privado: análise crítica do 20º aniversário do código civil**. Rio de Janeiro: Processo, 2022. BIBLIOTECA VIRTUAL

PELUSO, Antonio Cezar. **Pareceres de Direito Público e Privado**. São Paulo: Almedina, 2021. MINHA BIBLIOTECA

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito
SÉRIE: 10º semestre
DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Tutelas Difusas e Coletivas (Optativa) – **Oferecida em EAD**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Estudo dos direitos difusos e coletivos, com ênfase na sua tutela jurídica, material e processual.

II – OBJETIVOS GERAIS

Estudar os direitos difusos e coletivos, seus conceitos e princípios, e a sua tutela no ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito material e processual.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dar ao aluno subsídios necessários para situá-lo no âmbito dos direitos difusos e coletivos, de sorte a torná-lo apto a enfrentar e solucionar os problemas desses tipos de direitos, que se tornam cada vez mais importantes na vida cotidiana. Para tanto, serão ministradas questões práticas, em relação às quais o aluno fará uso dos ensinamentos provenientes da aula teórica do curso, além da leitura de livros doutrinários feita previamente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da tutela material dos interesses difusos e coletivos, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação aos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados à tutela material dos interesses difusos e coletivos.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da tutela material dos interesses difusos e coletivos.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da tutela material dos interesses difusos e coletivos, concernentes aos direitos do consumidor, ambientais, da criança e do adolescente e à matéria de concorrência.
6. Fazê-lo refletir sobre as ações coletivas, a ação popular e a ação civil pública, como instrumentos de tutela, para transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Bimestre – Tutela material dos interesses difusos e coletivos

1. Direitos difusos e coletivos

1.1. A evolução dos direitos:

1.1.1. Direitos de primeira geração

1.1.2. Direitos de segunda geração

1.1.3. Direitos de terceira geração

1.2. Os direitos difusos e coletivos no direito brasileiro:

1.2.1. Direitos coletivos na Constituição Federal

1.2.2. A classificação dos direitos difusos e coletivos no Código de Defesa do Consumidor

1.2.2.1. Direitos difusos

1.2.2.2. Direitos coletivos

1.2.2.3. Direitos individuais homogêneos

2. Direitos do consumidor (Lei 8078/90)

2.1. Princípios da defesa do consumidor

2.2. Conceituação de consumidor e fornecedor, produtos e serviços

2.3. Direitos básicos do consumidor

2.3.1. Práticas comerciais abusivas

2.3.2. Cláusulas abusivas

3. Meio ambiente

3.1. Conceituação e classificação do meio ambiente

3.2. Princípios constitucionais do direito ambiental:

3.2.1. Desenvolvimento sustentável

3.2.2. Poluidor-pagador e usuário pagador

3.2.3. Prevenção e precaução

3.2.4. Participação

4. Criança e adolescente (Lei 8069/90)

4.1. Conceitos legais de criança e adolescente

4.2. Princípios constitucionais da família, criança e adolescente

4.2.1. Obrigatoriedade da intervenção estatal

4.2.2. Cooperação

4.2.3. Prioridade

4.2.4. Proteção especial

5. Concorrência (Lei 12.529/2011)

5.1. Conceito de concorrência

5.2. Sistema Nacional de Defesa da Concorrência (SNDC)

5.2. Princípios da concorrência

5.2.1. Liberdade de iniciativa

5.2.2. Livre concorrência

5.2.3. Função social da propriedade

5.2.4. Defesa dos consumidores

5.2.5. Repressão ao abuso do poder econômico

5.3. CADE (Conselho de administração de direito econômico)

5.4. SAE (Secretaria de administração econômica)

5.5. Infrações e penas

2º Bimestre – Tutela processual dos interesses difusos e coletivos

6. Atribuições constitucionais do Ministério Público na defesa dos interesses difusos e coletivos.

7. Legitimação para a propositura das ações judiciais na defesa dos interesses difusos e coletivos

8. Ações coletivas

8.1. Ação civil pública

8.1.1. Conceituação

8.1.2. Legitimação ativa

8.1.3. Litisconsórcio e assistência

8.1.4. Competência

8.1.5. Coisa julgada

8.2. Ação coletiva

8.2.1. Conceituação

8.2.2. Legitimação ativa

8.2.3. Litisconsórcio e assistência

8.2.4. Coisa julgada

8.3. Ação popular

8.3.1. Conceituação

8.3.2. Legitimação ativa

8.3.3. Litisconsórcio e assistência

8.3.4. Competência

8.3.5. Coisa julgada

9. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

As disciplinas são ministradas preferencialmente por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas nos planos de ensino. O desenvolvimento dos conceitos e conteúdos ocorre com apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum/chats ou presenciais - quando for o caso, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audio-visuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para sua formação.

VII – AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA (DISPONIBILIDADE VIRTUAL)

Básica

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Tutela de interesses difusos e coletivos**. São Paulo: SaraivaJur, 2019. MINHA BIBLIOTECA

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Mello. **Tutela Coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2021. MINHA BIBLIOTECA

SAMPAIO JR., José Herval. **Tutelas de Urgência: Sistematização das Liminares**. São Paulo: Atlas, 2011. MINHA BIBLIOTECA

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Tutela provisória no CPC**. São Paulo: Saraiva, 2018. MINHA BIBLIOTECA

FENSTERSEIFER, Tiago. **Defensoria Pública e direitos fundamentais e ação civil pública**. São Paulo: Saraiva, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Ensaios de direito privado e social: contratos, meio ambiente e tutela coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2015. MINHA BIBLIOTECA

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. MINHA BIBLIOTECA

SOUZA, Motauri Ciochetti de. **Interesses difusos em espécie**. São Paulo: Saraiva, 2013. MINHA BIBLIOTECA